



ABSOLUTE

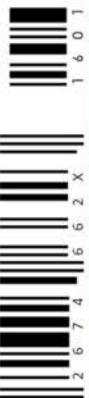


review.acu.education

BRINCANDO PARA INCLUIR:

O lúdico como ferramenta
metodológica na promoção
da inclusão.

ABSOLUTE REVIEW | V. 16. N. 01. AGOSTO. 2023



ISSN 2674-662X



NOSSA HISTÓRIA

A **ACU - Absolute Christian University** é uma instituição de ensino superior religiosa, que cumpre os requisitos estabelecidos na seção 1005.06 (1)(f), do estado da Flórida (USA), e **amparada** pelo regimento interno do código administrativo 6E-5.001. Por não estar sob a jurisdição ou competência da Comissão de Educação Independente, não é obrigada a obter licenciamento para exercer atividades de ensino, portanto autônoma em suas diretrizes pedagógicas e acadêmicas, atendendo ao seu regimento interno, na prática de ensino de qualidade e do incentivo à pesquisa em diversas áreas do conhecimento.

Reconhecida pela Comissão de Educação Independente da Flórida, especificamente na cidade de Orlando, oferece os mais variados cursos distribuídos em programas de extensão, mestrado e doutorado.

Estes **programas são reconhecidos em diversos países e estão beneficiando estudantes do mundo inteiro.**

A instituição mantém o compromisso de ofertar ensino de qualidade, na modalidade totalmente online, atendendo às necessidades do mercado,

inovações tecnológicas educacionais, e vem se tornando uma excelência em sua área de atuação.

Seu **compromisso** é promover o desenvolvimento social e espiritual, por meio do conhecimento, com valores éticos, senso de relevância, liberdade e democracia, aberta ao mundo para a aprendizagem, pesquisa e desenvolvimento permanente do talento humano, oferecendo uma grande contribuição não somente para seus discentes, como também para a sociedade.

Focada em um público-alvo composto por adultos que não possuem disponibilidade de horário, a ACU - Absolute Christian University inovou ao apresentar ao seu público os programas de **pós-graduação stricto sensu** internacional que, permitem a todos conciliar sua vida pessoal, familiar à seus estudos, agregando uma bagagem internacional enriquecedora ao seu aperfeiçoamento intelectual.

Os **resultados alcançados** no âmbito acadêmicos são surpreendentes e podem ser verificados por meio de avaliações externas, que comprovam





ABSOLUTE



EXPEDIENTE

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Alexandre Salvador

Editor Chefe e Diretor Acadêmico

Pós-Doutor Cristiano de Assis Silva

Vice Editor

Dr^a. Maria Tereza Coimbra de Carvalho

Coordenador de Extensão

Dr^a. Dirlan de Oliveira Machado Bravo

Secretária de Assuntos Internacionais

Dr^a. Regilane Ribeiro Sansão

Projeto Gráfico e Diagramação

Inova Comunicação ES

JUNTA EDITORIAL

Dr. Artur Quixona Finda

Ex-Presidente do PAPOD (Partido Popular Angolano para o Desenvolvimento).

Dilzerly Miranda Machado Tinoco

Ex-Secretária Municipal de Educação de Presidente Kennedy – E. S.

Karla dos Santos Leal

Membro do Conselho de Direito da Criança e Adolescente de Itapemirim – E. S.

Salatiel Elias de Oliveira

Ex - Secretário Municipal de Educação de Apiaçá – E. S.

Ângela Maria dos Santos Florentino

Coordenadora do Centro de Referência em Assistência Social do Município de Anchieta – E. S.

Florêncio Walcher

Presidente do SINDIPEDAGOGOS-ES.

Fátima Agrizzi Ceccon

Secretária Municipal de Educação de Presidente Kennedy – E. S.

Maria Cláudia Ferreira dos Santos Bezerra

Diretora da UMEI Gervasio Queiroz Marinho – Itaitinga - CE

Maria Beatriz de Oliveira Marques

Roteirista, Atriz, Diretora, Produtora Cultural.

Hilário Jebeson Viana da Costa

Membro da Academia de Letras e Culturas da Amazônia – ALCAMA.

Regilane Ribeiro Sansão

Avaliadora do MEC

COMITÊ DE POLÍTICA EDITORIAL

- Prof. Pós-Dr^a Carmem Lisiane Escouto de Souza
- Pós-Doutor Cristiano de Assis Silva
- Pós-Doutorando Salatiel Elias de Oliveira
- Pós-Doutorando Regilane Ribeiro Sansão
- Pós-Doutorando Artur Quixona Finda
- Prof. Dr^o. Aquiles dos Santos Cerqueira
- Prof. Dr^a. Betijane Soares de Barros
- Prof. Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Ferreira
- Prof. Dr^o. Rafael Vital dos Santos
- Prof. Dr^a. Alexandra dos Santos Oliveira
- Prof. Dr^a. Maria Tereza Coimbra de Carvalho
- Prof. Dr^o. Carlos Luis Pereira
- Prof. Dr^o. Rinaldo Pevidor Pereira
- Prof. Dr^o. Michell Pedruzzi Mendes de Araújo
- Prof. Dr^a. Izaionara Cosmea Jadjesky
- Prof. Doutoranda Ângela Maria dos Santos Florentino
- Prof. Doutoranda Maria Cláudia F. dos Santos Bezerra
- Prof. Mestre Débora Buriol Rocha Ribeiro
- Prof. Mestre Bruno de Freitas dos Santos
- Prof. Mestrando Hilário Jebeson Viana da Costa
- Mestranda Margareth Lima Marques de Aguiar
- Mestranda Maria Beatriz de Oliveira Marques

ABSOLUTE REVIEW

Periódico Multidisciplinar
Trimestral.

Departamento Acadêmico
ACU - Absolute Christian University

E-mail: revista@acu.education
Sites: www.review.acu.education
www.acu.education



ACU-ABSOLUTE
CHRISTIAN UNIVERSITY



COSER
SALVADOR
GROUP

**PUBLICAÇÕES INTERDISCIPLINARES
DE PESQUISADORES DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA:**



ABSOLUTE REVIEW

ACADEMIC DEPARTMENT ABSOLUTE CHRISTIAN UNIVERSITY

V. 16, N. 01. AGOSTO. 2023 | BRASIL.

Versão On-line.

Resumo em português e inglês.

ISSN(eletrônico): 2674-662X

1. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Educação.
2. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Saúde.
3. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Direito.

CDU 371

**DIREITOS DE PERMISSÃO
E UTILIZAÇÃO**

As opiniões emitidas nos textos publicados na
Revista Científica Excellence
são de total responsabilidade de seus respectivos autores.

Todos os direitos de reprodução,
tradução e adaptações estão
reservados com identificação
da fonte.

OS ARTIGOS ESTÃO DISPONÍVEIS EM:
<<http://review.acu.education/edicao-atual/>>



PREFÁCIO

É com entusiasmo que apresentamos a **16ª Edição da Absolute Review**, dedicada ao tema central: "*o lúdico como recurso metodológico na inclusão*". Nesta publicação, reunimos artigos que destacam o poder transformador do lúdico e também trazem contribuições relevantes nas áreas de Ciências da Educação e Ciências da Saúde.

A inclusão é um princípio essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse contexto, a ludicidade se mostra uma ferramenta poderosa para promover a inclusão e superar barreiras educacionais e sociais.

Os artigos aqui presentes exploram a aplicação prática do lúdico como recurso pedagógico, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais envolvente e acessível a todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais. Além disso, abordam a importância da criatividade, do afeto e da imaginação como elementos fundamentais para uma educação

verdadeiramente inclusiva.

Além do tema central, a "Absolute Review" traz outras contribuições valiosas, como métodos inovadores de ensino, intervenções psicopedagógicas, políticas públicas em educação inclusiva e pesquisas nas áreas de saúde mental, neurociência e psicologia educacional.

Agradecemos a todos os autores e colaboradores que tornaram possível esta edição. Nosso desejo, é que os artigos aqui presentes inspirem práticas inovadoras e estimulem o avanço contínuo do conhecimento, para construirmos uma sociedade mais inclusiva, onde cada indivíduo seja valorizado em suas singularidades e tenha oportunidades plenas de desenvolvimento.

Boa leitura!

Pós-Doutor Cristiano de Assis Silva

Diretor Acadêmico da ACU - Absolute Christian University;
Editor-Chefe da Absolute Review.



SUMÁRIO

PREFÁCIO	05
A RELEVÂNCIA DA INTERAÇÃO NA SALA DE AULA: UM OLHAR ESPECÍFICO NO USO DO LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA <i>Antônio Vanúbio da Silva</i>	08-12
PSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA <i>Denise Maria dos Santos Marcelino</i>	13-23
A UTILIZAÇÃO DO LÚDICO E DOS JOGOS DIDÁTICOS COMO POTENCIALIZADOR PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO <i>Aleanir Mariano da Silva</i>	24-27
LETRAMENTOS EM DIFERENTES LINGUAGENS <i>Luciane Queroz Moura</i>	28-33
ASPECTOS CLÍNICOS, EPIDEMIOLÓGICOS, LABORATORIAIS E DE CONTROLE DA ANEMIA FERROPRIVA: UMA REVISÃO DA LITERATURA <i>Delane Cristina da Silva</i>	34-39
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: A SAÚDE DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS GERAIS <i>Gerson Sebastião de Lima</i>	40-44
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS DIFICULDADES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA ESCOLA <i>Leda Maria Araujo Furtado</i>	45-53
ALTERAÇÕES DE EXAMES DE COAGULAÇÃO CAUSADOS PELA COVID-19: UMA REVISÃO DE LITERATURA <i>Michelle Barbosa Dias</i>	54-61
PRINCIPAIS VANTAGENS DA UTILIZAÇÃO DOS ANTICOAGULANTES ORAIS DE AÇÃO DIRETA: UMA REVISÃO DE LITERATURA <i>Michelle Barbosa Dias</i>	62-67
SAÚDE PSÍQUICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE <i>Ivete Medeiros de Farias</i>	68-80
HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: UMA METODOLOGIA DE ENSINO PARA A COMPREENSÃO DA LEITURA <i>José Aristides Lima de Araújo</i>	81-88
SISTEMAS DE CORRESPONDÊNCIA: RAZÕES QUE SUSTENTAM O USO DAS RELAÇÕES NA DESCRIÇÃO GRAMATICAL <i>Aldeci Gomes Quaresma & Cristiano de Assis Silva & Antonia Angela de Lima & Noslaine Sant'Anna Celestino</i>	89-93

O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES SOBRE O SUJEITO DA PRÁTICA	
<i>Lécia Moreira Lopes</i>	94-103
BREVE ANÁLISE DO CONTO AS TRÊS IRMÃS, DE MOREIRA CAMPOS, COMO PRÁTICA TEXTUAL	
<i>Luiza Maria Aragão Pontes</i>	104-108
UMA ANÁLISE DAS PESQUISAS SOBRE O USO DE TECNOLOGIA PARA PROMOVER O APRENDIZADO E A COMPREENSÃO DOS CONCEITOS MATEMÁTICOS	
<i>Fabiano Rodrigues dos Santos</i>	109-115
OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM SEUS PROCESSOS CULTURAIS	
<i>João Evangelista Neto & Regilane Ribeiro Sansão</i>	116-119
UM NOVO OHAR NO JEITO DE ENSINAR E APRENDER: A INTERDISCIPLINARIDADE NO COMANDO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO POR NOVOS PARADIGMAS CURRICULARES ATENDENDO OS EDUCANDOS DO ENSINO MÉDIO NO MOMENTO DA COVID-19	
<i>Rivaldo Arruda da Silva</i>	120-125
BIBLIOTECA ESCOLAR: BERÇO DO EXERCÍCIO DO TRABALHO COM A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO-TIC EM TODOS OS TEMPOS	
<i>Rivaldo Arruda da Silva</i>	126-132
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA TUBERCULOSE NA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL NO ANO DE 2022	
<i>Isabel Cristina da Rocha Silva Rodrigues</i>	133-135
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO ESCOLAR	
<i>José Armando Soares dos Santos</i>	136-144
AUTISMO E A INCLUSÃO ESCOLAR	
<i>Maria Ieda Guimarães</i>	145-150
A GAMIFICAÇÃO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	
<i>Lana Ingrid Pitanga Tobias & Cleidejane Soares de Barros</i>	151-159
LETRAMENTO DIGITAL: EM CONTEXTO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
<i>Tereza Maria de Oliveira Ferreira</i>	160-164
LEIS DA INCLUSÃO: APLICABILIDADE E EFETIVIDADE NO BRASIL	
<i>Ângela Maria de Lima</i>	165-175
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS DIFICULDADES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA ESCOLA	
<i>Leda Maria Araujo Furtado</i>	176-184
FORMAÇÃO DE PROFESSORES: METODOLOGIAS ATIVAS DIGITAIS APLICADA NO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Maria das Graças Tavares da Silva</i>	185-189

A RELEVÂNCIA DA INTERAÇÃO NA SALA DE AULA: UM OLHAR ESPECÍFICO NO USO DO LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

THE RELEVANCE OF INTERACTION IN THE CLASSROOM: A SPECIFIC LOOK AT THE USE OF THE NATURE SCIENCE LABORATORY

Antônio Vanúbio da Silva ¹

RESUMO

Objetivamos com o estudo em questão, discutir a relevância da interação na sala de aula um olhar específico no uso do laboratório de ciências da natureza. Investigar uma perspectiva do professor na gestão da sala de aula no contexto do uso do laboratório de Ciências da Natureza. Para a concretude dessa pesquisa, realizamos uma Revisão Sistemática Integrativa. Verificamos que as distintas metodologias usadas pelos professores de química sobre as atividades experimentais se mostraram mais favoráveis para a execução das tarefas pelos alunos. Os resultados revelaram a relevância de se debater as atividades práticas em contextos ciências da natureza, devido as ausências formativas dos professores e dos alunos com a falta de “infraestrutura”, no caso, laboratório de ciências adequado no ambiente escolar. Concluímos que promover atividades práticas com o uso do laboratório desperta no aluno o interesse pela realização das atividades práticas investigativas, acercando a sala de aula do contexto de construção do conhecimento científico, assim, extrapolar as inúmeras limitações que impedem a melhoria da qualidade da educação no Brasil.

PALAVRA-CHAVE: Sala de aula. Ciências da Natureza. Didática-pedagógica. Laboratório de ciências.

ABSTRACT

With the study in question, we aimed to discuss the relevance of interaction in the classroom with a specific look at the use of the natural science laboratory. To investigate a teacher's perspective on classroom management in the context of using the Natural Sciences laboratory. For the concreteness of this research, we carried out an Integrative Systematic Review. We verified that the different methodologies used by the chemistry teachers on the experimental activities were more favorable for the execution of the tasks by the students. The results revealed the relevance of debating practical activities in natural science contexts, due to absences from teachers and students with the lack of “infrastructure”, in this case, an adequate science laboratory in the school environment. We conclude that promoting practical activities with the use of the laboratory awakens in the student the interest in carrying out practical investigative activities, bringing the classroom closer to the context of building scientific knowledge, thus, extrapolating the numerous limitations that prevent the improvement of the quality of education in the Brazil.

KEYWORDS: Classroom. Nature Sciences. Didactic-pedagogical. Science lab.

¹ Doutoranda e Mestre em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. **E-MAIL:** vanubiosilva@yahoo.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lates.cnpq.br/9901617083987932

INTRODUÇÃO

O presente estudo foi realizado com o intuito de investigar a sala de aula por meio do uso do laboratório de ciências da natureza aliando teoria à prática.

Neste contexto, partindo da problemática, em que o número de alunos significativo não interesse pela disciplina de Química. Temos como questionamento central: de que forma a gestão da sala de aula em laboratórios de Ciências podem colaborar no processo de aprendizagem dos alunos?

A educação pública do Brasil ainda enfrenta pontos fracos. Nesse sentido, por meio de pesquisas científicas buscam exercer um papel importante no subsídio a identificar tais pontos, procurando amenizar esses problemas. No ensino de química, o principal obstáculo para a inserção da prática o experimento na aula de química é a falta de laboratório de química ou Ciência. Poucas escolas possuem estrutura física que possa acomodar materiais didáticos e os equipamentos necessários para a realização desses cursos (SILVA, 2016).

O ensino de Ciências é tido como uma metodologia progressista, pois permite ao docente o trabalho distinto dos conceitos combinados as séries a que se destinam, bem como o aproveitamento de aulas experimentais e tornar flexível em promover aulas desiguais das tradicionais (LIMA e SILVA, 2014).

São muitas as causas apontadas para explicar a ineficiência do sistema de ensino brasileiro, bem como a deficiência apontada na disciplina de ciências. Muitos pesquisadores educacionais da área, têm buscado constantemente soluções para essa problemática, mas infelizmente não chegaram há um real consenso. No caso de Ciências, percebe-se que quando existe apenas o uso de aula teórica durante todo o ano letivo, há uma falta de interesse maior por parte dos alunos.

Diante disso, a pesquisa objetivou-se investigar as dificuldades do professor na gestão da sala de aula no

contexto do laboratório de ciências da natureza. De modo específico, analisar uma didática mais dinâmica e satisfatória.

MÉTODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica, que seguiu as seguintes etapas: 1ª) Definição do tema, a relevância da interação na sala de aula um olhar específico no uso do laboratório de ciências da natureza no ensino médio. Como a seleção da pergunta norteadora: de que forma a interação na sala de aula em laboratórios de Ciências podem contribuir ou interferir no processo de ensino aprendizagem no ensino médio?

Na escolha da estratégia de busca, Scielo, foram selecionados artigos com características, pertinentes Ciências da Natureza e bases de dados mais eficazes no levantamento das publicações; 2ª) Escolha dos critérios de inclusão, foram incluídos artigos originais indexados no período entre janeiro de 2011 aos dias atuais, temáticas com pedagógica para atrair o aluno na disciplina, bem como publicações e abordagem sobre a interação na sala de aula no uso do laboratório. Já os critérios adotados para a exclusão foram: publicações há mais de 10 anos; 3ª) Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados através da leitura dos agentes indexadores das publicações, como resumo, palavras-chave e título, bem como organização dos estudos pré-selecionados e identificação dos estudos selecionados; 4ª): Categorização dos estudos selecionados, com elaboração e uso da matriz de síntese, além de análise das informações, formação de uma biblioteca individual e avaliação crítica dos estudos selecionados; 5ª) análise, interpretação e discussão dos resultados; 6ª) Apresentação da revisão em formato de artigo, o qual contemple propostas para estudos futuros (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011; SCHMOELLER et al., 2011). O Quadro abaixo.

O corpo textual foi analisado por meio da

frequência de palavras, que originou a nuvem de palavras (Figura 1) criada na Plataforma *online WordArt*. Esta ferramenta agrupa e organiza graficamente as palavras-chave evidenciando-as as mais frequentes.

FIGURA 1 - Nuvem de palavras



FONTE: elaborada pelo autor.

Por meio da Figura 1, foi possível observar que as palavras em evidência na nuvem pertencem as categorias desenvolvidas a partir da análise de conteúdo de Bardin. Todas as categorias derivam da sua frequência, que diz respeito ao seu quadro referencial. Em consonância ao objetivo deste trabalho, optou-se por descrever as palavras que apresentaram frequência total no texto e, a partir de seus sentidos nos campos textuais, tinham maior relevância para as representações sociais sobre o a gestão da sala de aula no uso do laboratório de ciências da natureza.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram incluídos 8 artigos, encontrados na base de dados do SCIELO, os outros foram excluídos por não estarem relacionados com o objetivo do trabalho.

Na sala de aula, a análise sugere que o grupo projeta oportunidades de aprendizagem unificando

conceitos, epistemologia e objetivos sociais. Embora existam em situações remotas, os métodos associados a esses objetivos são muito diferentes, por isso as perspectivas são promissoras plano diferentes aspectos da aprendizagem de ciências (MUNFOR, 2015).

Considerando-se as escolas brasileiras, há mitos constatados tanto nas escolas com laboratórios inoperantes, empregados mais como armazém e almoxarifado, do que como lugar de ensino-aprendizado, como as escolas que não têm infraestruturas laboratorial, entretanto conseguem realizar atividades práticas em locais improvisados e com materiais de baixo custo e/ou, às vezes, emprestados. Nesse sentido, apontam-se as atuações colaborativas entre ambientes não formais e formais, que vêm colaborando tanto com a transferência de materiais e “kits”, como na formação de professores (BASSOLI, 2013).

Os resultados da pesquisa constataram que os alunos de PC estariam obtendo orientações mais concisas e planejadas que os alunos de PB sobre a forma que devem administrar e organizar suas atividades. Os indicativos no exercício de PC abordam ajuste fraco ou muito fraco pertinentes às intervenções dos alunos nos momentos de definição das tarefas; dessa forma, interferindo nas acepções e na organização das atividades, incorporado com a professora, sobre as atividades experimentais e as acepções no âmbito dos trabalhos que serão realizados por eles a partir de suas sugestões (SANTOS, SANTOS; SILVA, 2014).

A manifestação de um dos estudantes pesquisado revela que o conhecimento do contexto educacional, só é alcançado ou só faz sentido quando o licenciando se torna professor, e perceber o enriquecimento entre a teoria e prática sejam aliadas aos conversação, ainda é possível deduzir, da fala de outro pesquisado, a constituição e/ou movimentação dos saberes pedagógicos conteudistas (ESTEVINHO e SILVA, 2021).

O debate na área de educação abrangendo ciências concentra-se no entendimento desse “mundo social” como uma condição de panorama em que se

passa o percurso do ensino e aprendizagem de ciências. Logo, os argumentos socioculturais dos alunos, não obstante de legitimados no campo, às vezes, use um ambiente secundário nas análises, sem uma apreensão sobre como eles induzem implicações obtidas ou amparam na interpretação e análise dos processos de aprendizagem de ciências (FRANCO e MUNFORD, 2018).

A socialização de experiências com colegas de trabalho na área educacional e diz-se atento às implicações de seu ensino na vida dos alunos, relacionando-se às teorias de práticas docentes reflexivas abordando o protagonismo juvenil (SOUZA, SILVA, SILVA (2013). Acrescenta (Souza, Silva, Silva (2013, p. 183): “É estimular a autonomia do jovem... o pensamento dele como agente de transformação...”) e a outros aspectos, característicos da prática reflexiva, que estiverem presentes em seu cotidiano docente”.

No que concerne as fichas de avaliação permanecem sendo uma ferramenta básica de avaliação das aprendizagens, não obstante dos regulamentários analisarem a relevância da implementação de práticas de caráter formativa no processo de ensino e de aprendizagem (CID e COREIA, 2021) apud (PORTUGAL, 2016). Desse modo, os professores devem potencializar os ensinamentos na aprendizagem da avaliação, de forma a requerer processos formativos que sugiram a simplificado obtenção e influência de aprendizagens dos educandos aliando teoria e prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o delineamento metodológico dessa pesquisa foram analisadas com embasamento na teoria como embasamento num todo. Sendo assim, para melhor compreensão dos achados da pesquisa, foram realizadas as composições para se identificar as orientações das aulas práticas em contextos de ciências da natureza. E ao considerar essa perspectiva os resultados da pesquisa destacamos a relevância de se debater as atividades práticas em contextos autênticos,

em que se desarmonizam as ausências formativas dos professores e dos alunos com a falta de “infraestrutura”, no ambiente escolar, dos professores, dos alunos e de suas famílias. Neste cenário, promover atividades práticas é um ato de coragem em que alcançar a realização das atividades práticas investigativas, acercando a sala de aula do contexto de construção do conhecimento científico, é extrapolar, categoricamente, as inúmeras limitações que impedem a melhoria da qualidade da educação no Brasil.

REFERÊNCIAS

BASSOLI, Fernanda. **Atividades práticas e o ensino-aprendizagem de ciência(s):** mitos, tendências e distorções. *Ciênc. educ. (Bauru)* [online]. 2014, vol.20, n.3, pp.579-593. ISSN 1980- 850X. <https://doi.org/10.1590/1516-73132014000300005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-73132014000300579&script=sci_abstr&act&tlng=pt>. Acesso em: 22 de maio 2021.

CORREIA, Sônia de Jesus Elias; Cid, Marília Pisco Castro. Avaliação das aprendizagens nas aulas de ciências naturais e biologia e geologia: das percepções às práticas. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v26/1809-449X-rbedu-26-e260005.pdf>>. Acesso em: 22 de maio 2021.

ESTEVINHO, Lúcia de Fátima Dinelli; Silva, Liciane Mateus da Silva. (Re) Contextos da Prática como Componente Curricular: formação inicial de professores de Ciências e Biologia. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v27/1516-7313-ciedu-27-e21015.pdf>>. Acesso em: 22 de maio 2021.

MUNFOR, Danusa; TELES, Ana Paula Souto Silva. ARGUMENTAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE OPORTUNIDADES DE (Belo Horizonte) vol.17. Belo Horizonte. Nov. 2015.

<https://doi.org/10.1590/1983-2117201517s09>. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-21172015000400161>. Acesso em: 22 de maio 2021.

SANTOS, Bruno Ferreira; SANTOS, Karina Novaes; SILVA, Eliana Sardinha. INTERAÇÕES DISCURSIVAS EM AULAS DE QUÍMICA AO REDOR DE ATIVIDADES EXPERIMENTAIS: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA. *Ens. Pesqui. Educ. Ciênc. (Belo Horizonte)* vol.16 no.3 Belo Horizonte Sept./Dec. 2014. <https://doi.org/10.1590/1983-21172014160311>. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-21172014000300227>. Acesso em: 22 de maio 2021.

SILVA; Wagner Rodrigues. EDUCAÇÃO CIENTÍFICA COMO ABORDAGEM PEDAGÓGICA E INVESTIGATIVA DE

RESISTÊNCIA. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/pdf/tla/v59n3/2175-764X-tla-59-03-2278.pdf>>. Acesso em: 22 de maio 2021.

SILVEIRA, Luiz Gustavo Franco; MUNFOR, Danusa. Aprendizagem de ciências: uma análise de interações discursivas e diferentes dimensões espaço-temporais no cotidiano da sala de aula. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v25/1809-449X-rbedu-25-e250015.pdf>>. Acesso em: 22 de maio 2021.

SOUZA, Agilson Nascimento; SILVA Suely Alves; SILVA Rosane Maria Alencar. Ações reflexivas na prática de ensino de Química. 2013. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/epec/v15n1/1983-2117-epec-15-01-00175.pdf>>. Acesso em: 22 de maio 2021.

A PSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PSYCHOMOTRICITY IN INCLUSIVE EDUCATION

Denise Maria dos Santos Marcelino ¹

RESUMO

A psicomotricidade, sendo relevante na área de Educação Infantil, fase em que a criança gosta e tem muito interesse em brincar. O profissional da área da educação, não somente o professor, mas todos que estão envolvidos nesta área devem aproveitar e enriquecer o gosto da criança pelo brincar. Objetivo: compreender as contribuições da psicomotricidade, dentro da Educação Infantil, visando o desenvolvimento e trabalhando a relação existente entre três aspectos: Mente – Afeto – Motor. Trata-se de uma ciência do corpo e da mente, tendo como partida o desenvolvimento psicológico da criança, ou seja, a elaboração do “EU” da personalidade, do esquema corporal, onde a criança aprende a consciência do seu próprio corpo e com isso a possibilidade de expressar por meio desse corpo. Um esquema corporal mal estruturado tem como resultado um déficit da relação sujeito-mundo exterior, traduzindo-se nos planos da: Percepção: déficit da estruturação espaço-temporal; Motricidade: desajeitamento e incoordenação nas atitudes; Da relação com outro: insegurança nesse aspecto, levando a origem de perturbações afetivas, além de vários outros fatores. O movimento corporal constitui, sem dúvida, um fator de grande importância para a criança. O processo de apropriação, pela criança, do próprio corpo se faz no contexto das relações com os outros que a apoiam, que lhe oferecem modelos, que a incentivam, mas que igualmente limitam, restringem e impedem.

PALAVRAS-CHAVE: Psicomotricidade. Estrutura corporal. Coordenação motora. Educação Infantil.

ABSTRACT

Psychomotricity, being relevant in the area of Early Childhood Education, a phase in which the child likes and is very interested in playing. The education professional, not only the teacher, but all who are involved in this area should take advantage and enrich the child's taste for play. Objective: to understand the contributions of psychomotricity, within Early Childhood Education, aiming at the development and working the relationship between three aspects: Mind - Affect - Motor. It is a science of the body and mind, starting with the psychological development of the child, that is, the elaboration of the "I" of the personality, the body scheme, where the child learns the awareness of his own body and with that the possibility of expressing through this body. A poorly structured body schema results in a deficit in the relationship between the subject and the outside world, translating into the following planes: Perception: deficit of the space-time structuring; Motricity: clumsiness and incoordination in the attitudes; Of the relationship with another: insecurity in this aspect, leading to the origin of affective disturbances, besides several other factors. Body movement is undoubtedly a factor of great importance for the child. The process of appropriation by the child of his/her own body takes place in the context of relationships with others who support him/her, who offer him/her models, who encourage him/her, but who also limit, restrict and impede him/her.

KEYWORDS: Psychomotor skills. Body structure. Motor coordination. Early childhood education.]

¹ Pedagoga - UNESP – Universidades Julio Mesquita. Psicopedagoga – FAPI – “Faculdade de Pinhais”. Mestrando em Ciência da Educação pela Hiltbay University. Diretora pedagógica da USEFAZ Escola. E-MAIL: denisemarcelino02@yahoo.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/3111225337228408

INTRODUÇÃO

A psicomotricidade é uma ciência que tem como objeto de estudo o homem através do seu próprio corpo em movimento, e em relação ao seu mundo externo e interno. Ao ter conhecimento e consciência do próprio corpo, a criança irá ter gestos organizados, coerentes e coordenados e assim combater a mecanização dos gestos tão presentes atualmente em nossas escolas. Logo o processo de apropriação (adequação, adaptação) do próprio corpo está relacionado ao contexto social que ela participa.

A psicomotricidade pode constituir um modo de prevenção adequado para compensar a multiplicidade dos distúrbios de aprendizagem escolares no ensino fundamental e ajudar no desenvolvimento de crianças com deficiências. A criança desde que, nasce até entrar para a escola, pode ser limitada de seus movimentos e algumas vezes pode sofrer repressão lúdica- espacial causada por deficiência ou não.

É significativo para a criança conhecer o próprio corpo e aprender a direcionar os movimentos corporais de uma maneira saudável e prazerosa para o seu convívio com o mundo exterior.

Vários autores têm abordado o tema psicomotricidade, devido a sua importância e relevância para a educação e saúde corporal.

Neste trabalho vou apresentar contribuições que podem levar a criança ao conhecimento do seu corpo de uma maneira prazerosa, tendo gosto em conhecer, aprender, procurando assim facilitar e ser mais uma ferramenta para o trabalho dos profissionais da área da educação e ser usada como mais uma ferramenta na consolidação da inclusão escolar da pessoa com deficiência.

AUTORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA MAIOR COMPREENSÃO NA ÁREA DA PSICOMOTRICIDADE

RUDOLF LABAN (1879-1958)

Professor e coreógrafo húngaro, considerado o criador da dança expressionista alemã. Estudou arte e arquitetura na França, mas dedicou-se à dança após trabalhar nos carnavais de Munique na Alemanha. Interessava-se pelas danças grupais de celebração realizadas em espaços rurais, classificando-as como “experiências compartilhadas de movimento e senso de comunidade”.

“Desenvolveu a “labanotação” sistema de registro de movimentos. E investigou os “ritmos naturais do corpo” que expressariam os estados mentais, emocionais e motores das pessoas”. (Pedagogia Cidadã, Caderno Formação Artes 2004).

O ritmo musical é movimento! Por isso, é fácil compreender a importância das experiências em que a criança descobre sons e ritmos em seu corpo e no ambiente que a rodeia. São importantes também, as brincadeiras com os objetos que produzem sons, pois nessas ocasiões, brincando, a criança treina o controle de seus músculos. Toda expressão musical ativa e age sobre a mente da criança, favorecendo também a descarga emocional e aliviando as tensões.

HENRI WALLON (1879-1962)

Médico, filósofo e educador. Conhecido pela teoria do desenvolvimento cognitivo, centrada na psicogênese da pessoa.

Wallon fundou um laboratório destinado à pesquisa e ao atendimento de crianças deficientes. Em 1945, publicou seu último livro “Origens do Pensamento na Criança” e em 1948 criou a revista “Enfance” instrumento de pesquisa para especialista em psicologia e fonte de informação para educadores (Pedagogia Cidadã, Caderno Formação Artes 2004).

Segundo o pesquisador, as experiências mais satisfatórias são aquelas feitas com as pessoas e não as

realizadas na manipulação de objetos materiais. Para ele, o desenvolvimento psicológico está intimamente ligado aos sucessivos modos de relação com o meio humano e psíquico.

O homem nasce e vive numa sociedade, pois se tornar humano implica assemelhar-se e fazer parte do grupo social, além de ocupar um espaço único e singular entre os seres humanos.

JEAN PIAGET (1896-1980)

Piaget é considerado um dos mais famosos epistemologistas da moderna psicologia. Foi co-diretor do Instituto das Ciências da Educação de Genebra, diretor do Instituto da Educação Jean Jacques Rousseau e diretor fundador do Centro Internacional de Educação.

Segundo Piaget, o desenvolvimento cognitivo do indivíduo ocorre através de constantes desequilíbrios e equilibrações. Dois movimentos complementares e constantes, assimilação e acomodação, são acionados para alcançar um novo estado de equilíbrio.

- **Assimilação:** processo de modificação dos elementos do meio, de modo a incorporá-los à estrutura do organismo (ajustamento de novas experiências).
- **Acomodação:** ajustamento do organismo às exigências do objeto (físico ou não) a ser assimilado.
- Os esquemas (todo esquema tem função adaptativa) de assimilação e acomodação variam de indivíduo para indivíduo, conforme a qualidade e quantidade de suas interações.

O homem é dotado de esquemas mediante os quais, simultaneamente incorpora o mundo a si mesmo e adapta-se a ele. Desde as mais simples atividades como, sugar, ver ouvir, enxugar e pegar, através de combinações chega-se a sistemas de ação que evoluem e transforma-se em esquemas lógicos.

Os esquemas de Assimilação e Acomodação aplicam-se a tudo, mas são forçados (pelo meio) a se diferenciarem continuamente.

LIEV SEMYONOVICH VYGOTSKY (1896-1934)

Psicólogo nascido na Bielo-Rússia. Este pesquisador considera que o pensamento e a linguagem constituem a chave para a compreensão da natureza humana, uma vez que as palavras desempenham um papel central no desenvolvimento do pensamento e no desenvolvimento histórico da consciência. Sua teoria tem por base o desenvolvimento do indivíduo como resultado de um processo sócio-histórico e o papel da linguagem e da aprendizagem neste desenvolvimento.

“Enquanto para Piaget, a aprendizagem depende do estágio de desenvolvimento atingido pelo sujeito, para Vygotsky a aprendizagem favorece o desenvolvimento das funções mentais”. (Pedagogia Cidadã, Cadernos de Formação Psicologia da educação, 2003).

Segundo Vygotsky o fundamento do funcionamento psicológico é social e, portanto, histórico. As origens das funções psicológicas superiores devem ser buscadas nas relações sociais.

JULIÁN DE AJURIAGUERRA

Ajuriaguerra, médico psiquiatra laureado pela École de France, considerado pela comunidade científica como o “Pai da Psicomotricidade”, define a psicomotricidade como ciência da saúde e da educação, divergindo das escolas, psicológica, condutista, evolutista, genética e etc, visando à representação e a expressão motora, através da utilização psíquica e mental do indivíduo (O que é a Psicomotricidade? www.ispegae-oipr.com.br/psico-oque.php).

OUTROS AUTORES E SUA IMPORTÂNCIA

A psicomotricidade, criada há quase 40 anos pelo Professor André Lapierre (Professor de Educação

Física, cinesioterapeuta, psico-reeducador), é para que se construa uma imagem corporal positiva do indivíduo, uma ferramenta eficaz no processo de desenvolvimento psicomotor, afetivo, cognitivo, social e relacional do ser humano para uma maior adaptação e convivência no mundo externo.

“O autor que mais influenciou o pensamento psicomotricista no País, foi sem dúvida, o Francês Lê Boulch, através da publicação de livros, de sua presença no Brasil e de seus seguidores presentes em várias partes do mundo” (Pedagogia Cidadã, Caderno de Formação Educação Física 2004).

OS OBJETIVOS DA PSICOMOTRICIDADE E SUA RELEVÂNCIA NA EDUCAÇÃO

ASPECTOS MOTORES:

- Melhora a organização dinâmica;
- Favorece a atenção;
- Controla a função tônica;
- Ajusta a inibição e a falta de limites.

ASPECTOS AFETIVOS E SOCIAIS:

- Diminui conflitos e as incompreensões;
- Aumenta o sentimento de autoconfiança;
- Combate à repressão;
- Maior compreensão das atitudes e criações;
- Facilita a integração em grupos sociais;
- Eleva a capacidade para enfrentar situações novas, etc.

EFEITOS PSÍQUICOS E ESCOLARES:

- Aperfeiçoamento rítmico;
- Aperfeiçoamento motor;
- Enriquecimento da expressão simbólica;
- Elevação do rendimento escolar;
- O despertar do desejo em aprender;
- Desenvolvimento do potencial criativo, etc.
-

AS TÉCNICAS E AS ÁREAS DE ATUAÇÃO DA PSICOMOTRICIDADE

ESTIMULAÇÃO:

- Despertar do corpo através de exercícios, jogos e movimentos sincronizados na busca de harmonia, gestos organizados.

EDUCAÇÃO PSICOMOTORA:

- Abrange toda a aprendizagem da criança, no individual ou coletivo.

Os pais têm papel importante na vida da criança, sendo por esse motivo os primeiros educadores, que ajudarão seus filhos a se desenvolverem de forma saudável e com saúde mental para enfrentarem adequadamente situações que venham a ter no futuro.

É indispensável na aprendizagem escolar a aquisição de brincadeiras dirigidas e planejadas.

REEDUCAÇÃO PSICOMOTORA:

- É dirigida às crianças com perturbações instrumentais, ou seja, dificuldade ou atraso psicomotor.
- Antes de se fazer um programa de reeducação, deve-se avaliar as causas do problema e fazer um balanço das aquisições e das carências que a criança está apresentando e a partir deste ponto julgar se o procedimento se faz necessário.

TERAPIA PSICOMOTORA:

- São conflitos mais profundos na sua estruturação, há uma desorganização total da criança em sua harmonia corporal e pessoal. Ex: agressividade acentuada, casos de excepcionalidade e dificuldades de relacionamento corporal, transtornos de personalidade, sendo necessário o uso da terapia psicomotora e também utilizado em casos como das crianças com necessidades com deficiências.

ALGUMAS CATEGORIAS FUNDAMENTAIS, TEÓRICAS E TÉCNICAS NO CAMPO DA PSICOMOTRICIDADE

ESQUEMA CORPORAL:

- É o conhecimento progressivo das partes e funções do corpo, é um elemento básico indispensável para a formação da personalidade da criança.

ASPECTOS IMPORTANTES PARA A FORMAÇÃO DO ESQUEMA CORPORAL

- Domínio do corpo: controle que a criança possui na movimentação ou capacidade de inibição voluntária com cada parte do seu corpo. O relaxamento é um dos recursos mais usados para se educar o domínio do corpo.
- Conceito corporal ou conhecimento sobre o corpo. Este conceito é adquirido por aprendizagem consciente, quando a criança descobre, por exemplo, que tem duas pernas, dois braços, cabeça, etc. O conhecimento das funções das diferentes partes do seu corpo, tais como respiração, batimento cardíaco, também fazem parte do seu conceito corporal.
- Abstração do corpo. As crianças devem ter contato com várias experiências para que passem a adquirir consciência psicológica e controle de si próprias. A criança torna-se capaz de localizar, identificar partes do corpo por nomes, fotos, desenhos, entre outros, localiza também partes do corpo em outras pessoas

IMAGEM CORPORAL:

- É a imagem que a criança tem de si mesma, de sua aparência, altura, etc. Dentro deste aspecto a sua imagem vai estar de acordo com fatores emocionais, experiências sociais, traumas, etc que foram vividos por ela.

ESTADO TÔNICO:

O estado tônico está relacionado à história biológica da criança, a fatores hereditários e de maturidade.

Os diferentes estados tônicos se desenvolvem a partir destes fatores biológicos que estão relacionados à preocupação e a acontecimentos emocionais pelo o qual a criança passa.

HIPOTONIA E HIPERTONIA:

A criança hipotônica tem movimentos mais soltos, leves e coordenados; com comportamento estável e normalmente são calmas e sossegadas. A criança hipertônica traduz uma certa carência afetiva, com agitação constante e excessiva motricidade que a leva a adquirir por seus próprios meios, as habilidades motoras fundamentais ao seu desenvolvimento.

COORDENAÇÃO MOTORA GLOBAL:

É a capacidade de controlar os atos motores, que coloca em ação todo o nosso corpo.

Os exercícios dirigidos, mesmo os mais simples, desempenham papéis importantes no melhoramento do comando nervoso, aprimorando as sensações e percepções. Brincando, elas se preparam para escrever, e a criança tem que sentir prazer na busca pelo saber.

EXERCÍCIOS DENTRO DA COORDENAÇÃO MOTORA GLOBAL:

- Correr: capacidade de correr por uma pista ou caminho com ou sem obstáculos. É coordenação global e instintiva.
- Trepar e suspender: tem valor neuro-motor secundário, mas é um ótimo meio de lutar contra o medo.
- Saltar: capacidade de transpor obstáculos, saltando sem cair. É o exercício de coordenação dinâmica e tem um significado de luta de vontade ligada a noção de esforço.

- Lançar e agarrar. São exercícios de adaptação ideomotora (representação dos gestos a serem realizados para o ato desejado) coordenação visomotora (movimentos guiados pela visão) e óculo-manual (é a forma específica de coordenação visomotora, presente nas atividades manuais).
- Respiração: capacidade de controlar conscientemente a inspiração e a expiração. Fazê-la curta, profunda, lenta e ruidosa pelo nariz ou pela boca até conseguir uma respiração correta e automática, que acontece quando a pessoa inspira pelo nariz normalmente quando em silêncio e expira pela boca durante a fala.
- Com exercícios mais complexos, com dificuldades mais elaboradas, ela colocará em ação todo o seu mecanismo de psicomotricidade tais como: atenção, ritmo, equilíbrio, coordenação dinâmica, organização temporal, força, agilidade, etc.

LATERALIZAÇÃO:

A lateralidade bem estabelecida, leva ao conhecimento dos dois lados do corpo e a capacidade de os identificar com direita e com esquerda.

É um conceito importante a respeito da exploração motora da criança. A noção de lateralidade é uma apreciação interna no corpo, diferença entre direita e esquerda. É esta diferença direcional que forma a fase para a dimensão lateral do espaço.

Quando a criança não possui a lateralidade estabelecida, ocorre dentro do sistema escolar distúrbios como: trocas de sílabas, letras ou palavras, dificuldades em lembrar operações aritméticas, dificuldades em copiar modelos, compreender gráficos e mapas.

O desenvolvimento da lateralidade requer um grande número de atividades, através dos quais os dois lados (dimensão esquerda-direita) possam ser comparados: experiências bilaterais, unilaterais e alternadas.

AFIRMAÇÃO DA LATERALIDADE:

- Com 5 anos deve estar definida a dominância (exercer domínio) cerebral;
- Com 6 anos, a noção de dois lados;
- Com 7 anos, nomeia direita e esquerda;
- Mais tarde, com 8/ 9 anos, tem noção de transposição;
- Até 12 anos deve estar completamente definida.

Como se pode notar, todos esses exercícios, conceitos, podem e devem ser envolvidos no brincar. No brincar a criança desenvolve várias outras capacidades importantes, tais como: a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. O brincar é uma forma de linguagem, as crianças se comunicam com outras pessoas e iniciam a compreensão.

Amadurecem também algumas competências para a vida social, através da interação e da utilização e experiências de regras e papéis sociais.

ALGUMAS FORMAS DE BRINCAR SIGNIFICATIVAS E COM MATERIAIS ENCONTRADOS NA ESCOLA

- Jogos: são situações ideais para a troca de opiniões entre as crianças.

Nos jogos, aprendem a lidar com símbolos e a pensar por analogia (semelhança).

Durante os jogos desenvolve uma postura autônoma no pensar, capacidade de solucionar problemas durante a realização do jogo, questionamentos, esforços para resolverem os desafios.

- Leitura: é um momento especial para a criança, ela aprende a ouvir, a esperar a vez de falar, a imaginar, fantasiar e a criar a partir das imagens visíveis no texto, livro ou CDs.
- Teatro de fantoches: além de educar recreando, é um recurso excelente para a fixação da aprendizagem e até das avaliações; tem valor positivo na pré-escola levando o conhecimento às crianças, enriquecendo suas experiências e ajudando no desenvolvimento psicológico.

- Muito importante na socialização, ampliação do vocabulário das crianças, desenvolve linguagem oral, habilidade motora, imaginação, espírito criador, liberdade de expressão, etc.
- Educação Artística – Arte/Educação: é uma forma de expressão, a individualidade de cada criança, comunicação com o grupo e a sociedade que o cerca.
- Como dizia Piaget: “A arte não entra na criança, sai dela”.
- Outros benefícios específicos: favorece o desenvolvimento psicomotor, socialização, desenvolve iniciativa e criatividade, libera tensões e alcança maior equilíbrio emocional, etc.
- Pintura: é também uma forma de expressão e a pintura a dedo é altamente estimulante e sensibilizadora dos movimentos favorecendo a coordenação motora dos grandes músculos e levando a criança ao contato direto com a tinta e o papel.
- Recreação (dentro da escola, no período de estudo, deve ter o horário reservado para a recreação, um direito do aluno) : as atividades de recreação devem ser rotina dentro da escola, terem contato com outras crianças e com presença e participação constante do professor ou recreacionista.

As atividades podem ser desenvolvidas livremente pelas crianças ou sob a orientação do professor através de atividades dirigidas como os jogos, cantigas de rodas, marchas, brincadeiras, etc.

Areia, bolas, cordas, arcos, pneus, panelinhas, devem estar à disposição das crianças para o estímulo e desenvolvimento do seu espírito em grupo e suas habilidades.

Os estímulos para as crianças dentro das brincadeiras devem ser: correr, trepar, escorregar, pular / saltar, balançar / suspender, pendurar / arrastar-se.

ÁREAS PSICOMOTORAS E AS CONSEQÜÊNCIAS QUANDO HÁ DEFICIÊNCIA

As áreas psicomotoras são: linguagem, estruturação corporal, coordenação motora global, dinâmica manual, organização espacial, organização temporal, organização preceptiva, relaxamento. Estão explicadas abaixo algumas conseqüências resultantes da deficiência nas áreas psicomotoras:

LINGUAGEM:

A linguagem oral surge antes mesmo da criança atingir idade de escolarização, e muitas vezes ao chegar na escola percebe-se que por falta de estímulo ela apresenta ao se expressar: - vocabulário pobre; - falta organização do pensamento; - problemas de articulação das palavras entre outros.

ESTRUTURAÇÃO CORPORAL:

- No plano da percepção apresenta deficiência na estruturação espaço-temporal;
- No plano da motricidade apresenta falhas na execução de movimentos coordenados e a manutenção do equilíbrio corporal e lentidão na execução de atos motores;
- No plano do relacionamento social apresenta caráter aversivo nos relacionamentos, evita tais relacionamentos e tudo engloba as falhas nos dois planos anteriores que afeta o relacionamento social.

COORDENAÇÃO MOTORA GLOBAL E FINA:

Tem dificuldade em se ajustar às várias exigências de seu ambiente, desajeitado para atividades lúdicas e especificamente em esportes. Devido as constantes punições ou repreensão que recebe dos pais, professores e amigos, ela acaba se relacionando com pessoas assumindo um caráter de repulsa, antipatia.

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL:

Tem dificuldade em compreender o significado de palavras que indicam posição espacial, por exemplo:

dentro – fora, abaixo – acima, etc. Não saberá se orientar e se localizar no espaço.

DISTÚRBIOS DA YM:

Os distúrbios da YM podem ser evidenciados precocemente, antes de um ano de idade; mas o quadro completo se evidencia mais claramente quando a criança inicia a escolaridade. Dentro do diagnóstico precoce, além de mais simples, o tratamento é mais promissor nos resultados.

OS QUADROS CLÍNICOS MAIS IMPORTANTES SÃO:

- Debilidade Psicomotora: caracteriza-se pela presença de Paratonia e Sincinesia.
- Paratonia: é a persistência de uma certa rigidez muscular, a criança quando caminha ou corre, os braços e pernas se movimentam mal, rigidamente.
- Sincinesia: caracteriza pela participação, no curso de movimentos, de músculos que normalmente não estão interessados pelo movimento. Não executa corretamente atos coordenados nem por imitação.
- Outros sintomas: a criança pode apresentar tremores na língua, nos lábios ou nas pálpebras, quando inicia uma atividade ou quando faz força com os mesmos.

INIBIÇÃO PSICOMOTORA:

A inibição se caracteriza por presença de ansiedade. Esta ansiedade é evidenciada por: franzir de sobrancelhas, cabeça baixa, olhar crispado (contração muscular), com expressão sorridente, sorriso sardônico e distante.

INSTABILIDADE PSICOMOTORA:

Essa instabilidade é observada exclusivamente nos movimentos físicos, mas apresenta-se também nas funções emocionais e intelectuais.

A criança tem instabilidade total, a inteligência é comprometida pela dispersão, não fixa a atenção, tem distúrbios de linguagem especialmente gagueira, tem problemas disciplinares.

Lateralidade cruzada: na absoluta maioria das pessoas, a dominância lateral é esquerda. Os problemas apresentados seriam:

- Inquietude não exagerada;
- Criança desajeitada de modo geral;
- Mostra-se constantemente cansada;
- Coordenação motora pobre;
- Falta de atenção, etc.

A PSICOMOTRICIDADE DENTRO DA ESCOLA: ALFABETIZAÇÃO CORPORAL, CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS E OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

ALFABETIZAÇÃO CORPORAL:

A alfabetização já ocorre quando a criança, bem antes de entrar para a escola, representa e interpreta o pensamento e as idéias através da fala, gestos, símbolos individuais e coletivos, e assim evolui de acordo com seu crescimento.

Na pré-escola, o desenvolvimento da capacidade de ver as coisas, interpretar uma história ou um fato, um relato distinguir cores, formas, tamanhos, pode ser realizado através de símbolos não escritos, como atividades de dobraduras, pinturas, modelagens, etc. O importante é, na fase da pré-escola, levar a criança a compreender o que é a escrita e não apenas compreender os escritos.

A alfabetização forçada não funciona. A criança se alfabetiza sozinha, com seus próprios códigos e símbolos, experiências corporais.

O professor deve aproveitar a vontade de aprender da criança, sua curiosidade, as fases do “por que”, e leva-las a descobrir por si mesma as respostas ajudando-as a crescerem intelectualmente no estímulo de ordenar os fatos e relatar, fazer a organização de

idéias, realização de análises e sínteses cada vez mais precisas. O conhecimento e o domínio do próprio corpo devem ser estimulados através de atividades que podem gerar muito prazer a criança. O trabalho com o corpo, dentro da YM, ajuda cada um a perceber seus próprios sentimentos e a fazer com que os outros compreendam sem o auxílio da palavra.

Qualquer atitude reflete no corpo, nós somos nossas emoções refletidas em nosso corpo, o prazer/desprazer, a satisfação/insatisfação, são inerentes à condição humana e o corpo demonstra esses estados emocionais.

O professor deve também aproveitar o interesse da criança pelas atividades físicas (Educação Física) e direcionar para a alfabetização corporal, ou seja, através dos jogos com estímulos para habilidades físicas e mentais que levarão a criança a ler e a escrever.

Todas as atividades que estimulam a criança a movimentar os braços e pernas são valiosas para reforçar o esquema corporal.

CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS:

“As crianças com deficiências (em sua maioria) podem apresentar vários transtornos como aspectos psicoafetivos, distúrbios genéticos, precariedade do sentimento de identidade e a autonomia é bastante travada.” (Livro: YM Relacional Prática Clínica e Escolar, Suzana Veloso Cabral).

O comportamento dos pais diante do quadro clínico de seus filhos deve ser de postura positiva frente aos problemas lesionais ou genéticos que terão que conviver, e de preferência da melhor maneira possível.

Levar seus filhos a superarem suas limitações e passar pelos preconceitos que irão encontrar dentro da sociedade, ensinando a lidar com sua dificuldade e não se sentir invalidada como pessoa, e sim útil na sociedade.

Deve-se enfatizar a importância da formação profissional e pessoal do professor que pretende trabalhar com crianças com deficiências. Agora com a

inclusão dentro do ensino, todos os professores devem ter o mínimo de conhecimento para trabalharem com essas crianças, conhecer suas dificuldades e saber lidar com elas.

OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO:

As escolas e as famílias devem promoverem o conhecimento e crescimento da criança, se unirem para a formação da mesma dentro do processo escolar, isso é garantir inclusão..

Os profissionais devem levar em conta o processo educativo da escola e sua realidade local, identificar quem são os alunos, seus interesses e o que sabem fazer, ver também o material e o espaço disponível.

O mais importante é conhecer bem seus objetivos e criar um cardápio de atividades prazerosas que permita atingi-los mesmo quando há limitação.

Dentro das atividades o professor deve estar em constante observação e intervir quando for solicitado pelos alunos, mas nunca esquecer de levá-los a refletir, questionar e procurarem a solução através de seus questionamentos, se esforçarem para resolverem seus desafios.

Procurar despertar o corpo e a atividade em movimentos e jogos buscando a harmonia constante, o despertar do movimento.

Professores devem dar estímulos para a pesquisa e limites nos momentos adequados, onde a criança ainda precisa de relativa proteção do adulto.

Portanto, o professor deve levar em conta que quando fica só no aprendizado acadêmico, limitando as atividades das crianças, ele formará um adulto inseguro, não sociável, não desenvolvendo a personalidade da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As leituras para a fundamentação teórica do trabalho que foram realizadas para essa apresentação deste artigo foram fundamentais e relevantes para a conclusão desse trabalho. Essas ideias foram importantes para a maior aquisição de informações e conhecimentos na minha área profissional, rever o meu trabalho e ter consciência de que todos temos a nossa parcela de culpa nesse ensino descontextualizado, e que fazemos parte de um sistema onde devemos buscar a qualidade no ensino, procurando desenvolver a capacidade cognitiva do aluno, sua afetividade e sua coordenação motora relevantes dentro da área de Educação Inclusiva. Exercícios dirigidos e planejados no contexto dos alunos devem fazer parte no currículo da Educação para construir uma escola inclusiva, onde os objetivos propostos dentro do planejamento do professor, devem ser realmente praticados e coerentes com o que ele propõe aos alunos.

Na Educação inclusiva, principalmente, os exercícios de coordenação motora, esquema corporal, devem constar no planejamento do professor e serem trabalhados num ambiente prazeroso, acolhedor, num clima de brincadeiras e gerando curiosidades, interesses nas crianças ao conhecerem o próprio corpo, direcionando e adaptando seus movimentos da melhor maneira possível através das orientações do professor ou educador. Quando se faz uso do corpo dentro de atividades prazerosas, a criança irá incorporar, associar o aprendizado com sensações gostosas. A escola precisa dar oportunidade para o aluno movimentar-se e não a obrigatoriedade de ficar quieto e sentado o tempo inteiro na carteira de frente para um quadro negro, na espera de que com essa atitude o aluno preste atenção e adquira conhecimentos da matéria aplicada. Por exigir que o aluno fique o tempo todo quieto na carteira, corpo estático, sem movimentos, acaba gerando dores corporais e má postura pelo cansaço de uma única posição durante horas em sala de aula.

Os meios de comunicação também ocupam muito espaço na sociedade, principalmente com as crianças que se envolvem durante horas frente ao computador, vídeo game e programas de televisão onde não há movimentos corporais, contato com outras crianças em brincadeiras, sem interação física e levando a preocupação dessa falta de contato físico, afetividade com outras crianças, experiências adquiridas com trocas em brincadeiras, hábitos saudáveis em que conduzem ao aprendizado mais efetivo e prazerosos. Ter objetivos é fundamental para traçar atividades que permita atingi-los de maneira significativa para os alunos, sendo necessário para aplicação de exercícios, encontrar as opções certas, fazer uma série de diagnósticos, levando em conta o Projeto Político Pedagógico da escola e a sua realidade local e, acima de tudo, identificar quem são os alunos, seus interesses, o que sabem fazer, ver o material e espaço disponível dentro da escola para que se obtenha um trabalho de qualidade. Quanto à formação profissional deve-se incluir nos Cursos de Formação, Especialização, assuntos relativos ao tema Psicomotricidade, aperfeiçoando e preparando os profissionais da educação em que muitas vezes não aplicam os exercícios, os movimentos corporais e conhecimento do corpo na aprendizagem e em seus projetos, devido a falta de informação, conhecimento do assunto.

Na construção de uma imagem positiva, o profissional deve estar informado de como deve ser a prática desses exercícios dentro das vivências grupais ou individuais. Enfim, o professor nessa estrutura pedagógica deve ter metas e objetivos voltados a educação corporal para a saúde, onde o aluno tenha consciência do seu corpo, do seu ser, das suas possibilidades de agir e transformar o mundo a sua volta, sendo necessário também educá-los no uso consciente dos bens de informação e comunicação disponibilizados. Devemos nos preocupar com a falta de brincadeiras e jogos onde as crianças adquirem hábitos e atitudes

saudáveis em que levarão por toda a vida. Sendo a saúde um bem precioso e de valor inestimável, cabe a escola e aos profissionais da educação a função de levarem os alunos à consciência corporal e aos cuidados com o corpo.

REFERÊNCIAS

BAGATINI, Vilson. *Psicomotricidade para deficientes*. São Paulo: Sagra, 1979.

BROTTO, Fábio Otuzi. *Jogos Cooperativos: o jogo e o esporte como exercício de convivência*. Santos/São Paulo: projeto cooperação.

CABRAL, Suzana Veloso. *Psicomotricidade Relacional – Prática clínica e Escolar*. Rio de Janeiro/RJ: Revinter, 2001.

DARIDO, SURAYA Cristina; MAITINO, Edílson Moraes. *Cadernos de Formação de Educação Física, pró-reitora de graduação*. São Paulo: Unesp, 2004., 2001.

PED: Programa de especialização Docente, pós-graduação. Educação Psicomotora, IESDE: Inteligência Educacional e Sistema de Ensino, 2004.

LEVIN, Esteban. “O corpo ajuda o aluno a aprender”. A revista do professor Nova Escola, editora abril, 179, p.20-22. janeiro/fevereiro 2005.

WEIL, Pierre e TOMPAROW, Roland. *O corpo Fala: a linguagem silenciosa da comunicação não verbal*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

A UTILIZAÇÃO DO LÚDICO E DOS JOGOS DIDÁTICOS COMO POTENCIALIZADOR PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

THE USE OF FUN AND DIDACTIC GAMES AS AN ENHANCEMENT OF THE TEACHING AND LEARNING PROCESS OF LOGICAL MATHEMATICAL REASONING

Aleanir Mariano da Silva ¹

RESUMO

INTRODUÇÃO: O desenvolvimento do raciocínio lógico matemático nos educandos no Ensino Fundamental tem sido um grande problema do processo de ensino e aprendizagem nas escolas, uma vez que, a disciplina de Matemática, muitos alunos têm dificuldade em entender os conceitos transmitidos durante as aulas por não encontrarem uma contextualização entre o conteúdo ensinado e a prática. **OBJETIVO:** Discorrer sobre a utilização dos jogos didáticos como potencializador processo de ensino e aprendizagem do raciocínio lógico matemático. **METODOLOGIA:** Do ponto de vista da natureza, a pesquisa em questão é classificada como básica estratégica, tendo como objetivo ser colocada em prática. Do ponto de vista da abordagem do problema a pesquisa é classificada como qualitativa, pois terá somente o pesquisador como sua ferramenta principal trabalhando somente com conceitos, trará também consigo um objetivo e qualitativa por se valer de uma análise bibliográfica. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Considerando a análise das informações obtidas na pesquisa pode-se verificar o quanto os jogos pedagógicos podem ser úteis no processo de ensino e aprendizagem do raciocínio lógico matemático, tornando a aula mais prazerosa além de desmistificar a matemática como o terror das disciplinas.

PALAVRAS-CHAVE: Raciocínio Lógico; Matemática; Lúdico.

ABSTRACT

INTRODUCTION: The development of mathematical logical reasoning in elementary school students has been a major problem in the teaching and learning process in schools, since many students have difficulty understanding the concepts transmitted during classes in the Mathematics discipline because they do not find a contextualization between the content taught and practice. **OBJECTIVE:** To discuss the use of didactic games as a tool to enhance the teaching and learning process of mathematical logical reasoning. **METHOD:** From the point of view of nature, the research in question is classified as strategic basic, with the objective of being put into practice. From the point of view of approaching the problem, the research is classified as qualitative, as it will only have the researcher as its main tool working only with concepts, it will also bring with it an objective and qualitative because it makes use of a bibliographical analysis. **FINAL CONSIDERATIONS:** Considering the analysis of the information obtained in the research, it can be verified how much the pedagogical games can be useful in the teaching and learning process of mathematical logical reasoning, making the class more pleasant besides demystifying mathematics as the terror of the disciplines.

KEYWORDS: Logical Reasoning; Mathematics; Ludic.

¹Mestranda em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. Pós-Graduação em Orientação Supervisão e Inspeção Escolar pela UNICID, Pós-Graduação em Neuropsicopedagogia pela Faculdade de Educação São Luís, Licenciatura em Pedagogia pela UNIRIO. **E-MAIL:** aleanir@yahoo.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br//8438234349489577

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do raciocínio lógico matemático nos educandos no Ensino Fundamental tem sido um grande problema do processo de ensino e aprendizagem nas escolas, uma vez que, a disciplina de Matemática, muitos alunos têm dificuldade em entender os conceitos transmitidos durante as aulas por não encontrarem uma contextualização entre o conteúdo ensinado e a prática.

Para maior efetividade do processo de ensino e aprendizagem do raciocínio lógico matemático, os contextos dos problemas apresentados durante as aulas devem fazer sentido para as crianças, sendo assim, estes se remetem as metodologias pedagógicas e práticas de ensino defendidas pelo educador Paulo Freire o qual acreditava este processo carecia de mudanças, tendo em vista que, deveria ser desenvolvido a partir daquilo que era considerado concreto e real para o educando, fazendo com que o mesmo se tornasse significativo (BRANDÃO, 2004).

No entanto, a questão da contextualização não pode ficar apenas restrita as questões do dia a dia, no caso do ensino e aprendizagem da Matemática a contextualização seria “o ato de vincular o conhecimento à sua origem e à sua aplicação, relacionando-a com situações vivenciadas ou observadas” (NASCIMENTO; FERNANDES, 2016, p.3), ou seja, seria demonstrar como e por que determinado tipo de conhecimento teria surgido e como este poderia ser aplicado nos tempos atuais. Um outro exemplo de contextualização do ensino e aprendizagem de Matemática é trazer para os educandos enunciados que abordem situações problema as quais estes possam interagir, na medida em que, tragam referências ao cotidiano dos alunos, com suas vivências diferentemente da forma tradicional de enunciados que se manifestam de forma mecânica ou com situações desconhecidas e de difícil assimilação.

Dessa forma, quando os autores se referem quando afirmam que os contextos dos problemas devem “fazer sentido” para as crianças estes acreditam ser necessário o prévio conhecimento da bagagem cultural dos educandos que compõe a sala de aula a qual será trabalhada problemas matemáticos, afim de que se possam criar situações problema dentro da realidade destes educandos de modo que os mesmos possam permitir o uso dos modelos resolvidos na escola nas situações de seu cotidiano fazendo uso da ludicidade como ferramenta pedagógica na aplicação de jogos matemáticos que despertem nos educandos mais interesse pela disciplina.

Considerando tal perspectiva em relação ao processo de ensino e aprendizagem do raciocínio lógico matemático, seria importante salientar que, cabe ao professor despertar no educando o interesse pela matemática, utilizando para isso um processo mais dinâmico e criativo, desta maneira a aprendizagem desenvolve-se satisfatória para professor e aluno. Os jogos didáticos preparam o homem, pois diverte, estimula e possibilita a organização física e mental. Através dos jogos desenvolvem-se habilidades, espírito de coletividade, noções de regras e limites, que poderão ser usadas no cotidiano, ajudando-se a resolver ou enfrentar diversas situações (KISHIMOTO, 2017).

Os jogos didáticos preparam o homem, pois diverte, estimula e possibilita a organização física e mental. Através dos jogos desenvolvem-se habilidades, espírito de coletividade, noções de regras e limites, que poderão ser usadas no cotidiano, ajudando-se a resolver ou enfrentar diversas situações. Considera-se o jogo uma técnica importante, porque permite perceber as dificuldades sobre as mesmas de modo a estabelecer caminhos para superá-las.

No contexto educacional, o jogo deve ser usado de maneira justa para que não venha substituir a realidade. Conforme Antunes (2014), para alcançar a aprendizagem é necessário que o sujeito que aprende tenha um determinado nível de desenvolvimento social,

biológico e cognitivo. Os jogos didáticos são considerados importantes justamente por serem elementos estimuladores do desenvolvimento do educando.

Ocorre que, ao jogar, o educando fica envolvido com o que está fazendo e em consequência disso desenvolve sua capacidade de raciocínio e atenção. Santos (2011, p. 18) ao se manifestar sobre o assunto parte do pressuposto de que “é brincando que a criança ordena o mundo à sua volta, assimilando experiências e informações e, sobretudo, incorporando atividades e valores”.

Para Moura e Souza (1996 *apud* KISHIMOTO, 2017, p.58) “o jogo aproxima-se da Matemática via desenvolvimento de habilidades de resoluções de problemas”. Isso significa que jogando, o educando pode aprender a criar estratégias que podem auxiliá-lo tanto no jogo, quanto em cálculos matemáticos, elaborando formas alternativas das fórmulas tradicionais, ou melhor, compreender as tradicionais. Além do mais, os jogos didáticos bem preparados e aplicados por meio de um planejamento servem para inibir o medo de Matemática que muitos alunos possuem.

O presente artigo aborda o uso dos jogos didáticos em sala de aula na disciplina de matemática, como potencializador do processo de ensino e aprendizagem do raciocínio lógico matemático. Mostra que os jogos são ótimos recursos, onde o professor de matemática tem um instrumento que produz efeito esperado para desenvolver seu trabalho com os alunos, pois a criança precisa de atividades dinâmicas para propiciar-lhe um ambiente benéfico para o desenvolvimento de seu interesse pela aprendizagem. Utilizar o jogo didático é uma ótima opção, desde que seja trabalhado de forma clara e objetiva.

OBJETIVO

Discorrer sobre a utilização dos jogos didáticos como potencializador processo de ensino e aprendizagem do raciocínio lógico matemático.

METODOLOGIA

Do ponto de vista da natureza, a pesquisa em questão é classificada como básica estratégica, tendo como objetivo ser colocada em prática. Do ponto de vista da abordagem do problema a pesquisa é classificada como qualitativa, pois terá somente o pesquisador como sua ferramenta principal trabalhando somente com conceitos, trará também consigo um objetivo e qualitativa por se valer de uma análise bibliográfica, considerando que este tipo de ação “enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada” (GODOY, 1995, p.21). Quanto aos procedimentos que serão utilizados para a realização dessa pesquisa, trata-se de dois meios: pesquisa bibliográfica acerca do tema em questão, sendo assim caracterizada pelo fato de que as fontes para sua realização irá abranger “[...] toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc.” (LAKATOS; MARCONI, 2001, p.183) e pesquisa de levantamento, obtendo informações que possam contribuir para a conclusão dessa pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os jogos devem ser significativos e desafiadores, proporcionando oportunidades para que todos participem e permitindo a auto-avaliação no final da atividade. Com a utilização dos jogos pode-se trabalhar o comportamento dos educandos, pois através deles é possível produzir situações para os participantes aprenderem a trabalhar em equipe; desenvolverem a criatividade, o entusiasmo ao aprender, a imaginação, o raciocínio

lógico e capacidade de adaptação a diferentes ambientes (RIZZO, 2018).

Segundo o autor supracitado, ao tomar decisões usando as regras propostas pelos jogos, os alunos constroem seus limites agindo como sujeitos da aprendizagem. Deve-se considerar que a prática de jogos só acontece de maneira eficiente quando o professor atua como orientador neste processo. Criando uns ambientes estimuladores, organizados e capazes de atingir os objetivos propostos pelos jogos (RIZZO, 2018).

A utilização do lúdico para por meio de jogos no processo de ensino e aprendizagem do raciocínio lógico matemático é determinada pelo caráter desafiador do jogo, pelo interesse do educando e pelo objetivo proposto. Não deve ser introduzido antes que o educando revele maturidade para superar seu desafio, e nunca quando o mesmo revelar cansaço pela atividade. Segundo explica Santana (2006, p.01) é “necessário deixar claro o objetivo dos jogos no ensino da Matemática para que não se tornem apenas um lazer nas salas de aula, sem oferecer nenhum auxílio ao processo de ensino-aprendizagem”

Acredita-se que os jogos no processo de ensino e aprendizagem do raciocínio lógico matemático são ótimos recursos que o professor de Matemática pode usar para propiciar um ambiente favorável ao desenvolvimento do interesse do aluno pela aprendizagem. Todavia os jogos serão excelentes recursos, desde que o professor saiba trabalhar de forma coerente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a análise das informações obtidas na pesquisa pode-se verificar o quanto os jogos pedagógicos podem ser úteis no processo de ensino e aprendizagem do raciocínio lógico matemático, tornando a aula mais prazerosa além de desmistificar a matemática como o terror das disciplinas. O lúdico bem utilizado apresenta-se como útil no ensino-

aprendizagem e resulta num bom rendimento escolar, além de ser essencial na formação do professor, para que o mesmo faça bom uso dessa ferramenta em suas aulas, tornando-as mais agradáveis e com maior aproveitamento.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. 20ª Ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2014.

BORIN, J. **Jogos e resolução de problemas: uma estratégia para as aulas de matemática**. São Paulo: IME - US, 2007.

BRANDÃO, C.R. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais**. Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida: **Jogos, Brinquedo, Brincadeiras e a Educação**. 10. Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NASCIMENTO, Julia de Cassia Pereira do; FERNANDES, Vera Maria Jarcovis. O Ensino Das Relações Espaciais Nos Anos Iniciais Do Ensino Fundamental: A Importância Da Contextualização. **XII Encontro Nacional de Educação Matemática. Educação Matemática na Contemporaneidade: desafios e possibilidades**. São Paulo – SP, 13 a 16 de julho de 2016.

RIZZO, G. – **Jogos inteligentes: a construção do raciocínio na escola natural**. 7 ed. SP: Bertrand Brasil, 2018.

SANTANA, Geisa Feltrin. **Jogos Matemáticos: Utilizando Jogos Matemáticos como Auxiliadores no Ensino/Aprendizado**. UNIMESP, 2006. SANTOS, S.M.P dos (org). **O lúdico na formação do educador**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LETRAMENTOS EM DIFERENTES LINGUAGENS

LETTERS IN DIFFERENT LANGUAGES

Luciane Queroz Moura ¹

RESUMO

A escola está sendo ressignificada através dos novos letramentos que estão surgindo em nossa sociedade, já não podemos falar em letramento restrito à escrita, e sim letramentos que são novas formas através das novas tecnologias que redefinem o nosso fazer pedagógico, podemos citar como a pedagogia dos novos letramentos; letramentos digitais, letramentos linguísticos, letramentos literários, letramentos da aquisição de linguagens. Perpassamos desde o letramento, pelos novos letramentos até os letramentos multimidiáticos ou multissemióticos, ou seja, àqueles os quais hoje utilizamos de várias ferramentas desde as que envolvem as multimodalidades verbais, visuais e sonoras. Percebe-se que não podemos mais desconhecer esses novos letramentos, eles estão inseridos em todas as esferas de nossa vida, tanto a escolar quanto a cultural e a social. Porque entendemos que nossos alunos principalmente os de escola pública, os quais têm mais carência desses recursos, dessas ferramentas digitais, requerem mais atenção desse universo tecnológico. Vimos isso com a pandemia que assolou todos os países, inclusive o nosso, e sabemos que os alunos mais afetados foram aqueles que dispunham de menos recursos escolares, culturais, sociais. Então esse é o tempo de redefinir os nossos espaços escolares, para que de fato a gente possa ter uma escola mais democrática, centrada no protagonista que são nossos alunos, prontos para desenvolver competências e habilidades pertinentes a sua formação.

PALAVRAS-CHAVE: Letramento; Letramentos; Multiletramentos; Novos Letramentos, Letramentos Multimidiáticos.

ABSTRACT

Reading means understanding the world, through prior knowledge and experiences. Reading gives us wings, opens our horizons and perspectives to new realities that arise at every moment. Nowadays, privileging literary reading, including it in the universe of interdisciplinarity, is to involve it in the text and context with other areas of knowledge and thus optimize the pleasure and understanding of this reading. The great teacher will be the one who is a reading teacher and also a mediator. And why do we read literature? And why do we need to think of creative and ethically committed ways of teaching it? Ignoring or hiding the importance of the literary book and its reading for students in their school education it is to tread a path of mistakes with consequences of preventing these students from becoming readers. So, how to build everyone's right to reading, literature and literary education? The objective of this research is to emphasize the need for a new look at this literary reading in current schools, and develop projects that encourage literary reading. A methodology on bibliographical research, descriptive approach and qualitative research method will be used. In which concepts of literary reading, teacher mediation, school libraries for student readers' formation will be discussed. The work is based on authors such as Taufer (2020), Taufer (2022), Marson (2022).

KEYWORDS: Literary Reading; Mediation; School Libraries; Literary Projects; Reader Training.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University – ACU. **E-MAIL:** luciane_qmoura@yahoo.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/2497527623396977

INTRODUÇÃO

Percebe-se que a cultura digital tem trazido mudanças importantes nas sociedades contemporâneas, há um avanço significativo das tecnologias de informação assim como um crescente uso de computadores, telefones celulares, tablets, afins. Os estudantes não estão inseridos nessa cultura apenas como consumidores. Eles estão cada vez mais como protagonistas da cultura digital, são novas formas de interação multimidiática ou multimodal e de atuação em rede.

É um desafio para a escola em relação à formação das novas gerações, é necessário que o estudante possua uma relação com os conteúdos e a multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais. Assim, é importante que a escola introduza essas novas linguagens e como elas funcionam porque são novas possibilidades de comunicação. É uma forma de democratizar as tecnologias para uma participação mais consciente na cultura digital, essa é uma nova forma de desenvolver a aprendizagem, a interação e o compartilhamento entre professores e estudantes. Vale considerar que inserir o aluno tanto no universo social quanto no digital é fortalecer a escola como um lugar que potencializa a formação e orienta os estudantes para uma cidadania mais consciente, crítica e participativa. (BRASIL, 2018). O objetivo desse trabalho é compreender que esses novos letramentos que se desenvolvem devido às novas tecnologias, sejam inseridas na escola, porque constituem novas ferramentas na transformação desses alunos em leitores, críticos, reflexivos e que acompanhem esse universo digital que a todos nos cerca.

METODOLOGIA

Dentro da importância da pesquisa científica, esse artigo consta de uma pesquisa bibliográfica e que tem como principal característica fundamentar a pesquisa através de diversos autores, conceitos e definições. A

importância é compreender como uma pesquisa se fundamenta através da produção teórica de vários autores.

A pesquisa bibliográfica é um processo de investigação para solucionar, responder ou aprofundar sobre uma indagação no estudo de um fenômeno. Bastos e Keller (1995, p. 53) definem: “A pesquisa científica é uma investigação metódica acerca de um determinado assunto com o objetivo de esclarecer aspectos em estudo”.

A pesquisa bibliográfica, para Fonseca (2002), é realizada[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Serão utilizados livros, revistas periódicas e vídeo do Youtube que darão embasamento ao referido trabalho, ao utilizar o conceito de “letramento”, em uma perspectiva mais antiga até os “novos letramentos” que se desenvolvem nas sociedades atuais. Utilizaremos autores como: Rojo (2012), Barbosa (2018), Rojo (2019).

LETRAMENTO, LETRAMENTOS

Percebe-se que desde “Letramento”, que estava mais ligado à alfabetização, inicialmente ligada mais a letra, a leitura e a escrita, ela vai crescendo e se modificando com base nos usos sociais da leitura, e diante dessas consequências sociais, culturais, políticas e econômicas, cognitivas e linguísticas, a alfabetização vai

adquirindo outros formatos. Perpassando outras linguagens acrescentamos “s” em letramento que está ligado a letra para letramentos, dos quais vão surgindo letramentos: digitais, letramentos literários, linguísticos, letramentos da aquisição das linguagens dos quais podemos caracterizar com níveis de letramentos por que de acordo com Rojo e Moura (2019):

“É possível utilizar-se de práticas letradas sendo analfabetos, ao tomar o ônibus, ao utilizar cartões de bolsa família, ou cartões bancários, embora precisamos compreender que participar de práticas valorizadas pelas escola requer níveis mais alfabetizados de alfabetismo” (ROJO E MOURA, 2019, P.16)

O indivíduo pode não ser alfabetizado no sentido lato da palavra, mas ele pode ser um indivíduo letrado porque são práticas de letramento que são culturais, sociais, que não abrangem só a escrita e a leitura, mas mostram outros usos sociais.

MULTILETRAMENTOS (NOVOS LETRAMENTOS), LETRAMENTOS MULTIMIDIÁTICOS.

Percebe-se desde a década de 90, a necessidade de uma diversidade cultura e de linguagens na escola. Assim surgia em 1996, a pedagogia dos multiletramentos, o qual surgiu de um grupo de pesquisadores dos letramentos denominados Grupo de Londres (GNL), que após semanas de discussões publicaram um manifesto intitulado “A pedagogy of Multiliteracies – Designing Social Futures”. Uma Pedagogia dos multiletramentos – desenhando futuro sociais”. Nesse manifesto segundo Rojo (2012): Esse grupo tinha como objetivo diante desses novos letramentos que surgiam na sociedade contemporânea, devido às novas TICs (tecnologias de informação), levar em consideração e inserir nos currículos da escola a diversidade de culturas já presentes nas salas de aulas, visto que o mundo é globalizado e que tem várias

características como a intolerância na convivência com relação a diversidade cultural. (ROJO, 2012, p.12).

Para a autora Rojo (2012), esses multiletramentos apontam para dois tipos de multiplicidades existentes em nossa sociedade, ‘a multiplicidade cultural das populações, e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica’.

Essa transformação de letramentos em multiletramentos surge da necessidade de novas ferramentas, que não se restringem apenas à escrita, mas também, à ferramentas digitais. Esses multiletramentos têm característica importantes de acordo com Rojo (2012):

Eles são interativos, mais que isso colaborativos; eles fraturam e transgridem as relações de poder estabelecidas em especial as relações de propriedades (das máquinas, das ferramentas, das ideias, dos textos verbais ou não); eles são híbridos, fronteiriços, mestiços (de linguagens modos, mídias e culturas). Rojo (2012, p.23).

Se os textos atuais mudaram, as competências/ capacidade de leitura e produção de textos, os letramentos atuais não podem ser os mesmos. É importante salientar que as TICs irão permitir que os sujeitos de periferia entrem nesse universo de práticas de textos que antes eram restritas a grupos de poder, mas o objetivo é potencializar e divulgar esses textos por meio de uma rede complexa em que haja fluidez, mobilidade, e que funcione paralelamente as mídias de massa. Deste modo poderíamos observar que através dessas ferramentas digitais a escola deveria desenvolver certas habilidades como: letramentos da cultura participativa/colaborativa, letramentos críticos, letramentos múltiplos e multiculturais ou multiletramentos. (ROJO, 2012, p. 8). Pensando nisso, quais seriam então esses multiletramentos?

A justificativa é que por serem ferramentas digitais, elas podem permanecer “nas nuvens”, assim acessada em diferentes mídias, redes sociais, diferentes, espaços.

O texto introdutório de Língua Portuguesa da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), deixa claro a finalidade maior do componente:

Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens. (BRASIL,2018, p.65-66).

Então percebemos duas palavras importantes nessa citação da BNCC as quais irão corroborar com o nosso trabalho, a ampliação dos letramentos e a diversidade de práticas de linguagens através de outras linguagens. E este será o nosso grande desafio enquanto professores docentes, inserir de modo geral essas práticas de linguagens na escola nos dias atuais.

A partir dos anos de 1990, não vamos apenas ter o texto escrito, oral e impresso; é notório uma transformação digital por conta das mudanças nas mídias, e em todas as linguagens, porque teremos linguagens estáticas: (a pintura, a foto); em movimento (cinema), sons e músicas, vídeos, danças, e que podemos denominar como multissemiótico ou multimodal. (ROJO E MOURA, 2019), p. 11). Podemos perceber também nas competências específicas de linguagens para o ensino fundamental proposta pela BNCC, competência 3 temos:

Utilizar diferentes linguagens -verbal (oral ou visual -motora, como Libras e escrita), corporal, visual, sonora e digital -, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos, e à cooperação.

E é assim que percebemos que todas essas mudanças para novos letramentos se constituem nas escolas nos dias atuais, porque como vimos lá na BNCC, já temos uma proposta dessa escola transformadora, que irá privilegiar as novas tecnologias das quais certamente a escola está inserida.

Os novos letramentos vão surgindo de acordo com (knobel; Lankshear,2007 apud Rojo; Moura, 2019, p.26), porque novos aplicativos de texto, som, imagem, animação, assim como a novos dispositivos digitais: computadores, consoles, laptops, tocadores de mp3 e mp4, tablets, celulares, surgem. Esses letramentos aparecem porque passam a contar com novas mídias e para combinar diferentes linguagens, a linguagem oral, a escrita, a musical, o som, o áudio, o movimento e assim a descoberta de um novo mundo tecnológico. Dentre esses textos multissemióticos ou multimidiáticos podemos pensar em podcasts, infográficos, enciclopédias colaborativas, revistas, livros digitais, fanzines, entre vários, que circulam na Web.

De acordo com o vídeo da Dra. Jaqueline Barbosa, professora da PUC-SP: “A escola e as práticas de linguagens contemporâneas” disponibilizado no Youtube, pensar nesses novos letramentos: “tem a ver em falar então de uma certa mentalidade, que alguns autores chamam de ‘ethos’. O que é essa nova mentalidade e esse novo ethos? Ethos constitui os novos letramentos. Primeiro temos aí o envolvimento das tecnologias sobretudo as tecnologias digitais de formação e comunicação. Mas não basta usar tecnologias e ferramentas digitais para que seja considerado um novo letramento. Novos letramentos têm características que dizem respeito a um processo de produção mais colaborativa, mais compartilhado, portanto supõe mais interação, supõe uma produção menos hierárquica, supõe uma certa hibridização de papéis.

Depois da web 2.0 da disponibilidade das ferramentas digitais, hoje qualquer um de nós grava um áudio, faz um vídeo, a gente vive um hibridismo de

papéis, ou seja, a gente não só consome conteúdos, mas a gente também produz. A gente não só lê mas também é autor. Alguns autores vão fazer uma brincadeira terminológica, A Roxane Rojo vai falar de 'lautor' pra dizer leitor mais autor. Antes da Web 2.0, o que a gente tinha enquanto fluxo comunicativo? Um falando para muitos, assim era a televisão, assim era o jornal, assim era o rádio, assim eram os meios de comunicação mais usuais. Com a Web 2.0 muda o fluxo da comunicação, nós temos muitos falando para muitos. Isso traz vantagens e boas vantagens, temos uma certa democratização da possibilidade de dizer, mas traz também questões ligadas à confiabilidade de informações ligadas a qualidade dessas participações. Essa é uma questão atual com que a escola tem que se a ver". (BARBOSA, 2018). Sabemos que tudo tem que passar por uma curadoria, porque são muitas informações, mas precisamos justamente diferenciar o que é verdadeiro ou fake News (notícias falsas).

Ainda temos que pensar em uma terceira fase de consumo, a Web 3.0, de acordo com Rojo (2015), "pretende antecipar o que o usuário gosta ou detesta, suas necessidades e seus interesses, de maneira a oferecer conteúdos e mercadorias em tempo real. Os efeitos dessa inteligência já começam a se fazer sentir em diferentes sites e redes sociais". (ROJO, 2015, p.121,122)

Assim, percebe-se os vários letramentos, porque teremos os constituídos pela escrita, os valorizados pelas escolas, assim como os ausentes das escolas; aqueles meramente adaptativos, os letramentos que constituem as práticas sociais, os letramentos críticos, porque quando falamos em letramentos críticos, é saber diferenciar até mesmo os discurso de ódio, de outros discursos. Mas o objetivo não é excluir nenhum desses letramentos, não é uma ampliação de usar por usar, é uma produção social significativa e crítica e diversas práticas sociais que segundo Barbosa (2018), "São relações dialógicas que permitam a construção do conhecimento, a apropriação de objetos e o desenvolvimento de habilidades". A escola faz uma

ponte com as culturas mais tradicionais, com as culturas híbridas, juvenis, locais que muitas vezes estão oficialmente ausentes das escolas, assim sendo necessário adotar as práticas das culturas. Então observamos a necessidade de que surgissem novos letramentos, de caráter multimodal ou multissemióticos, hoje os hipermediáticos.

Percebe-se que os letramentos digitais, ou novos letramentos não são apenas consequências de avanços tecnológicos estão relacionados a uma nova mentalidade, que pode ou não ser exercida por meio de novas tecnologias digitais. Rojo (2013, p.7). A importância é buscar nesse ciberespaço um lugar para se encontrar, de maneira crítica, com diferenças e identidades múltiplas.

É necessário salientar que não significa afirmar que devemos abandonar os multiletramentos impressos, mas estar aberto para os novos multiletramentos que surgem a cada momento, por exemplo quando a autora Rojo (2013) menciona as redes sociais, hoje temos o *Instagram*, entre outros que fazem parte desse universo digital.

Então percebemos que estes letramentos se ampliam e modificam transformando-se em multiletramentos, novos multiletramentos ou letramentos hipermediáticos, todos esses adjetivos que se juntam a letramento, irão estar inseridos nessas mudanças atuais dos textos.

No Portal Escrevendo o Futuro do MEC, temos o texto: "As práticas de linguagem contemporâneas e a BNCC", Barbosa (2018) a referida autora faz algumas reflexões e explica a necessidade de se tratar as múltiplas linguagens na escola. A referida autora vai citar e explicar como essas práticas de linguagens contemporâneas: o re-cut trailer ou retrailer, a playlist, meme, o vlog, o trailer honesto, o vídeo minuto, e vai relacioná-los dizendo o que eles podem ter em comum ou diferente. Então vamos perceber que teremos várias produções multissemióticas, de diferentes linguagens e nas quais podem ser usadas ferramentas de áudio, foto ou vídeo.

(BARBOSA, 2018, p.12-19). Todos são considerados novos letramentos, multissemióticos, multimidiáticos, textos que relacionam ferramentas como áudio, foto e vídeo, textos de diferentes gêneros e que circulam em diferentes mídias, esferas, campos de atuação da atividade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos admitir que há uma transformação significativa com o que chamamos de novos letramentos ou letramentos multimidiáticos, precisamos ter consciência que tudo isso faz parte de uma nova escola, uma escola que vai potencializar vários conhecimentos na vida dos alunos, que embora saibamos de todas as dificuldades em inserir tanto na escola pública como na formação dos professores todos esses recursos e ferramentas, dos quais exigem tantos os recursos humanos como os digitais, a escola não pode mais deixá-los passar despercebidos, essa é a nova era na qual estamos inseridos, para que possamos nos relacionar com a escola e o mundo através desse universo digital, conseqüentemente, estes novos letramentos estarão circulando em todas as áreas do conhecimento, de forma interdisciplinar, trazendo uma escola mais conectada, na qual os alunos se tornarão mais participativos, reflexivos, críticos, diante desse novo mundo escolar digital que se redefine.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. **As práticas de linguagem contemporâneas e a BNCC**. Revista Na ponta do Lápis. Portal escrevendo o futuro-MEC, ano XIV, nº 31, p. 12-19, 2018.

BARBOSA, J. **A escola e as prática de linguagens contemporâneas**. Youtube, 18 mar. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IrL7dBRMlaE&t=242s>. Acesso em 30 jan. 2023.

BASTOS, C. L; KELLER, V. **Aprendendo a aprender**. Petrópolis: Vozes, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: a educação é a base**. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

FONSECA.J.J.S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza, UEC, 2002, Apostila.

ROJO, R; MOURA, E. **Multiletramentos na escola** 1º Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ROJO, R. **Escol@ conectada: os multiletramentos e as TICs**, 1º ed, São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

ROJO, R; BARBOSA J. **Hipermodernidade, muliletramentos e gêneros discursivos**. – 1º Ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

ROJO, R; EDUARDO M. **Letramentos, mídias Linguagens**. 1º Ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

ASPECTOS CLÍNICOS, EPIDEMIOLÓGICOS, LABORATORIAIS E DE CONTROLE DA ANEMIA FERROPRIVA: UMA REVISÃO DA LITERATURA**CLINICAL, EPIDEMIOLOGICAL, LABORATORY AND CONTROL ASPECTS OF IRON DEFICIENCY ANEMIA: A LITERATURE REVIEW**Delane Cristina da Silva ¹**RESUMO**

A carência de ferro é considerada a deficiência nutricional mais comum em todo o mundo. Apesar de atingir todas as faixas etárias e ambos os gêneros, mulheres em idade reprodutiva, gestantes e crianças são acometidas frequentemente. O presente estudo objetivou caracterizar a anemia ferropriva por carência nutricional, valorizando os aspectos clínicos, epidemiológicos, laboratoriais e de controle relacionados a essa patologia. Trata-se de um estudo descritivo exploratório temporal de natureza bibliográfica. Este levantamento foi realizado a partir de bases de dados eletrônicas de referência, como Periódicos CAPES, Scielo, LILACS e Pubmed, com artigos em português e publicados no período de 2016 a 2023. Utilizou-se análise de conteúdo por leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa, com avaliação e discussão das obras para a construção do texto final. A importância da deficiência de ferro e da anemia como um problema de saúde pública vem sendo reconhecida pelas autoridades de saúde e governantes nas últimas décadas. Populações expostas a condições sanitárias precárias e com menor acesso a dietas equilibradas e aos serviços de saúde são as mais atingidas, sobretudo, aquelas provenientes de países em desenvolvimento. A deficiência de ferro exerce forte impacto sobre as funções do sistema imunológico, interferência nas atividades laborais e no desenvolvimento cognitivo infantil. O combate e a prevenção da deficiência de ferro devem ser considerados prioridade na promoção da saúde, incluindo estratégias que permitam a avaliação e correção da deficiência de ferro, estimulação ao aleitamento materno, realização de profilaxia, envolvimento da comunidade, além da reformulação dos serviços de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Anemia por Deficiência de Ferro; Epidemiologia Clínica; Testes Laboratoriais.

ABSTRACT

Iron deficiency is considered worldwide as the most common nutritional deficiency. Despite affecting all age groups and both genders, women in reproductive age, pregnant women and children are frequently affected. The present study aimed to characterize iron deficiency anemia due to nutritional deficiency, highlighting the clinical, epidemiological, laboratory and control aspects related to this pathology. This is a descriptive exploratory temporal study with a bibliographical nature. This research was carried out based on electronic databases, such as Periódicos CAPES, Scielo, LILACS and Pubmed, with articles in Portuguese and published between 2016 and 2023. Content analysis was used through exploratory, selective, analytical reading and interpretative, with an evaluation and discussion of the articles for the construction of the final text. Recently, the importance of iron deficiency anemia as a public health problem has been recognized by health authorities and governments. Populations exposed to precarious sanitary conditions and less access to balanced diets and health services are the most affected, especially those from developing countries. Iron deficiency has a strong impact on the functions of the immune system, interfering with work activities and children's cognitive development. Combating and preventing iron deficiency should be considered a priority in health promotion, including strategies that might allow the assessment and correction of iron deficiency, stimulation of breastfeeding, prophylaxis, community involvement, in addition to the reformulation of health care services.

KEYWORDS: Iron-Deficiency Anemia; Clinical Epidemiology; Laboratory Test.

¹Mestranda em Ciências da Saúde Coletiva pela ACU - Absolute Christian University – ACU. Especialista em Hematologia e Hemoterapia pelo Centro Universitário Tiradentes (UNIT); Graduada em Biomedicina pelo Centro Universitário Cesmac. **E-MAIL:** delane_cristina@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/0982146187621241.

INTRODUÇÃO

A prevalência de anemia por deficiência de ferro preocupa os serviços de assistência em saúde de países em desenvolvimento e se tornou um problema de saúde pública no mundo. Com isso, a carência nutricional emerge como uma das principais causas impactantes, em função dos efeitos negativos à saúde (LISBOA et al., 2015). Nesse contexto de distúrbios hematológicos, a Hematologia e a Hemoterapia, segundo Bain (2007), são definidas como as especialidades que estudam e tratam das doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos.

O sangue é considerado uma suspensão de células em um líquido complexo, denominado plasma, constituído por água, sais minerais, vitaminas, proteínas, glicídios e lipídios (VERRASTRO et al., 2010). Cujas principais funções representam o transporte de oxigênio e nutrientes, além da sua participação no sistema imune e nos processos de coagulação (CARVALHO, 2008).

A eritropoiese é um fenômeno dinâmico, cujas fases necessitam da síntese correta do DNA, que controla o mecanismo de mitose, síntese de hemoglobina com incorporação do ferro, perda do núcleo e organelas, resultando como produto final o glóbulo vermelho, anucleado, com reservas energéticas para uma vida útil e funcional de 120 dias (SILBERNAGL et al., 2008; FAILACE et al., 2009).

Caso esse processo seja interrompido devido a necessidades nutricionais ou alterações genéticas, há a instalação de um processo anêmico, caracterizado pelos baixos índices nas taxas de hemoglobina total funcionante na circulação (MORAIS, 2009). Desta forma, as anemias são definidas como um estado clínico, no qual ocorre a diminuição da hemoglobina e/ou glóbulos vermelhos (BAIN, 2007; VERRASTRO et al., 2010).

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), as anemias são consideradas doenças multifatoriais ou síndromes. Sua ocorrência pode ser devido à perda sanguínea, alteração na formação do glóbulo vermelho relacionada à genética, enzimas, ou ainda podem ser

adquiridas, por destruição aumentada ou sobrevida inferior a 120 dias (BRASIL, 2011).

A anamnese do paciente é de primordial importância, já que alguns dados são importantes quanto à caracterização da anemia, tais como: idade, sexo e etnia (LORENZI, 2006). Os exames laboratoriais são essenciais em associação com a clínica, pois testes específicos podem ser realizados e, dessa forma, a possibilidade de se estabelecer um diagnóstico definitivo e melhora no prognóstico (UMBELINO, 2006).

De acordo com as taxas normais de hemoglobina, pode-se dizer que um paciente se apresenta anêmico quando os valores desta se encontram inferiores a 11 g/dL, para mulheres e crianças, e a 12 g/dL para homens (FAILACE et al., 2009; KELLER, 2012).

Para enfrentar esses desafios na população, a OMS, em associação com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), elaborou uma resolução para assumir compromissos, rastrear o progresso e assegurar a responsabilidade mútua em consonância com os objetivos globais de nutrição em erradicar a fome e evitar todas as formas de má nutrição, assim como suas consequências. Assim, foi elaborada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual também inclui a meta de acabar com todas as formas de má nutrição até 2030 (OPAS, 2017).

Nesse contexto, ressalta-se a importância da discussão acerca das características, correlações clínicas e causas da anemia ferropriva por carência nutricional, a qual possui grande prevalência e é considerada um problema de saúde pública mundial. Mostra-se também relevante uma abordagem detalhada sobre os aspectos epidemiológicos, laboratoriais e de controle da doença, baseada em método científico e expressa em artigos.

De acordo com as informações supracitadas, o presente trabalho teve como objetivo descrever informações a respeito das correlações clínicas da anemia ferropriva por carência nutricional, valorizando os aspectos clínicos, epidemiológicos, laboratoriais

referentes a essa patologia, além de promover uma discussão sobre os meios efetivos de controle e promoção em saúde.

METODOLOGIA

A pesquisa qualificou-se como um estudo de revisão da literatura, com natureza explanatória e crítica, cuja configuração se caracteriza como um processo de levantamento e análise do que foi recentemente publicado sobre a anemia ferropriva, em língua portuguesa nos últimos 8 anos, e sua correlação com as carências nutricionais. Foram avaliados artigos com informações referentes aos aspectos epidemiológicos, laboratoriais e de controle da doença. A seleção dos textos foi realizada através da busca ativa de artigos e documentos eletrônicos, além da utilização de livros (apenas *a priori*) para explanação e compreensão desse distúrbio.

O levantamento bibliográfico foi realizado a partir da base de dados eletrônicas de referência de periódicos - CAPES, bem como, foram pesquisados outros artigos científicos considerados de grande relevância para o assunto abordado, oriundos de sites e fontes de dados como *Scielo*, *LILACS* e *Pubmed*. A coleta de dados foi realizada utilizando como descritores, “anemia ferropriva”, “carência nutricional”, “diagnóstico diferencial” e “diagnóstico laboratorial”.

O idioma escolhido foi a língua portuguesa e o período selecionado foi de 2016 a 2023, por possuir maior amplitude de bibliografias atualizadas. Recorreu-se à leitura do título, do resumo do estudo e do tipo de publicação. Numa segunda fase, com recurso à consulta do título, do resumo e, se necessário, ao texto integral, sendo excluídos os estudos que não abordavam o diagnóstico da anemia ferropriva correlacionando-a com a carência nutricional.

A partir da busca eletrônica foram encontrados 188 artigos e, após filtragem das informações, foram selecionados 8 (oito) documentos para compor o

conjunto de dados, além da utilização de 4 livros, destacando os de Procedimentos Laboratoriais, Hematologia e Hemoterapia e de Patologia Geral para embasar os estudos prévios.

A seleção dos artigos obedeceu aos seguintes critérios de inclusão: o diagnóstico clínico e laboratorial da anemia ferropriva relacionada à carência nutricional, assim como títulos que demonstrassem relação e objetivos afins com a temática abordada na presente revisão no período de tempo disposto na proposta do trabalho. Os critérios de exclusão foram: artigos com abordagem de outros temas e que não compreendessem ao diagnóstico clínico e laboratorial da anemia ferropriva e não estivessem inseridos na perspectiva de tempo.

Realizou-se gradativamente a análise dos trabalhos e fichamento dos trechos importantes, de maneira a se estabelecer uma total apreensão dos conteúdos necessários para a construção do texto final. Desta forma, foi utilizada a análise de conteúdo, cujo percurso acompanhou as seguintes fases: leitura exploratória, leitura seletiva, leitura analítica e leitura interpretativa, para obter uma crítica, mesmo que breve, da literatura, citando os autores pesquisados, com respectiva avaliação e discussão de suas obras, tendo como foco o tema abordado.

Após a seleção dos estudos, procedeu-se à avaliação da qualidade metodológica dos mesmos. E, enfim, realizado a escrita da revisão literária buscando estimar as considerações importantes descritas quanto à realização dos testes laboratoriais que se relacionassem com o diagnóstico clínico e laboratorial e as possíveis complicações oriundas da instalação da anemia ferropriva, com direcionamento na correlação desta com as necessidades nutricionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A anemia pode ser definida como a alteração na capacidade de transportar oxigênio pela hemoglobina e pode ser ocasionada por processos patológicos ou para

atender às necessidades fisiológicas. Além disso, a anemia aumenta o risco de morbidade e mortalidade, especialmente em crianças, mulheres grávidas e idosos (KASSEBAUM, 2016).

Além das alterações já enfatizadas, a anemia apresenta inúmeras correlações clínicas atípicas como consequências dessa morbidade, ainda pouco discutidas. Dentre as quais, podem ser citadas: perda de produtividade, dificuldades cognitivas, maior suscetibilidade a infecções, parto prematuro, baixo peso ao nascer e mortalidade infantil e materna (RAHMAN et al., 2016; MACHADO et al., 2019).

Para André et al. (2018), a prevalência da insegurança alimentar e nutricional está relacionada com a ocorrência da anemia ferropriva em crianças brasileiras menores de 5 anos. Condições de insegurança demandam uma maior necessidade de investimentos em melhorias das condições de vida, de alimentação básica e estímulo ao aleitamento materno com introdução alimentar adequada. Neste estudo de revisão, a anemia ferropriva mostrou-se relacionada a indicadores como sexo masculino, idade inferior aos 24 meses, não frequentar creche, filhos de mães adolescentes, número elevado de moradores no mesmo domicílio, infecções respiratórias, diarreias, baixa escolaridade materna, baixo peso ao nascer, características e hábito de ingerir leite próximo aos horários das refeições.

Machado et al. (2019) realizaram um estudo com dados provenientes de exames laboratoriais da Pesquisa Nacional de Saúde. O trabalho envolveu dados secundários de 8.060 indivíduos com idades acima de 18 anos. Dosagem de hemoglobina, volume corpuscular médio (VCM), hemoglobina corpuscular média (HCM) e amplitude de distribuição eritrocitária (RDW) foram analisados. Os autores destacaram que a prevalência de anemia foi maior entre mulheres, idosos, pessoas de baixa escolaridade, negros e residentes das regiões Norte e Nordeste.

Além disso, o estudo enfatizou a preocupante relação entre a anemia e a morbidade e mortalidade em

adultos mais velhos, já que a população mundial enfrenta um cenário de envelhecimento com aumento do número de doenças crônicas não transmissíveis. Ademais, o estudo detectou formas mais graves nas populações mais vulneráveis, sendo assim, as intervenções para tratar e prevenir a anemia se fazem necessárias. Destacou-se ainda os sistemas de vigilância para a anemia, com análise de amostras de sangue representativa da população, e que estes são fundamentais para a tomada de decisões em saúde pública (MACHADO et al., 2019).

Em outro estudo, realizado com 63 crianças com idades entre 24 e 48 meses e que frequentavam creches públicas no período parcial ou integral, Rocha et al. (2020) não identificaram diferenças entre as crianças nas regiões investigadas quanto ao sexo nem à idade, entretanto houve polarização de condições socioeconômicas adversas para regiões vulneráveis. A prevalência de anemia por deficiência de ferro foi de 19,3% entre os pré-escolares, no entanto, crianças das creches de elevada vulnerabilidade socioeconômica apresentaram concentração de hemoglobina estatisticamente menor do que aquelas de região não vulnerável. Sendo assim, a menor concentração de hemoglobina esteve associada à localização das creches em região de vulnerabilidade socioeconômica, sugerindo que o estilo de vida ou tais condições econômicas influenciam nesse paradigma (ROCHA et al., 2020).

Em um estudo transversal com 677 crianças em creches públicas na Bahia, Novaes et al. (2017) utilizaram o meio de determinação da hemoglobina por meio de punção digital, considerando-se valores de hemoglobina inferiores a 11 g/dL como ponto de corte para o diagnóstico da anemia. Os autores associaram a esses dados um questionário e medidas antropométricas e perceberam uma prevalência de anemia de 10,2%, com ênfase nas crianças cujas moradias não apresentavam instalação sanitária, nas que não receberam aleitamento materno exclusivo, bem como nas crianças com baixa estatura para a idade (NOVAES et al., 2017).

O referido estudo demonstrou ainda que crianças com condições sanitárias inadequadas, que não receberam leite materno exclusivo, bem como as em idades mais precoces e com déficit nutricional foram as mais suscetíveis. Sendo assim, estas podem ser também consideradas correlações importantes para informações sobre o estado nutricional de crianças e sua relação com a anemia ferropriva (NOVAES et al., 2017), que é o foco do presente estudo.

Rocha et al. (2020) trouxeram a discussão quanto aos cuidados após o nascimento. Quando são observadas as prevalências de anemia relacionadas ao peso, se percebe que crianças com baixo peso apresentaram risco menor quando comparadas às que nasceram com maior peso (>2500 g). Embora contrastante, esse dado pode sugerir que cuidados oferecidos às crianças com baixo peso ao nascer podem tê-las protegido da anemia na infância. Crianças que receberam assistência diferenciada envolvendo o monitoramento de aspectos biológicos, sociais e afetivos podem se beneficiar dessa relação.

A anemia isoladamente pode não apresentar sinais nem sintomas específicos e, muitas vezes, é negligenciada pela população e pelos serviços de saúde. Recomenda-se que os serviços assistenciais trabalhem este tema ligado à educação alimentar e nutricional na conscientização da população sobre os riscos decorrentes da carência de ferro na alimentação e das consequências deletérias de tal situação (ROCHA et al, 2020).

Estudos apontam que uma prevalência de anemia entre adultos e idosos em populações brasileiras de quase 10% (MACHADO et al., 2019), mesmo assim, a anemia entre adultos e idosos brasileiros pode ser considerada um problema de baixa expressão em relação à prevalência mundial nos mesmos grupos (OMS, 2011). No entanto, ao se incluir crianças o panorama muda, pois, outros estudos exibem grande risco de estas apresentarem anemias e de sofrerem as mais graves

consequências desse agravo (KASSEBAUM, 2016; NOVAES et al., 2017).

Além disso, a anemia mais grave representa um cenário de preocupação entre mulheres e idosos, indivíduos de baixa escolaridade e condição socioeconômica, cor de pele preta e residentes das regiões Norte e Nordeste (MARQUES et al., 2016; LE, 2016). Em mulheres, aquelas que se encontravam em idade reprodutiva também exibiram elevada prevalência de anemia, corroborando a literatura prévia (LE, 2016).

Cabe ressaltar que maioria dos estudos incluídos nesta pesquisa foram transversais. Esta informação mostra que os resultados podem apresentar limitações por não alcançar relação de causa e efeito como outros tipos de pesquisas mais robustas. No entanto, estes apontam para uma reflexão do evento situacional, sendo importantes hipóteses que possam fomentar novas pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para garantia a qualidade nutricional e bons resultados clínicos e laboratoriais correlacionados, se faz necessário a adoção de medidas intersetoriais que englobem determinantes ligados ao acesso, à alimentação adequada e saudável e ao aproveitamento biológico dos alimentos.

Embora os estudos tenham mostrado que a anemia ferropriva seja um agravante para adultos e idosos, a população mais afetada nos achados do presente estudo foi a população infantil, e principalmente crianças com condições adversas familiares, como baixa renda, mães que trabalham e baixa escolaridade.

O combate e a prevenção da deficiência de ferro devem ser considerados como prioridade na promoção da saúde, incluindo estratégias que permitam a avaliação e correção da deficiência de ferro, a estimulação ao aleitamento materno, a realização de profilaxia com sulfato ferroso oral, o enriquecimento de alimentos, o

envolvimento da comunidade, além da reformulação dos serviços de saúde relacionados a síndrome.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, H. P. et al. Indicadores de insegurança alimentar e nutricional associados à anemia ferropriva em crianças brasileiras: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 4, p. 1159–1167, abr. 2018.
- BAIN, B. J. **Células Sanguíneas: Um Guia Prático**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 374-376.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN*. Brasília: MDS; 2011.
- CARVALHO, M. C. et al. Anemia Ferropriva e Anemia de Doença Crônica: Distúrbios do Metabolismo do Ferro. **Rev. Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 54-63, 2006.
- CARVALHO, W. F. **Técnicas Médicas de hematologia e Imunohematologia**. 8. ed. Belo Horizonte: Coopmed, 2008, p. 195-202.
- FAILACE, Renato et al. **Hemograma: Manual de Interpretação**. Porto Alegre: Artmed, 5. ed., 2009, p. 129, 146-189.
- KASSEBAUM, N. J.; GBD 2013 Anemia Collaborators. The Global Burden of Anemia. **Hematol Oncol Clin North Am**, v. 30, n. 2, p. 247-308, 2016.
- KELLER, M. Princípios Gerais de Avaliação e Terapia das Anemias: Uma Abordagem Clínica. **Clínica Médica. Am. Norte**, n. 3, 2012, p. 561-572.
- LE, C. H. H. The Prevalence of anemia and moderate-severe anemia in the US population (NHANES 2003-2012). **PLoS One**, v. 11, n. 11, p. e0166635, 2016.
- LISBOA, M. B. M. C. et al. Prevalência de anemia ferropriva em crianças menores de 60 meses: estudo de base populacional no Estado de Minas Gerais, Brasil. **Rev Nutr**, v. 28, n. 2, p. 121-131, 2015.
- LORENZI, Therezinha F. **Manual de Hematologia: Propedêutica e Clínica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 4. ed., 2006, p. 1-196.
- MACHADO, Í. E. et al. Prevalência de anemia em adultos e idosos brasileiros. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, Supl. 2, p. E190008. 2019.
- MARQUES, F. et al. Contextualizando a elevada prevalência de anemia na população portuguesa: percepção, caracterização e preditores: um sub-estudo do EMPIRE. **Medicina Interna**, v. 23, n. 4, p. 26-38, 2016.
- MORAIS, A. **Anemias**. Unidade de Hematologia Pediátrica. Lisboa: HSM, 2009.
- NOVAES, T. G. et al. Prevalência e fatores associados à anemia em crianças de creches: uma análise hierarquizada. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 35, n. 3, p. 281–288, jul. 2017.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Brasil é primeiro país a assumir compromissos específicos na Década de Ação para Nutrição da ONU** [Internet]. Organização Pan-Americana de Saúde; 2017. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/76631-brasil-%C3%A9-1%C2%BA-pa%C3%ADs-assumir-compromissos-espec%C3%ADficos-com-d%C3%A9cada-de-a%C3%A7%C3%A3o-para-nutri%C3%A7%C3%A3o-da-onu>. Acesso em: 02 jul. 2023.
- RAHMAN, M. M. et al. Maternal anemia and risk of adverse birth and health outcomes in low- and middle-income countries: systematic review and meta-analysis. **Am J Clin Nutr**, v. 103, n. 2, p. 495-504, 2016.
- ROCHA, É. M. B. et al. Iron deficiency anemia and its relationship with socioeconomic vulnerability. **Revista Paulista de Pediatria**, v.38, p. e2019031, 2020.
- SILBERNAGL, S.; LANG, F. **Fisiopatologia: Texto e Atlas**. São Paulo: Artmed, 2008, p. 29-41.
- UMBELINO, D. C.; ROSSI, E. A. Deficiência de Ferro: Consequências Biológicas e Propostas de Prevenção. **Rev. Cienc. Farm. Apli.**, v. 27, n. 2, 2006, p. 103-112.
- VERRASTRO, T.; LORENZI, T.; NETO, S. W. **Hematologia e Hemoterapia: Fundamentos de Morfologia, Fisiologia, Patologia e Clínica**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2005, p. 41-51.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Haemoglobin concentrations for the diagnosis of anaemia and assessment of severity**: vitamin and mineral nutrition information system [Internet]. Geneva: World Health Organization; 2011. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/85839/WHO_NMH_NHD_MNM_11.1_eng.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: A SAÚDE DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS GERAIS

QUALITY OF LIFE AT WORK: THE HEALTH OF WORKERS IN GENERAL SERVICES

Gerson Sebastião de Lima¹

RESUMO

INTRODUÇÃO: A qualidade de vida no trabalho tem sido uma preocupação do homem desde o início de sua existência com outros títulos em outros contextos, mas sempre voltada para facilitar ou trazer satisfação e bem estar ao trabalhador na execução de sua tarefa, Rodrigues (1994, p.76). Seja como for, é fato que a qualidade de vida pessoal de cada trabalhador está em constante relação de complementaridade com a qualidade de vida no trabalho, pois o aspecto profissional integra a vida das pessoas. **OBJETIVO:** Influencia sobremaneira na qualidade de vida do trabalhador é o clima organizacional. O nível de satisfação do trabalhador com relação ao seu ambiente de trabalho e as relações que ele constrói com seus pares, subordinados ou pessoal da alta gestão influenciam na forma como esse trabalhador vivencia o clima organizacional em sua empresa e, conseqüentemente, no modo como ele se comporta e produz (LEMOS, 2017). **METODOLOGIA:** O modelo de Metodologia de pesquisa científica na saúde atual gira em torno do formato normativo, entre tanto, este é um fator meramente padronizado e preestabelecido, Esta pesquisa teve como objetivo analisar o atendimento aos aspectos de qualidade de vida no trabalho no setor público, com foco na saúde do trabalhador. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** A problemática que norteou esta pesquisa foi saber: qual a percepção dos servidores públicos dos serviços gerais em relação ao atendimento dos aspectos da qualidade de vida no trabalho em instituição. Tendo como objetivo analisar o atendimento dos aspectos de QVT no setor público, com foco na saúde do trabalhador.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade de Vida. Saúde. Trabalhadores. Serviço Gerais.

ABSTRACT

INTRODUCTION: The quality of life at work has been a concern of man since the beginning of its existence with other titles in other contexts, but always aimed at facilitating or bringing satisfaction and well-being to the worker in the execution of his task, Rodrigues (1994, p.76). In any case, it is a fact that the personal quality of life of each worker is in a constant relationship of complementarity with the quality of life at work, as the professional aspect is part of people's lives. **OBJECTIVE:** The organizational climate greatly influences the worker's quality of life. The worker's level of satisfaction in relation to his work environment and the relationships he builds with his peers, subordinates or top management personnel influence the way this worker experiences the organizational climate in his company and, consequently, the way he behaves and produces (LEMOS, 2017). **METHODOLOGY:** The scientific research methodology model in current health revolves around the normative format, however, this is a merely standardized and pre-established factor. , with a focus on worker health. This is a bibliographical, qualitative research. **FINAL CONSIDERATIONS:** The problem that guided this research was to know: what is the perception of public servants of general services in relation to attending to aspects of quality of life at work in an institution. Aiming to analyze the attendance of QWL aspects in the public sector, focusing on workers' health.

KEYWORDS: Quality of Life. Health. Workers. General Services.

¹ Graduação em Gestão Pública na Faculdade Anguera, 2020, Pós-Graduado em Gestão de Saúde Pública na faculdade Venda Nova Imigrante. Doutorando e Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-MAIL:** gersonlimalima905@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/4201226170000977

INTRODUÇÃO

O conceito de qualidade de vida é complexo e abrangente, tendo em vista que as pessoas estabelecem parâmetros diferentes para afirmarem que (não) têm qualidade de vida nos seus contextos sociais particulares..,“

Fica nítida a importância de se observar e cuidar da integridade física, mental e psicológica do colaborador dessa área, o que só tende a gerar bons resultados para ambos – instituição e funcionário, pois, quando as organizações investem em medidas ocupacionais para o bem-estar de seus colaboradores, cuidam, não somente da qualidade de seu serviço, como também do atendimento ao cliente-cidadão e do nível de excelência da instituição, gerando ganhos em termos de qualidade, produtividade e redução de despesas.

Este trabalho orienta-se pela Constituição Federal de 1988, Consolidação das leis do trabalho (CLT), Normas Regulamentadoras (NR-06, NR-17) e Teoria Administrativa das Relações Humanas, desenvolvida por Elton Mayo e tem como objetivo geral analisar o atendimento aos aspectos de qualidade de vida no trabalho no setor público, com foco na saúde do trabalhador. Para tanto, os objetivos específicos são: verificar a forma operacional do processo de produção do serviço de limpeza e conservação; analisar a padronização do processo de trabalho; identificar os fatores que colaboram para as doenças ocupacionais; e, por fim, propor ações que contribuam para as melhorias da QVT no campo de estudo.

Para Rodrigues (1994), Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) procedia da junção de uma variedade de dimensões básicas, (não) relacionadas às tarefas desempenhadas pelo trabalhador, mas dotadas de capacidade para instigar a motivação e diferentes graus de satisfação, resultando, ainda, em tipos diferentes de atividades e comportamentos dos profissionais lotados em determinada organização. Indivíduos motivados tendem a produzir mais e melhor, além de cultivarem o

sentimento de pertencimento à organização onde atuam. O antagonismo que se observa entre funcionários e organizações, porém, gera um conflito de interesses. Tal conflito pode comprometer a motivação necessária à eficiência e eficácia.

OBJETIVO

Diante da constatação de que não basta para a empresa ter recursos tecnológicos e equipamentos de última geração para produzir mais e melhor, o capital humano passou a ser considerado de extrema importância e precisa, consuetudinariamente, ser estimulado, valorizado e reconhecido (LEMOS, 2017).

As relações interpessoais integram um dos grupos de necessidades defendidos na Teoria de Alderfer – um modelo simplificado que tem como norte a pirâmide de Maslow e que enfatiza que o homem é motivado por três grupos de necessidades: as que se referem à existência (água, comida, ar, segurança, entre outras), as que se relacionam com as relações construídas ao longo da vida (família, amigos, colegas de trabalho etc.) e as que são pautadas no crescimento individual, tais como: autoaceitação, autoestima, desenvolvimento pessoal e outras (LEMOS, 2017).

Para Chiavenato (2010), quanto mais agradável for o ambiente de trabalho, maiores serão as chances de se proporcionar oportunidades de bons relacionamentos interpessoais entre os seus colaboradores e, com isso, melhorar também a produtividade da empresa e, ainda, reduzir acidentes, doenças, absenteísmo e rotatividade do pessoal.

O termo qualidade de vida foi criado em 1970, por Louis Davis, que desenvolvia, naquele ano, um projeto de análise de cargos, isto é, de organização e especificações sobre os requisitos de cada cargo, as competências pessoais e profissionais dos ocupantes dos cargos, relações que se estabeleciam entre os cargos de setores diferentes de uma mesma organização, os métodos mais recomendados para determinados

cargos/trabalhos e demais especificidades. Para Davis *apud* Chiavenato (1999), a qualidade de vida estava intrinsecamente relacionada à saúde e ao bem-estar dos colaboradores, quando no exercício de suas atividades laborais.

Segundo Walton (1973), o uso que se tem feito da expressão qualidade de vida remete a valores relativos ao ambiente e às pessoas. Para este autor, tais valores têm sido relegados a segundo plano, uma vez que a sociedade industrial tem se mostrado mais preocupada em favorecer os avanços tecnológicos, a produtividade em massa e o desenvolvimento econômico.

A justiça distributiva de compensação diz respeito a adequar a remuneração ao trabalho realizado, buscando o equilíbrio e a equidade dentro e fora das organizações. A segurança e a saúde no trabalho se referem a dois fatores: jornada de trabalho e ambiente físico adequados. Já a utilização e o desenvolvimento de capacidades estão relacionados às oportunidades dadas ao trabalhador para utilizar suas habilidades e conhecimentos, além de desenvolver sua autonomia e autocontrole no decorrer do processo de trabalho. Ao lado deste fator, está intimamente ligada ao crescimento contínuo, à carreira que o trabalhador pode desenvolver na organização, aumentando sua crença na segurança financeira que seu emprego lhe proporciona.

A integração social dentro da organização é um ponto fundamental para o estreitamento das relações, sem que se perca o respeito à hierarquia, mas quebrando as barreiras que porventura afastem as pessoas umas das outras, por mero preconceito e falta de apoio. O constitucionalismo, por sua vez, aborda questões legais como direitos e deveres do trabalhador, normas, regras institucionais, recursos contra decisões arbitrárias do empregador, além de visar ao estabelecimento da democracia na organização. Como sétimo fator crucial para a qualidade de vida no trabalho, Walton (1973) afirma que o trabalho não deve ficar acima de valores caros para o trabalhador, como a família, atividades comunitárias que desenvolva, programas que gosta de

fazer para se dar a oportunidade de ter lazer. Por fim, o autor assevera que o trabalho precisa proporcionar orgulho a trabalhador, isto é, ele não só gosta de fazer parte da organização onde trabalha, como faz questão de disseminar seu nome por onde quer que vá, dando a conhecer a importância da organização para a sociedade a que ela assiste.

Nesse sentido, Maximiano (2000) afirma que o conceito de qualidade de vida no trabalho tem foco na satisfação biopsicossocial do trabalhador. Na visão deste autor, a ética ganha posição de destaque como base para a QVT, pois faz com que o trabalhador procure identificar e minimizar/erradicar os riscos ocupacionais, o que o faz refletir sobre a segurança de seu ambiente de trabalho, o esforço físico e mental que cada atividade por ele desempenhada exige e o gerenciamento de crises que possam prejudicar os relacionamentos interpessoais no trabalho.

METODOLOGIA

Os dados foram coletados e os resultados demonstraram um forte distanciamento entre os fatores relacionados à saúde e segurança do trabalhador em local de trabalho e as políticas que asseguram esses direitos, levando à conclusão de que não há atendimento aos aspectos capazes de promover a qualidade de vida no trabalho. Nesse sentido, a relevância deste estudo se manifesta no sentido de promover uma reflexão emergente sobre a omissão da gestão pública com vistas à prevenção de acidentes, promoção da saúde e segurança no trabalho e à indiferença aos instrumentos legais de amparo ao trabalhador.

DESENVOLVIMENTO

Os séculos XVIII e XIX vivenciaram uma série de mudanças impulsionadas pela Revolução Industrial, com destaque para o aumento da produtividade, o abandono do modo artesanal de produção para as manufaturas, a exploração do ser humano de modo

irrestrito (homens, mulheres e crianças, todos forçados a longas jornadas de trabalho), substituição de homens por máquinas, aumento dos lucros dos empresários e o crescimento das indústrias. Foi com Frederick Taylor, no final do século XIX, que se aprofundaram os estudos sobre melhores formas de produção, a partir do método científico por ele criado, o qual primava pela divisão de funções, capacitação de trabalhadores e diminuição dos esforços com a mecanização do trabalho (LEMOS, 2017).

As décadas de 1920 a 1940 abriram caminho para outras possibilidades com os estudos do psicólogo Elton Mayo, que enfatizava a relação existente, e por muito tempo ignorada, entre o desempenho do trabalhador e o seu ambiente laboral. Com sua Teoria Administrativa das Relações Humanas, Mayo buscou combater as crenças da Teoria Clássica, passando o foco da tarefa ou da organização para as pessoas (WALTER JÚNIOR, 2015).

A Teoria das Relações Humanas surgiu na década de 1930, tendo como pontos basilares: a humanização e democratização da administração, o desenvolvimento das ciências humanas (com destaque para a Psicologia) e os resultados da experiência de Hawthorne, trazendo à tona o conceito de homem social (WALTER JÚNIOR, 2015).

A visão empresarial começou a mudar e a identificar os fatores que faziam com que o empregado se sentisse parte da organização, abraçando a missão, a visão, as crenças e os valores da empresa em que trabalha e desenvolvendo, sem grande esforço, um sentimento de pertencimento que conduz ao cumprimento dos objetivos, não pela exploração do trabalho humano, mas pela força da colaboração e do envolvimento de cada trabalhador com a sua organização (MAXIMIANO, 2000).

Nesse contexto, surge o conceito de cultura organizacional, que motiva os colaboradores a terem e viverem os mesmos valores, entendendo, cada vez mais, como a empresa onde trabalha se posiciona diante do seu pessoal e do mercado e age diante das intempéries,

mantendo a sua tradição na linha de frente, como um cartão postal que reflete o conhecimento – fruto do aprendizado organizacional que a empresa desenvolve ao longo do tempo (DUBRIN, 1998).

QUALIDADE DE VIDA PESSOAL E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Esses conceitos não são dissociáveis, pois a satisfação no trabalho não acontece de modo independente da realização do individual. Quanto mais realizado e feliz for o trabalhador, tanto em seu cotidiano pessoal como em seu ambiente de trabalho, maior será o seu desempenho, a sua produtividade e a sua dedicação, daí porque o local de trabalho deve ser capaz de provocar no indivíduo uma imagem positiva, agradável e salutar (LEMOS, 2017).

Considerando essa ligação intrínseca, as organizações vêm se preocupando em definir ações de melhorias e inovações no tocante ao gerenciamento de pessoal, das tecnologias e rotinas no ambiente de trabalho, principalmente porque a era tecnológica também tem dificultado de um lado a interação entre as pessoas e a dedicação de cada indivíduo a questões singulares, como fazer as refeições à mesa com sua família, dar atenção aos filhos, cultivar momentos de lazer com amigos e buscar usar o seu tempo qualitativamente, associando trabalho e vida pessoal (LEMOS, 2017).

A questão religiosa, por exemplo, de ordem individual e íntima, pois configura a relação do homem com um ser superior no qual ele acredita, é outro elemento a se considerar ao se pensar em QV e QVT, pois, instintivamente, o ser humano precisa crer que existe um ser maior, capaz de ampará-lo em todas as suas dificuldades (ARAÚJO, 2011).

É visível, portanto, como as dificuldades da vida pessoal interferem no desempenho profissional do trabalhador. Em sendo o trabalho elemento de extrema importância para a afirmação do homem na sociedade, a

satisfação em fazê-lo contribui para uma sociedade melhor. O trabalho como mantenedor, exige certa quantidade de energia física e psíquica do trabalhador. Práticas inadequadas no ambiente de trabalho geram impacto negativo na saúde física e emocional dos trabalhadores, como desmotivação, desvio de atenção, redução na produtividade, de forma que estes sentimentos repercutem até na sua vida familiar (NHC, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualidade de vida está diretamente relacionada à QVT, não sendo, pois, conceitos dissociáveis, mas complementares, na medida em que os aspectos envolvidos na vida pessoal do ser humano influenciam seu desenvolvimento profissional e o contrário também é verdade.

Considerando que saúde não é apenas ausência de doença, tampouco a satisfação de algumas poucas necessidades físicas, biológicas, mentais ou sociais e que abrange uma série de fatores, tais como: acesso à segurança, aos serviços de saúde, à segurança no trabalho e outros elementos, a percepção dos servidores públicos sobre o atendimento dos aspectos relacionados à QVT na instituição analisada demonstrou completa sobriedade ao constatar que pouco se tem feito pela saúde e segurança do trabalhador de serviços gerais, uma vez que a escola não disponibiliza EPI, não treina seus funcionários em processos padronizados de trabalho nem promove a saúde, a segurança ou a satisfação do trabalhador, aspectos fundamentais para o estabelecimento da qualidade de vida no trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. T. de. **O Processo de implementação da política de atenção à saúde do trabalhador em instituições públicas federais: o desafio da integralidade.** 2009. 128 f. Dissertação. Mestrado em Ciências. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2009.

ARAÚJO, T. Por que acreditamos. **Superinteressante.** Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/por-que-acreditamos/>>. Acesso em: 20 maio. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 6 abril. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/leis/8080.pdf>>. Acesso em: 24 maio. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 06 – **Equipamento de Proteção Individual – EPI.** Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2015. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr6.htm>>. Acesso em: 17 maio. 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** 8ª tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1999 .

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DIEESE. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Pesquisa nacional da cesta básica de alimentos: salário mínimo nominal e necessário.** Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em : 5 maio. 2023.

DUBRIN, Andrew J; MINADEO, Roberto; GUEDES, César Augusto Miranda. **Princípios de Administração.** 4. ed. Rio de Janeiro: Editora S.A., 1998.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS DIFICULDADES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA ESCOLA

INCLUSIVE EDUCATION AND ITS DIFFICULTIES IN THE CONTEXT OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION AT SCHOOL

Leda Maria Araujo Furtado¹

RESUMO

É política do Ministério da Educação manter uma estreita colaboração com as escolas que desenvolvem o seu trabalho com pessoas com deficiência na escola, a fim de proporcionar aos alunos com necessidades especiais um atendimento educacional de qualidade com equidade, e fornecer os recursos materiais e pessoais necessários. Nesta linha de atuação, o nosso trabalho tem o intuito de mostrar a necessidade e esclarecer diante a lei, as carências em nosso país concernentes a Educação Inclusiva nas escolas. Esse trabalho se propôs a colocar em voga a Legislação Brasileira e os fatores que podem comprometer a inclusão das crianças, adolescentes e adultos que carecem de espaços educacionais de qualidade. As escolas possuem um propósito de ser útil para as gestões administrativas estaduais e municipais, bem como para a comunidade educacional. Para tanto, o objetivo de inferir a necessidade de inclusão nas unidades de ensino, torna-se tarefa de especialistas, administradores, educadores e a sociedade como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade; Inclusão; Escolas.

ABSTRACT

It is the policy of the Ministry of Education to maintain a close collaboration with schools that carry out their work with people with disabilities at school, in order to provide students with special needs with quality educational assistance with equity, and to provide the necessary material and personal resources. . In this line of action, our work aims to show the need and clarify before the law, the deficiencies in our country concerning Inclusive Education in schools. This work aimed to bring into vogue the Brazilian legislation and the factors that may compromise the inclusion of children, adolescents and adults who lack quality educational spaces. Schools have a purpose to be useful for state and municipal administrative management, as well as for the educational community. Therefore, the objective of inferring the need for inclusion in teaching units becomes the task of specialists, administrators, educators and society as a whole.

KEYWORDS: Accessibility; Inclusion; Schools.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialização em Educação Física e educação inclusiva escolar pela FAVENI - Faculdade Venda Nova Do Imigrante. Graduação em Pedagogia pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Pará - UVA, IDEPA. **E-MAIL:** ledamaria_filo@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9767483505781314

INTRODUÇÃO

As escolas de educação infantil são responsáveis por atender a primeira fase da educação de uma vida da pessoa. Essa etapa é chamada de Educação Básica. É nesta fase que a criança terá a construção do conhecimento e promoção da socialização.

Essas instituições destinam-se a atender crianças de 3 meses a 5 anos e 11 meses; independentemente de sua condição física, visual ou intelectual. Esta definição é dada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Brasil, garantindo a inclusão de todos os alunos no ensino regular sistema (Brasil, 1996; 2013).

As Pré-escolas devem oferecer condições para que as crianças alcancem seu potencial máximo, respeitando as diferenças de tudo; para que isso ocorra, o ambiente não deve ser um limitador, ou seja, deve permitir acesso para todos independentemente de sua restrição, seja ela física, visual ou intelectual (Elali, 2002; Corrêa, 2010).

Uma Escola de Educação Infantil deve integrar os diferentes espaços. Cada ambiente deve ser dimensionado de acordo com cada atividade proposta. O conforto dos usuários, acessibilidade, fluxos e a ergonomia, entre outras, deve ser levada em consideração (França, 2011). O espaço físico da escola tem impacto direto e simbólico no aluno com deficiência; pode ser um facilitador ou inibidor de seu comportamento (Elali, 2002).

A organização espacial da escola de educação infantil permite identificar como a interação ocorre entre os indivíduos e entre eles e o ambiente; este diagnóstico pode ser feito pela análise de fluxos e formas de circulação, bem como pela proximidade dos espaços de atividade quartos, áreas de lazer, vivências, apoios e serviços, que podem favorecer ou não o intra e relações interpessoais (Brasil, 2006).

A concepção de um espaço funcional e operacional, comprometido com a acessibilidade

contribui para a aprendizagem processo dos alunos. De acordo com Dischinger; Bins Ely e Borges (2009), o espaço na escola ambiente para ser inclusivo, deve permitir não apenas o acesso físico a todas as crianças, mas também a todas as suas participações e em todas as atividades.

Um ambiente escolar inadequado, com barreiras arquitetônicas pode comprometer o funcionamento cognitivo desenvolvimento de crianças com deficiência, prejudicando a educação inclusiva nas escolas regulares (Benvegnù, 2009).

Essas duas leis foram regulamentadas apenas em 2004 com a publicação do Decreto Federal 5.296 / 2004. Esse decreto regulamenta a questão da acessibilidade no país e estabelece prazos para implantação de acessibilidades em edifícios públicos ou de uso público (até Junho / 2007) e em edifícios de uso privado (até dezembro / 2008). Regula as penalidades administrativas, civis e criminais que podem ser aplicadas no caso de não utilização dessas normas no prazo previsto na Lei (Brasil, 2004).

Este decreto estabelece os requisitos para a aprovação de projetos arquitetônicos e urbanísticos, comunicação e informação e transportes públicos. A Lei 5.296 / 2004 também apresenta a Política Nacional Programa de Acessibilidade que traz a definição das ações a serem realizadas pelos estados brasileiros e municípios para o desenvolvimento de estudos e diagnósticos sobre acessibilidade no país (Brasil, 2004).

No que se refere à acessibilidade arquitetônica e urbana, objeto deste trabalho, o artigo 10 menciona que estes projetos devem atender às referências presentes na Norma Técnica de Acessibilidade (NBR 9050 - Acessibilidade a edifícios, equipamentos e meio urbano) desenvolvido pela ABNT.

Na esfera estadual, em 2002, o Governo do Estado de São Paulo publicou a Lei 11.263 / 2002 que estabelece regras e critérios detalhados para a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, pela remoção de barreiras e

obstáculos nas vias e espaços públicos, mobiliário urbano, construção e renovação de edifícios e transportes e comunicações. Esta lei faz referência a Lei Federal 10.098 / 2000 (Magagnin; Prado e Vanderlei, 2014).

De acordo com Magagnin; Prado e Vanderlei (2014) por meio dessa Lei, governo do estado fixou prazo de até 4 anos (ou seja, até 2006) para que todos os funcionários sob sua jurisdição estejam de acordo com a lei, ou seja, implementar as mudanças necessárias ou eliminar e suprimir as barreiras arquitetônicas. Esta lei estabelece prazo menor que o Decreto Federal 5.296 / 2004, portanto os municípios devem adaptar seus edifícios até o ano de 2006. Este é um grande avanço para pessoas com necessidades especiais.

De acordo com essa lei, eles devem ter seu direito de livre acesso na cidade não apenas garantido por lei, mas implementado na cidade.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO:

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NA INCLUSÃO ESCOLAR

Inclusão escolar é um processo de adaptação escolar por meio da inserção de "todos os alunos", independente da raça, etnia, gênero, situação econômica, deficiência, reunidos no mesmo ambiente para que possam desenvolver suas habilidades e necessidades. O Brasil adota o conceito de inclusão escolar por meio de uma abordagem inclusiva escolar e educação inclusiva, ou seja, tanto a edificação quanto a proposta pedagógica devem oferecer a inclusão de todos os alunos na escola (Abate, 2011).

As leis brasileiras que apoiam o conceito de inclusão escolar (ou inclusão da escola ambiente) são a Lei de Acessibilidade ao Espaço e a Lei de Diretrizes e Bases do Estado Educação, apresentada brevemente nesta seção.

O tema acessibilidade começou a ser discutido no Brasil apenas em meados da década de 1980, como resultado direto das discussões sobre este assunto na

arena internacional. A primeira Norma Técnica Brasileira de Acessibilidade (elaborado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT) é do período de 1985. Nessa época, haviam informações técnicas sobre a adequação das edificações e mobiliário urbano para portadores de necessidades especiais. Antes desta data, o país não possuía nenhuma legislação que regulamentou e detalhou esse assunto (Magagnin; Prado e Vanderlei, 2014).

Segundo os autores, em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, o Governo Federal instituiu uma lei para regulamentar a construção de espaços públicos e edifícios que permitem a garantia de acesso gratuito de pessoas com deficiência a esses espaços. É por meio dessa lei que o país insere essa questão de forma mais efetiva no cenário nacional (Brasil, 1988; Magagnin, Prado e Vanderlei, 2014).

A regulamentação da acessibilidade na Constituição Federal está definida no artigo 5º, cujo conteúdo garante o direito de ir e vir a todo cidadão brasileiro. Artigo 227, parágrafo 2º, desta lei traz a definição de padrões para a construção de espaços e edifícios de uso público e fabricação de veículos de transporte coletivo, com o objetivo de garantir o acesso adequado aos deficientes (Magagnin; Prado e Vanderlei, 2014; Brasil, 1988).

Em 2000, o Governo Federal publicou duas leis regulamentando a acessibilidade no país: a Lei Federal 10.048 / 2000 e Lei Federal 10.098 / 2000. A primeira lei faz referência a ambos, o atendimento prioritário a pessoas com deficiência e idosos e sua acessibilidade aos veículos de transporte; e a segunda estabelece padrões e critérios gerais para a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em edifícios públicos ou de uso coletivo, em edifícios de uso privado, em sistemas de comunicação e sinalização.

Essas duas leis foram regulamentadas apenas em 2004 com a publicação do Decreto Federal 5.296 / 2004. Esse decreto regulamenta a questão da acessibilidade no país e estabelece prazos para

implantação de acessibilidades em edifícios públicos ou de uso público (até Junho / 2007) e em edifícios de uso privado

(até dezembro / 2008). Regula as penalidades administrativas, civis e criminais que podem ser aplicadas no caso de não utilização dessas normas no prazo previsto na Lei (Brasil, 2004).

Este decreto estabelece os requisitos para a aprovação de projetos arquitetônicos e urbanísticos, comunicação e informação e transportes públicos. A Lei 5.296 / 2004 também apresenta o Programa de Política Nacional de Acessibilidade que traz a definição das ações a serem realizadas pelos estados brasileiros e municípios para o desenvolvimento de estudos e diagnósticos sobre acessibilidade no país (Brasil, 2004).

No que se refere à acessibilidade arquitetônica e urbana, objeto deste trabalho, o artigo 10 menciona que estes projetos devem atender às referências presentes na Norma Técnica de Acessibilidade (NBR 9050 - Acessibilidade a escola, equipamentos e meio urbano) desenvolvida pela ABNT.

Na esfera estadual, em 2002, o Governo do Estado de São Paulo publicou a Lei 11.263 / 2002 que estabelecem regras e critérios detalhados para a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, pela remoção de barreiras e obstáculos nas vias e espaços públicos, mobiliário urbano, construção e renovação de edifícios e transportes e comunicações. Esta lei faz referência a a Lei Federal 10.098 / 2000 (Magagnin; Prado e Vanderlei, 2014).

De acordo com Magagnin; Prado e Vanderlei (2014) por meio dessa Lei, governo do estado fixou prazo de até 4 anos (ou seja, até 2006) para que todos os funcionários sob sua jurisdição estejam de acordo com a lei, ou seja, implementar as mudanças necessárias ou eliminar e suprimir as barreiras arquitetônicas. Esta lei estabelece prazo menor que o Decreto Federal 5.296 / 2004, portanto os municípios devem adaptar seus

edifícios até o ano de 2006. Este é um grande avanço para pessoas com necessidades especiais.

De acordo com essa lei, eles devem ter seu direito de livre acesso na cidade não apenas garantido por lei, mas implementado na cidade.

Em resumo, até o ano de 2008, o Estado de São Paulo contava com 46 leis que tratavam de diversos aspectos de portadores de necessidades especiais. Para facilitar a aplicação e consulta a essas leis o Estado promulgou a Lei 12.907 / 2008 que consistia em consolidar toda a legislação relativa às pessoas com deficiência no Estado de São Paulo. Esta legislação incorpora 46 leis aprovadas entre os anos 1981-2007. O tema inclusão escolar foi inserido na legislação brasileira por meio da Lei Federal 9.394 / 1996 que institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esta lei também exige que todos os alunos com deficiência, transtornos invasivos do desenvolvimento e alta capacidade ou superdotação, cruzada em todos os níveis, graus e modalidades, deve, preferencialmente, estar matriculada no regular sistema escolar (Artigo 4, II) (Evangelista, 2007; Brasil, 1996).

No passado recente, no Brasil, as escolas de ensino fundamental ficavam sob a responsabilidade das secretarias de bem-estar social, eles tinham um caráter assistencialista. Atualmente, essas escolas são administradas pelos departamentos da educação, porque têm um caráter pedagógico.

Esta transferência de responsabilidade deveu-se à adoção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996 (Lei Federal 9.394 / 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação). Essa lei traz as definições da política nacional de educação e transferiu para o município a responsabilidade pela educação dos filhos.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) traz a definição da idade a ser atendida na primeira infância Educação. Esta lei estabelece que crianças de até 6 anos de idade devem estar matriculadas em escolas de ensino fundamental para que possam desenvolver, na íntegra,

seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais (Evangelista, 2007; Brasil, 1996).

A definição da faixa etária para cada termo foi regulamentada pela Lei Federal 12.796 / 2006 (que alterou a Lei Federal 9.394 / 1996, que definia que creches deveriam atender crianças de até 3 anos de idade, enquanto as pré-escolas deveriam atender crianças de 4 a 5 anos). A lei atual exigia que matrícula de crianças a partir dos 6 anos de idade no primeiro ano do ensino fundamental e definida como obrigatória, a inscrição de crianças a partir dos 4 anos de idade no Ensino Básico; no entanto, esta exigência entrará em vigor apenas a partir do ano de 2016 (Brasil, 1996).

FATORES QUE PODEM COMPROMETER A ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA SALA DE AULA

As salas de aula, antes do advento da legislação de acessibilidade, não levava em consideração a questão da acessibilidade, pois não existia a consciência do paradigma da inclusão social nem lei federal de Diretrizes e Bases da Educação. Não considerou este espaço como um lugar comum para todas as pessoas, incluindo os alunos com deficiência, como usuários desses ambientes. Não havia preocupação com os obstáculos causados por pisos irregulares, passagens estreitas, altura dos peitoris das janelas, bebedouros, pias e banheiros acessíveis, entre outros elementos construtivos.

FIGURA 1. Acessibilidade na Escola



FONTE: <https://novaescola.org.br/> (2019)

As barreiras arquitetônicas podem constituir obstáculos para o ensino de alunos com deficiência física, deficiência visual e mobilidade reduzida. Essas barreiras impedem que alunos com deficiência tenham a oportunidade de participar de atividades no espaço físico como os demais colegas. Esses alunos podem ser isolados física e socialmente (Corrêa, 2010; Loch, 2007; Benvegnù, 2009).

Segundo Corrêa (2010)

“a acessibilidade é um dos primeiros requisitos que possibilita a todos os alunos acesso à escola, pois garante que todos circulem pelas suas dependências, utilizem funcionalmente todos os espaços, assistir às aulas e atuar em diversas atividades”.

E segundo Duarte e Cohen (2006), atualmente, grande parte da população não tem acesso à educação, em particular os deficientes. Isso se deve à configuração inadequada dos espaços físicos e a falta de conscientização de profissionais, planejadores e gestores sobre as reais necessidades e peculiaridades das pessoas que apresentam dificuldades físicas, motoras e / ou sensoriais.

A acessibilidade espacial em uma escola está relacionada aos seguintes fatores: deslocamento, uso, comunicação e orientação espacial. Esses quatro fatores estão inter-relacionados e o não cumprimento com um deles leva ao comprometimento dos outros.

Os autores Dischinger et al., (2009) e Benvegnù (2009) definem esses fatores como:

Deslocamento – é o movimento e deslocamento ao longo de caminhos horizontais, verticais (elevador ou plataforma) e planos inclinados (escadas rolantes, rampas ou equipamentos eletromecânicos) de forma segura e confortável. Pode ou não estar associado à ajuda de auxiliares equipamentos como andadores, cadeiras de rodas, bengalas, cão-guia e outros. Equipamento auxiliar – considere a área de manobra do equipamento.

Uso - refere-se à possibilidade de uso do espaço, equipamentos e móveis e a oportunidade de desfrutar dos bens e serviços obtidos realizando, participando e interagindo em atividades relacionadas. O layout do espaço permite a execução de atividades bem como elementos que permitem agarrar, manipular, alcançar, apertar e ativar objetos ou dispositivos em geral, como interruptores, maçanetas ou fechaduras.

Comunicação - possibilidade de troca de informações interpessoal ou por meio do uso de dispositivos de tecnologia assistiva que possibilitam a troca de informações das ações necessárias para o desenvolvimento de uma atividade.

Orientação espacial – é a capacidade da pessoa de identificar e compreender o imediato ambiente em que se encontra, além da possibilidade de definir estratégias de ação. Isto é determinado a partir das informações ambientais associadas ao desempenho funcional da capacidade do indivíduo de identificar o entorno imediato em que se encontra e a capacidade de agir sobre tal em formação.

Compreender as definições acima, é apresentar a proposta para avaliar o grau de inclusão escolar de alunos com deficiência física em edifícios escolares da pré-escola.

ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Os alunos portadores de necessidades especiais sempre estiveram presentes no Brasil e no mundo, mas na antiguidade não havia respeito ou admiração por eles, hoje consideramos que a maioria foi alvo de “bullying” na sociedade e nas instituições que representavam a educação.

Jean Itard foi considerado um marco na educação especial, sem dúvida colaborando para as primeiras visitas de pessoas com deficiência física e mental ou considerada especial. Somente no século 20 começa o atendimento a essas pessoas no Brasil consideradas especiais.

Nas últimas décadas, devido às novas demandas e expectativas sociais, aliadas aos avanços da ciência e da tecnologia, os profissionais da educação especial têm se voltado para a busca de novas formas de educação escolar

com alternativas menos segregativas de absorção desses alunos pelos sistemas de ensino. Esse processo vem se acelerando, principalmente a partir da década de 1990, com o reconhecimento da Educação Inclusiva como diretriz educacional prioritária na maioria dos países, inclusive no Brasil. A política de Educação Inclusiva diz respeito à responsabilidade dos governos e das redes de ensino de cada país na qualificação de todas as crianças e jovens quanto aos conteúdos, conceitos, valores e experiências materializados no processo ensino-aprendizagem escolar, a partir do reconhecimento do indivíduo diferenças de qualquer origem. (GLAT, 2007. p. 15)

Observamos no Brasil que houve muitas mudanças desde o século 20, mas percebe-se claramente uma falha do governo em ajudar os portadores de algum tipo de deficiência, seja com material humano ou mesmo estrutural.

A LDBEN (1996) deixa claro que os alunos com necessidades especiais devem se possível frequentar as aulas com os demais alunos da escola, proporcionar inclusão, mas o que vemos é um desrespeito, temos a maioria inserida na sala de aula sem nenhuma estrutura humana. Tomando como exemplo, o caso de alunos surdos, sem a interpretação e muito menos estrutura física, o número de alunos muitas vezes ultrapassa o limite aceitável nas salas de aula, sendo o professor responsável por todos os alunos aprenderem igualmente.

FIGURA 2. Desenvolvimento de alunos



FONTE: <https://novaescola.org.br/> (2019)

Os alunos com necessidades especiais precisam de ajuda para desenvolver suas habilidades e aptidões

físicas e mentais mais rapidamente, observando suas especificidades individualmente.

Em 1960 houve grandes avanços na educação inclusiva, mas sem muito sucesso, os alunos em sua maioria não se adaptaram à escola com o ensino regular, mas em 1990 reformulando o sistema educacional até na estrutura física oferecida pela escola.

A escola é uma imagem da sociedade, assim como a sociedade deveria ser uma imagem da escola, mas observamos muitas atribuições impostas à escola principalmente aos professores onde temos um alto grau de problemas médicos que ocorrem com eles, notamos, que os professores são “heróis” muitas vezes têm de serem pais, médicos, psicólogos ou mesmo intérpretes de surdos sem formação para isso, muitas vezes os governos impõem apenas à instituição de ensino responsabilidades que não são de natureza educacional.

Observamos os documentos que norteiam as políticas de educação especial, em comum acordo com a educação inclusiva:

- Política Nacional de Integração das Pessoas com Deficiência. Lei Federal nº 7.853 de 24 de outubro de 1989;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996;
- Estabelece Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência. Lei nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999;
- Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001;
- Constitui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Resolução CNE n.º 02, de 11 de setembro de 2001;
- Resolução CNE / CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Estabelece e orienta a implementação da Base Curricular Comum Nacional, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito do Ensino Básico.

Todas as bases, diretrizes e legislações citadas acima devem garantir uma escola para todos, tanto alunos com necessidades especiais quanto alunos sem necessidades. No Brasil, muitas vezes, os surdos são tratados como deficientes mentais pelos ouvintes, e só apresentam deficiência auditiva parcial ou total que faz com que a parte visual se desenvolva mais, os surdos são capazes de se desenvolver física e intelectualmente como todos os outros alunos da sala.

A inclusão de alunos surdos é recente nas escolas, causando ainda muita dificuldade no ambiente escolar e para o próprio professor que muitas vezes não tem habilidade na linguagem dos signos “Libras” aprendendo dentro da sala de aula com os colegas de alunos surdos que também se comunicar com dificuldade com os surdos no final é um desafio, e todos os desafios exigem quebras de paradigma dentro e fora da escola. Para os surdos “as expressões deficiência auditiva (a) são pejorativas e carregam o estereótipo de doença incurável, déficit, limitação” (Fernandes, 2011, p. 61).

Observamos por meio de estudos que os surdos reivindicam o direito de serem chamados de surdos, em vez de ter deficiência auditiva.

No Brasil, com a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, também foi oficializada a Língua Brasileira de Sinais (Libras), possibilitando, em âmbito nacional, a realização de discussões relacionadas à necessidade de respeitar as particularidades linguísticas da comunidade surda e o uso dessa língua em ambientes escolares. (BNCC, p.29, 22 de dezembro de 2017)

Sabemos que temos inúmeros desafios como professores, mas temos que participar ativamente para que esses alunos sejam tratados com respeito e a inclusão realmente ocorra em sala de aula, para que assim possamos contribuir para uma sociedade mais democrática e humanizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo compreender o nível de inclusão nas salas de aula do Brasil, para alunos com deficiência. Muito embora o ambiente educacional existente e a legislação de acessibilidade no país promova a inclusão de alunos com necessidades especiais, as crianças, os adolescentes das unidades de ensino ainda carecem de projetos ou reformas para eliminar as barreiras arquitetônicas existentes, e não apenas isso, pois há necessidades de professores melhor capacitados para uma dinâmica que seja capaz de auxiliar este aluno na sala de aula e nas séries posteriores em que ele venha a trilhar.

Os ambientes escolares precisam de atenção frequente, por se tratar de um local de grande circulação e necessidade de adequação, a fim de melhorar a acessibilidade e uso da escola por seus alunos, especialmente para aqueles com deficiência física.

Espera-se que este trabalho possa auxiliar direções de escola e os tomadores de decisão municipais a redefinirem parâmetros e critérios que definem o grau de acessibilidade nas escolas do Brasil.

REFERÊNCIAS

Ada. **The Americans with disabilities act. Checklist for readily achievable barrier removal.** Lista de verificação para remoção de barreira facilmente alcançável. 1995. Acessado em: outubro, 2021;

Abate, T. P. **Instrumentos de avaliação Pós-Ocupação (APO) adaptados a pré-escolas com deficiência física, auditiva e visual.** Tese de Doutorado. USP. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011;

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14350: Segurança de brinquedos de playground. Parte 1: Requisitos e Métodos de Ensaio.** Rio de Janeiro. 1999;

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Norma NBR 9050 - Acessibilidade de pessoas com deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro. 2004;

PMB. Bauru. **Secretaria Municipal de Educação.** 2014. Acessado em: outubro, 2021;

PMB. Bauru. **Plano Municipal de Educação. Plano Municipal de Educação.** Secretaria Municipal de Educação. Acessado em: outubro, 2021;

Benvegnù, E. M. **Acessibilidade espacial requisito para uma escola inclusiva: estudo de caso - escolas municipais de Florianópolis.** Tese de Doutorado. Pós Graduate in Architecture and Urbanism. Federal University of Santa Catarina. Florianópolis. 2009;

Brasil. **Constituição Federal de 1988. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988.** Brasília: Senado Federal. 1988;

Brasil. **Decreto Lei 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Brasília: Senado Federal. 2004;

Brasil. **Lei 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.** Brasília: Senado Federal. 2000a;

Brasil. **Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Brasília: Senado Federal. 2000b;

Brasil. **Lei Federal 12.796/2013. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.** Ministério da Educação. 2013;

Brasil. **Lei Federal 9394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Ministério da Educação. 1996;

Brasil. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília. 2006;

Brasil. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Versão Final .** Brasília, MEC / CONSED / UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf>. Acessado em: 12 de outubro de 2021;

Carvalho, T. C. P. de. **Arquitetura escolar inclusiva: construindo espaços para educação infantil.** Tese de Doutorado (PhD). Universidade de São Paulo. EESC/USP. São Carlos. 2008;

Corrêa, P. M. **Elaboração de um protocolo para avaliação de acessibilidade física em escolas da educação infantil.** (Tese de Mestrado). Universidade Estadual Paulista - UNESP. Marília. 2010;

Dischinger, M.; Bins Ely, V. H. M.; Borges, M. M. F. da C. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: O direito à**

escola acessível. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. 2009;

Duarte, C. R. de S.; Cohen, R. **Proposta de metodologia de avaliação da acessibilidade aos espaços de ensino fundamental.** In: Anais NUTAU 2006: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade. University of São Paulo. São Paulo. 2006;

Elali, G. A. **Ambientes para educação infantil, um quebra-cabeça? Contribuição metodológica na avaliação pós-ocupação de edificações e na elaboração de diretrizes para projetos arquitetônicos na área.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002;

Evangelista, M. M. T. T. **A Construção do Projeto Político-Pedagógico na Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) “Florípes Silveira de Souza”.** Tese de Doutorado. Univ Estadual Paulista – UNESP. Marília. 2007;

Fernandes, Sueli. **Fundamentos para educação especial.** Curitiba: 2. ed. Ibpx, 2011.

França, A. J. G. L. **Ambientes contemporâneos para o ensino-aprendizagem: Avaliação pósocupação em três edifícios escolares públicos, situados na região metropolitana de São Paulo.** Tese de Doutorado. USP. São Paulo. 2011;

Loch, M. do V. P. **Convergência entre acessibilidade espacial escolar, pedagogia e escola Inclusiva.** Tese de Doutorado. UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2007;

Magagnin, R. C.; Prado, M. D. do; Vanderlei, C. B. **The municipal urban accessibility policy in a medium-sized city: the case of Bauru - Brasil.** In: XVIII Congreso Panamericano de Ingenieria de Transito, Transporte y Logísitca - PANAM. Santander. Spain. v. 1. p. 01-15. 2014.

ALTERAÇÕES DE EXAMES DE COAGULAÇÃO CAUSADOS PELA COVID-19: UMA REVISÃO DE LITERATURA

CHANGES IN COAGULATION TESTS CAUSED BY COVID-19: A LITERATURE REVIEW

Michelle Barbosa Dias ¹

RESUMO

A pandemia da Covid-19 surgiu como resultado da transmissão de um Betacoronavírus, que se espalhou rapidamente por várias nações. Essa doença se manifesta como uma condição sistêmica e inflamatória que afeta principalmente o sistema respiratório. Além disso, observou-se que esta induz uma série de alterações fisiológicas, incluindo interrupções nos processos de coagulação, e que têm sido associadas à gravidade e taxas de mortalidade relacionadas à doença. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo discutir o impacto da Covid-19 nos resultados dos testes de coagulação em indivíduos afetados. Foi realizada uma revisão da literatura, utilizando artigos científicos, em português, inglês e espanhol, publicados entre 2019 e 2023 e provenientes das bases de dados *Pubmed* e *Scielo*. Os achados laboratoriais revelam evidências claras de anormalidades da coagulação, com o dímero-D servindo como marcador primário para eventos trombóticos e mortalidade. Pacientes com mais de 60 anos e com comorbidades correm maior risco de desenvolver uma condição mais grave de Covid-19. A coagulopatia associada à Covid-19 (CAC) mimetiza outras coagulopatias sistêmicas, no entanto com características clínicas e laboratoriais diferentes. A fisiopatologia da CAC está associada à uma tempestade de citocinas pró-inflamatórias, a danos nas células endoteliais, ao envolvimento cardiovascular e a uma resposta imunomediada desequilibrada. Além disso, na CAC o prolongamento dos tempos de protrombina e de tromboplastina parcial ativada é mínimo e a trombocitopenia é leve. Assim, é crucial considerar a correlação entre os aspectos epidemiológicos e laboratoriais da coagulação. Essa correlação desempenha um papel significativo no prognóstico e acompanhamento da doença.

PALAVRAS-CHAVE: Dímero-D; Coagulação; Covid-19; SARS-CoV-2.

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic emerged as a result of the transmission of a Betacoronavirus, which spread quickly across several nations. This disease manifests itself as a systemic and inflammatory condition that primarily affects the respiratory system. Moreover, it has been reported to induce different physiological changes, including interruptions in coagulation processes, which have been associated with severity and mortality rates related to this disease. In this context, the present study aimed to discuss the impact of Covid-19 on the results of coagulation tests in these affected subjects. A literature review was carried out, using scientific articles, in Portuguese, English and Spanish, published between 2019 and 2023 and based on Pubmed and Scielo databases. Laboratory findings reveal clear evidence of coagulation abnormalities, with D-dimer serving as a primary marker for thrombotic events and mortality. Patients aged 60 and over with comorbidities are at greater risk of developing a more severe Covid-19 condition. Covid-19-associated coagulopathy (CAC) mimics other systemic coagulopathies, however with different clinical and laboratory characteristics. The pathophysiology of CAC is associated with a pro-inflammatory cytokine storm, endothelial cell damage, cardiovascular involvement, and an imbalanced immune-mediated response. Furthermore, in CAC the prolongation of prothrombin and activated partial thromboplastin times is minimal and thrombocytopenia is mild. Thus, it is crucial to consider the correlation between epidemiological and laboratory aspects of coagulation. This correlation plays a significant role in the prognosis and follow-up of the disease.

KEYWORDS: D-dimer; Coagulation; Covid-19; SARS-CoV-2.

¹ Mestranda em Ciências da Saúde Coletiva pela ACU - Absolute Christian University – ACU. Especialista em Hematologia e Hemoterapia pelo Centro Universitário Tiradentes (UNIT); Graduada em Biomedicina pelo Centro Universitário Cesmac. **E-MAIL:** michellebd2@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/3151944436986269.

INTRODUÇÃO

No final do ano de 2019, vários casos de doença respiratória grave de causa desconhecida foram registrados na cidade de Wuhan, província de Hubei (China) e, logo após, danos exponenciais foram observados em diferentes partes do mundo. Nesse contexto, o Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus propôs que o agente causador da pandemia de Covid-19 fosse denominado Coronavírus 2 da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV-2) (DUARTE, 2020; GORBALENYA et al., 2020).

O SARS-CoV-2 pertence ao gênero *Betacoronavirus*, o qual também inclui o MERS-CoV, e, considerando sua ampla disseminação e sintomas clínicos respiratórios, o SARS-CoV-2 se torna mais patogênico que os demais vírus do mesmo gênero, resultando em um grande problema de saúde pública (ABDULJALIL; ABDULJALIL, 2020; PAIVA; BERBERT; RAMOS, 2020).

Os sintomas mais comuns são tosse seca, febre, fadiga e diarreia, que, além de distúrbios graves de coagulação, podem evoluir para sintomas mais graves, incluindo pneumonia, síndrome do desconforto respiratório agudo (SDRA), danos cardíacos, hepáticos e renais (XAVIER et al., 2020; LEVI; THACHIL, 2020). Além disso, foi observada uma resposta inflamatória grave devido a uma tempestade de citocinas causada pela superativação do sistema imunológico, levando a um estado de hipercoagulabilidade e ativação plaquetária (DATTA et al., 2020).

Estudos recentes demonstraram que os distúrbios de coagulação causados pela Covid-19 podem se manifestar como embolia pulmonar e tromboembolismo venoso em pacientes gravemente afetados, aumentando assim a mortalidade (LEVI et al., 2020; PINTO; OLIVEIRA, 2021). Além disso, dentre as alterações do sistema hemostático, alguns marcadores laboratoriais podem ser melhor estabelecidos para avaliar alterações na coagulação, gravidade e

monitoramento da Covid-19 (BAO et al., 2020; MARTIN-ROJAS et al., 2020; TANG et al., 2020a).

Com base nisso, os dados laboratoriais de hemostasia podem fornecer informações importantes para ajudar profissionais em laboratórios e procedimentos clínicos a monitorar distúrbios de coagulação associados à Covid-19 (BATSCHAUER; JOVITA, 2020; FLEURY, 2020).

Diante do exposto, e considerando que a COVID-19 pode causar múltiplas alterações nos sistemas orgânicos, incluindo a coagulação, o objetivo deste estudo foi discutir as principais alterações na coagulação causadas pela Covid-19, por meio de uma revisão de literatura.

METODOLOGIA

Este estudo compreende uma revisão da literatura baseada em artigos indexados nas bases de dados *Pubmed* e *Scielo*. Para orientar este estudo, formulou-se uma questão norteadora: “Como a Covid-19 afeta os testes de coagulação?”. A pesquisa utilizou como palavras-chave: testes de coagulação e Covid-19, coagulação e Covid-19, tanto em português quanto em inglês. Os critérios de inclusão consistiram em estudos originais envolvendo humanos que apresentaram alterações na coagulação causadas pela Covid-19.

Além disso, foram incluídos artigos publicados em português, inglês e espanhol, bem como artigos que abordassem o tema da pesquisa de forma contemporânea e tenham sido publicados nos últimos cinco anos (2019-2023) nas bases de dados supracitadas. Os critérios de exclusão envolveram artigos que não estavam disponíveis gratuitamente ou disponíveis na íntegra, artigos escritos em idiomas diferentes de português, inglês ou espanhol.

Conseqüentemente, a abordagem de busca empregada resultou em um total de 6.687 artigos das bases de dados consultadas. A partir desse extenso resultado, uma avaliação criteriosa foi realizada,

resultando na seleção de 33 artigos para posterior análise dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de coagulação envolve a interação entre três elementos primários: células endoteliais, plaquetas e fatores de coagulação. Doenças infecciosas graves podem causar superestimulação, esgotar os fatores de coagulação e induzir a coagulação intravascular disseminada (DANZI, 2020; TANG, 2020a; HAN, 2020).

Em seu estudo, Ranucci et al. (2020) forneceram uma descrição abrangente do perfil de coagulação em um grupo de 16 pacientes que receberam heparina de baixo peso molecular (HBPM). Dependendo do protocolo, a dose de HBPM pode ser aumentada e, se estiver abaixo de 70%, o nível de antitrombina precisa ser corrigido. Além disso, o clopidogrel pode ser adicionado se a contagem de plaquetas estiver acima de 400.000/ μ L. Notavelmente, 25% desses pacientes tinham baixos níveis de antitrombina. Após ajuste das doses de anticoagulante com base em testes de coagulação de rotina e testes de viscoelasticidade sugestivos de estado de hipercoagulabilidade, os autores concluíram que a curva de coagulação tendeu a se normalizar.

Em uma publicação recente, Tang et al. (2020b) avaliaram retrospectivamente o estado de coagulação de 183 pacientes com pneumonia causada pela Covid-19, incluindo sobreviventes e não sobreviventes. Na admissão, os não sobreviventes apresentavam níveis mais elevados de dímero-D, produtos de degradação da fibrina e tempo de protrombina comparados aos sobreviventes. Além disso, os autores constataram que 71,4% dos pacientes que faleceram preencheram os critérios diagnósticos para coagulopatia associada à Covid-19 (CAC). Além disso, os não sobreviventes apresentaram níveis mais baixos de fibrinogênio e antitrombina nos estágios finais da internação.

Litjos et al. (2020) examinaram 26 pacientes críticos com Covid-19 em duas unidades de terapia intensiva (UTIs) para tromboembolismo venoso (TEV) usando ultrassonografia da coxa ao tornozelo. Embora todos os pacientes estivessem em terapia anticoagulante, profilática ou terapêutica, a trombose venosa profunda (TVP) ocorreu em 53,8%, com embolia pulmonar detectada em 23% dos casos. Além disso, os autores observaram que 56% dos pacientes que receberam terapia anticoagulante após admissão na UTI desenvolveram TEV e 33% desenvolveram embolia pulmonar. Embora as contagens de fibrinogênio, dímero-D e plaquetas tenham sido avaliadas nesses pacientes, os níveis de antitrombina não foram avaliados.

Um estudo observacional prospectivo analisou o estado de coagulação em pacientes críticos com Covid-19 e avaliou a melhora no estado de hipercoagulabilidade após a implementação de um regime de tromboprolifaxia. A presença de TEV e a utilização de assistência anticoagulante como medida preventiva antitrombótica em pacientes com Covid-19 podem ser potencialmente explicadas por esses achados. Além disso, irregularidades no processo de coagulação do sangue também foram detectadas no perfil desses indivíduos. Isso incluiu níveis aumentados de dímero-D em mais de 70% dos pacientes, bem como ligeiras extensões no tempo de protrombina (TP) e pequenas reduções na contagem de plaquetas ($>100.000/\text{mm}^3$), mas níveis de fibrinogênio significativamente elevados, sem lise, mas sem sangramento (THACHIL; SRIVASTAVA, 2020).

Em todos os casos de Covid-19, incluindo casos não críticos, é aconselhável considerar a anticoagulação com HBPM. No entanto, deve-se observar que a HBPM não é recomendada devido ao risco de sangramento decorrente da plaquetopenia. Os efeitos vantajosos das propriedades anti-inflamatórias da heparina foram reconhecidos no contexto da infecção por SARS-CoV-2. Isso é particularmente relevante, pois os níveis de citocinas pró-inflamatórias foram acentuadamente

elevados. Além disso, a utilização de HBPM foi associada a melhores resultados e diminuição das taxas de mortalidade (TANG, 2020b; THACHIL, 2020).

Além disso, Panigada et al. (2020) avaliaram 24 pacientes com Covid-19 intubados na UTI e avaliaram seus perfis de coagulação e tromboelastografia. Os autores observaram uma redução de 50% e 83% no tempo de formação de coágulo e no tempo até o aparecimento do coágulo, respectivamente, em pacientes com Covid-19. Além do mais, esses pacientes apresentaram valores de velocidade de formação do coágulo e amplitude máxima 72% e 83% maiores, respectivamente, sugerindo um estado de hipercoagulabilidade. Os níveis de fibrinogênio, dímero-D, fator VIII e antígenos do fator de Von Willebrand estavam aumentados. Porém, os níveis de atrombina diminuíram.

A coagulopatia associada à Covid-19 mimetiza outras coagulopatias sistêmicas, como a coagulação intravascular disseminada (CIVD) ou a microangiopatia trombótica, no entanto com características clínicas e laboratoriais diferentes (LEVI; TRACHIL, 2020). Ao contrário da CIVD clássica por sepse ou trauma, o prolongamento do tempo de tromboelastografia parcial ativada (TTPa) e/ou TP é mínimo e a trombocitopenia é leve em pacientes com COVID-19 (MEZALEK et al., 2020). Portanto, identificar pacientes com CAC é importante para determinar se deve iniciar a terapia anticoagulante. A eficácia da anticoagulação no tratamento da CAC vem sendo analisada. De acordo com as diretrizes da Sociedade Internacional de Trombose e Hemostasia (ISTH), a HBPM é considerada superior à heparina não fracionada no tratamento de trombose e prevenção de trombose venosa, embora não haja evidências de alta qualidade para apoiá-la (IBA, 2019).

Tang et al (2020b) fizeram uma avaliação abrangente do estado e resultados da coagulação em uma coorte de 449 indivíduos gravemente doentes com Covid-19. Além disso, os pesquisadores investigaram a taxa de mortalidade em 28 dias para pacientes que

receberam heparina versus aqueles que não receberam. De todos os participantes, um total de 99 pacientes (22%) recebeu um mínimo de 7 dias de tratamento com heparina e, dentro desse subgrupo, 97 pacientes (21,6%) preencheram os critérios para Coagulopatia Induzida por Sepse (CIS). Os autores exploraram ainda mais a relação entre o tratamento com heparina e os resultados com base na pontuação CIS. Seus achados revelaram que o tratamento com heparina foi associado a uma menor taxa de mortalidade em pacientes com pontuação CIS de 4 ou superior, enquanto nenhuma redução significativa na mortalidade foi observada em pacientes com pontuação CIS abaixo de 4. Além do mais, foi observada uma taxa de 20% de diminuição da mortalidade entre os pacientes tratados com heparina, na qual o dímero-D apresentou-se superior a 3 µg/mL. Vale ressaltar que a utilidade do teste dímero-D é limitada a descartar a presença de trombose devido à sua baixa especificidade e alta sensibilidade, portanto, propenso a resultados falso-positivos (LONGSTAFF, 2018).

Além disso, a utilização de um teste dímero-D negativo tem potencial para orientar a descontinuação do tratamento anticoagulante para pacientes que sofrem de tromboembolismo venoso. No entanto, essa abordagem específica gerou um debate considerável e requer pesquisas adicionais para confirmar sua validade. A patogênese da CAC ocorre principalmente em nível microvascular, com envolvimento tardio de vasos venosos e arteriais. Além disso, o padrão de CAC mais comum em hospitalizados é caracterizado por elevações nos níveis de fibrinogênio e dímero-D, e não deve ser interpretado erroneamente como CIVD (MEZALEK et al., 2020).

O mecanismo de hipercoagulabilidade e CAC em pacientes infectados com SARS-CoV-2 vem sendo investigado, e algumas hipóteses foram discutidas. Uma delas é que o vírus entra nas células por meio do receptor de angiotensina 2 (ACE2), que é altamente expresso em células pulmonares, músculo cardíaco e outras células endoteliais. A lesão dessas células aumenta a resposta

inflamatória, liberando mais citocinas e fator de necrose tumoral e o consequente estímulo pró-coagulante (JOLY; SIGURET; VEYRADIÉ, 2020).

A ativação anormal do eixo renina-angiotensina, causada pela ligação do vírus ao receptor ACE2, pode levar à adesão e agregação de plaquetas, aumentando assim o risco de tromboembolismo (YANG, 2019). Além disso, o status pró-coagulante da Covid-19 pode estar ligado à resposta imune inata à infecção. Isso ocorre porque existem vias compartilhadas entre a resposta imune e a regulação da coagulação. Como resultado, certos componentes da via de resposta imune, como o fator tecidual, podem ter efeitos pró-coagulantes (TERPOS, 2020).

É fundamental destacar a ocorrência de um estado conhecido como “tempestade de citocinas” durante o processo de inflamação e coagulação nos casos de Covid-19. Nesse cenário, a liberação de moléculas específicas, como interleucinas (IL), IL-1 β , IL-6 e fator de necrose tumoral- α (TNF- α), juntamente com outras substâncias inflamatórias, leva ao aumento da ativação do endotélio celular e do Fator de Von Willebrand, ativa macrófagos nos tecidos afetados, estimula a agregação de plaquetas e desencadeia a cascata de coagulação. Além disso, essas citocinas pró-inflamatórias desempenham um papel significativo na inibição dos mecanismos naturais de anticoagulação e fibrinólise, impedindo assim a regulação adequada da homeostase do Covid-19 (HUANG, 2020).

A contribuição potencial de NETs (armadilhas extracelulares de neutrófilos) e DAMPs (padrões moleculares associados a danos) para os efeitos pró-coagulantes do Covid-19 (BARNES, 2020) está atualmente sendo investigada, mas sugere-se que estejam interligados na formação desses efeitos. NETs são estruturas intrincadas compostas de DNA e proteínas liberadas por neutrófilos durante a inflamação, e sua formação tem sido associada ao início de processos trombóticos arteriais e venosos. Após a ligação do SARS-CoV-2, os receptores funcionais nas células endoteliais,

venosas, arteriais e musculares lisas, podem causar a ativação anormal do sistema renina-angiotensina e subsequente inflamação endotelial, levando potencialmente a alterações aberrantes na coagulação e sepse (WANG, 2020).

No estudo de Varga et al. (2020), os autores mostraram que a disfunção endotelial interage com a inflamação na infecção viral, implicando em um pior prognóstico em pacientes com Covid-19 com coagulopatia. Está claro que a coagulação e a imunidade inata estão relacionadas e interconectadas, porque compartilham vias comuns em resposta à invasão e lesão viral, como fator tecidual (um importante desencadeador da coagulação) e componentes pró-coagulantes e pró-coagulantes da resposta imune do hospedeiro.

A imunotrombose, termo citado por Thachil e Srivastava (2020), ocorre quando microrganismos invadem a corrente sanguínea e danificam a parede do vaso. A formação de trombina desempenha um papel central na ligação da via de coagulação com o sistema imunológico inato. As interconexões entre vários fatores de coagulação, como calicreína-cinínogênio, desempenham um papel na geração de citocinas e influenciam a função do sistema complemento. Isso fortalece ainda mais a correlação entre a coagulação e o sistema imunológico inato.

Para identificar a CAC em pacientes em estado crítico, são empregados testes convencionais de coagulação. No entanto, esses testes medem apenas 5% da geração de trombina e são inadequados para distinguir entre pacientes que têm uma disposição pró-trombótica e aqueles que são mais propensos a sangramento. Em contraste, o teste viscoelástico avalia a totalidade da formação do coágulo, bem como sua quebra, permitindo determinar se um paciente é hipercoagulável ou hipocoagulável. Consequentemente, esse teste constitui uma ferramenta valiosa no gerenciamento eficaz das coagulopatias (MULLER, 2019).

Na maioria dos casos, os indivíduos que contraem a Covid-19 apresentam alterações em seus parâmetros de coagulação sugestivas de sepse ou CAC. O TP e os níveis de dímero-D são considerados marcadores valiosos para avaliar o prognóstico e o nível de gravidade associados à Covid-19 (PERLMAN, 2020).

Pacientes com Covid-19 que apresentaram níveis mais altos de TP apresentaram maior suscetibilidade à SDRA. Além disso, níveis aumentados de dímero-D foram significativamente associados a um maior risco de SDRA e mortalidade (WU, 2020). Os critérios diagnósticos estabelecidos pela ISTH indicam que 71,4% dos indivíduos que sucumbiram à pneumonia relacionada à Covid-19 apresentavam essa condição. Por outro lado, apenas um único sobrevivente foi diagnosticado com CAC. Esses achados ressaltam a importância vital do monitoramento laboratorial regular desses pacientes (TANG, 2020a; THACHIL, 2020).

O tempo mediano até o início da CAC foi de 4 dias após a admissão (intervalo: 1-12 dias). Em um exame abrangente que se concentrou nas características de coagulação de indivíduos afetados pela Covid-19, observou-se que as concentrações de produto de degradação da fibrina, dímero-D e fibrinogênio exibiram elevação significativa, quando comparadas às concentrações normalmente observadas em indivíduos saudáveis. Além disso, pacientes com doença mais grave apresentaram níveis de dímero-D e produto de degradação da fibrina mais altos do que aqueles com sintomas menos graves (HAN, 2020). Consequentemente, sugere-se que o prognóstico da pneumonia por Covid-19 esteja intimamente ligado aos parâmetros de coagulação durante sua progressão (TANG, 2020a).

O manejo de pacientes com Covid-19 engloba quatro aspectos cruciais. Em primeiro lugar, é imperativo diagnosticar rapidamente e monitorar de perto a CAC. Isso pode ser feito empregando a pontuação ISTH para rastrear a contagem de plaquetas, o TP, os níveis de fibrinogênio, o dímero-D, bem como a atividade da

antitrombina III e da proteína C. O prognóstico pode ser determinado por meio desse monitoramento e orientará o suporte intensivo adequado ao paciente. Em segundo lugar, a identificação de pacientes de alto risco, sejam eles internados ou em atendimento ambulatorial, é de extrema importância. Em terceiro lugar, otimizar o esquema de trombopprofilaxia é essencial, sendo HBPM a droga de primeira linha preferida. Por último, é crucial integrar outras terapias antitrombóticas, como a antitrombina recombinante e a trombosmodulina. Vale ressaltar que as propriedades anti-inflamatórias da HBPM podem trazer benefícios adicionais para pacientes com Covid-19 (TERPOS, 2020).

Após uma análise cuidadosa, foi determinado que o processo de coagulação sofre mudanças perceptíveis em indivíduos afetados pelo Covid-19. Notavelmente, há um aumento significativo nos níveis de dímero-D, produtos de degradação da fibrina e fibrinogênio, enquanto os níveis de antitrombina III experimentam uma diminuição significativa. De particular importância, o dímero-D e o produto de degradação da fibrina provaram ser altamente indicativos da progressão da doença, tornando assim o monitoramento regular desses marcadores uma medida confiável do avanço da doença (HAN, 2020).

As características de coagulação de casos graves de Covid-19 são complexas e podem diferir. Vários desses indivíduos podem apresentar uma tendência aumentada para a coagulação do sangue como resultado de reações inflamatórias, presença de outras condições médicas, mobilidade limitada, dependência de ventilação mecânica e/ou utilização de oxigenação por membrana extracorpórea. Um aspecto crítico no manejo desses pacientes é determinar a abordagem mais eficaz para avaliar a probabilidade de incidentes tromboembólicos.

Embora a pesquisa clínica possa sugerir a existência de uma condição de hipercoagulabilidade em indivíduos com casos graves de Covid-19, atualmente não há evidências suficientes para endossar a

administração rotineira de anticoagulação terapêutica nesses pacientes. Neste momento, é aconselhável priorizar investigações adicionais centradas em testes de coagulação. Isso permitirá uma compreensão mais abrangente do perfil de coagulação em pacientes com Covid-19, aprimorará a avaliação dos riscos associados à coagulopatia e fornecerá orientação adequada para o tratamento anticoagulante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que o envolvimento do SARS-CoV-2 nos processos de coagulação é evidente, embora os mecanismos específicos ainda estejam sendo estudados. Pacientes infectados com Covid-19 apresentam hipercoagulabilidade, que está ligada à infecção grave e pode levar à embolia pulmonar e/ou TVP, com alguns casos mais graves evoluindo para CAC. Os testes usados para avaliar a hemostasia mostraram níveis elevados de dímero-D, TP e fibrinogênio e, em alguns casos graves, as contagens de plaquetas diminuíram como resultado da coagulopatia. A terapia anticoagulante com HBPM mostrou-se a opção de tratamento mais eficaz em todos os grupos e nas fases iniciais de profilaxia, devido às suas propriedades anti-inflamatórias. Nas fases mais críticas, desempenhou um papel crucial na determinação de um melhor prognóstico e na redução da letalidade. É fundamental enfatizar que a indicação mais precisa do prognóstico para pacientes infectados foi o resultado do dímero-D, demonstrando este como um marcador confiável para determinar a necessidade de profilaxia com heparina em altas doses. Assim, ocorreu uma mudança significativa de perspectiva, pois o dímero-D pode ser utilizado como um marcador com valor preditivo negativo para descartar eventos trombóticos.

REFERÊNCIAS

ABDULJALIL, J. M.; ABDULJALIL, B. M. Epidemiology, genome, and clinical features of the pandemic SARS-CoV-2: a recent view. **New microbes and new infections**, v. 35, p.100672, 2020.

BAO, C. et al. SARS-CoV-2 induced thrombocytopenia as an important biomarker significantly correlated with abnormal coagulation function, increased intravascular blood clot risk and mortality in COVID-19 patients. **Experimental Hematology & Oncology**, v. 9, n. 1, p. 1-8, 2020.

BARNES, B. J. et al. Targeting potential drivers of COVID19: Neutrophil extracellular traps. **J Exp Med**, v. 217, n. 6, p. e20200652, 2020.

BATSCHAEUR, A. P. B.; JOVITA, H. W. Hemostasia e COVID-19: fisiopatologia, exames laboratoriais e terapia anticoagulante. **Revista Brasileira de Análises Clínicas**, v. 52, n. 2, p.138-142, 2020.

DANZI, G. B, et al. Acute pulmonary embolism and COVID-19 pneumonia: a random association?. **Eur Heart J**, v. 41, n. 19, p:1858-1858, 2020.

DATTA, P. K. et al. SARS-CoV-2 pandemic and research gaps: Understanding SARS-CoV-2 interaction with the ACE2 receptor and implications for therapy. **Theranostics**, v. 10, n. 16, p. 7448–7464, 2020.

DUARTE, P. M. COVID-19: Origem do novo coronavírus. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 2, p.3585-3590, 2020.

FLEURY, M. K. A COVID-19 e o laboratório de hematologia: uma revisão da literatura recente. **Revista Brasileira de Análises Clínicas**, v. 52, n. 2, p. 131-137, 2020.

GORBALENYA, A. E. et al. Severe acute respiratory syndrome-related coronavirus: The species and its viruses—a statement of the Coronavirus Study Group. **Nature Microbiology**, p.1-15, 2020.

HAN, H. et al. Prominent changes in blood coagulation of patients with SARS-CoV-2 infection. **Clin Chem Lab Med.**, v 25, p. 1116-1120. 2020.

HUANG, C. et al. Clinical features of patients infected with 2019 novel coronavirus in Wuhan, China. **Lancet**, 395, n. 10223, p. 497-506, 2020.

IBA, T. et al. Scientific and Standardization Committee on DIC, and the Scientific and Standardization Committee on Perioperative and Critical Care of the International Society on Thrombosis and Haemostasis. Diagnosis and management of sepsisinduced coagulopathy and disseminated intravascular coagulation. **J Thromb Haemost**, v. 17, n. 11, p. 1989-1994, 2019.

JOLY, B. S., SIGURET, V., VEYRADIER, A. Understanding pathophysiology of hemostasis disorders in critically ill

- patients with COVID-19. **Intensive Care Med**, v. 46, n. 8, p. 1603-1606, 2020.
- LEVI, M. et al. Coagulation abnormalities and thrombosis in patients with COVID-19. **The Lancet Haematology**, v. 7, n. 6, p. 438-440, 2020.
- LEVI, M.; THACHIL, J. Coronavirus Disease 2019 Coagulopathy: Disseminated Intravascular Coagulation and Thrombotic Microangiopathy-Either, Neither, or Both. **Semin Thromb Hemost.**, v. 46, n. 7, p. 781-784, 2020.
- LLITJOS, J. F. et al. High incidence of venous thromboembolic events in anticoagulated severe COVID-19 patients. **J Thromb Haemost**, v. 18, n. 7, p. 1743-1746, 2020.
- LONGSTAFF, C. **Measuring fibrinolysis: from research to routine diagnostic assays.** **J Thromb Haemost**, v. 16, n. 4, p. 652-662, 2018.
- MARTÍN-ROJAS, R. M. et al. COVID-19 coagulopathy: an in-depth analysis of the coagulation system. **European Journal of Haematology**, v. 105, n. 6, p. 741-750, 2020.
- MEZALEK, Z. T. et al. COVID-19 Associated Coagulopathy and Thrombotic Complications. **Clin Appl Thromb Hemost.**, v. 26, p. 1076029620948137, 2020.
- MULLER, M. C. et al. Thromboelastometry in critically ill patients with disseminated intravascular coagulation. **Blood Coagul Fibrinolysis**, v. 30, n. 5, p. 181-187, 2019.
- PAIVA, A. M.; BERBERT, L. R.; RAMOS, K. M. **Pandemia COVID-19. Pandemia da COVID-19: uma visão multidisciplinar.** Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.
- PANIGADA, M. et al. Hypercoagulability of COVID-19 patients in Intensive Care Unit. A Report of Thromboelastography Findings and other Parameters of Hemostasis. **J Thromb Haemost**, v. 18, n. 7, p. 1738-1742, 2020.
- PERLMAN, S. Another decade, another coronavirus. **N Engl J Med.**, v. 382, n. 8, p. 760-762. 2020.
- PINTO, T. S.; OLIVEIRA, J. R. Distúrbios da coagulação em pacientes infectados por SARS-CoV-2. **Revista Newslab**, 2021.
- RANUCCI, M. et al. The procoagulant pattern of patients with COVID-19 acute respiratory distress syndrome. **J Thromb Haemost**, v. 18, n. 7, p. 1747-1751, 2020.
- TANG, N. et al. Abnormal coagulation parameters are associated with poor prognosis inpatients with novel coronavirus pneumonia. **Journal of thrombosis and haemostasis**, v. 18, n. 4, p. 844-847, 2020a.
- TANG, N. et al. Anticoagulant treatment is associated with decreased mortality in severe coronavirus disease 2019 patients with coagulopathy. **J Thromb Haemost.**, v. 18, n. 5, p. 1094-1099, 2020b.
- THACHIL, J. et al. ISTH interim guidance on recognition and management of coagulopathy in COVID-19. **J Thromb Haemost**, v. 18, n. 5, p. 1023-26, 2020.
- THACHIL, J.; SRIVASTAVA, A. SARS-2 Coronavirus-Associated Hemostatic Lung Abnormality in COVID-19: Is It Pulmonary Thrombosis or Pulmonary Embolism?. **Semin Thromb Hemost**, v. 46, n. 7, p. 777-780, 2020.
- TERPOS, E. et al. Hematological findings and complications of COVID-19. **Am J Hematol**, v. 95, n. 7, p.834-847, 2020.
- VARGA, Z. et al. Endothelial cell infection and endotheliitis in COVID-19. **Lancet**, v. 395, n. 10234, p. 1417-1418, 2020.
- WANG, J. et al. Dysfunctional Coagulation in COVID-19: From Cell to Bedside. **Adv Ther**, v. 37, n. 7, p. 3033-3039, 2020.
- WU, C. et al. Risk factors associated with acute respiratory distress syndrome and death in patients with coronavirus disease 2019 pneumonia in Wuhan, China. **JAMA Intern Med.**, v. 180, n. 7, p.1-11, 2020.
- XAVIER, A. R. et al. COVID-19: manifestações clínicas e laboratoriais na infecção pelo novo coronavírus. **J Bras Patol Med Lab**, v. 56, p. 1-9, 2020.
- YANG, T. et al. Natural products against renin-angiotensin system for antifibrosis therapy. **Eur J Med Chem**, p:623-633, 2019.

PRINCIPAIS VANTAGENS DA UTILIZAÇÃO DOS ANTICOAGULANTES ORAIS DE AÇÃO DIRETA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

THE MAIN ADVANTAGES OF THE USE OF DIRECT-ACTING ORAL ANTICOAGULANTS: A LITERATURE REVIEW

Michelle Barbosa Dias ¹

RESUMO

A classe de fármacos considerada “novos anticoagulantes orais” (NOACs) ou anticoagulantes orais diretos (DOACs) apresentam foco de ação diretamente em fatores específicos da cascata de coagulação, como os fatores Xa (rivaroxabana, apixabana e edoxabana) e IIa (dabigatran). No entanto, o custo elevado e a ausência de pesquisas robustas em diferentes quadros clínicos e com metodologias precisas podem limitar sua aplicabilidade na prática clínica. Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo discutir as principais vantagens das indicações de uso dos DOACs por meio de uma revisão da literatura. O artigo foi desenvolvido de forma narrativa, utilizando textos acadêmicos indexados em bancos de dados eletrônicos, como *Scielo*, *LILACS* e *Pubmed*, no período de 2016 a 2023. Foram selecionados 11 estudos para compor a revisão. Há uma tendência de uso dos DOACs devido a suas propriedades e facilidades terapêuticas. Esses fármacos, além de agirem diretamente em fatores específicos da cascata de coagulação, facilitam a retirada quando necessário. Além disso, podem ser utilizados em monoterapia ou associados a heparina de baixo peso molecular e vêm sendo utilizados, principalmente, na prevenção de tromboembolismo. Os anticoagulantes clássicos, apesar de se mostrarem eficientes no tratamento da trombose profunda, apresentam dificuldades práticas e riscos. Outra vantagem dos DOACs está relacionada à dose, pois não há necessidade de ajuste ao peso do paciente. Por fim, ainda são necessários mais estudos para garantir que estes sejam as melhores opções em relação aos anticoagulantes tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Anticoagulantes Orais de Ação Direta; Coagulação Sanguínea; Trombose Venosa Profunda.

ABSTRACT

The class of drugs considered “new oral anticoagulants” (NOACs) or direct oral anticoagulants (DOACs) focus their action directly on specific factors of the coagulation cascade, such as factors Xa (rivaroxaban, apixaban and edoxaban) and IIa (dabigatran). However, the high cost and lack of robust research in different clinical settings and with precise methodologies may limit its applicability in clinical practice. Thus, the present study aimed to discuss the main advantages of the indications for the use of DOACs through a literature review. The article was developed in a narrative form, using academic texts indexed in electronic databases, such as *Scielo*, *LILACS* and *Pubmed*, from 2016 to 2023. Eleven studies were selected to compose the review. There is a tendency to use DOACs due to their properties and therapeutic facilities. These drugs, in addition to acting directly on specific factors in the coagulation cascade, facilitate withdrawal when necessary. In addition, they can be used as monotherapy or associated with low molecular weight heparin and have been used mainly in the prevention of thromboembolism. Classic anticoagulants, despite being efficient in the treatment of deep thrombosis, present practical difficulties and risks. Another advantage of DOACs is related to dosage, as there is no need of adjustment based on the patient's weight. Finally, further studies are still needed to ensure that these are the best options compared to traditional anticoagulants.

KEYWORDS: Direct-acting Oral Anticoagulants; Blood Coagulation; Deep Vein Thrombosis.

¹ Mestranda em Ciências da Saúde Coletiva pela ACU - Absolute Christian University – ACU. Especialista em Hematologia e Hemoterapia pelo Centro Universitário Tiradentes (UNIT); Graduada em Biomedicina pelo Centro Universitário Cesmac. **E-MAIL:** michellebd2@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/3151944436986269.

INTRODUÇÃO

Os anticoagulantes consistem em fármacos utilizados no tratamento e na prevenção das doenças tromboembólicas, sendo os mais conhecidos as heparinas e a varfarina. A estreita janela terapêutica e a alta variação dose-resposta tornaram esses medicamentos peculiares, de tal forma, a imprimir características cautelosas para seu uso (HYERS, 2003; TERRA-FILHO et al., 2010).

Por outro lado, a classe de fármacos considerada “novos anticoagulantes orais” (NOACs) ou anticoagulantes orais de ação direta (DOACs) apresentam o foco de ação diretamente em fatores específicos da cascata de coagulação, como nos fatores Xa (rivaroxabana, apixabana e edoxabana) e IIa (dabigatрана). Já a antivitamina K (AVK) age de forma indireta, de modo similar à heparina e seus derivados (JOHNSTON, 2016).

Vale salientar que os AVKs podem promover interações medicamentosas, e, além disso, podem ser alterados até pela dieta com alimentos ricos em vitamina K, por exemplo. Em contrapartida, a heparina, que é um fármaco consolidado e considerado um dos mais utilizados na rotina de saúde, apresenta vários efeitos colaterais relacionados, como hemorragias, osteoporose, reações cutâneas, eosinofilia, alopecia, alterações hepáticas, hipercalcemia ocasional e trombocitopenia. Esses problemas impulsionaram novas pesquisas com foco em fármacos anticoagulantes (HYERS, 2003; WEITZ; HIRSH; SAMAMA, 2004).

Prescritos para o tratamento do tromboembolismo venoso (TEV), os “novos anticoagulantes orais” tendem a apresentar boa biodisponibilidade e meia-vida variando de 8 a 15 horas. A via de excreção renal varia conforme a droga, com 25% para apixabana, 33% para rivaroxabana, 50% para edoxabana e 80% para dabigatрана (WANG; BAJOREK, 2014). O metabolismo dessas drogas é feito pela p-glicoproteína e com envolvimento do citocromo P450-

3A4 (rivaroxabana e apixabana). Portanto, devido a essa forma de metabolismo ser uma via comum, há uma série de interações medicamentosas com fármacos que também a utilizam (LEE; CARRIER, 2014).

Tradicionalmente eram escassas as opções de medicamentos que pudessem interferir efetivamente na cascata de coagulação. Os anticoagulantes tradicionais sempre se mostraram eficientes no tratamento da trombose profunda, mas havia dificuldades práticas e riscos que levaram ao desenvolvimento de novos fármacos para esse mesmo fim. Os dois grupos de anticoagulantes orais (inibidores do fator Xa e inibidores diretos da trombina) se tornaram disponíveis com base em estudos e evidências de segurança para seu uso (FERNANDES et al., 2016).

Diante do exposto, esta pesquisa teve por objetivo discutir as principais vantagens diante das indicações do uso dos anticoagulantes de ação direta. O estudo se deu por meio de uma revisão da literatura e a pergunta que norteou o trabalho foi: quais as vantagens nas indicações de situações mais comuns para o uso de anticoagulantes de ação direta?

METODOLOGIA

O estudo desenvolvido trata de uma revisão de literatura, do tipo narrativa. A pesquisa foi desenvolvida através de busca de artigos científicos e/ou periódicos indexados em banco de dados eletrônicos e gratuitos.

O levantamento bibliográfico foi realizado a partir de bases consideradas de grande relevância para o assunto abordado. As buscas foram oriundas de fontes como *Scielo*, *LILACS* e *Pubmed*. A coleta de dados foi realizada utilizando como descritores: anticoagulantes orais diretos; coagulação sanguínea; trombose venosa profunda.

Foram escolhidos artigos no período de 2016 a 2023, por possuir maior amplitude de bibliografias atualizadas. Recorreu-se à leitura do título, do resumo do estudo e do tipo de publicação. Numa segunda fase, com

recurso à consulta do título, do resumo e, se necessário, ao texto integral, foram excluídos os estudos que não abordavam o tema proposto.

A seleção dos artigos obedeceu aos seguintes critérios de elegibilidade: o uso de anticoagulantes orais de ação direta, assim como títulos que demonstrassem relação e objetivos afins com a temática abordada na presente revisão. Os critérios de exclusão foram: artigos que se distanciassem do tema, estudo pilotos, pesquisas não realizadas com seres humanos e estudos preliminares.

Foram selecionados 11 estudos que atenderam aos critérios de inclusão. Realizou-se gradativamente a análise dos trabalhos e fichamento dos trechos importantes, de maneira a se estabelecer uma total apreensão dos conteúdos necessários para a construção do texto final.

Foi utilizada a análise de conteúdo, cujo percurso acompanhou as seguintes fases: leitura exploratória, leitura seletiva, leitura analítica e leitura interpretativa, para obter uma crítica, mesmo que breve, da literatura, citando os autores pesquisados, com respectiva avaliação e discussão de suas obras, tendo como foco o tema abordado.

Após a seleção dos estudos, procedeu-se à avaliação da qualidade metodológica dos mesmos. E, enfim, foi realizada a escrita da revisão de literatura, buscando estimar as considerações importantes. Para complementação da discussão ao longo da pesquisa, realizou-se a inserção de recursos de origem bibliográfica em livros da área.

Dos artigos que foram selecionados para compor o estudo, inicialmente, foram lidos os resumos e, posteriormente, os textos completos. Mediante uma análise primária dos textos incluídos na pesquisa, foram excluídos os artigos incompletos, não disponíveis na íntegra, repetidos, relatos de casos, experimentos animais, em período não especificado na metodologia e que não tratassem da temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os novos anticoagulantes orais foram inicialmente estudados nos anos 2000, por isso, observou-se uma tendência dos autores de classificá-los como anticoagulantes orais de ação direta, pois sua descoberta já não é algo tão novo. Esses fármacos receberam tal nome tendo em vista o foco de ação diretamente em sítios específicos da cascata de coagulação (YOSHIDA, 2016; JHONSTON et al., 2016).

No que diz respeito ao gerenciamento da terapia, os DOACs apresentam maior facilidade de uso, pois a terapêutica permite que sejam administradas doses fixas sem necessidade de ajuste ao peso corporal. Além disso, apresentam um início de ação rápida e se torna também mais fácil o manejo nos pacientes, principalmente quando há necessidade de suspensão dos medicamentos para realização de um procedimento cirúrgico (BRANDÃO et al., 2018).

Nesse contexto, Brandão et al. (2018) mostraram que as interações com outros fármacos, álcool e alimentos são pouco registradas na literatura científica, e que informações a esse respeito podem permitir um tratamento ambulatorial mais seguro e amplo. No entanto, um problema estaria relacionado às distintas formas de terapias, pois em alguns esquemas são utilizadas monoterapias com diferentes doses e posologias, enquanto em outros casos, esses fármacos são tratados como terapia adjuvante à heparina de baixo peso molecular (HBPM). O custo elevado também é citado nas pesquisas (BRANDÃO et al., 2018).

Outros estudos também citam como limitações para o uso dos DOACs a falta de antídotos e os preços elevados. Cabe destacar que caso ocorram efeitos adversos, como sangramentos e hemorragias, a conduta recomendada é a suspensão das drogas, pois não há antídoto. Todavia, esses “novos anticoagulantes” apresentam meia-vida inferior à das AVKs e transfusões de sangue e concentrados de fatores de coagulação podem ser úteis. Alternativas incluem a diálise como uma

opção para a dabigatrana e o uso de carvão ativado para a redução da absorção da apixabana e a rivaroxabana, (JACKSON, 2014; YOSHIDA, 2016).

Brandão et al. (2018) ressaltam que as análises de eficácia e de efeitos adversos têm sido realizadas somente para medicamentos de duas categorias de DOACs, sem maiores testes em grupo controle ou em grupos que utilizam a terapia padrão em comparação a inibidores diretos da trombina e do fator Xa. Embora seja de conhecimento geral que medicamentos que compartilham do mesmo mecanismo de ação apresentam efeitos semelhantes, se faz importante mais testes de comparação e certificação do efeito clínico dessas drogas com metodologias padronizadas em diferentes cenários (BRANDÃO et al., 2018).

Fernandes et al. (2016) citam que profissionais pouco experientes temem a ocorrência de sangramentos graves diante do manejo de sangramento com DOACs. Historicamente a prescrição de varfarina amenizou esta situação, mas diante de novos protocolos, o foco é a prevenção. Assim, atitudes como evitar o uso concomitante de anti-inflamatórios não hormonais ou de antiagregantes plaquetários, controlar a pressão arterial sistêmica e avaliar a necessidade de profilaxia de hemorragia digestiva alta com o uso de um inibidor de bomba de prótons mostram-se essenciais nesse contexto.

Cabe ressaltar que a monitorização da atividade sérica dos novos anticoagulantes não pode ser feita com os testes de coagulação atualmente disponíveis. Mesmo para os antagonistas do fator Xa, os testes de monitorização desse fator não apresentam uma correlação linear.

Coforme a Sociedade Europeia de Cardiologia, recomenda-se a realização de anticoagulação em todos os pacientes com sinais de gravidade como: aumento da frequência respiratória, saturação arterial de oxigênio inferior a 90%, proteína-C reativa elevada, níveis elevados de dímero-D e de fibrinogênio. Essas medidas também podem ser úteis para prevenção de quadros

graves de trombose profunda (ATALLAH; MALLAH; ALMAHMEED, 2020; SOEIRO et al., 2020).

Após a alta hospitalar, também se torna importante realizar o monitoramento e a manutenção de profilaxia para tromboembolismo com HBPM molecular ou novos anticoagulantes (SOEIRO et al., 2020).

Alguns estudos também discutem protocolos de uso para prevenir a trombose venosa profunda diante do tratamento contra o câncer, e recomendam que nesses casos seja feito uso de HBPM (KEARON; ORNELAS, 2016; YOSHIDA, 2016). As melhores alternativas seriam as opções secundárias: AVK ou DOAC, sem preferência. Existe, assim, uma superioridade da HBPM em relação à AVK e DOAC quanto à recorrência de TEV, além disso, não há nenhum estudo específico comparando DOACs com as HBPMs para esses casos (YOSHIDA, 2016).

Com essas informações, percebe-se que ainda existem algumas lacunas científicas e que muitos testes e cenários diferentes precisam ser testados com o uso dos DOACs para situações clínicas diferentes.

Há similaridade de eficácia e segurança dos DOACs em relação à AVK em pacientes odontológicos. No entanto, ainda existem limitações como a ausência de comparação com as HBPMs (padrão-ouro), a heterogeneidade entre os resultados encontrados e a baixa amostragem em subgrupos com câncer, a qual é inferior ao necessário para conclusões mais definitivas (VEDOVATI et al., 2015).

Alguns estudos sugeriram que os DOACs parecem ser igualmente eficazes e seguros em comparação com a AVK para pacientes oncológicos. Mas ainda são necessários estudos clínicos dedicados a esses pacientes, incluindo como comparados às HBPMs (YOSHIDA, 2016).

Partindo da premissa que a ribavirina, e o remdesivir são agentes antivirais e que em muitas situações precisam ser usados concomitantemente aos anticoagulantes, Soeiro et al. (2020) e Marsousi et al. (2018) destacaram que o lopinavir/ritonavir produzem alterações no eletrocardiograma.

Em testes clínicos, tanto a ribavirina quanto o lopinavir/ritonavir potencializaram o efeito anticoagulante de DOACs, como apixabana e rivaroxabana (principalmente o lopinavir-ritonavir) (MARSOUSI et al., 2018). Entretanto, a interação medicamentosa deve ser melhor estudada.

Apesar disso, evidências indicam que os DOACs se mantiveram dentro dos padrões em uma relação entre eficácia sobre efeitos adversos semelhantes ao da terapia padrão. Esses estudos podem sugerir que tais classes de medicamentos não apresentam balanço entre risco e benefício diferente do apresentado pela combinação de heparinas com AVKs no tratamento da TEV (BRANDÃO et al., 2018). Assim, essa problemática advoga em favor da realização desta revisão, na busca de mais informações sobre os benefícios dos DOACs.

Em uma revisão sistemática, Robertson et al. (2015) destacaram a eficácia e melhorias dos DOACs, entretanto, espera-se que uma busca aprofundada mostre mais resultados que ratifiquem ou refutem o objeto desse estudo. Pesquisas com qualidade metodológica e revisões que avaliem a qualidade das evidências segundo a metodologia GRADE (*Grading of Recommendations, Assessment, Development and Evaluations*) são de grande relevância (ATKINS et al., 2004; GUYATT et al., 2008).

Baseados em estudos de fase IV e grandes registros epidemiológicos, as Sociedades Europeias de Cardiologia e de Doenças Respiratórias citam os DOACs em um patamar sem hierarquização, semelhante aos dos anticoagulantes tradicionais (KONSTANTINIDES et al., 2014).

Todavia, os DOACs já foram incluídos como primeira escolha para o tratamento de TEV não relacionada ao câncer, o que ratificou a importância do uso desses fármacos e o maior conhecimento de seus efeitos colaterais. A segurança com a prescrição das novas drogas e o manejo das suas complicações precisam ser melhor observados por estudos e pela prática clínica (KONSTANTINIDES et al., 2014; AGENO et al., 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma tendência de uso dos DOACs devido a suas propriedades e facilidades terapêuticas. Esses fármacos de via oral apresentam a vantagem de agir diretamente em fatores específicos da cascata de coagulação e ainda facilitam a retirada quando necessário. Outra vantagem está relacionada à dose, pois não há necessidade de ajuste ao peso do paciente.

No entanto, um custo elevado e a ausência de pesquisas robustas em diferentes cenários, com metodologias precisas podem limitar seu uso. Existem inúmeras pesquisas em vários anos de existência desse grupo de fármacos, mas ainda são necessários mais estudos para garantir que estes sejam as melhores opções em relação aos anticoagulantes tradicionais.

REFERÊNCIAS

- ATKINS, D.; BEST, D.; BRISS, P. A. et al. Grading quality of evidence and strength of recommendations. **BMJ**, v. 328, n. 7454, p. 1490-1494, 2004.
- ATALLAH, B.; MALLAH, S. I.; ALMAHMEED, W. Anticoagulation in COVID-19. **Eur Heart J Cardiovasc Pharmacother**. v. 6, n. 4, p. 260-261, 2020.
- BRANDÃO, G. M. S. Anticoagulantes orais diretos para o tratamento da trombose venosa profunda: revisão de revisões sistemáticas. **Jornal Vascular Brasileiro**, v. 17, n. 4, p. 310-317, out. 2018.
- FERNANDES, C. J. et al. Os novos anticoagulantes no tratamento do tromboembolismo venoso. **J Bras Pneumol**, v.42, n.2, p.146-154, 2016.
- GUYATT, G. H.; OXMAN, A. D.; VIST, G. E. et al. GRADE: an emerging consensus on rating quality of evidence and strength of recommendations. **BMJ**, v. 336, n. 7650, p. 924-926, 2008.
- HYERS, T. M. Management of venous thromboembolism: past, present, and future. **Arch Intern Med**, v.163, n.7, p.759-68, 2003.
- JACKSON, L. R. 2nd; BECKER, R. C. Novel oral anticoagulants: pharmacology, coagulation measures, and considerations for reversal. **J Thromb Thrombolysis**, v. 37, n. 3, p. 380-91, 2014.

TERRA-FILHO, M. et al. Medicamentos alternativos e novos fármacos. In: Diretrizes da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 36, p. 64-68, mar. 2010.

JOHNSTON, S. An evidence summary of the management of patients taking direct oral anticoagulants (DOACs) undergoing dental surgery. **Int J Oral Maxillofac Surg.**, v.45, n.5, p.618-30, 2016.

KEARON, C.; AKL, E. A.; ORNELAS J. et al. Antithrombotic therapy for VTE Disease: chest guideline and expert panel report. **Chest**, v. 149, n. 2, p. 315-352, 2016.

LEE, A. Y; CARRIER, M. Treatment of cancer-associated thrombosis: perspectives on the use of novel oral anticoagulants. **Thromb Res.**, v. 133, Supl. 2, p.S167-171, 2014.

MARSOUSI, N. et al. Impact of boosted antiretroviral therapy on the pharmacokinetics and efficacy of clopidogrel and prasugrel active metabolites. **Clin Pharmacokinet**, v. 57, n. 10, p. 1347-1354, 2018.

ROBERTSON, L.; KESTEVEN, P.; MCCASLIN, J. E. Oral direct thrombin inhibitors or oral factor Xa inhibitors for the treatment of deep vein thrombosis. **Cochrane Database Syst Rev.**, n. 6, p. CD010956, 2015.

SOEIRO, A. M. et al. Posicionamento sobre Uso de Antiplaquetários e Anticoagulantes nos Pacientes Infectados pelo Novo Coronavírus (COVID-19) – 2020. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 115, n. 2, p. 292–301, ago. 2020.

VEDOVATI, M. C. et al. Direct oral anticoagulants in patients with VTE and cancer: a systematic review and meta-analysis. **Chest**, v. 147, n. 2, p. 475-483, 2015.

WANG, Y.; BAJOREK, B. New oral anticoagulants in practice: pharmacological and practical considerations. **Am J Cardiovasc Drugs**, v. 14, n. 3, p. 175-89, 2014.

WEITZ, J. I.; HIRSH, J.; SAMAMA, M. M. New anticoagulant drugs: the Seventh ACCP Conference on Antithrombotic and Thrombolytic Therapy. **Chest**, v.126, Supl. 3, 265S-286S, 2004.

YOSHIDA, W. B. Anticoagulantes orais diretos no tratamento do tromboembolismo venoso em pacientes com câncer. **Jornal Vascular Brasileiro**, v. 15, n. 4, p. 263–264, out. 2016.

SAÚDE PSÍQUICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CHILD AND ADOLESCENT MENTAL HEALTH

Ivete Medeiros de Farias ¹

RESUMO

A saúde mental infantil tem sido bastante discutida na sociedade, tanto pelas políticas públicas quanto pelos estudiosos e profissionais da área dado o alto índice de problemas de saúde mental, como a depressão e a ansiedade, por exemplo, em crianças e adolescentes. Nesse ínterim, a psicoterapia vem ganhando cada vez mais espaço para o manejo clínico de maneira complementar ao tratamento medicamentoso com sua abordagem na psicologia infantil para o entender emocional, intelectual e necessidades envolvidas. Diante disso, este estudo teve como objetivo refletir sobre as contribuições da psicologia analítica em torno da terapia junguiana quanto à efetividade de intervenções psicossociais para as principais formas clínicas dos transtornos mentais na infância e adolescência. Na terapia junguiana, o terapeuta e paciente trabalham juntos na busca da recuperação da essência perdida ao longo do desenvolvimento pessoal. O paciente tem a liberdade de falar sobre o que quiser, desde suas expectativas e frustrações, até suas infelicidades e inseguranças. Espera-se que, por meio dessa análise e reflexão, o indivíduo possa conhecer melhor acerca de si mesmo e do seu papel no mundo. Foi utilizada a revisão bibliográfica para o desenvolvimento deste estudo, baseando-se em publicações de materiais elaborados, constituído principalmente de artigos científicos, livros e trabalhos acadêmicos. Foi possível compreender as contribuições dos teóricos da psicanálise e da psicoterapia para o entendimento da psique humana, bem como sua aplicabilidade na promoção da saúde do indivíduo em diferentes contextos de sua experiência, entendendo a importância da rede de apoio familiar, educadores, profissionais da saúde e do estado na promoção, cuidado e atenção da saúde mental e integral da criança e adolescente e da inclusão psicossocial dos portadores de doenças mentais.

PALAVRA-CHAVE: Saúde Mental; Psicanálise; Redução de Danos.

ABSTRACT

Children's mental health has been widely discussed in society, both by public policy and by scholars and professionals in the area, given the high rate of mental health problems, such as depression and anxiety, for example, in children and adolescents. In the meantime, psychotherapy has been gaining more and more space for clinical management in a complementary way to drug treatment with its approach in child psychology to understand the emotional, intellectual and needs involved. Therefore, this study aimed to reflect on the contributions of analytical psychology around Jungian therapy regarding the effectiveness of psychosocial interventions for the main clinical forms of mental disorders in childhood and adolescence. In Jungian therapy, therapist and patient work together in the pursuit of recovering the essence lost throughout personal development. The patient is free to talk about whatever he wants, from his expectations and frustrations to his unhappiness and insecurities. It is expected that, through this analysis and reflection, the individual can better understand himself and his role in the world. A bibliographic review was used for the development of this study, based on publications of elaborated materials, consisting mainly of scientific articles, books and academic works. It was possible to understand the contributions of psychoanalysis and psychotherapy theorists to the understanding of the human psyche, as well as its applicability in promoting the individual's health in different contexts of their experience, understanding the importance of the family support network, educators, health professionals health and the state in the promotion, care and attention of the mental and comprehensive health of children and adolescents and the psychosocial inclusion of people with mental illnesses.

KEYWORDS: Mental Health; Psychoanalysis; Damage Reduction.

¹ Mestranda em Psicanálise pela ACU – Absolute Christian University. Graduação em andamento em Direito pela Universidade Estadual de Alagoas, UNEAL. **E-MAIL:** ivetefarias27@gmail.com / fariasivete@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/2206657188658002

INTRODUÇÃO

Estar bem consigo mesmo e com os outros, ou seja, gozar de bem-estar físico, social e psicossocial, saber lidar com as emoções, e também com as inovações impostas pela modernidade, das tecnologias e seu ritmo acelerado, da ciência e o senso comum são elementos imprescindíveis da constante adaptação para viver bem em sociedade.

As variadas áreas do conhecimento, tais como: o conhecimento científico, teológico, empírico, filosófico, o conhecimento tácito (adquirido ao longo da vida, pelas experiências) e a compreensão psicanalítica da mente, em conjunto oferecem uma compreensão mais profunda sobre o entendimento do ser humano.

Segundo Mascarenhas (2022), o ser humano é um ser complexo, mas social, ele não nasceu para viver isolado. Se ele se isola, ele para de evoluir. Ou seja, a saúde social do indivíduo parte dessa característica de interagir constantemente uns com os outros. A socialização interfere diretamente no campo emocional, ou seja, até mesmo as relações com outras pessoas atingem nosso íntimo, seja espiritual, social ou psicológico ou psicossocial.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a fase da infância e adolescência é um momento único, que molda as pessoas para a vida adulta. Enquanto a maioria dos adolescentes tem uma boa saúde mental, múltiplas mudanças físicas, emocionais e sociais, incluindo a exposição à pobreza, abuso ou violência, podem tornar os adolescentes vulneráveis a condições de saúde mental. Promover o bem-estar psicológico e protegê-los de experiências adversas e fatores de risco que possam afetar seu potencial de prosperar não são apenas fundamentais para seu bem-estar, mas também para sua saúde física e mental na vida adulta.

De acordo com o Guia de referência em saúde mental na infância, da Secretaria Municipal de Saúde (2018), hoje, observa-se cada vez mais o excesso de

diagnósticos na infância: problemas de aprendizagem, autismo, ansiedade, depressão, hiperatividade, transtornos obsessivos, transtornos opostos desafiadores, dentre outros. Muitas vezes, as crianças chegam às unidades de Atenção Primária à Saúde (APS) diagnosticadas por leigos, já medicadas e com demandas de tratamento associadas a pedido de resolução imediata dos problemas. Nesse contexto, observa-se o elevado uso de medicações psicotrópicas em crianças ainda em desenvolvimento, o aumento de solicitações por atendimento especializado e de diagnósticos precipitados. Por isso, é imprescindível que os profissionais da APS tenham clareza de que estes diagnósticos precisam ser deixados em segundo plano, priorizando o acompanhamento criterioso do desenvolvimento infantil e da discussão com a rede de saúde mental.

É nesse contexto que a psicoterapia surge como um aliado no tratamento de transtornos mentais e comportamentais na infância e adolescência (JENSEN *et al.*, 2005). Atualmente, a pesquisa tem se expandido na investigação de outras áreas, como os mecanismos de mudança em psicoterapia, a comparação entre técnicas diferentes, a efetividade em ambientes clínicos de tratamentos com eficácia comprovada, além da disseminação de achados de estudos para a comunidade clínica geral (PHEULA; ISOLAN, 2007).

Projetos que coloquem o indivíduo na sociedade compreendendo sua necessidade de cuidado e escuta, feitas em projetos que objetivam compreender a interação e interdependência da mente e do processo de psicanálise, na base do apoio do amor, e escuta. Desde uma boa alimentação até o acompanhamento com um psicoterapeuta, e outros profissionais que sejam necessários para reduzir os danos do indivíduo que estão em sofrimento mental.

Pensando neste contexto, o presente estudo buscou apresentar a temática do tratamento psicanalítico para diferentes tipos de patologias mentais, discorrendo sobre os cuidados no processo da melhora

dos quadros que não necessitem do uso demasiado ou dependência de medicamentos, como o lugar do cuidado na dimensão terapêutica junguiana, que atua na psicologia infantil, compreendendo a necessidade das próprias dificuldades e potencialidades do indivíduo. Portanto, o estudo foca na mudança da qualidade de vida e na aceitação de formas de tratamento psicanalítico.

INFLUÊNCIAS PSICOLÓGICAS NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

As paixões são as moradas dos adolescentes, paixões pelos livros, pelo esporte, pelo consumo desenfreado de produtos de beleza, de alimentos, trabalho, pessoas, objetos, coisas, pensando na felicidade ao obter a sua paixão encontrada. A angústia, tristeza, decepção, frustração são sentimentos normais que podem vir no decorrer das experiências e vivências pessoais, Muitas vezes esses sentimentos que oprimem são constantes e são amenizados por meio da medicação como um tratamento e alívio dos sintomas.

Conforme Cicely Saunders - pioneira e matriarca dos Cuidados Paliativos, a dor não é só orgânica, existe também a dor espiritual que surge quando a visão (do paciente) de (sua) vida espiritual e (sua) experiência de vida estão em um estado de incompatibilidade ou conflito. É uma dor profunda, no ser ou na alma, e não é física (CLARK, 2018).

Segundo Carl Jung, um estudioso da Psicanálise, as pessoas nascem com uma herança psicológica, assim como a herança biológica. As duas são importantes para determinar traços de comportamento: “assim como o corpo humano representa um ‘museu de órgãos’, cada um com um longo período evolutivo por trás dele, devemos esperar que a mente também estivesse organizada desta forma”. O psiquiatra enfatiza que o inconsciente coletivo é o centro de todo aquele material psíquico que não surge a partir da experiência pessoal. Seu conteúdo e imagens parecem ser compartilhados por pessoas de todas as épocas e culturas, enquanto o

inconsciente pessoal envolve o passado e memórias de cada indivíduo. O conceito afirma que nossa mente já nasce com uma estrutura capaz de determinar seu desenvolvimento no futuro e sua interação com o meio em que vive (INSTITUTO CUIDAR, 2020).

As falhas de comunicação, precariedade de vínculos, abandono, lares inseguros, ausência de laços afetivos e de suporte são aspectos que mostram relação com piora da saúde mental e do bem-estar. Contar com relacionamentos que trazem apoio é um dos maiores preditores de bem estar e de saúde, não só da saúde mental (SAADEH, s.d).

Klein (1960) enumera alguns elementos de uma personalidade bem integrada, ponto de chegada desejado de todo ser humano, que resume em maturidade emocional, força de caráter, capacidade de lidar com as emoções conflitantes, equilíbrio entre a vida interna e adaptação à realidade, bem como uma bem sucedida fusão das diferentes partes da personalidade em um todo.

Segundo Garbarino e Ganzel (2000), devemos ter em mente dois tipos de interação social: em primeiro lugar, a interação da criança como um organismo biológico em relação com o seu meio social imediato, representado pela família (microsistema), em que ocorre uma série de processos, eventos e relacionamentos; em segundo, a interação que diz respeito ao relacionamento desse sistema com o meio ambiente, no seu sentido mais amplo. Segundo o estudioso Winnicott "A conduta antissocial é um grito de desespero para o sujeito que reivindica do social aquilo que lhe foi prometido" (CARDOSO, 2019, p. 40).

Portanto, múltiplos fatores determinam a saúde mental de um adolescente. Quanto mais expostos aos fatores de risco, maior o potencial impacto na saúde mental de adolescentes. Entre os fatores que contribuem para o estresse durante esse momento da vida, está o desejo de uma maior autonomia, pressão para se conformar com pares, exploração da identidade sexual e maior acesso e uso de tecnologias. É importante aceitar

as exigências da vida, saber lidar com as boas e as ruins emoções, reconhecer seus limites e os do outro, buscar ajuda quando necessário de profissionais de saúde, educação, assistência social, infraestrutura, do estado, o estado deve estar presente através de suas ações.

PSICOLOGIA ANALÍTICA E TERAPIA JUNGUIANA

O psicanalista francês Jacques Lacan renovou a perspectiva freudiana ao trazer a linguística para a psicanálise - ainda que não apenas a disciplina de Ferdinand de Saussure. Como foi registrado pelos colegas, para ele, "o inconsciente estava estruturado como linguagem". Nesse sentido, durante a prática analítica, o analisante, através de sua fala, produz uma "escrita" que traz consigo as tramas do inconsciente. O psicanalista francês dizia que o analisante era o "sujeito do inconsciente" - o discurso deste é o que realmente importa. O analista, por sua vez, seria apenas o "sujeito do suposto saber". Isso significa que o terapeuta não "interpreta". Não é um professor, um guru, nem um guia espiritual. O analista - na condição de objeto "a" - é resto, sobra, é uma "presença ausente".

Exercendo uma função, o psicanalista percebe o funcionamento de uma "cadeia de significantes" que traduz, em algum nível, a vida psíquica do paciente ou da paciente. "É a circulação de significantes (a partir da transferência entre sujeito do inconsciente e o sujeito do suposto saber) que abrirá caminho para que o analisante tenha uma vida mais equilibrada, visto que saberá reconhecer suas fragilidades".

Segundo Freud é bastante provável que o princípio do prazer entre em conflito com a atividade consciente da psique. Isso porque ela se preocupa constantemente em evitar o perigo e garantir a adaptação do indivíduo no mundo exterior. No entanto não impor sua opinião, quem confrontar deve ter mente e coração aberto, para mudar de opinião ao ouvir o outro, dialogar, com determinadas situações e nas respostas a elas, e então herdadas pelas gerações

passadas. Eles se manifestam nos homens, na maior parte das vezes, através das reações a certas emoções.

As doenças psíquicas nas crianças e adolescentes, não são diferentes, leva ao sofrimento psíquico do indivíduo, físico, espiritual, e psicossocial. Para Winnicott (1990), a psicose é uma doença que "se origina num estágio em que o ser humano imaturo é inerentemente dependente do que o meio lhe propicia" (p. 34).

Ao contrário do nosso pensamento, a abstinência não é solução para crises, a solução só vai acontecer quando o indivíduo encontrar a liberdade, nesse sentido buscando a redução de danos para atingir o objetivo da libertação das drogas, da falta do carinho necessário para se ter uma base familiar necessária para cada doença que afeta crianças e adolescentes, mas um tratamento gradativamente.

Winnicott (1945/1978), na teoria do desenvolvimento emocional, enfatiza que no princípio o bebê não constitui uma unidade em si mesmo. A unidade corresponde a uma organização entre o indivíduo e o meio ambiente. "Você semeou um bebê e colheu uma bomba. [...] Os pais não podem fazer muita coisa; o melhor que têm a fazer é sobreviver, sobreviver intactos, sem mudar de cor, sem negar qualquer princípio importante" (WINNICOTT, 1969, p. 124 apud DIAS, 2000).

Para Freud toda doença psíquica deve ser tratada pela psicanálise ao compreender por meio da associação livre, interpretando sonhos, desejos, atos, o significado das palavras, diálogo, pensamentos, ideologias, observando os hábitos do indivíduo, história, cultura, dentre outros, pois os sintomas de doenças psíquicas variam muito e pode afetar a vida do indivíduo em várias dimensões, tais como: humor, o raciocínio, capacidade lógica, de interação com a sociedade e a família, dificuldade de conviver e viver com os outros, por isso a história clínica é baseado no entendimento desses inúmeros fatores citados.

Reik (1949) fala da necessidade de um ouvido aguçado para os processos inconscientes, do talento para observar e discernir nuances nos problemas psicanalíticos com independência de julgamento e coragem intelectual; minimiza o fato de alguém ter diplomas, ter M.D. ter estudado psiquiatria com sucesso, ter feito análise didática, ser membro de uma sociedade de psicanálise, pois nada disso prova que ele apreenda a psicologia dos processos inconscientes. Se e em que extensão uma pessoa é um psicanalista depende do tipo de homem que ele é. E assevera: psicanalistas nascem não são feitos.

Zimerman, a partir de sua leitura da obra de Bion, reúne como características necessárias a um psicanalista “a identidade analítica, amor à verdade, capacidade de ser continente, premonição, paciência, capacidade negativa, intuição, empatia, comunicação, discriminação, ética, respeito e coragem” (1995, p. 152).

Bion opera com a teoria psicanalítica consolidada (Freud e Klein), embora com os aprofundamentos que seu trabalho trouxe ao uso desses conceitos na clínica. Além disso, como um explorador que se beneficia com os mapas de viagens desenhados por seus predecessores, Bion vai além e desvela novas dimensões em que a vida mental apresenta-se na relação analítica. Com isto, a situação de cada analista complica-se. Temos um único vértice, mas com três diferentes formas de pensamento que se interligam e se potencializam (Freud, Klein e Bion). Qual o pensamento privilegiado pelo analista como sua base maior. Qual seleção faz para si mesmo, ao valorizar os três. É bastante fácil perceber a diferença entre autores que tratam as ideias de Bion com base no pensamento de Freud ou de Klein e, por outro lado, autores que têm o pensamento de Bion como sua base e por ele retomam Freud e Klein. As diferenças assim surgidas são significativas." Nunca tenha certeza de nada, porque a sabedoria começa com a dúvida." Freud (BRAGA, 2017).

O domínio da personalidade, por demasiado extenso, não pode ser investigado completamente. O

poder da psicanálise demonstra a qualquer psicanalista que adjetivos como “completo” ou “plena” não têm lugar ao qualificar análise. Quanto mais meticulosa a investigação, mais claro se torna que, ainda que a psicanálise seja prolongada, ela representa apenas o começo de uma investigação. Ela estimula o crescimento do domínio que investiga (Bion, 1970, p. 76). [...] Essa investigação deve partir da presença de familiares e da escuta responsável dos profissionais. Sendo a família o maior responsável pelas informações corretas a respeito do paciente de saúde mental, mas diversos tipos de profissionais e pessoas podem e devem contribuir com o tratamento seja criança ou adolescente, adulto não importa.

"A educação erra ao tentar suprimir os impulsos infantis pela força, o que conduz à repressão e à neurose. O preço a ser pago pela normalidade em que o educador insiste é a perda de eficiência e de capacidade de prazer. Assim, a educação teria de escolher um caminho entre "o Silaba não-interferência e o Caríbdis da frustração", um "ponto ótimo" que possibilite à educação atingir o máximo com o mínimo de dano [...]. A educação de qualidade liberta o adolescente de muito sofrimento mental, pois promove o bem estar, a interação com a comunidade escolar, o conhecimento liberta não só dá ignorância, desperta para uma leitura de qualidade, o emprego, e um futuro melhor, mas de vários fatores prejudicial, Freud conclui que: "Se ela descobrir o ponto ótimo e executar suas tarefas de maneira ideal, ela pode esperar eliminar um dos fatores da etiologia do adoecer - a influência dos traumas acidentais da infância", sem, contudo, suprimir outro fator: "o poder de uma constituição instintual rebelde" (Freud, 1933/1996, p. 147).

Nesse sentido Dr. Sandes - psiquiatra fala claramente em conhecer para prevenir, de fato as pessoas próximas acompanham todo sofrimento, durante toda vida, e acabam em crise financeira, pois não conseguem evoluir profissionalmente em virtude da luta diária para salvar seu protegido com doenças mentais, o

medo da falência, da decepção, perante a sociedade e a família, da vergonha, da ruína, e o pior de todos são as rupturas amorosas de pai, mãe, irmãos, tios, avós, primo, em alguns casos essa ruptura acontece com os escolhidos para amar, até que a morte os separe, nesse caso o desespero é muito maior, que a vontade de viver e ser feliz.

Os companheiros da escola ao observar uma criança que fez xixi na roupa, eles se assustam com a crise do menino doente da escola, aí vem no menino um sentimento de fracasso, solidão, incapacidade de já não poder conta com os amigos da escola, a família que não compreende o estado psico do sujeito, gerando um grande sofrimento. A única solução para aliviar a dor e o sofrimento, buscada pelo paciente é o suicídio, o remédio anti-depressivo, ansiedade, psicóticos, explosivos, impulsivos, transtornos decorrente de experiência gramáticas, laborais, sociais, familiares, amorosas, um péssimo momento na vida do jovem, mas tem cura, tem família, sociedade, e governo, doar-se, dá amor, em todos os sentidos a família deve acolher, seja menor incapaz, absolutamente incapaz, seus responsáveis devem ter a compreensão do apoio emocional, financeiro e social.

"Cada qual sabe amar a seu modo; o modo, pouco importa; o essencial é que saiba amar." (Machado de Assis) todos os direitos fundamentais positivados na Constituição Federal do Brasil de 1988, e no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) de 1990.

O tratamento é feito com auxílio médico profissional, por meio de medicamentos, e acompanhamento terapêutico conforme cada caso. O apoio da família é fundamental.

Na terapia junguiana, terapeuta e paciente trabalham juntos na busca da recuperação dessa essência perdida ao longo do desenvolvimento pessoal. O paciente tem a liberdade de falar sobre o que quiser,

desde suas expectativas e frustrações, até suas infelicidades e inseguranças. "Espera-se que, por meio dessa análise e reflexão, o paciente possa conhecer melhor acerca de si mesmo e do seu papel no mundo".

"Por meio da terapia junguiana, o terapeuta pode também trabalhar com análise de sonhos, animação ativa e arteterapia, entre outros recursos que envolvam material psíquico que permita compreender o paciente simbolicamente, isto é, indo além do significado óbvio das situações apresentadas. Com isso, a psicoterapia junguiana busca entender o que está gerando a situação relatada pelo paciente, como experiências prévias, traumas, crenças etc. Essa abordagem permite uma postura ativa do terapeuta, que, além de ouvir, faz pontuações e reflexões sobre as problemáticas abordadas na sessão".

Cura na psiquiatria é um assunto tratado sempre com cautela. O fato de transtornos mentais não terem fundamentos exclusivamente biológicos, leva os profissionais de saúde mental a evitarem a palavra. Os termos mais utilizados para substituir o substantivo são "controle da doença", "remissão"² e "recuperação". Após assistirem a tantos altos e baixos das doenças, médicos, pacientes e familiares deixam naturalmente de acreditar na "cura".

Na linguagem popular, ao invés de "cura", dizemos que a doença está "controlada", assim, a hipótese de que ocorra um novo surto não está totalmente eliminada. Este cuidado não é uma preocupação desmedida, é uma forma de preservar o alerta e não deixar de tomar os cuidados necessários para manter a rotina funcionando. Acreditar que um transtorno psiquiátrico possa ter "cura" é uma atitude irresponsável à medida que pode permitir um desleixo em relação às atitudes recomendadas pelo médico para manter a doença "controlada".

² "Remissão" é o termo técnico para exemplificar o oposto de uma "crise" ou de uma "fase aguda". Ou seja, é o momento em

que uma determinada doença apresenta pouco ou nenhum sintoma.

É preciso interessar-se por si mesmo. Se você não passar por isso, viverá a vida sempre na esperança e na dependência do “outro” de uma maneira doentia e não de uma maneira saudável (CIULLA, s.d).

DOENÇAS MENTAIS MAIS COMUNS NA ATUALIDADE

Os transtornos mentais (psiquiátricos ou psicológicos) incluem as alterações de pensamento, emoções e/ou comportamento. Pequenas alterações nesses aspectos da vida são comuns, mas quando essas alterações causam angústia significativa à pessoa e/ou interferem na sua vida cotidiana, elas são consideradas uma doença mental ou um transtorno de saúde mental. Os efeitos de uma doença mental podem ser duradouros ou temporários (FIRST, 2022).

As doenças mentais são influências por fatores genéticos, biológicos (fatores físicos), psicológicos, ambientais (incluindo fatores sociais e culturais). O direito das pessoas com doenças mentais são asseguradas pela lei nº 10.216/2001, que positiva os direitos dos doentes mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Cabe destacar os problemas de saúde mental mais frequentes na atualidade: ansiedade, mal-estar psicológico ou stress continuado; depressão; dependência de álcool e outras drogas; perturbações psicóticas, como a esquizofrenia; atraso mental; demências; Transtorno disruptivo da desregulação do humor (TDDH); Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); Transtorno do Espectro Autista (TEA); Estresse Pós-Traumático; Transtorno Desafiador Opositivo; Síndrome de Tourette, e outros, como descrito alguns exemplos a seguir.

DEPRESSÃO:

A depressão é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o "Mal do Século". No sentido patológico, há presença de tristeza, pessimismo,

baixa auto-estima, que aparecem com frequência e podem combinar-se entre si. A depressão provoca ainda ausência de prazer em coisas que antes faziam bem e grande oscilação de humor e pensamentos, que podem culminar em comportamentos e atos suicidas.

A sensação persistente de tristeza ou perda de interesse que caracteriza a depressão pode levar a uma variedade de sintomas físicos e comportamentais. O primeiro comportamento adotado na pessoa depressiva é a mudança física, a fome os hábitos alimentares, os desvios comportamentais, incluindo alterações no sono, apetite, nível de energia, concentração, comportamento diário ou autoestima. A depressão também pode ser associada a pensamentos suicidas, onde o indivíduo depressivo, se isola perde totalmente a vontade de viver, abandona as pessoas em sua volta, a escola, tem vergonha de viver no meio social. A depressão, dependendo da gravidade, pode desencadear, também, doenças cardiovasculares, como enfarto, AVC e hipertensão (CARDIODIAGNOSE, s.d).

“A depressão é como uma mulher vestida de preto. Se ela aparecer, não a afaste. Convide-a para entrar, ofereça-lhe um assento, trate-a como uma convidada e ouça o que ela tem a dizer” Carl Jung.

Está presente na literatura médica e científica mundial que a depressão também incita alterações fisiológicas no corpo, sendo porta de entrada para outras doenças. Pessoas acometidas por depressão podem, além da sensação de infelicidade crônica e prostração, apresentar baixas no sistema de imunidade e maiores episódios de problemas inflamatórios e infecciosos.

TRANSTORNO DE ANSIEDADE:

Os sintomas incluem estresse desproporcional ao impacto do evento,toda vez que é obrigado a fazer uma ação , tipo apresentar um trabalho na escola, na comunidade, fazer o Enem,fazer amor, começa a sofrer pela incapacidade de desenvolver atividades.

incapacidade de superar uma preocupação e inquietação.

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou, na última semana, liminar a uma estudante com ansiedade e hiperatividade, que pedia para se matricular em cota de candidatos com deficiência a uma vaga para Biomedicina na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

TRANSTORNO BIPOLAR:

Os episódios maníacos incluem sintomas como euforia, dificuldade para dormir e perda de contato com a realidade os indivíduos portadores da bipolaridade perde a noção da realidade vive o sentido duplo. Já os episódios depressivos são caracterizados por falta de energia e motivação, é importante a alimentação saudável para que a imunidade esteja sempre boa, e evitar doenças auto imunes, além de perda de interesse nas atividades cotidianas. a bipolaridade faz com que a perda de interesse pela vida aconteça silenciosamente. Os episódios de alteração de humor podem durar dias ou meses e também podem estar associados a pensamentos suicidas. Qualquer doença psíquica está associada a pensamentos suicidas, desespero, angústia, solidão, e uma pessoa bipolar pode desistir com mais facilidade.

ANSIEDADE:

Ansiedade é um termo geral para vários distúrbios que causam nervosismo, medo, apreensão e preocupação. Também é uma reação que todo indivíduo experimenta diante de algumas situações do dia a dia, como falar em público, expectativa para datas importantes, entrevistas de emprego, vésperas de provas, exames de saúde entre outras. Contudo, algumas pessoas vivenciam esta reação de forma mais frequente e intensa, que pode ser considerada patológica e comprometer a saúde emocional.

DEMÊNCIA:

Como o traz a Secretaria do Estado de Saúde (2019), a demência é considerada uma síndrome, ou seja, é um grupo de sinais físicos e sintomas que a pessoa apresenta. Ela apresenta três características principais: prejuízo da memória – podem ser desde um simples esquecimento leve até um prejuízo severo a ponto de não se recordar da própria identidade; problemas de comportamento – normalmente se caracteriza por agitação, insônia, choro fácil, comportamentos inadequados, perda da inibição social normal, alterações de personalidade; perda das habilidades – habilidades tais como: organizar os compromissos, dirigir, vestir a roupa, cuidar da vida financeira, cozinhar, etc.

Os sintomas incluem esquecimento, habilidades sociais limitadas e habilidades cognitivas prejudicadas a ponto de interferir no funcionamento diário.

TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE:

É um transtorno neurobiológico de causas genéticas, caracterizado por sintomas como falta de atenção, inquietação e impulsividade. Aparece na infância e pode acompanhar o indivíduo por toda a vida (BVS, 2014).

A lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

ESQUIZOFRENIA:

A esquizofrenia é uma doença crônica e complexa caracterizada por distúrbios do pensamento com ideias de perseguição e perda das conexões lógicas, que também se manifestam na linguagem. É um transtorno grave, pois altera todas as relações do sujeito

consigo mesmo e com o universo que o cerca e participação reduzida nas atividades cotidianas. Dificuldade de concentração e memória também são sintomas (ARÊAS, 2011).

TRANSTORNO OBSESSIVO-COMPULSIVO (TOC):

O TOC costuma se concentrar em temas como o medo de germes ou a necessidade de organizar os objetos de uma maneira específica. Os sintomas geralmente começam de modo gradual e varia ao longo da vida, a pessoa acometida pelo mal tem nojo do próprio corpo, lava as mãos com muita frequência e sofre com insegurança e medo.

TRANSTORNO DO ASPECTO AUTISTA (TEA):

Os sinais do TEA começam na primeira infância e persistem na adolescência e vida adulta. A condição acomete cerca de 1 a 2% da população mundial, com maior prevalência no sexo masculino, e as causas são multifatoriais, com grande influência genética, mas também com participação de aspectos ambientais. TEA é deficiência.

Algumas outras condições podem acompanhar o TEA, como transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), depressão, epilepsia e deficiência intelectual, essa com ampla variabilidade.

A Lei nº 12.764/12 determinou que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais.

ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO:

Pessoas acometidas pela doença estiveram envolvidas em casos de violência urbana, rural, agressão física, agressão verbal, e de todas as formas, abuso sexual, tortura, assalto, sequestro, acidentes, guerra, catástrofes naturais ou provocadas, terrorismo, desenvolvem esse tipo de transtorno. No entanto, a

maioria só procura ajuda dois anos depois das primeiras crises. É necessário observar o comportamento da pessoa nos relacionamentos, ao tocar seu corpo, observar os gestos ao se comunicar para melhor compreensão da linguagem e realidade vista, sendo necessário denunciar a agressão sofrida.

Entre os sintomas são verdadeiros pesadelos ou lembranças que se repete todos os dias da sua vida, *flashbacks*, fuga de situações que relembrem o trauma, reações exageradas a estímulos, ansiedade e humor deprimido.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CUIDADO À VIDA

A alimentação saudável, o cuidado com a rotina alimentar deve ser avaliado pelas pessoas e pela equipe de saúde. Uma alimentação saudável é aquela rica em comidas como: comer verduras, cereais, legumes, derivados de leites, leite, frutas, carnes branca e vermelha, água portável, chás, muito líquidos para hidratar, além de ir às consultas de pluericaturas, manter exercícios regulares com acompanhamento de profissionais; ter o apoio da base familiar na resolução de problemas e no desenvolvimento das habilidades interpessoais é importante, pois ajuda os indivíduos a viver bem e administrar sua saúde mental de forma saudável.

A família deve demonstrar amor, carinho e cuidado, pois ela é à base de tudo. Ambientes de apoio na família, escola e na comunidade em geral, a interação com a sociedade de forma responsável, é importante, pois é preciso ter uma rede de apoio para analisar os fatores que envolver a vida da criança ou adolescente, se tem alguma queixa, qual seria essa queixa, quanto a saúde frágil, educação precária, alimentação, falta de apoio do estado, como está sendo assistindo essa criança ou adolescente nas suas condições básicas para dá o suporte financeiro necessário, ou o estado precisa ajudar nos seus alimentos, medicamentos, escola, assistência a saúde, social, psicossocial, observar o quadro de uma

criança se está desnutrida, desidratada, vacinada de acordo com o que preconiza o Ministério da Saúde, consciente de quais as condições de saúde que esses adolescentes e crianças estão tendo.

A criança necessita dormir o suficiente, além de outros cuidados para ter saúde para sobreviver. Os testes do pezinho, orelhinha, olhinho e coraçõzinho fazem parte do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN) para todos os recém-nascidos. Esses exames têm o objetivo de descobrir cedo alguma alteração no bebê para que o tratamento possa iniciar imediatamente, evitando ou reduzindo possíveis sequelas. O responsável da família deve estar vigilante se a criança realizou todos esses testes e caso não tenha realizado, encaminhá-la para a Unidade Básica de Saúde (UBS).

Observar quem cuida e educa as crianças, que formação tem os pais, professores, educadores e comunicantes desses jovens adolescentes, quando os pais ou cuidadores trabalham fora dos seus domicílios, com quem fica essas crianças, os dois horários, sempre com os avós que na maioria das vezes estão cansados da rotina do trabalho pesado durante uma vida inteira de sofrimento que muita das vezes não consegue educar seus filhos e netos, pois a auto baixa estima não favorece.

É importante a comunidade envolver-se em um novo *hobby*, ou seja, praticar uma atividade tipo teatro, atividades física, meditar, praticar esportes, reizado, pastoril, atividades culturais onde os jovens possam participar e ter uma mente e corpo sadio. Escrever coisas boas e prazerosas, registrar os pensamentos e sentimentos permite que o indivíduo os processe, facilitando o processo de superação. A superação depende de cada um, da força de vontade, do suporte da família do estado e da sociedade. A sociedade tem um papel fundamental na contribuição dos indivíduos.

Cuidar da higiene do sono, desligar os aparelhos eletrônicos, apagar as lâmpadas, tomar sempre um banho relaxante ao ir para cama melhorar significativamente a qualidade do sono, faça uso de chás,

evitar conflitos com a família, e a sociedade, evitar drogas, tabagismo e álcool. Procurar a cada seis meses uma unidade de saúde para fazer exames de rotina, tomar vacinas, cuidar dos dentes, da beleza, é importante estar sempre com a presença física agradável para se sentir bem. Desenvolver um diálogo interno positivo, pensar em coisas boas e belas, evitar a todo custo a negatividade. Manter contato com pessoas que elevam seu bom humor, procurar amizades com pessoas felizes, que estudem, trabalhem, que acreditam nas fontes da religião pura e honesta, valorizar a família, honrar as pessoas de idosas em sua volta. Portanto, é importante sempre buscar conscientemente hábitos que privilegiem sua saúde física e mental, espiritual, psicossocial.

É importante considere fazer terapia, não ter vergonha ou receio, é o caminho para ajuda pessoal e de todos em sua volta. Além da terapia presencial, tem a terapia *online* que é uma opção mais cômoda dos dias atuais. A terapia ajuda desenvolver maior empatia e compaixão; a orientar na definição das prioridades, das coisas que são úteis para sua sobrevivência, evitar dívidas, procurar um trabalho educativo, nunca explorador, descobrir novas habilidades e forças pessoais; na maioria das vezes temos forças que não sabemos, é importante valorizar pequenas felicidades cotidianas; a felicidade é o conjunto de pequenos prazeres.

Cabe ressaltar que a fase do aleitamento materno é muito importante para o desenvolvimento, a saúde e a qualidade de vida da criança. Atualmente, já é comprovado que a amamentação exclusiva (até 6 meses de idade) e complementada adequadamente de forma saudável (até os 2 anos) contribui para a prevenção de doenças até mesmo na idade adulta, além, é claro, de auxiliar diretamente no crescimento e desenvolvimento da criança.

As orientações sobre a amamentação devem iniciar no período pré-natal e continuar, pelo menos, até os dois anos de vida do bebê. Nesse período, deve-se

procurar uma UBS, ou uma clínica que ofereça a pediatria, para fazer a pluericulturas, mensalmente ou a cada 15 dias, quando a criança estiver em riscos nutricional, físico, psíquico e social. É importante que essas orientações sejam repassadas para a família, pois dentro das UBS tem atividades educativas para dá o apoio ao crescimento e desenvolvimento saudável da criança, assim é importante as mães procurarem a rede de apoio para efetivar seus direitos; essa rede de apoio para a pessoa que irá amamentar será valiosa para o sucesso do aleitamento materno.

A amamentação é quando o bebê suga o leite direto do peito da mãe, já o aleitamento materno é quando o bebê recebe o leite humano de qualquer forma, pode ser direto no peito, mas também por copinho, colherzinha ou sonda. É possível que um recém-nascido durma até 20 horas por dia, em períodos fracionados, mas nunca de maneira contínua. O bebê precisa acordar para mamar e ter sua higiene realizada. Se o bebê estiver ganhando peso e se desenvolvendo, é normal dormir bastante. No entanto, se o bebê parecer muito sonolento e não quiser acordar, pode estar com hipoglicemia e deve ser acordado para mamar. O sono do recém-nascido é uma das principais preocupações das mães no primeiro mês de vida, pois alguns bebês podem inverter o dia pela noite é muito comum chorar sempre à noite. Para evitar isso, é recomendável manter uma rotina normal da casa durante o dia, com luzes acesas e barulhos comuns, e tentar criar um ambiente mais tranquilo durante a noite. Com luz amena, um pouco de silêncio, e importante manter uma rotina de sono com horários regulares para ajudar o bebê a dormir melhor.

É recomendado colocar o bebê para dormir de barriga para cima, sem travesseiros ou outros tecidos perto do bebê para evitar acidentes. As mães devem manter todo o cuidado nessa fase. O bebê deve dormir no mesmo quarto dos pais, em seu próprio berço, para evitar o risco de sufocamento. Se for necessário dividir a cama com o bebê, devem-se tomar precauções, como evitar deixar o bebê no meio, não colocá-lo na ponta da

cama e não compartilhar a cama com adultos que fumam, consomem álcool, drogas ou medicamentos calmantes. Nunca se deve deixar o bebê sozinho na cama ou na rede, deve estar sempre acompanhado de adultos responsáveis, vale lembrar que a partir dos 4 anos o bebê já pode ficar em outro quarto e outra cama, evite deixar a criança chegar a adolescência na cama

É importante que todas as pessoas que cuidam do bebê lavem bem as mãos e com frequência, sempre que sujar, que a casa seja mantida limpa e bem arejada. As roupas dos adultos e fraldas do bebê devem ser lavadas frequentemente com sabão neutro, evitando o uso de amaciante, evitar perfume forte, sabão e qualquer produto de cheiro forte, e devem ser secas ao sol sempre que possível e passada com ferro quente. Sempre que precisar procurar as instituições de saúde, para ser vacinada, consultada, pela equipe composta de médicos, enfermeiros, técnicos, dentistas e monitoramento dos agentes de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode observar ao longo deste estudo, o novo olhar sobre as pessoas que sofrem de transtorno mental, a partir da psicoterapia, da inclusão psicossocial dessas pessoas, para que elas possam participar de atividades cotidianas de forma mais ativa e criativa, exercendo inclusive seus direitos de cidadãos. O doente mental passou a ser olhado não só a partir de seu diagnóstico, mas sendo um sujeito completo, que tem desejos, sentimentos e deve ser acolhido e tratado com todo respeito

Ressalta-se, o engajamento da comunidade científica, as universidades, os centros de pesquisas, nas dimensões investigativas, e terapêuticas, equipes de saúdes, profissionais como: pediatras, nutricionistas, médicos, enfermeiros, técnicos de agentes de saúde e toda equipe das unidades básicas de saúde, na promoção da saúde mental das crianças e adolescentes, na redução de danos, com atenção na sua higiene corporal,

medicação, alimentação e amor, a ação conjunta visa alcançar resultados imediatos na redução do sofrimento e na qualidade de vida do indivíduo e de seus familiares. Os postos de saúde, os centros de atenção psicossocial (CAPS), hospitais para pacientes psíquicos, consultório de rua, e outros da rede de atenção, devem favorecer a médio e longo prazo a diminuição da evasão escolar, redução do uso abusivo de drogas, da violência e criminalidade e do desenvolvimento de patologias psiquiátricas na adolescência, e na vida adulta.

É importante compreender que ao se acreditar ter e/ou conhecer alguém com indícios de transtorno mental, mas tem receio de ir a um psiquiatra pelos relatos de outras pessoas, é necessário mudar de ideia, é preciso buscar ajuda sempre, não se pode protelar problemas para o dia de amanhã para buscar soluções para as doenças.

Conclui-se que, este estudo desmistificou um pouco sobre como é feito o diagnóstico psiquiátrico atualmente, uma vez que não temos exames específicos, e é só através da escuta do paciente ou da mãe, dos conviventes, que se pode esperar através da consulta e do processo de acompanhamento na escuta, ouvir a colocação, e avaliação do profissional em relação ao problema, e o profissional fazer uma análise de forma responsável, respeitosa, amorosa, dentro da ética que exige cada caso ou problema relatado no consultório, caso não se sinta bem procurar um consultório de saúde mental sem medo de errar.

REFERÊNCIAS

ARÊAS, Denise Coelho. **Arteterapia como um caminho para inclusão psicossocial de pessoas com transtorno mental**. 2011. 51 f. Monografia (Especialização) - Curso de Arteterapia em Educação e Saúde, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS DOENTES DEPRESSIVOS E BIPOLARES (ADEB). Disponível em: <https://www.adeb.pt>. Acesso em: 19 jun. 2023.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE (BVS). Ministério da Saúde. **Transtorno do déficit de atenção com**

hiperatividade – TDAH. 2014. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/transtorno-do-deficit-de-atencao-com-hiperatividade-tdah/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BION, Wilfred Ruprecht. **Transformações: do aprendizado ao crescimento**. 2 ed. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

BRAGA, João Carlos. O legado de Bion: um novo paradigma para pensar a psicanálise. **Jornal de Psicanálise**, v. 50, n. 92, p. 180-193, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 19 jun. 2023.

CARDIODIAGNOSE. **Depressão**. [s.d]. Disponível em: <https://cardiodiagnose.com.br/depressao>. Acesso em: 30 jun. 2023.

CARDOSO, Adriana Silva Campos. **Os impactos da tendência antisocial no processo de aprendizagem escolar: uma abordagem Winnicottiana**. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019.

CIULLA, Leandro. **Cura na psiquiatria**. [s.d]. Disponível em: <https://www.psiquiaportoalegre.com.br/cura-na-psiquiatria/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

CLARK, David. **Cicely Saunders: A life and legacy**. Oxford University Press, 2018.

DIAS, Elsa Oliveira. Winnicott: agressividade e teoria do amadurecimento. **Natureza humana**, v. 2, n. 1, p. 9-48, 2000.

FIRST, Michael B. **Considerações gerais sobre a doença mental**. 2022. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-br/casa/dist%C3%BArbios-de-sa%C3%BAde->

mental/considera%3%A7%C3%B5es-gerais-sobre-cuidados-com-a-sa%C3%BAde-mental/considera%3%A7%C3%B5es-gerais-sobre-a-doen%C3%A7a-mental. Acesso em: 18 jun. 2023.

GARBARINO, James; GANZEL, Barbara. The human ecology of early risk. **Handbook of early childhood intervention**, v. 2, p. 76-93, 2000.

INSTITUTO CUIDAR. **Carl Jung – Quem foi para a Psicanálise**. 2020. Disponível em: <https://institutocuidar.com/carl-jung-quem-foi-para-a-psicanalise/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

JENSEN, Peter S. *et al.* What is the evidence for evidence-based treatments? A hard look at our soft underbelly. **Mental Health Services Research**, v. 7, p. 53-74, 2005.

LACAN, Jacques. **Nota sobre a criança (1969)**. In: Outros escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, p. 369-370, 2003.

MASCARENHOS, Daniela. **As quatro saúdes do ser humano**: física, mental, social e espiritual. 2022. Disponível em: <https://www.uninter.com/noticias/as-quatro-saudes-do-ser-humano-fisica-mental-social-e-espiritual>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Saúde mental dos adolescentes**. [s.d]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental-dos-adolescentes>. Acesso em: 18 jun. 2023.

PACIULLO, Marina Pacheco de Araujo; SANTOS, Bruno Droghetti Magalhães. **Conheça a lei que protege os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais**. 2012. Disponível em: <https://saudeesustentabilidade.org.br/coluna/conheca-a-lei-que-protege-os-direitos-das-pessoas-portadoras-de-transtornos-mentais/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

PHEULA, Gabriel Ferreira; ISOLAN, Luciano Rassier. Psicoterapia baseada em evidências em crianças e adolescentes. **Archives of Clinical Psychiatry** (São Paulo), v. 34, p. 74-83, 2007.

PSICANALISE CLINICA. **Quais os três usos do termo Psicanálise?** 2020. Disponível em: <https://www.psicanaliseclinica.com/quais-os-tres-usos-do-termo-psicanalise/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

REIK, Theodor. **Listening with the third ear**. London: J. Truscott y Son, 1949.

SAADEH, Mariana. **Determinantes em Saúde Mental**. [s.d]. Disponível em: <https://www.marianasaadeh.com.br/determinantes-saude-mental>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE. Governo do Estado de Goiás. **Demência**. 2019. Disponível em: <https://www.saude.go.gov.br/biblioteca/7595-dem%C3%Aancia>. Acesso em: 21 jun. 2023.

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: UMA METODOLOGIA DE ENSINO PARA A COMPREENSÃO DA LEITURA

COMICS: A TEACHING METHODOLOGY FOR READING COMPREHENSION

José Aristides Lima de Araújo ¹

RESUMO

Esse artigo propõe refletir sobre o ensino e aprendizagem acerca da compreensão leitora pela abordagem das histórias em quadrinhos. A pesquisa mostra alunos da turma da primeiro ano A, da E.E.I.F Joaquim Dino Gadelha, onde se utilizou como ferramenta metodológica de apoio na compreensão textual a história em quadrinhos. É um gênero que apresenta nas características das metodologias ativas, sendo uma alternativa presente nos últimos anos nas práticas dos docentes por proporcionar um melhor rendimento educacional. Esse trabalho tem como objetivo demonstrar que o uso dessa prática pode facilitar o processo de aprendizagem, quando comparado as metodologias do ensino tradicional levando a motivar a elaboração de mais materiais para aplicação no ensino da leitura. Através da análise dos resultados obtidos, podemos confirmar que a história em quadrinhos é uma ferramenta metodológica que tem grande potencial no auxílio da compreensão e interpretação, gerando melhor rendimento no processo de ensino aprendizagem. Acredita-se que a pesquisa contribuirá para o desenvolvimento de novas metodologias que façam uso das histórias em quadrinhos no ensino da leitura.

PALAVRAS-CHAVE: Histórias em quadrinhos. Ensino da compreensão leitora. Metodologia Ativa.

ABSTRACT

This article proposes to reflect on teaching and learning about reading comprehension by the approach of comics. The research shows students from the first year class A, from E.E.I.F Joaquim Dino Gadelha, where the comic book was used as a methodological tool to support textual comprehension. It is a genre that presents in the characteristics of the active methodologies, being an alternative present in recent years in the practices of teachers for providing a better educational performance. This work aims to demonstrate that the use of this practice can facilitate the learning process, when compared to traditional teaching methodologies leading to motivate the elaboration of more materials for application in the teaching of reading. Through the analysis of the results obtained, we can confirm that the comic book is a methodological tool that has great potential in aiding understanding and interpretation, generating better performance in the teaching-learning process. It is believed that the research will contribute to the development of new methodologies that make use of comics in the teaching of reading.

KEYWORDS: Comics. Teaching reading comprehension. Active Methodology.

¹ Doutorando em Ciências Da Educação pela ACU - Absolute Christian University. Mestrado profissional em Políticas e Administração de Educadores pela Universidade Aberta Do Brasil, UAB. Especialização em Prod. De Mat Did. Com Enf. Na Divers pelo Instituto Federal do Ceará, IFCE Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará, UECE. E-MAIL: aristideslima1@hotmail.com. CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/3739882745428488.

INTRODUÇÃO

Esse Trabalho, foi realizado numa perspectiva qualitativa, onde o objetivo é discutir a importância da compreensão leitora dos nossos alunos de escolas públicas, que concluem o ensino fundamental e médio e não conseguem fazer uso de gêneros textuais em prática sociais, tornando-se um analfabeto funcional, frente à sociedade de letramento em que estamos inseridos.

Os alunos convivem com a leitura em toda sua vida escolar e muitos não estão preparados a produzir em suas práticas cotidianas, sendo que a escola enquanto instituição educativa tem como função educar e preparar o educando para a vida profissional e social.

O uso da leitura nos estudos é essencial para que haja um bom aprendizado, pois é através da leitura que se chega à interpretação e entendimento de diversos fundamentos essenciais para a construção do saber.

Dado a importância da leitura para o bom aprendizado, surgem diversas formas de desenvolvimento de técnicas em sala de aula, sendo aplicada cada uma de acordo com a necessidade encontrada. Visto que na maioria dos casos as leituras de textos não despertam o interesse dos educandos, se busca um novo método, ou seja, um novo tipo de leitura que possa facilitar a relação entre o ensino e aprendizado.

O presente trabalho, tem a intenção de demonstrar o potencial pedagógico da leitura em forma de quadrinhos, que ganhou bastante espaço entre crianças e adolescentes nas décadas passadas, mas, apesar das grandes mudanças devido o surgimento das novas tecnologias, ainda é considerada descontraída e atrativa, sendo algo bem interessante para as disciplinas de linguagens e códigos.

Esse trabalho está dividido em cinco seções, sendo a introdução à primeira delas, a segunda seção discute a importância da leitura, dando seguimento traremos na terceira uma abordagem em relação ao contexto da história em quadrinhos, a quarta seção faz

referência às metodologias de pesquisa e o por último, as considerações sobre as metodologias e os resultados obtidos.

Relatando a importância da história em quadrinhos em sala de aula enquanto uma leitura de aprendizagem significativa, onde os alunos irão apreender um conteúdo que sirva para sua vida fora da escola e possam se inserir linguisticamente na sociedade, com diferentes graus de letramento, em que estamos inseridos.

A IMPORTANCIA DA LEITURA

A falta de hábito pela leitura é um problema real entre os educandos, visto que essa prática é parte fundamental no processo de aprendizagem. Todas as disciplinas que compõem a grade curricular têm como principal meio de comunicação a leitura e escrita. Na verdade, a leitura é um dos principais objetos de ensino, sendo algo fundamental, além dos diversos usos que ela tem na vida social.

O ato de ler por si só, não tem significado positivo no ensino e aprendizagem, já que, é comum ouvir dos alunos em sala de aula “li mais não entendi”. Segundo Leffa (1996, p. 11) “Quando o leitor diz “li mais não entendi” ele fica apenas no primeiro elemento da realidade; olha, mas não viu. Houve tentativa de leitura, mas não houve leitura.”.

Na realidade a leitura é necessária para a formação do educando, principalmente para construir uma ampla visão sobre o mundo e as coisas que os interessam. Sergio Leite (2001, p. 22) fez valer quando relata que a escola deverá proporcionar um ensino de qualidade que enfatiza a problemática da realidade do aluno dentro da sala de aula e uma participação conjunta dos pais e escola. Proporcionando através da leitura a formação de um cidadão crítico e um profissional qualificado para sociedade.

A leitura tem um papel fundamental no desenvolvimento da produção de textos escritos, pois

por meio dela os leitores conseguem observar sua real riqueza, e através da prática se torne mais fácil ser compreendida.

Ler não depende de dom, mas de empenho, dedicação, compromisso, seriedade, desejo e crença na possibilidade de ter algo a dizer que vai valer a pena. Assim como Foucambert (1994) nos mostra a importância da leitura que:

Ler significa ser questionado pelo mundo e por si mesmo, significa que certas respostas podem ser encontradas na escrita; significa poder ter acesso a essa escrita; significa construir uma resposta que integra parte das novas informações ao que já se é. (FOUCAMBERT, 1994, p.5).

GÊNERO E LETRAMENTO- EXIGÊNCIAS DE UMA SOCIEDADE

A nossa vida cotidiana de diferentes maneiras está presente à escrita e a leitura. Quando falamos escrita, estamos nos referindo os materiais impressos e meios por onde circulam informações ou mensagens. Se refletirmos sobre a sociedade atual, podemos observar que ela exige muito à escrita e a compreensão da leitura.

A escrita está presente em tudo na nossa vida, nos meios de comunicações; nas placas, nos outdoors, nos cartazes, anúncios, receitas, bulas, no trabalho, em diferentes profissões, no meio artístico, seja através da música, arte ou literatura, enfim, é possível observar que o mundo funciona pela escrita.

A sociedade contemporânea se organiza com base na escrita e a compreensão da mesma. É necessário o reconhecimento dos símbolos ou letras que formam esse sistema escrita, e saber identificar as informações explícitas e implícitas contidas em um texto. Essas são competências esperadas da aquisição da leitura e escrita.

Sabemos que todo texto possui uma organização ou estruturação, na qual constitui a um gênero textual. Esse gênero textual é usado de acordo à

necessidade e objetivos do autor, leitor e ouvinte. É esta capacidade de organização, de conteúdo e variação que possibilita a identificação de diferentes dos gêneros textuais na sociedade.

Para melhor definir gênero textual, Marcuschi (2008b, p, 194) recorre ao termo “domínio discursivo”, classificando os domínios discursivos da seguinte maneira: instrucional, jornalístico, religioso, saúde, comercial, industrial, jurídico, publicitário, lazer, interpessoal, militar e ficcional.

Os gêneros textuais circulam na sociedade por diferentes funções. Atualmente querendo ou não o homem precisa se adequar as exigências e necessidades presentes na sociedade. É necessário não apenas decodificar signos linguísticos, mas conhecer as características, suas funções e principalmente saber executar. Na realidade, tudo isso é o letramento, que pode ocorrer em diferentes graus, se for maior o grau de letramento, maior será as oportunidades de se desenvolver na sociedade.

A compreensão leitura é muito importante frente à sociedade que estamos inseridos de grande concorrência e exigência de qualificação. Visto essa realidade, é bastante preocupante o número de analfabetismo funcional que mesmo com o desenvolvimento educacional é bastante presente no nosso país.

De acordo com uma pesquisa em 1958, a Unesco definia como alfabetizada uma pessoa capaz de ler e escrever um enunciado simples; algo relacionado à sua vida diária. Alguns anos depois, a Unesco sugeriu os conceitos de analfabetismo e alfabetismo funcional (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2007). Atualmente é considerada alfabetizada funcionalmente “A pessoa capaz de utilizar a leitura, a escrita e as habilidades matemáticas para fazer frente às demandas de seu contexto social e utilizá-las para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida” (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2007, p. 1). Já o analfabeto funcional são as pessoas consideradas incapazes de utilizar a leitura, a

escrita e habilidades matemáticas, ou sabe ler e escrever, mas possui limitações em certas habilidades.

A linguagem se manifesta através da escrita e da compreensão que sistematizam a nossa comunicação. Na realidade pertencer à sociedade de cultura escrita e participar dela implica muito mais que saber ler e escrever. Exige do indivíduo o uso dos diferentes textos que circulam socialmente.

METODOLOGIAS ATIVAS COMO INSTRUMENTO DIDÁTICO

A falta da compreensão no decorrer de uma leitura prejudica o aprendizado, e uma maneira de modificar essa situação é fazendo uso de novas metodologias que quebrem este paradigma. Na atualidade fala-se muito das metodologias ativas, que são capazes de promover uma didática mais interativa, reflexiva e atrativa. Essas metodologias utilizam as atividades de forma contextualizada e de maneira interdisciplinar, tendo como objetivo a participação do aluno, seu ponto de vista e suas ideologias.

Por intermédio dessas metodologias podemos alcançar a transposição didática, responsável pela transformação dos saberes científicos em saberes escolares, fazendo com que os conteúdos curriculares se tornem apropriados para o ensino. Para isso faz-se necessário considerar os fatores relevantes, relacionar o conhecimento de uma área específica com as demais áreas e contextualizar o conhecimento trabalhado.

Os métodos utilizados pelas metodologias ativas variam de jogos em grupos, leituras compartilhadas, projetos de estudos, plataformas online e impressos diversos como: histórias em quadrinhos, gibis, revistas, jornais e tirinhas. Além dessas práticas podem-se citar outros métodos que compõem a metodologia ativa, como a cooperativa, onde os alunos se associam no desenvolvimento individual e coletivo.

O método da cooperatividade ou aprendizagem cooperativa juntamente com os gibis e os quadrinhos,

são métodos bastante presentes e de grande potencial de ensino, logo é válido os meios possíveis para o bem da qualidade da educação.

(...) a ausência de propostas para uma metodologia que envolva quadrinhos e conteúdos científicos abre uma lacuna a ser preenchida por pesquisadores e professores que desejam se aventurar em práticas que fomentem propostas plausíveis de aproveitamento deste material para a divulgação e educação científica (Pizarro, 2009).

Diante deste princípio de (Pizarro, 2009) podemos observar a necessidade da existência de materiais deste gênero como suporte também no âmbito da leitura, logo se propõe que as metodologias para que isso ocorra, sejam mais pesquisadas e adotadas. Os quadrinhos têm algo que professor nenhum no mundo tem ou consegue alcançar: o interior do aluno.

HISTÓRIA EM QUADRINHOS

Quando se trata de história em quadrinhos, nos vem às lembranças trazidas pelas aventuras e fantasias presentes nos famosos gibis. Os quadrinhos são textos geralmente narrativos, que está presente em tempos diversos e com diferentes tipos de personagens, que interagem em ambientes inusitados e do cotidiano. O objetivo dos quadrinhos em sua grande maioria é entreter os leitores. Os gêneros são variados e entre eles estão os quadrinhos de aventura, como os humorísticos, os mangás e os publicitários (usados no combate ou prevenção de problemas sociais).

Por representarem um meio de comunicação de vasto consumo e com conteúdo, até os dias de hoje, majoritariamente direcionado às crianças e jovens, as HQs cedo se tornaram objeto de restrição, condenadas por muitos pais e professores no mundo inteiro.(...)Pais e mestres desconfiavam das aventuras fantasiosas das páginas multicoloridas das

HQs, supondo que elas poderiam afastar crianças e jovens de leituras “mais profundas”, desviando-os assim de um amadurecimento “sadio e responsável”. Daí, a entrada dos quadrinhos em sala de aula encontrou severas restrições, acabando por serem banidos, muitas vezes de forma até violenta, do ambiente escolar. Aos poucos, tais restrições foram atenuadas e extinguidas, mas não de forma tranquila, sendo na verdade resultado de uma longa e árdua jornada. (Vergueiro, 2004, p.8)

Apesar de algumas dificuldades encontradas pelas HQs alguns anos atrás, hoje os quadrinhos têm fundamental importância na educação, sendo eles uma peça importante nas metodologias utilizadas por diversos profissionais da educação, principalmente nas áreas de linguagens e humanas. Os quadrinhos são bastante explorados também em várias áreas da natureza, sendo muito comum, materiais didáticos destas disciplinas trazerem como apoio, quadrinhos que contextualizam problemas cotidianos.

Depois de apresentações e definições, a intenção é implantar, a primeira ou mais uma metodologia que tenha como ferramenta principal o ensino de qualidade através de quadrinhos, sejam os gêneros quaisquer disponíveis e que se encaixe de forma adequada a cada necessidade.

Desta forma, é possível afirmar que existem motivos suficientes para o uso da história em quadrinhos em sala de aula como um método que vem para acrescentar no processo de motivação a leitura junto a interpretação e compreensão textual, buscando tornar o processo de aprendizagem mais agradável e animador.

O USO DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS NO ENSINO

A história em quadrinhos em sala de aula pode ser utilizada como um fator motivador a leitura e compreensão de conteúdos, não que a mesma possa substituir as demais formas de texto tradicionalmente

trabalhadas nos livros didáticos, contudo como um complemento para processo de ensino aprendizagem, visto que, a compreensão leitora, é um fator essencial para o bom desempenho do educando.

Em pesquisa realizada pelo autor CARUSO (2003) é indicado o uso da história em quadrinhos (HQs) como uma forma complementar as metodologias de ensino aprendizagem. Embora após o surgimento das novas tecnologias de comunicação, e as HQs não estejam mais em seu auge, elas ainda se fazem bem presente no dia a dia dos estudantes, pois sempre é possível encontrá-las em jornais, revistas e até mesmo na internet, sejam elas como histórias completas a serem lidas ou apenas em formas de tirinhas, em ambos os casos é quase impossível vê-las e não lê-las.

As HQs, assim como outras TICs, podem ser utilizadas como meio para facilitar a compreensão de assuntos geralmente difíceis de entender pela população em geral. Pensando dessa maneira, muito material de divulgação científica tem sido produzido especialmente para estudantes (de todos os níveis de ensino, desde que já tenham sido alfabetizados), através das Histórias em Quadrinhos, contendo material de cunho científico e tecnológico (Cabello, Rocque e Souza, 2010).

O material da coleção CONQUISTA da Editora Positivo apresenta nos livros de Língua Portuguesa, inglês e Espanhol grande parte do seu conteúdo exposto em HQs, assim como outros livros didáticos de História, Geografia, Educação Financeira, entre outras, que também utilizam das HQs para explicarem seus conteúdos.

Na verdade, é um gênero que faz parte da nossa cultura a bastante tempo, desta forma, ele mostra, um grande potencial para o estímulo da leitura dos conteúdos ligados a compreensão e interpretação, que podem começar tanto de fatos históricos até a exposição de problemas matemáticos do nosso dia a dia.

Assim como afirma Pereira, (2010, p.1) o uso de

histórias em quadrinhos, gibis e tirinhas no ensino pode ser usado como um método ou técnica de ensino para melhorar a aprendizagem. Através desses materiais é possível desenvolver e estimular a leitura, pois é difícil uma pessoa que não goste de ler visualizando figuras.

As histórias em quadrinhos, os gibis e as tirinhas são de fato um recurso excelente que contribuem para o desenvolvimento da leitura. Por serem acessíveis e de visualização agradável, possibilitam o hábito prazeroso de estudar, motivando o interesse do aluno seja qual for a disciplina.

Os quadrinhos estimulam o imaginário, como também, ajudam muito no desenvolvimento interpretativo e compreensivo de um texto. Os desenhos como caricaturas ou charges, descrevem situações que levariam várias linhas de textos para ser descrito. É desta forma, através da informação visual que os quadrinhos levam os alunos a avaliar uma questão ou um problema do cotidiano.

Desse modo, é fundamental a utilização desta metodologia com o intuito de estimular a leitura e despertar a criatividade dos alunos em relação aos conteúdos a serem estudados, facilitando a compreensão e despertando o interesse investigativo, vindos de situações reais e situações lúdicas, dando destaque à importância de também ser possível construir novos conhecimentos a partir de erros que possam vir a ocorrer.

METODOLOGIA

O processo da pesquisa experimental buscou como objetivo compreender as causas e efeitos do assunto em questão, tomando como universo da pesquisa os estudantes da E.E.I.F Joaquim Dino Gadelha, no período de agosto a setembro de 2022. A abordagem da pesquisa foi de caráter quantitativo, tendo utilizado como instrumento o questionário, por ser considerado uma das metodologias mais eficientes para testar de forma precisa as hipóteses levantadas.

Na construção do instrumento elaboração

foram utilizadas questões selecionadas ou elaboradas, sendo cada questão aplicada em dois modelos, um na forma abordado nos livros didáticos e outro contextualizado em forma de tirinhas. Foram aplicadas 10 (dez) questões baseadas no gênero textual HQ contemplando conteúdos básicos da Língua portuguesa como: ler, compreender e localizar informações no texto, conhecimento básico da escrita, das variações linguísticas, produção textual e vocabulário. As aplicações foram realizadas em dois encontros, um a cada 15 (quinze) dias. Essa intervenção foi realizada com alunos do 1ª ano A do ensino fundamental, localizada no município de Limoeiro do Norte, onde participaram 34 (trinta e quatro) discentes.

A realização do diagnóstico primeiro foi uma roda de conversa para saber o que os estudantes conheciam sobre o gênero apresentado, e se conseguiam compreender o texto com sua linguagem verbal e visual.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Em primeiro momento foi apresentado os conteúdos a serem explorados e como seriam abordados, logo pós os alunos receberam folhas impressas para realizarem a interpretação e compreensão textual (questões objetivas e dentro das normas das avaliações externas), e em outra aula os estudantes receberam folhas impressas com a mesma intenção, realizar interpretação e compreensão, mas contextualizado sem quadrinhos.

A aula que estava com as questões formatadas nas normas habituais, os educandos não demonstrava tanta paciência em resolvê-las. Por outro lado, na aula que estavam com os quadrinhos, tinham mais foco, eles pareciam bem mais dispostos, os quadrinhos lhes davam a oportunidade de ler e reler a questão de forma mais descontraída e prazerosa.

Após a aplicação dos diferentes materiais impressos nos dois encontros, todas as questões tiveram os dados analisadas e comprovados que o gênero textual HQ além de ser algo lúdico para as crianças, estimula a

leitura facilitando a compreensão e o ensino aprendido.

Após a aplicação, os dados foram colhidos a partir das resoluções das questões propostas e das observações no decorrer das duas aulas. Todos os dados foram dispostos em uma tabela como a representada abaixo.

TABELA 1 – NÚMERO DE QUESTÕES RESOLVIDAS NO TEMPO PROPOSTO (TRADICIONAL)		
QUESTÕES	Nº DE ALUNOS COM RESOLUÇÕES CORRETAS	Nº DE ALUNOS COM RESOLUÇÕES ERRADAS
QUEST. 1	34	0
QUEST. 2	28	6
QUEST. 3	12	22
QUEST. 4	14	20
QUEST. 5	10	24
QUEST. 6	8	26
QUEST. 7	20	14
QUEST. 8	22	12
QUEST. 9	14	20
QUEST. 10	16	18
TOTAL	178	162

TABELA 2 – NÚMERO DE QUESTÕES RESOLVIDAS NO TEMPO PROPOSTO (QUADRINHOS)		
QUESTÕES	Nº DE ALUNOS COM RESOLUÇÕES CORRETAS	Nº DE ALUNOS COM RESOLUÇÕES ERRADAS
QUEST. 1	34	0
QUEST. 2	32	2
QUEST. 3	14	20
QUEST. 4	18	16
QUEST. 5	14	20
QUEST. 6	14	20
QUEST. 7	18	16
QUEST. 8	16	18
QUEST. 9	17	17
QUEST. 10	19	15
TOTAL	196	144

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise realizada, foi possível perceber que os quadrinhos quando aplicados nas questões geram melhor desempenho do aluno. A partir da curiosidade, os estudantes tentaram responder as questões, mesmo não obtendo uma solução correta. Além dessa boa disposição, os quadrinhos trouxeram, aos educandos, uma sensação menos tensa, devidos os desenhos e textos muitas vezes engraçados.

Os quadrinhos trazem um ânimo a mais nas questões, o lúdico, algo prazeroso, fator que auxilia no rendimento cognitivo positivamente. Eles podem não ser a solução dos problemas de rendimento, mas podem atingir uma parcela bem mais ampla dos estudantes se comparado à maioria das metodologias aplicadas nos dias atuais. É algo a se pensar e pode ser feito, é viável e traz uma porcentagem de resultados significativos, além de dar a oportunidade ao professor de sair das metodologias tradicionais, inovar e contribuir para aulas mais ricas e dinâmicas.

A história em quadrinhos, deixando bem claro, não é uma metodologia a qual seja usada rotineiramente, nem unicamente como forma de ensino. Servem, sim, como auxílio do professor na elaboração de aulas mais atrativas, exclusivamente para desopilar o que é rotineiro, sendo, a contrapartida, uma ótima opção para se trabalhar a interpretação e compreensão textual.

REFERÊNCIAS

CABELLO, K. A. S.; Rocque, L. L.; Sousa, I. C. F. Uma história em quadrinhos para o ensino e divulgação da hanseníase. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias Vol. 9, Nº 1, 2010. 225-241p.

FOUCAMBERT, Jean. A leitura em questão. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. Indicador de alfabetismo funcional – 5 anos: um balanço dos resultados de 2001 a 2005. São Paulo, 2006.

LEFFA, Vilson J. Aspectos da leitura: uma perspectiva

psicolingüística. Porto Alegre: Sagra, 1996.

LEITE, Sérgio A. da S. (org). *Alfabetização e Letramento. Contribuições para as práticas pedagógicas*. Campinas, SP: Komedi: Arte Escrita, 2001.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008b.

PEREIRA, Ana Carolina Costa. O Uso de Quadrinhos no Ensino da Matemática: um ensaio com alunos de licenciatura em matemática da UECE. In: Encontro Nacional de Educação Matemática, Salvador. Bahia: SBEM, 2010. p. 1 - 9.

PIZARRO, M. V. As histórias em quadrinhos como linguagem e recurso didático no ensino de ciências. VII ENPEC - Encontro Nacional de Pesquisadores em Educação em Ciências. 2009.

VERGUEIRO, W. C. S.; RAMA, Â. Como usar as histórias em quadrinhos em sala de aula. São Paulo: Contexto, v. 1. 2004. 157 p.

SISTEMAS DE CORRESPONDÊNCIA: RAZÕES QUE SUSTENTAM O USO DAS RELAÇÕES NA DESCRIÇÃO GRAMATICAL

MATCHING SYSTEMS: REASONS SUPPORTING THE USE OF RELATIONS IN GRAMMATICAL DESCRIPTION

Aldeci Gomes Quaresma ¹

Cristiano de Assis Silva ²

Antonia Angela de Lima ³

Noslaine Sant'Anna Celestino ⁴

RESUMO

Considerando a importância do sistema de correspondência para a sintaxe e a semântica, na análise da frase e para a comunicação humana, o presente trabalho tem o objetivo de compreender as relações de sistema de correspondência entre as estruturas da frase, considerando os conhecimentos prévios do acadêmico em relação às orações e o fato de que, as relações de sistemas correspondências podem ocorrer de forma total ou parcial, organizando a frase ou a oração para que ocorra a comunicação. Este trabalho parte da temática dos sistemas de correspondências e as razões que sustentam o uso das relações na descrição gramatical, estudando e analisando as gramáticas existentes com o intuito de entender melhor a organização dos sistemas de correspondências em frases ou orações. Por se tratar de um processo bastante relevante para a análise sintática. Que não se trata apenas de uma questão de estética na escrita, mas que, o conhecimento da estrutura dos termos da frase e da oração facilita na construção do sentido de qualquer texto, ou seja, na interpretação semântica. Na correspondência total existe uma relação condicionada gramaticalmente e na correspondência parcial é condicionada lexicalmente. Para realizarmos esse estudo, nos respaldamos nos aportes teóricos de Perini (2002), no que diz respeito à teoria do estruturalismo descritivo, Castilho (2010) para fundamentar o conceito de estruturalismo. Como também, Azeredo (2012) que também traz suas contribuições sobre a gramática estruturalista. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativa, que busca fazer um estudo das relações de correspondências entre os termos das frases.

PALAVRAS-CHAVE: Sistemas de Correspondências. Estrutura. Frases.

ABSTRACT

Considering the importance of the correspondence system for syntax and semantics, in sentence analysis and for human communication, the present work aims to understand the correspondence system relationships between sentence structures, considering the academic's previous knowledge in relation to the clauses and the fact that, the relations of systems correspondences can occur in a total or partial way, organizing the sentence or the clause so that the communication occurs. This work starts from the theme of correspondence systems and the reasons that support the use of relations in grammatical description, studying and analyzing existing grammars in order to better understand the organization of correspondence systems in sentences or clauses. Because it is a very relevant process for syntactic analysis. That it is not just a question of aesthetics in writing, but that knowledge of the structure of the terms of the sentence and the sentence facilitates the construction of the meaning of any text, that is, in the semantic interpretation. In full correspondence there is a grammatically conditioned relationship and in partial correspondence it is lexically conditioned. To carry out this study, we rely on the theoretical contributions of Perini (2002), with regard to the theory of descriptive structuralism, Castilho (2010) to support the concept of structuralism. As well as Azeredo (2012) who also brings his contributions on structuralist grammar. As for the methodology, it is a bibliographic research of a qualitative nature, which seeks to study the correspondence relationships between the terms of the sentences.

KEYWORDS: Correspondence Systems. Structure. Phrases.

¹ Graduada em Letras-Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Campina Grande–UFCG, Campus Cajazeiras. Graduada em Pedagogia pela Faculdade da Paraíba–FASP. Pós-Graduada em Psicopedagogia, Gestão e Planejamento pela Faculdade São Francisco da Paraíba-FASP. Mestranda do Curso de Ciências da Educação pela ACU. **E-MAIL:** aldeci8@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/0117125860331251

² Pós-Doutor em Ciências da Educação. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-MAIL:** cristiano.wc32@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7723981451094769

³ Licenciatura em Letras (Inglês) da Universidade Estácio de Sá (ce). Especialista em Docência do Nível Superior (FIP/Patos/PB). Mestre em Ciências da Educação. Doutoranda em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. **E-MAIL:** angelaxavieroliveira9@gmail.com

⁴ Mestra em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialista em Gestão Educacional (FAAC). Graduada em Pedagogia (UNIUBE). **E-MAIL:** noslaine@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9186340849098007

INTRODUÇÃO

Para início de conversar, não dá para falar de gramática sem mencionar a relação que existe entre gramática e linguagem. Sabemos que a linguagem sempre fez parte da vida do ser humano. De um modo ou, de outro o indivíduo tem buscado formas de interagir socialmente. Com o surgimento da escrita, surgiu também a preocupação com os meios de organizar mais uma modalidade da língua, ou seja, quem escreve, escreve frases, orações, períodos e etc.

Para contemplar a necessidade de organização da escrita da língua, surgiu a gramática normativa, que mesmo sendo elaborada com a preocupação de estruturar a compreensão da língua, constatou-se que para essas regras ainda restavam às exceções, por conseqüências dessas exceções, surgiu à Gramática Estrutural Descritiva, que aborda as ocorrências da língua, na qual analisa o que os falantes de uma língua falam, independente de ser formal ou informal.

O presente trabalho tem como tema: Sistemas de correspondência: razões que sustentam o uso das relações na descrição gramatical. A escolha do tema se deu justamente em decorrência de se tratar de um assunto relevante na análise sintática e na compreensão do funcionamento das orações, já que a correspondência tem a função de descrever as relações formais entre estruturas sintáticas diferentes.

Para Perini (2002, p, 207) esses relacionamentos são relevantes tanto para a descrição morfossintática quanto para a interpretação semântica. Ou seja, são importantes para a descrição morfossintática porque expressam ideia de aceitação entre estruturas formais distintas.

Esse estudo tem a finalidade de compreender as relações de correspondências entre as estruturas da frase, partindo das seguintes indagações: como identificar se uma frase, ou uma oração, possui uma correspondência total? E como verbos que não aceitam

passivas podem interferir nesta relação de correspondência?

Para realizarmos esse estudo nos respaldamos nos aportes teóricos de Perini (2002), no que diz respeito à teoria estruturalista. Nesse campo de discussão teórica o autor apresenta a gramática de forma descritiva e ampla. Também contamos com as contribuições de Castilho (2010) para fundamentar o conceito de estruturalismo e de Azeredo (2012) que também aborda a teoria estruturalista.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativa, que busca fazer um estudo das relações de correspondências entre os termos das frases na gramática descritiva.

O presente artigo se justifica por trazer alguns esclarecimentos a cerca de um conteúdo que não é muito explorado na academia, ou seja, a relevância está em auxiliar o graduando em letras na compreensão das relações de correspondência e sua importância para realizarem análise sintática e semântica da frase.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: na primeira parte temos a introdução, na segunda parte temos o desenvolvimento, no qual situamos o leitor à cerca do conceito de relação de correspondência e os exemplos que comprovam esses conceitos. Na terceira apresentamos nossas considerações finais e na última parte temos as referências.

A RELAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA

O Estruturalismo contribuiu de forma decisiva em dois aspectos da linguagem: o aspecto epistemológico e o aspecto metodológico. Ao se referir aos termos epistemológicos, é relevante ressaltar o conceito de estrutura como conjunto de relações, o que obriga o investigador a procurar no objeto de análise sua ordem estrutural, suas unidades e a relação com a gramática. A teoria estruturalista aceita a hipótese de existir propriedades comuns a todas as línguas, porém rejeita a ideia de que a estrutura das línguas reúne

afinidades como reflexas da capacidade do ser humano para exercitar a linguagem.

Segundo Azeredo (2012, p.23) “o estruturalismo insistiu nos aspectos distribucionais posição na estrutura e funcionais - comportamento na estrutura das unidades como meio de identificá-las”. A gramática da língua ocorre através de um conjunto de elementos que constituem os níveis hierárquicos. Conforme Castilho (2010) “O estruturalismo, entre os anos de 1930 e 1960, desenvolveu nossos conhecimentos dos domínios tanto fonológicos como morfológicos. Já que no estruturalismo, as alterações morfológicas implicam nas alterações sintáticas”.

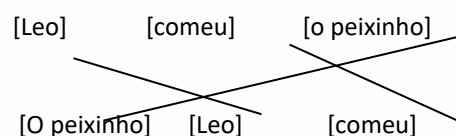
Para a descoberta de regularidades na gramática, a gramática estruturalista leva em conta um conjunto de princípios e uma metodologia. Em relação às irregularidades, elas são inscritas no léxico da língua, um lugar de idiossincrasias, postulado como componente de línguas naturais diferentes da fonologia, da morfologia e da sintaxe. Formula-se assim a distinção entre léxico e gramática. Essa distinção é importante para chegarmos ao nosso objetivo de pesquisa, que são as relações de correspondência entre os termos da frase.

A relação de correspondência se refere à aceitabilidade entre estruturas da língua portuguesa que tem a importância de interpretação entre frases correspondentes, que são semelhantes semanticamente. Dessa forma as frases devem ter o mesmo conteúdo. Conforme Perini (2002), “a relação de correspondência está presente, de uma forma ou de outra, na maioria dos modelos de análise sintática” de maneira que, ao adotarmos o sistema de correspondência, seguimos uma tendência geral ou pelo menos utilizada por boa parte dos linguistas. Para ilustrar o sistema de correspondência temos o seguinte exemplo:

- (a) Leo comeu o peixinho.
- (b) o peixinho, Leo comeu.

A relação de correspondência se refere à aceitabilidade entre estruturas da língua portuguesa que tem a importância de interpretação entre frases correspondentes, que são semelhantes semanticamente. Dessa forma as frases devem ter o mesmo conteúdo. Conforme Perini (2002), “a relação de correspondência está presente, de uma forma ou de outra, na maioria dos modelos de análise sintática”

De acordo com os exemplos citados, constatamos que temos frases que correspondem totalmente, pois todos os termos de A apresentam um relacionamento um-a-um com os termos B, ou seja, os membros de A estão preenchidos pelos mesmos itens léxicos que B e a aceitabilidade de A tem a mesma aceitabilidade de B, de modo que, a inaceitabilidade de A implica na inaceitabilidade de B. para ficar mais clara a relação um-a-um, apresentamos o seguinte esquema:



Nesse exemplo constatamos que semanticamente, o sentido não muda e é uma mensagem aceita pela norma da língua portuguesa. Ao contrário da ocorrência: 2(A) Dormíamos o peixinho, ou 2(B) O peixinho, dormíamos. Nesse caso não há correspondência entre os termos A e B. “Nenhuma substituição paralela pode dar resultado diferente nas duas frases” (PERINI, 2002, P.209). Assim, ao substituirmos um termo por outro, devemos verificar a relação de aceitação do determinado termo.

Vimos nos exemplos anteriores à correspondência total, agora vamos falar sobre a correspondência parcial, que conforme o linguista implica em: (B) corresponder parcialmente à forma de (A) estabelecendo uma relação possível com todos os elementos de (B), porém no preenchimento léxico dos pares, a aceitabilidade de A implique a aceitabilidade de B, mas, B não implica a aceitabilidade de A.

Ex: 2 (a) Geraldo estragou um saxofone.
(b) Um saxofone foi estragado por Geraldo.

Neste exemplo 3 (a) e 3 (b) a relação se define tanto por termos estruturais, como por termos dos itens léxicos individuais presentes na oração, ou seja, são casos de correspondência parcial. Veja se substituímos por “meu fusquinha”:

(a) Geraldo estragou meu fusquinha.
(b) Meu fusquinha foi estragado por Geraldo.

Aqui os termos são parcialmente correspondentes, sendo que ao substituímos o termo (um saxofone) por (meu fusquinha), o resultado será aceitável. Assim comprovamos a premissa de que, para cada passiva existe uma ativa, mas para algumas ativas não existe passivas. Comprovamos da seguinte forma:

(a) Geraldo tem um saxofone.
(b) *Um saxofone é tido por Geraldo.

A diferença entre a correspondência total e a correspondência parcial é que no primeiro caso ocorre uma relação condicionada gramaticalmente, enquanto que a segunda é condicionada lexicalmente. E vale ressaltar que, ainda se tratando de condicionamento parcial, é necessário reconhecer que a correspondência não depende inteiramente do léxico.

Para compreender a diferença entre correspondência parcial e correspondência total, temos que entender primeiro que, ambas correspondem de dois tipos de relações estruturais e relações dependentes apenas da estrutura e relações dependentes de propriedade de itens léxicos. Como exemplo de relação estrutural temos:

a Leo comeu o peixinho.
b O peixinho, Leo comeu.

Podemos perceber que, no exemplo (5) a ocorreu o processo de topicalização, quando o objeto direto (o peixinho) muda de posição. Apesar de o objeto direto mudar de lugar na frase, continua exercendo a função de objeto direto. Além disso, a segunda frase (5) b, o **Objeto direto, sujeito predicado**, corresponde totalmente à primeira frase. E assim podemos afirmar que nos exemplos acima a correspondência é total.

Segundo (Perini 2002) “podemos definir a previsão de aceitabilidade em termos puramente estruturais: a toda oração com a estrutural **sujeito + predicado + objeto direto** corresponde necessariamente outra oração, igualmente, aceitável com a estrutura **objeto direto + sujeito + predicado**”. Assim compreendemos que a relação de aceitabilidade depende do verbo que preenche o núcleo do predicado.

a. Geraldo estragou um saxofone
b. Um saxofone foi estragado por Geraldo.

Nos exemplos acima elencados percebemos que o verbo *estragar*, na frase (6) a. tem função de núcleo do predicado, e que este verbo aceita uma frase na passiva. Porém, na frase (6) b. é adicionado o verbo *for* e este não aceita passiva. O verbo *ter* é outro exemplo que ao assumir função de núcleo do predicado não aceita passiva.

AS MARCAS DE CLIVAGEM NA CORRESPONDÊNCIA

Nas relações de correspondência a clivagem nas frases clivadas corresponde totalmente a suas versões não-clivadas. Trata-se de uma relação que transporta o elemento clivado e acrescenta o verbo *ser* no mesmo tempo do verbo original e acrescenta **de que** ou **quem**. Ex.:

(a) Mamãe fez os sanduíches.
(b) Foi mamãe que/quem fez os sanduíches.

Ao adicionar o elemento clivado **que/quem** temos uma correspondência total entre versões não-clivadas e temos um sintagma marcado [+humano], mas se o constituinte for marcado por [-humano] deve-se usar apenas o **que**. Ex.:

- (a) Foi o bolo que me fez mal.
- (b) * Foi o bolo quem me fez mal.

Nos exemplos citados constatamos a presença do traço [humano] de caráter semântico, no caso do exemplo 8 (b) houve uma má formação, ou incompatibilidade entre a semântica de **quem** e **bolo**.

Segundo Perini (2002) “a clivagem acontece sempre que em uma oração houver um termo marcado [+CL], haverá também uma outra oração que difere da primeira nos seguintes particulares: (a) a oração começa com o verbo ser, no mesmo tempo em que está o verbo principal da oração principal; (b) segue-se o termo marcado [+CL]; (c) segue-se o item que (m); (d) segue-se, na ordem, os demais termos da oração primitiva”. As orações clivadas são um tanto complexas, contudo, ocorrem com muita frequência tanto na fala quanto na escrita.

Falando de clivagem é relevante abordar aqui a relação de Pseudoclivagem que, trata-se de uma relação que apresenta semelhanças com a clivagem, porém não se identifica com a clivagem.

- (a) Vovô assou o cabrito.
- (b) Quem assou o cabrito foi vovô.

Apesar da semelhança, existem algumas diferenças entre ambas, a primeira: não existe a opção do elemento Q inicial, que na clivagem representado por **que/quem**, segundo a clivagem se aplica a constituintes marcados [+CL], já na Pseudoclivagem só se aplica a constituintes [+Q]. Para o autor ainda existem muitos problemas em relação às relações de correspondência, mas Perini abordou o referido tema por julgar necessário tratar dos interesses da descrição da sintaxe da língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia principal desse estudo baseou-se na compreensão do processo de correspondência entre frases, sendo total ou parcial. De acordo com o material de pesquisa, percebemos a ausência de trabalhos sobre esse tema, apesar de ser um assunto de muita relevância para o graduando em letras.

Ao realizar o estudo sobre as relações de correspondência das frases, percebemos, o quanto é importante a compreensão dessas relações, para efetuar o processo de análise sintática. Constatamos que, não se trata apenas de uma questão de estética na escrita, mas que, o conhecimento da estrutura dos termos da frase e da oração facilita na construção do sentido de qualquer texto, ou seja, na interpretação semântica.

Percebemos que Perini, trata do assunto de forma bem didática, de modo que ao ver os exemplos em cada situação de correspondência, facilita o entendimento do leitor. Ao mencionar que as implicações de aceitabilidade são fatos da sintaxe da língua percebemos o nível de utilidade dessa relação para a descrição da língua.

Para concluir este trabalho ressaltamos que, apesar dos estudos acerca do tema ser muito oportunos no estudo da sintaxe, ainda há muitos problemas a serem elucidados sobre a relação de correspondência, visto que esse processo é transformacional, além disso, Perini não descarta a possibilidade de outras teorias de autores diferentes estarem certas sobre a correspondência.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, José Carlos. **Da abordagem estrutural à sintaxe gerativa. Iniciação à Sintaxe do Português**. ed. Zahar. Rio de Janeiro, 2012.
- CASTILHO, Ataliba T. de. **Gramática do Português Brasileiro**. ed. Contexto. São Paulo, 2010.
- PERINI, Mario. A. **Gramática descritiva do português**. ed. Ática. São Paulo, 2002.

O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES SOBRE O SUJEITO DA PRÁTICA

THE INCLUSIVE EDUCATION TEACHER: REFLECTIONS ON THE SUBJECT OF PRACTICE

Lécia Moreira Lopes ¹

RESUMO

Trata-se de estudo sobre a “Educação Inclusiva”, com o objetivo de oferecer uma reflexão detalhada sobre o assunto, dada a necessidade do professor atuar em sala de aula levando em consideração as diferenças de seus alunos para a ascensão profissional etapas de planejamento flexíveis. A educação é um direito fundamental do ser humano. Portanto, é esse direito que irá não só potencializar os demais direitos conquistados como também reestruturar uma sociedade, tão desigual e ávida por mudanças. A vinda e oferta desses alunos á escola secular não significa necessariamente sucesso, e sim o surgimento de um novo paradigma que inquietam estudiosos e profissionais da educação. A pesquisa terá cunho de revisão bibliográfica, que diz respeito a um estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, ou seja, material acessível ao público em geral. A inclusão que é um movimento mundial de luta em busca de direitos e lugar na sociedade. A inclusão se faz necessária, com mudança de postura dos profissionais de educação, profundas mudanças na escola secular, por meio do questionamento à organização curricular, na organização do trabalho pedagógico em razão das especificidades dos alunos, reafirmando que o atendimento educacional especial não substitui a escola secularização, somente completa a formação dos alunos, objetivando a independência e a autonomia. As escolas seculares inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. Concluiu-se que a criança e adolescente deficiente têm muito a aprender e a nos ensinar, desde que saibam trabalhar o potencial que possui, pode-se realizar um trabalho gratificante e adequado.

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia. Educação Inclusiva. Importância.

ABSTRACT

This is a study on "Inclusive Education", with the aim of offering a detailed reflection on the subject, given the need for teachers to work in the classroom taking into account the differences of their students for professional advancement. Flexible planning steps. Education is a fundamental human right. Therefore, it is this right that will not only enhance the other conquered rights, but also restructure a society, so unequal and eager for change. The arrival and offer of these students to regular school does not necessarily mean success, but the emergence of a new paradigm that disturbs scholars and education professionals. The research will have the nature of a bibliographic review, which concerns a systematic study developed based on material published in books, magazines, newspapers, electronic networks, that is, material accessible to the general public. Inclusion, which is a worldwide movement of struggle in search of rights and a place in society. Inclusion is necessary, with a change in the posture of education professionals, profound changes in the school, through questioning the curriculum organization, in the organization of pedagogical work due to the specificities of the students, reaffirming that special educational assistance does not replace schooling, only completes the training of students, aiming at independence and autonomy. Inclusive schools propose a way of building the educational system that takes into account the needs of all students and is structured around these needs. It was concluded that disabled children and adolescents have a lot to learn and teach us, as long as they know how to work with their potential, they can do a rewarding and adequate job.

KEYWORDS: Pedagogy. Inclusive education. Importance.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-MAIL:** leciamoreiralopes@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9547182613521284

INTRODUÇÃO

O presente estudo traz como tema “Educação Inclusiva”, tendo por escopo propor uma reflexão aprofundada sobre o assunto, haja vista a necessidade do professor de atuar em sala de aula considerando as diferenças de seus alunos de modo a promover ações profissionais em que haja um planejamento flexível.

A aprendizagem inclusiva é algo que chama a atenção por ser trabalhado de modo a facilitar o aprendizado logo nos primeiros anos iniciais e acompanhando todo seu desenvolvimento. É importante, portanto, ressaltar como o professor, a escola secular pode ter grande importância no desenvolvimento desse aluno, identificando as estratégias metodológicas que a instituição deve desenvolver para aprendizagem do estudante com deficiência intelectual. Desta forma, baseados em uma perspectiva de escola secular para todos, o professor deverá encontrar meios para ensinar todos os alunos, independentemente de suas necessidades físicas, mentais, psicológicas e sociais: afinal, a educação é um direito de todos.

É necessário que a alfabetização e o letramento tenham seu início na educação infantil, desde a idade mais tenra, de acordo com Magda Soares (2009), os pequenos, antes mesmo do ensino fundamental devem ter acesso tanto a atividades de introdução ao sistema alfabético e suas convenções, a alfabetização, como também práticas sociais do uso da leitura e da escrita, o letramento.

O processo de ensino-aprendizagem da leitura e a escrita deve ser organizada de modo que sejam desenvolvidas em uma linguagem real, contextualizada, significativa e de acordo com o cotidiano da criança. A alfabetização tem como objetivo criar situações para que a criança perceba o seu desenvolvimento e conseqüentemente adquira a sua autonomia, tornando-se fase adulta um ser crítico e conhecedor de seus direitos.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas que segundo Gil (2008) têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, análise sobre as atividades desenvolvidas na alfabetização.

REFERENCIAL TEÓRICO:

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

O marco histórico da educação especial no Brasil deu-se início em 1854, com a inauguração do “Imperial Instituto dos Meninos Cegos”, inspirada na experiência do “Instituto Nacional de Jovens cegos” em Paris.

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado no Rio de Janeiro por Dom Pedro II, era dirigido pelo médico Benjamim Constant. O instituto atualmente é conhecido como “Instituto Benjamim Constant”.

Após três anos de inaugurado o instituto para meninos cegos, fundou-se o “Imperial Instituto dos Surdos-mudos”, atualmente conhecido como “Instituto Nacional de Educação para Surdos” (INES), também sediado na cidade do Rio de Janeiro.

Outras campanhas ocorreram e diversas associações foram criadas, após uma iniciativa de um pai de uma criança com paralisia cerebral, ao publicar uma reportagem em um jornal para a criação de uma associação voltada para crianças com essa deficiência nos Estados Unidos em 1940.

Com isso, inspirou o Brasil, e deu origem campanhas e diversas associações como, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e Fundação Nacional da Sociedade Pestalozzi (FENASP).

Entre 1970 a 1993, foram criados outros centros, ligados ao ministério da educação (MEC), como o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que com o

passar do tempo sofreu alterações e passou a ser chamado de Secretaria de Educação Especial (SEESP). A criação do CENESP foi um passo importante no Brasil, e deu início a ações mais sistematizadas dirigidas a melhoria e a expansão do atendimento educacional para pessoas com necessidades especiais.

Implantaram-se subsistemas de educação especial nas diversas redes públicas de ensino, porém o serviço funcionava em “paralelo” a educação geral. Os alunos permaneciam “segregados” e a maioria em instituições privadas. Em 1986 o CENESP foi extinto e implantado o SESPE, que também foi extinta em 1990. As críticas ao processo de exclusão nas escolas seculares nortearam a na década de noventa e com isso surge a proposta da educação Inclusiva.

No que diz Fonseca (2003) o processo histórico que levou a educação inclusiva passou primeiro por instituições isoladas e segregadas, em que se adotou a perspectiva longe da vista, longe do coração; mais tarde passou pela Escola secular Tradicional, percorrendo a Escola secular Integrativa classificativa, e posteriormente a proposta da Escola secular Inclusiva. Vários documentos surgem no processo de valorização das diferenças, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 determina que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidades e direitos e, dotados que são de razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente uns com os outros”. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

A Constituição de 1988 determina que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve acontecer preferencialmente na rede regular de ensino. A educação inclusiva se afirmou na década de 90, a partir da Conferência Mundial, evento patrocinado pela UNESCO e pelo governo Espanhol, originado a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994).

O princípio fundamental desta linha de ação é de que as escolas seculares devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

Devem acolher crianças com deficiências e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados (...). Às escolas seculares têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as com deficiências graves. É cada vez maior o consenso de que crianças e jovens com necessidades educativas especiais sejam incluídos nos planos de educação elaborados para a maioria de meninos e meninas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.17-18).

Para que o professor possa trabalhar com alunos com deficiência necessita de alguns pré-requisitos como, conhecer as particularidades da educação desses alunos, suas potencialidades, bem como suas necessidades especiais e os avanços que podem obter, para que assim utilizando-se de flexibilidade, comprometimento, criatividade, competência, dedicação, entre outras características, possa realizar um bom trabalho.

O professor é o mediador e o condutor da aprendizagem, então precisa ter clareza que o processo de aprendizagem acontece a partir de experiências que podem ser organizadas em cinco níveis de experiências na aprendizagem. Assim como na filogênese, na ontogênese humana também observaremos a aquisição paulatina destas habilidades relacionada ao desenvolvimento da aprendizagem (SOARES, 2017).

Sensação: é o nível mais primitivo do comportamento, referindo-se unicamente à ativação de estruturas sensoriais. É a partir das sensações que o indivíduo pode perceber o mundo que o cerca.

Percepção: Constitui-se na tomada de consciência relativa a sensações em progresso. A eficiência da percepção depende de que o aparato neurológico seja capaz de converter, adequadamente, as sensações em impulsos elétricos. Apesar de ser um comportamento neurologicamente superior à sensação, do ponto de vista psicológico é, ainda, extremamente

rudimentar. No entanto, é baseado na percepção que o indivíduo irá formar imagens.

Formação de Imagens: Refere-se a sensações ou informações já recebidas e percebidas. Está relacionada aos processos de memória já que corresponde a um registro de aspectos das experiências vividas, ainda que a elas não se associem palavras (aspectos não verbais). As imagens formadas não se restringem apenas ao nível visual; são registros de percepções oriundas de quaisquer dos órgãos dos sentidos. Incluem-se, aqui, além das imagens do cotidiano, os sons sociais não verbais (ruídos de automóveis e máquinas, vozes de animais, etc.), odores característicos de diversas coisas, os sabores típicos dos diferentes alimentos, texturas de objetos, assim como também a percepção social, ou seja, expressões faciais e corporais percebidas em várias situações.

Simbolização: Habilidade descrita como exclusiva da espécie humana e que corresponde à capacidade de representar uma experiência de forma verbal ou não verbal. As simbolizações não verbais verificam-se através de símbolos visuais ou auditivos, em manifestações artísticas, musicais, religiosas e patrióticas. Incluem-se nesta categoria as capacidades de avaliar e recordar situações, emitindo julgamentos do tipo: perto, longe, grande, pequeno, alto, baixo, cheio, vazio, depressa, devagar, etc. As simbolizações verbais estão relacionadas a palavras. O ser humano apresenta três sistemas verbais: falado, escrito e lido. Além disso, a maturidade psiconeurológica aqui exigida é menor do que nos sistemas lido e escrito. Estas considerações nos levam a compreender porque a língua falada ocupa posição de destaque em nossas vidas, predominando não apenas na infância.

Algumas modificações relativas a estes sistemas verbais podem ser observadas em circunstâncias especiais, como a linguagem de sinais utilizadas pelos surdos ou o *braille*, código de escrita utilizado pelos cegos. Os sistemas verbais abrangem três aspectos. A linguagem interna, linguagem receptiva e a linguagem

expressiva, que serão tratados mais adiante. A conquista da habilidade de simbolizar abre caminho para o domínio da conceituação.

Conceituação: Complexo processo mental que envolve capacidades de abstração, classificação e categorização. É preciso observar que conceituar e abstrair não são sinônimos. A abstração contrapõe-se à concretização, pressupondo um maior grau de distanciamento em relação a uma circunstância observável. Ainda assim, a experiência abstraída pode ser, e em algum momento certamente foi, observada. No entanto, para conceituar, também é necessário classificar e categorizar, sendo estes fatores críticos do processo já que classes e categorias, sendo estes, fatores críticos do processo já que classes e categorias não são, em si, observáveis.

(...)o professor precisa estar ciente de que algumas crianças formam conceitos espontaneamente quando adquirem a facilidade verbal necessária. Por outro lado, muitas precisam ser ajudadas a aprender a generalizar e categorizar. Frequentemente, essas crianças têm dificuldades com os significados múltiplos de uma palavra, com provérbios e metáforas. (Johnson e Myklebust, 1987).

Convém ressaltar que as permanentes aquisições, em cada um dos níveis de experiências, passam por momentos de indiferenciação – diferenciação – separação – integração, (Borges, 1994) da mesma forma que os sucessivos níveis representam cada um destes momentos, uns em relação aos outros. Assim, para que forme uma imagem, por exemplo, um indivíduo passará por cada um dos momentos deste movimento e, ao chegar a integrá-la, poderá encontrar-se indiferenciado em relação à simbolização desta experiência.

A deficiência desafia a escola secular comum no seu objetivo de ensinar, de levar o aluno a aprender o conteúdo curricular, construindo o conhecimento. O

aluno com essa deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber, que não corresponde ao que a escola secular preconiza (BATISTA e MANTOAN, 2007).

O aluno com deficiência tem direito de iniciar um programa de alfabetização em classes comuns do ensino regular com os recursos e métodos corretos elas podem ter um avanço significativo e avançar. “A alfabetização desses alunos exige do sistema educacional preparo para que encontre caminhos diversificados para incluir esse aluno (BRASIL, 1997).”

São comuns os responsáveis por crianças com deficiência questionarem o avanço destes alunos de uma série a outra, sem que o processo de alfabetização esteja consolidado. Do ponto de vista pedagógico, é preciso situar que a escola secular também peca em consequência da condução pedagógica.

O aluno com deficiência necessita de planejamentos que auxiliem na sua autonomia e nos processos de relação com o mundo. É preciso que os conteúdos trabalhados na escola secular tenham impacto significativo para o aluno.

De acordo com a RESOLUÇÃO Nº 4 DE 13 DE JULHO DE 2010 – Diretrizes para o AEE - Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica, que deve ser oferecido no turno inverso da escola secularização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola secular ou em outra escola secular de ensino regular. O art.5º da referida Resolução preconiza:

A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para o exercício da cidadania em plenitude, da qual depende a possibilidade de conquistar todos os demais direitos, definidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na legislação ordinária e nas demais disposições que consagram as prerrogativas do cidadão.

Verifica-se por meio de observações, através de professores e de profissionais da educação, uma enorme oposição no que tange ao desafio imposto no processo

de constituição da escola secular inclusiva, o que se considera de certa forma, inteligível, haja vista a falta de formação para lidar com esta problemática. Tal resistência surge, entre outros diversos determinantes, em decorrência da não problematização do assunto, tendo em vista que, raramente, este é contemplado nos momentos de formação inicial e/ ou continuada, o que conduz a formas inadequadas de entendimento. Para que a inclusão escola secular seja real o professor da classe regular deve estar sensibilizado e capacitado para “mudar sua forma de ensinar e adaptar o que vai ensinar” – (GLAT, 2007) para atender às necessidades de todos os alunos, inclusive de alguns que tenham maiores dificuldades.

Os cursos ou programas de formação e capacitação docente ao mesmo tempo em que precisam dar condições efetivas para que o professor trabalhe de imediato com seus alunos, “não podem ser uma capacitação voltada apenas para questões pontuais (tipo receita - de - bolo) e sim proporcionar aprofundamento teórico metodológico” (que a maioria dos professores tanto do ensino regular quanto especial, não tem) “que lhe permita se transformar em um “professor que possa refletir e resignificar sua prática pedagógica para atender à diversidade do seu alunado”.

Segundo Carvalho (2007), “Devemos nos questionar se estamos realmente preparados para o desempenho de nossos papéis político-pedagógicos em relação a qualquer aluno? Criticar nossos cursos de formação e constatar as inúmeras lacunas existentes tem sido um lugar comum que, infelizmente, mais nos tem imobilizado e “engessado” em discursos sobre a incompetência, do que nos levado a produzir mudanças necessárias. Mas reconhecer que necessitamos de atualização, já é o início de um processo que nos tira do imobilismo e da acomodação e que, por nos inquietar, gera movimentos de busca e de renovação. Pode ser sofrido e custoso, mas, convenhamos, a vivência da inquietação é que nos faz avançar.

A formação continuada é uma das estratégias

que nos permite desalojar o estatuído, substituindo-o por novas teorias e novas práticas alicerçadas em outra leitura de mundo e, principalmente, nas crenças da infinita riqueza de potencialidades humanas (as nossas e de nossos alunos). Convém trazer para a discussão o sentido e o significado da formação continuada que não coloca apenas, restrita aos cursos oferecidos aos professores para se atualizarem. Reconheço que eles são necessários, que trazem muitas informações e novas teorias, mas a experiência mostra que se tornam insuficientes se houver, como rotina das escolas seculares, encontros de estudos e de discussão sobre o fazer pedagógico, envolvendo a comunidade escola secular.

O dia-a-dia da sala de aula, desde que submetido a uma avaliação crítica e compartilhada, pode ser mais útil ao professor do que um conjunto de livros ou de apontamentos que acabam no fundo de uma gaveta ou das prateleiras. Penso que a questão é valorizar espaços de discussão, estabelecendo-os nas escolas seculares com uma das atividades sistemáticas previstas no projeto político-pedagógico.

Ressalta-se que em relação à importância que se atribui à teoria e à prática: sempre entendi que existe uma circularidade entre teoria e prática, pois na prática da teoria nós a estamos experimentando e recriando. Estamos construindo teoria para, a seguir, praticá-la e assim por diante. O que lamentavelmente nos falta é o espírito de pesquisadores. Deixa-se de observar mais atentamente e de registrar, sistematicamente, nossos erros e acertos, nossos “jeitinhos” para remover barreiras para a aprendizagem e para a participação dos aprendizes, na escola secular”.

Com a implantação da atual Lei de Diretrizes e Bases e a clara intenção do princípio inclusivo que fundamenta, a adoção e a implementação de currículos abertos e flexíveis, que atendam à diversidade do alunado presente na escola secular, passou a ser objeto de discussão nas diretrizes curriculares e nos cursos de formação continuada dos sistemas de ensino o conceito

da Escola secular Inclusiva.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC / SEESP,1998), implica uma nova postura da escola secular comum, que propõe no projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educandos, ações que favoreçam a integração social e sua opção por práticas heterogenias. A escola secular capacita seus professores, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive, para os educandos com necessidades especiais. Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e a escola secular o suporte necessário à sua ação pedagógica.

Sendo assim, a Educação Especial já não é mais concebida como um sistema educacional paralelo ou segregado, mas como um conjunto de medidas que a escola secular regular põe ao serviço de uma resposta adaptada à diversidade dos alunos. Neste contexto, a instituição escola secular passa a ser alvo de questionamentos e de conflitos, provavelmente, por expor a diversidade e o compartilhamento de interesses, contradições, expectativas e identidades. Muitas são as ansiedades que movimentam as transformações em busca do que se julga ser o ideal, correspondendo às necessidades específicas de todos.

Para atender esta demanda a escola secular deve promover mudanças de modo que consiga possibilitar a todos sem exceção um ensino de qualidade que respeite as diferenças e especificidades do ser humano, ou seja, na perspectiva da inclusão não é o aluno que se adapta ao ensino e sim a escola secular que deve promover meios para que este aluno acesse ao conhecimento.

EDUCAÇÃO SECULAR

A educação secular, como o próprio nome

indica, é aquela perspectiva educacional cuja atenção se dirige horizontalmente para o presente século. Neste caso, a abordagem da educação é feita a partir do conceito de realidade como um sistema fechado, regido por leis fixas e universais de causa e efeito, cujas explicações passam pela teoria evolutiva do aparecimento e funcionamento do universo e do homem. Nesse contexto, a educação é definida como uma atividade sistemática de interação entre os seres sociais, tanto no nível intrapessoal quanto no nível de influência ambiental. Assume-se aqui, a interligação na ação pedagógica de três componentes: agente (alguém, grupo, meio social, etc.), mensagem transmitida (conteúdos, métodos, automatismos, competências, etc.) e educando (aluno, grupos de alunos, geração, etc.). (GLASNER, 1996a)

Por sua própria natureza, a perspectiva secular da educação exclui Deus de suas considerações, bem como as necessidades espirituais de seus alunos. A educação laica, influenciada pelas teorias psicanalíticas, evita de qualquer forma “frustrar a criança”. Seus métodos buscam promover a liberdade irrestrita e descontrolada dos alunos. As pessoas acabam sendo o centro dessa perspectiva educacional. (GLASNER, 1996b)

O construtivismo é certamente a expressão mais comum da educação laica nas escolas brasileiras. Uma das premissas por meio da interação do indivíduo com o meio em que vive. Jean Piaget, um dos representantes do construtivismo contemporâneo, enfatizou a importância dessa interação ao defender: “entender é descobrir”. Nessa perspectiva, o educador é apenas um “agente facilitador” que deve evitar direcionamentos na educação e manter a neutralidade ideológica no processo educativo. (GLASNER, 1996a)

Defendendo a teoria do conhecimento como construção das interações sociais, o construtivismo acaba promovendo um culto à auto expressão, pois todos os seus pressupostos são baseados no homem. O principal objetivo da educação, segundo o construtivismo, é a conquista da autonomia humana.

A história da raça humana se constrói por mudanças e avanços contínuos como na área da tecnologia, da cultura e educação a qual vem se consolidando de forma fragmentada. Discutir educação inclusiva e os direitos, de quem dela necessita infelizmente nos remete a um triste cenário que se encontra ainda em construção, apesar de avanços inegáveis conquistados pela luta social da pessoa com surdez e seu crescente reconhecimento e legitimidade, de um povo, uma história, uma língua e uma cultura.

A INCLUSÃO SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO SECULAR

Na verdade, a inclusão se encontra com muitas questões a serem esclarecidas. Sendo assim, a escola secular necessita de uma ação planejada, voltada para a conscientização não só da comunidade escola secular, mas também dos familiares, a fim de superar gradativamente a exclusão dos sujeitos com necessidades especiais, pois, sem esse suporte, a educação inclusiva está fadada ao fracasso, ficando contemplada apenas no papel.

A educação inclusiva não requer apenas recursos financeiros, mas faz necessário repensar nas formas como será ofertado esse ensino a crianças com limitações há de se pensar que o indivíduo, tem sua maneira peculiar de aprender, então não há como se exigir e querer o mesmo desempenho de crianças tão diferentes em suas peculiaridades. Então pensar no melhor método de ensino, requer uma reflexão mais profunda. Cabe à escola secular oferta da língua de sinais a qual deve ser não só oferecida mais valorizada como uma língua. Desta forma, o sujeito se sentirá envolvido no seu processo de ensino – aprendizagem, sendo autor da construção de sua história no ambiente educacional. O aluno precisa saber que possui os mesmos direitos como qualquer estudante e, principalmente, como cidadão.

Ainda sobre o papel da escola secular, deve-se

destacar que a escola secular, não pode ser de paternalista e assistencialista, mas sim oferecer recursos internos e educacionais para que essas crianças possam construir sua dependência, se tornado construtores de seus saberes. Neste sentido, pode-se afirmar que no que diz respeito à educação inclusiva existe uma continuidade e descontinuidade, no plano da educação inclusiva, pois apesar da garantia à classe regular ainda se discute a qualidade do ensino. Sendo a escola secular uma instituição, ela possui um produto que é o educando e não os meios pelos quais esses educandos aprendem. Se esses meios não estão sendo suficientes para que a aprendizagem aconteça, algo deve ser feito, pois, segundo Paro (2011), só há ensino quando há aprendizagem.

A inclusão escola secular necessita de educadores com formação na perspectiva da educação inclusiva, pois sem tal formação não vai conseguir vivenciar com seus alunos experiências inclusivas. Mendes (2001, p.17) destaca “ao mesmo tempo em que o ideal de inclusão se populariza, e se torna pauta de discussão obrigatória para todos interessados nos direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais, surgem as controvérsias, menos sobre seus princípios e mais sobre as formas de efetivá-la.

Mantoan (2001), por sua vez, traz-nos um aspecto interessante ao ressaltar preocupação nas “formas de efetivá-la”, direcionando-se às práticas de Educação Inclusiva. É um avanço em relação ao passado, quando um jovem com necessidades especiais era excluído da sociedade, sendo mantido somente dentro de sua casa; além de não receber nenhum tipo de educação e de não participar de contatos ou atividades sociais, muitas vezes sendo até mesmo maltratado. Entretanto, para que a inclusão de fato se concretize, é necessário que os professores estejam preparados para lidar com esse tipo de situação. O art. 59, inciso III, diz que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior,

para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p. 44).

Porém, não é isso que é verificado na realidade. Silva e Retondo (2008) citam Bueno (1999), dizendo que:

De um lado, os professores do ensino regular não possuem preparo mínimo para trabalhar com crianças que apresentem deficiências evidentes e, por outro, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que têm calcado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atendem (SILVA e RETONDO, 2008, p. 28).

Ainda para os autores, muitos alunos com necessidades especiais acabam sendo apartados ou excluídos – ocorre um distanciamento deles, que não conseguem dar continuidade aos estudos. Além dos professores despreparados, as próprias instituições de ensino não contam com recursos físicos e didáticos que visam atender às necessidades desses alunos. Infelizmente, não é isso que se vê em muitas escolas seculares da rede pública, principalmente em escolas seculares mais afastadas do centro urbano, que carecem de condições mínimas para continuarem funcionando.

Para Silva e Retondo (2008, p.28), focalizando, porém, no educador, existem cada vez mais pesquisas pautadas nessa formação dos professores voltada para a educação inclusiva. Uma atividade que pode ajudar durante essa formação é “estabelecer uma via de comunicação com instituições e escola secular que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva no Brasil ainda está em seu estado embrionário, e sabe-se que o apoio e o

investimento dos governos são necessários. Todavia, espera-se que o contínuo aprimoramento de projetos nesse sentido, tanto na formação, como na formação continuada de professores, com o tempo sane ou pelo menos minimize os pontos decedentes do atendimento às pessoas com necessidades especiais.

Ainda temos muitos desafios a enfrentar para atingirmos uma educação como direito de todos. Um deles é não permitir que os alunos com necessidades especiais sejam matriculados em salas de aulas comuns, para estarem apenas matriculados. Nesse caso, eles estariam inseridos em seu contexto, mas não estariam sendo reconhecidos em suas igualdades de direitos.

A integração escola secular tem como objetivo ajudar pessoas com deficiências a estarem inseridas em um ambiente cotidiano para que possam fazer parte de uma existência possível ao normal, disponibilizando padrões de vida cotidianos, proporcionando uma proximidade física e a inserção nos espaços públicos como a escola secular, usufruindo dos mesmos recursos educacionais que os demais alunos.

A integração, mediante a comunicação, a assimilação, pela participação ativa e reconhecida do excepcional como elemento do grupo de crianças “normais” e, finalmente, a aceitação, refletida na aprovação da criança excepcional como elemento participante e aceito no grupo, mediante relações regulares e espontâneas que fazem com que o excepcional se sinta parte natural do grupo.

A escola secular para ser inclusiva precisa se adaptar a todos os alunos, não só ao especial, reestruturando sua organização escola secular e pedagógica para que cada aluno faça parte da instituição, receba um atendimento especializado e de qualidade para que possa estudar e viver socialmente. Contudo, quando ocorre apenas o processo de integração ao aluno especial possibilita-se a inserção em uma sala de aula onde irá interagir com os demais, participando das aulas, cumprindo seu “dever” de aluno, mas a escola secular não muda a sua estrutura para que isso aconteça;

simplesmente o aluno com necessidades especiais será tratado como igual a todas outras crianças.

O compromisso social deve ser assumido por todos. Esse prazer em aprender deve ser construído pela escola secular em parceria, com a família numa interação mútua. Como a escola secular vai promover essa inclusão, as especificidades do trabalho docente requerem uma teoria e prática articulada, onde a ação, reflexão e ação devem assumir os pilares para uma boa prática pedagógica e contemplar as necessidades e exigências dessas crianças incluídas no sistema regular de ensino.

À escola secular cabe também o trabalho de inclusão dos alunos na sociedade e não apenas na escola secular. Visto que futuramente essas crianças estarão à procura de empregos, buscando seu lugar dentro de um sistema de emprego cada vez mais competitivo. Pensando assim, a escola secular não pode se furtar desse compromisso em trabalhar a valorização e reconhecimento desse futuro profissional, o que implica um exercício de cidadania. Todavia, os professores devem estar preparados não só para lidar com a falta de recursos e materiais pedagógicos, mas também para lidar com as questões afetivas e motivacionais. Exigindo deles (educadores) um olhar diferenciado e uma sensibilidade para lidar com esses “empecilhos”.

REFERÊNCIAS

ARAGO, R. F.; SILVA, N. M. Observando a prática pedagógica no ensino de geografia. Fortaleza, Geosaberes, 2012.

ARAÚJO, I. S.; ELIAS-FILHO, M.R.; SILVA, M. D. B; CASTRO, S. M. V.; YANO, V. T. B. Aprendizagem de física para deficientes visuais: a importância do uso de experimentos em sala de aula. Revista Brasileira de Ciências Naturais, vol. 1, pág. 78-86, 2015.

BATISTA, C. A. M. e MANTOAN, M. T. E. Serviços Educacionais Especializados em Deficiências Mentais. In: GOMES, A. L. L. et al, Deficiência Mental - São Paulo: MEC / SEESP, 2007

BATISTA, J.O; MOCROSKY, L.F.; MIRANDA, P.B. Uso de

recursos didáticos manipulativos na educação de alunos cegos ou amblíopes em contexto matemático, vl. Teoria e prática da educação, vol. 19, não. 1, pág. 113-122, janeiro / abril 2016

BRASIL, Ministério da Educação (MEC), Diretrizes de Educação Adicional para Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, MEC / SEMTEC, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acessado em 28 de out. 2022

BRASIL, Ministério da Educação (MEC), Política Nacional de Educação Especial para a Educação Inclusiva, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acessado em 28 de out. 2022

BRASIL, Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_acao/pcnacao_alf.pdf acessado em 28 de out. 2022

Ministério da Educação (MEC), Parâmetros Curriculares do Ensino Médio, MEC / SEMTEC, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencian.pdf>>. 25 de out. de 2021.

CARDOSO, Marcel Anghinoni. I Seminário de Diálogos com Paulo Freire. A prática docente: uma análise bibliográfica da atuação do professor no universo escola secular. 2007

CRUZ, E. C. A. Circuitos elétricos - análise em corrente contínua e momento, série Eixos, Editora Erica, 2014.

GASPAR, A. Física, São Paulo, Ática, 2009. Gestão Escola secular: Alfabetização e deficiência intelectual: uma estratégia diferencial. <[Http://www.gestoescola.secular.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/julho_2016/dee_anexo3.pdf](http://www.gestoescola.secular.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/julho_2016/dee_anexo3.pdf)>. > acessado em 28 de out. 2022

GLAT, R. & BLANCO, L. de M. V. Educação Especial no Contexto da Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (org.). Educação Inclusiva: cultura e vida escola secular. 14 (Coleção Atualidades em Educação Especial, v. VI), Editora Sete Letras, p. 15-35, Rio de Janeiro, 2007.

GLASNER, P. E. Secularismo. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Ed.). Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 678-679, 1996a.

_____. Secularização. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Ed.). Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 679-681, 1996b.

GOMES, J. A. Uma revisão bibliográfica sobre o ensino de física para pessoas com deficiência visual. Conclusão de Curso, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

JOHNSON, D. J. A MYKLEBUST, H. R. Learning Disorders. São Paulo: Pioneira, 1987.

LIMA, F. J., LIMA, R. A. F. e SILVA, J. A. (2000). Prioridade da visão: crença, filosofia, ciência e cegos. Arquivos de Psicologia Brasil, 2 (52), 51-61.

LIMA, P. C.; FONSECA, L. P. Adaptou ou construiu recursos táteis para a aprendizagem de pessoas com deficiência visual no XII Congresso Brasileiro de Educação a Distância e II Congresso Internacional de Educação Superior, 2016.

MARQUES, B. D; CALEGARI, Z. C. Ensino de física para deficientes visuais: um padrão a ser quebrado. Revista Latino-americana de Educação em Ciências, vol. 1, não. 1, 2014.

NARDI, R; CASTIBLANCO, O. Didática da Física, 1ª Edição, Rio de Janeiro, União Nacional dos Editores de Livros, 2014.

NASCIMENTO, A. D; HETKOWSKI, T. M. Educação e modernidade: pesquisa científica e tecnológica. Salvador, EDUFBA, 2009, 400 páginas.

OLIVEIRA, M.K.Vygotsky: Aprendizagem e Desenvolvimento: Um Processo Sócio-Histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

RAMALHO-JÚNIOR, F. et al., Fundamentals of Physics. 9ª ed. São Paulo, Moderno, 2007.

SANTOS, L. E.; SOUSA, R. S.; MOLHO, L. C. Ensino de ótica para alunos com deficiência visual: um desafio a superar. In VII CONNEPI, Tocantins, vol.1, no.1, p. 5, 2012.

SOARES, Dulce Consuelo R. O Cérebro X Aprendizagem. Disponível em <http://www.profala.com/arteducesp67.htm>. Acessado em 28 de out. 2022

SOARES, M.A.L. - Educação de deficientes auditivos no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

BREVE ANÁLISE DO CONTO AS TRÊS IRMÃS, DE MOREIRA CAMPOS, COMO PRÁTICA TEXTUAL

BRIEF ANALYSIS OF THE SHORT STORY THE THREE SISTERS, BY MOREIRA CAMPOS, AS TEXTUAL PRACTICE

Luiza Maria Aragão Pontes¹

RESUMO

O presente trabalho faz uma reflexão sobre o conto "As Três Irmãs", de Moreira Campos, focando questões familiares, e do desapego, contextualizando outros tempos, com os solilóquios de três irmãs e seus mundos particulares que ficaram marcado num passado bem próximo, evidenciando assim, as principais características do conto, não somente, como Gênero Textual, mas também, um tipo de narrativa curta, ao reverenciar o estilo de um dos melhores contistas cearenses. Foram destacadas as fases por onde vivenciaram os contos do autor: Impressionista, Transição e Realista. A leitura do conto permitiu uma breve análise linguística do enredo do seu enredo. Metodologicamente, desenvolvemos um estudo de caso com alunos do 1º ano do Ensino Médio, através de uma Pesquisa Descritiva e Bibliográfica, para melhor compreensão do conto em classe. Concluímos que o desenvolvimento do Letramento Literário e Digital proporcionou proximidade entre alunos, seguindo as orientações para desenvolverem uma síntese da história como tipo de Prática Textual em forma de Resumo, permitindo o bate-papo em sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Conto. Letramento Literário e Digital. Resumo.

ABSTRACT

The present work makes a reflection on the short story "The Three Sisters", by Moreira Campos, focusing on family issues, and detachment, contextualizing other times, with the soliloquies of three sisters and their particular worlds that were marked in a very close past, thus evidencing the main characteristics of the tale, not only, as Textual Genre, but also, a type of short narrative, by revering the style of one of the best short story writers from Ceará. The phases through which the author's tales were experienced: Impressionist, Transition and Realist. Reading the tale allowed for a brief linguistic analysis of the plot of its plot. Methodologically, we developed a case study with students of the 1st year of High School, through a Descriptive and Bibliographic Research, for a better understanding of the tale in class. We conclude that the development of Literary and Digital Literacy provided proximity between students, following the guidelines to develop a synthesis of history as a type of Textual Practice in the form of Summary, allowing the chat in the classroom.

KEYWORDS: Short Story. Literary and Digital Literacy. Abstract.

¹ Professora Diretora de Turma da EEFM José Bezerra de Menezes da Seduc – Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Licenciatura em Letras\Português\Literatura\Língua Espanhola\ Literatura Espanhola e também em Música na UECE (Universidade Estadual do Ceará) Especialista em Filosofia da Educação; Metodologias do Ensino das Artes; Pesquisa Científica pela UECE – Universidade Estadual do Ceará. Mestra em Ciências da Educação pela ACU - Absoulute Christian University. **E-MAIL:** lukiapontes@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9750262874954143.

INTRODUÇÃO

Este estudo se concentra na área da Educação e tem como temática a análise do conto como letramento literário e também digital. Neste caso, o conto em questão foi “As Três Irmãs”, como uma prática pedagógica por meio do Letramento Literário para a produção de textos em sala de aula, permitindo, assim, que o aluno desenvolva e experimente de forma efetiva suas vivências pedagógicas.

Vale destacar também, a pedagogia do Letramento na abordagem funcional, tendo a valorização do conto como sendo um gênero textual específico com suas particularidades, voltados para um contexto socioeducacional, evidenciando assim, um tipo de ensino adaptado em sala de aula.

Por esse motivo, a análise do conto e a reflexão do vídeo sobre o autor serviram de fundamento para esta prática, com o apoio e envolvimento do projeto “Moreira Campos em Contos”, e sua contribuição para o engrandecimento do trabalho pedagógico com os alunos de Ensino Médio da Escola de Ensino Fundamental e Médio José Bezerra de Menezes.

É sabido também que ao se estudar um autor cearense, ao mesmo tempo, permite aos estudantes conhecer a Literatura Cearense e ao mesmo tempo, ter conhecimento da definição do conto, enquanto Gênero Textual, e por desenvolver um tipo de narrativa curta, com uma única situação, apesar de ter a morte como tema central, isso referencia o estilo do autor.

O conto é marcado por uma narrativa curta, escrita em prosa, e gira em torno de uma única situação; por isso é curto e mais simples que o romance, narra eventos problemáticos, que levam a uma crise ou a um ponto de virada, uma mudança de algum tipo. Os eventos complicados geralmente são resolvidos por um personagem principal. Detalhes sobre personagens e situações são importantes para orientar o leitor. (PINHEIRO, 2020, P. 132).

O presente conteúdo tomou como base de estudo o processo de letramento em seus vários parâmetros: literário, educacional e social. Além dos ensinamentos de Magda Soares, que não somente definem o letramento voltado em múltiplos significados e variedades da leitura, como também permitiu o embasamento metodológico da pesquisa. Sendo assim, é interessante fazer um estudo comparativo com a definição de alfabetização para que se possa compreender os vários conceitos de letramento:

Pode-se concluir, então, que há diferentes conceitos de letramento, conceitos que variam segundo as necessidades e condições sociais específicas de determinado momento histórico e de determinado estágio de desenvolvimento. (SOARES, 2012, p. 80).

Ao aplicar o estudo e a leitura deste conto de Moreira Campos, identifiquei a dificuldade de interpretação textual dos alunos e, sobretudo, o desestímulo à leitura em sala de aula. Analisando tais questionamentos, decidimos desenvolver uma metodologia de pesquisa que direcionasse passo a passo a produção textual, por meio do letramento, para produzir textos em forma de contos:

A base será sempre o letramento, já que leitura e escrita são, fundamentalmente, meios de comunicação e interação, e a alfabetização deve ser vista pela criança como instrumento para que possa envolver-se nas práticas e usos da língua escrita. (SOARES, 2012, p. 144).

Desta forma, é possível levar os alunos para o Laboratório de Informática onde é possível desenvolver suas práticas de leitura, e, também, a compreensão do conto, para que se possa concretizar as produções textuais em forma de contos, fazendo com que os alunos compreendam o conto como gênero textual e tenham condições de desenvolver uma síntese sobre o enredo da história. Quando o aluno compreende o

conto, é possível, desenvolver e criar um enredo próprio, favorecendo à criatividade dos alunos, no processo de criação dos contos, como prática textual.

MÉTODOS

A pesquisa é qualitativa, na forma de Estudo de Caso e, também, em forma de Pesquisa Bibliográfica, no que diz respeito, aos procedimentos técnicos, num estudo aprofundado de um grupo restrito de alunos para a obtenção de um amplo conhecimento sobre o que se busca investigar. Quanto aos objetivos, vamos nos deparar com uma Pesquisa Descritiva, em que foi usada uma técnica padronizada em forma de questionário a respeito do enredo do conto. Numa observação sistemática, foi adaptada uma estratégia de coleta de dados realizada através de perguntas prontas, com a amostra da investigação de 15 (quinze) alunos selecionados, do 1º ano, bem como realizados levantamentos bibliográficos, livros, artigos, o consenso para a estruturação conceitual e referencial teórico do trabalho em verificação.

O conto em questão “As três Irmãs” de Moreira Campos onde trata da morte de três irmãs: uma morreu na segunda, a outra na terça e por último, a outra, na quarta. Um fato bastante instigante, curioso que fora comentado pelos seus herdeiros. O fato acontecera no casarão da família. Destacando a demolição do casarão para se transformar num Estacionamento:

O fato viera à tona, era comentado, porque os últimos herdeiros das velhas, recentemente, tinham mandado demolir o casarão: queriam espaço para o estacionamento de automóveis, lucrativo. (...) As picaretas punham abaixo as grossas paredes, ruíram o teto trabalhado, a claraboia, onde se aninhavam morcegos, que voaram tontos na tarde. (CAMPOS, 1995, P. 139 E 140)

Sendo assim, o método de pesquisa desse estudo tem por finalidade a análise e a percepção estética dos alunos sobre o enredo do conto, principalmente entender a desenvoltura de produção textual do conto. Trata-se de um estudo de caso no qual revela-se uma das ações iniciais da pesquisadora, que é identificar os modos como os fenômenos surgem. A pesquisa Yin (2005) explana que a definição técnica começa com o escopo de um estudo de caso.

O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real adequado quando “as circunstâncias são complexas e podem mudar quando as condições que dizem respeito não foram encontradas antes, quando as situações são altamente politizadas e onde existem muitos interessados”. (YIN, 2005, p. 32).

É interessante compreender o processo de Letramento Digital fundamentado pela Base Nacional Comum Curricular, baseado no uso estratégico das TICs, fazendo com que a Tecnologia Educacional se encontre sustentada nesta prática educativa:

“Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BNCC, 2018).

O conhecimento dos alunos sobre o conto, a perspectiva estética, e a desenvoltura da concretização da produção textual, em forma de conto. Assim, o conhecimento dos alunos sobre o conto nos possibilitaram analisar, acerca do conhecimento do conto enquanto gênero textual (Cédula Dramática), incluindo sua estrutura e o processo de interpretação textual. Para tanto, durante o desenvolvimento do projeto de contos Moreira Campos, percebeu-se que os alunos precisavam buscar seu conhecimento através da

leitura, pesquisa, escrita e reflexão. No que diz respeito ao gênero textual, o conto e a crônica se tornam os textos mais conhecidos e trabalhados em sala de aula.

RESULTADOS

Os resultados analisados foram unânimes em comentar que esse tipo de prática educativa foi bastante interessante, despertou a curiosidade em conhecer o estilo dos contos de Moreira Campos e, ao mesmo tempo, constatou-se o quanto se conhece pouco sobre literatura cearense.

Ao explorar a escrita como um tipo de atividade interativa, foi possível desenvolver a realização de um exercício que desperte a curiosidade dos alunos durante o processo de aplicação da metodologia da leitura do conto, bem como seus pormenores. Além disso, os alunos tiveram a oportunidade de diferenciar o conto da crônica. Sabe-se que são dois gêneros textuais bastante parecidos, porém, com suas particularidades na disciplina de Produção Textual.

Dessa forma, surgiu uma definição de conto pelos alunos. Depois de algumas reflexões e análises, a professora e pesquisadora deste trabalho alertou sobre a definição do conto enquanto tipo de gênero textual, assim como sobre sua estrutura trabalhada de forma específica, isso permitiu um entendimento mais abrangente deste conteúdo. Assim sendo, foi interessante entender a definição de conto para depois produzi-lo.

Moises (1996) afirma que o conto enquanto estrutura é:

Matriz da novela e do romance, porém, “como a novela e o romance é irreversível, jamais deixa de ser conto, a narrativa, que como tal, se engendra” e a ele não pode ser reduzido nenhum romance ou novela. (MOISES, 2005, p. 121-2-3).

Além de fundamentar a estrutura do conto como matriz de novela ou romance, compreendeu-se o conto, enquanto gênero textual, de forma tradicional: com enredo, personagens, tempo e espaço. Outra definição trabalhada em sala vem da Enciclopédia Encarta (2000): “Narração breve, oral ou escrita, de um sucesso imaginário”.

Os dados coletados nos permitiram construir duas categorias: A Morte e a Degradação. A morte é a temática comum que pontua uma grande parte dos contos do autor. Entretanto, o desgaste aparece com a corrosão do tempo, que é efêmero, no caso deste conto, a degradação foi provocada:

O pó subia no ar, enovelava-se, à queda de cada parede. E a procura densa e antiga reconstituía a figura e o espírito das velhas, como que lhes dava a vida, a elas. Retalhava-as. Bailavam no espaço como tinham sido, elas e o mundo em que viveram. (CAMPOS, 1995, P. 140).

Os resultados revelaram ainda que os alunos do Ensino Médio podem ser perfeitamente estimulados à leitura desde que tenham como objeto de estudo o conto como gênero textual, por ser uma narrativa curta, objetiva e prática para conseguir atrair a atenção dos alunos, sensibilizando-os a tais práticas. Isso nos faz refletir também o quanto o conto se apresenta como uma Produção Textual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o delineamento metodológico desse trabalho, a pesquisa foi analisada com embasamento na teoria como um todo. Sendo assim, para melhor compreensão dos achados da pesquisa, foram realizadas as composições para se identificar os horizontes da análise metodológica na práxis pedagógica de um conto de Moreira Campos. O autor, além de ser um dos melhores contistas cearenses e, porque não dizer, brasileiro, permitiu-nos absorver seu estilo, num

universo rico em descrições, numa temática realista que nos fez compreender e analisar um conto de cunho social, apresentando um enredo bastante atual, com suas particularidades textuais.

A concretização e análise dos questionários serviram para ter uma noção do perfil dos nossos estudantes leitores do Ensino Médio, ficando bem claro que uma boa parte conhece autores estrangeiros, outros menos autores brasileiros, e pouco menos autores cearenses. A definição do conto longo, com um enredo bem trabalhado, foi bem direcionada, fazendo uma comparação e diferença entre conto e crônica, já que ficou claro que alguns alunos confundem estes dois gêneros textuais.

A produção do texto escrito pelos alunos permitiu reflexões para uma discussão proveitosa em sala de aula sobre o seu enredo e, também, seu contexto histórico, focando a diferença das classes sociais. Isso incentivou a concretização de contos curtos com uma temática livre, sendo o mesmo escrito em primeira ou terceira pessoa. A experiência foi bastante gratificante pois os alunos tiveram acesso à Literatura Cearense, refletiram e escreveram um conto curto.

REFERÊNCIAS

BNCC, (2018). Disponível em:

[https://sae.digital/letramento-digital/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=\[*\]%20DSA~DSA&gclid=Cj0KCQjw1tGUBhDXARIsAIJx01lwmZRjTO1xiee76tZAVs6J7TfUC3dCnN0PgFOXFd5dkhPDNw-v2E4aAkpoEALwwcB](https://sae.digital/letramento-digital/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=[*]%20DSA~DSA&gclid=Cj0KCQjw1tGUBhDXARIsAIJx01lwmZRjTO1xiee76tZAVs6J7TfUC3dCnN0PgFOXFd5dkhPDNw-v2E4aAkpoEALwwcB). Acesso em: 22 dez. 2019.

KALANTZIS, Mary, COPE, Bil e PINHEIRO, Petrilson. Letramentos. Tradução de Petrilson Pinheiro, Campinas, São Paulo, Editora da UNICAMP. 2020.

CAMPOS, M. **Dizem que os cães vêem coisas**. Prefácio de Raquel de Queiroz. 3ª Edição. revista e ampliada. Fortaleza, Editora Maltase, 1995.

ENCICLOPÉDIA **ENCARTA**, (2000). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/roteiropedagogico/publicacao/4084_CONTO_OU_CRONICA.pdf. Acesso em: 22 dez. 2019.

LIMA, B. de. M. Campos – **A escritura da ordem e da desordem**. Fortaleza, SECULT/CE, 1993.

MOISÉS. M. **A Criação Literária – Poesia**. São Paulo, Cultrix, 2007.

MONTEIRO, J. L. **O Discurso Literário de Moreira Campos**. Fortaleza, Edições UFC, 1980.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. Ed. (1ª Reimpressão). Editora Autêntica, 2012.

YIN, R. **Estudo de Planejamento e Métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 2 Ed. Porto Alegre, Bookman Editora, 2001.

UMA ANÁLISE DAS PESQUISAS SOBRE O USO DE TECNOLOGIA PARA PROMOVER O APRENDIZADO E A COMPREENSÃO DOS CONCEITOS MATEMÁTICOS**A REVIEW OF RESEARCH ON THE USE OF TECHNOLOGY TO PROMOTE LEARNING AND UNDERSTANDING OF MATHEMATICAL CONCEPTS**Fabiano Rodrigues dos Santos ¹**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo analisar pesquisas recentes sobre o uso de tecnologia, como jogos educativos, softwares de simulação e aplicativos móveis, no contexto do ensino e aprendizado de conceitos matemáticos. Este trabalho de pesquisa propõe uma investigação dos potenciais contribuições dessas ferramentas tecnológicas para a promoção do aprendizado e compreensão dos estudantes em matemática. O estudo aborda hipóteses que relacionam o uso da tecnologia ao aumento da motivação dos alunos, melhoria do engajamento e reforço das habilidades matemáticas. A metodologia empregada inclui uma revisão sistemática da literatura, análise dos estudos selecionados e identificação de padrões e tendências. Os resultados obtidos fornecem insights relevantes para educadores e pesquisadores interessados em explorar o potencial das tecnologias educacionais no ensino de matemática.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias educacionais. Ensino de matemática. Revisão Sistemática da Literatura (RSL)

ABSTRACT

This article aims to analyze recent research on the use of technology, such as educational games, simulation software and mobile applications, in the context of teaching and learning mathematical concepts. This research paper proposes an investigation of the potential contributions of these technological tools to the promotion of student learning and understanding in mathematics. The study addresses hypotheses that link the use of technology to increased student motivation, improved engagement and reinforcement of mathematical skills. The methodology employed includes a systematic literature review, analysis of the selected studies, and identification of patterns and trends. The results obtained provide relevant insights for educators and researchers interested in exploring the potential of educational technologies in mathematics teaching.

KEYWORDS: Educational Technologies. Mathematics Teaching. Systematic Literature Review (SRL).

¹ Mestrando em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. **E-MAIL:** fabiano.santos@ifal.edu.br.

INTRODUÇÃO

O uso de tecnologia no contexto educacional tem se mostrado uma ferramenta promissora para promover o aprendizado e a compreensão dos conceitos matemáticos. Jogos educativos, softwares de simulação e aplicativos móveis têm sido cada vez mais explorados como recursos didáticos, oferecendo uma abordagem dinâmica e interativa para o ensino de matemática. Essas tecnologias proporcionam uma experiência de aprendizado engajadora, despertando o interesse dos alunos e facilitando a assimilação de conteúdos complexos. (SOARES, 2023).

A motivação dos estudantes é um fator-chave para o sucesso no aprendizado de matemática, e o uso de tecnologia educacional pode desempenhar um papel significativo nesse sentido. Os jogos educativos, por exemplo, apresentam desafios e recompensas que incentivam os alunos a se envolverem ativamente no processo de aprendizagem, tornando o estudo dos conceitos matemáticos mais atrativo e estimulante. Além disso, os softwares de simulação permitem que os alunos experimentem visualmente as aplicações práticas da matemática, tornando o aprendizado mais concreto e tangível. Os aplicativos móveis, por sua vez, oferecem a conveniência de aprender a qualquer hora e em qualquer lugar, proporcionando oportunidades de prática e revisão dos conceitos matemáticos de forma interativa e personalizada.

No entanto, apesar do crescente interesse e adoção de tecnologias educacionais no ensino de matemática, ainda existem questões a serem exploradas e compreendidas em relação à eficácia dessas ferramentas. O problema de pesquisa que norteia este estudo consiste em investigar de que maneira o uso de jogos educativos, softwares de simulação e aplicativos móveis influencia o aprendizado e a compreensão dos conceitos matemáticos. Mais especificamente, busca-se compreender como essas tecnologias afetam a motivação dos alunos, o

engajamento no processo de aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades matemáticas. Essa delimitação do tema é importante para explorar de forma mais precisa e aprofundada as potencialidades e limitações dessas abordagens tecnológicas, contribuindo para uma prática educacional mais embasada e efetiva no ensino de matemática.

Para responder ao problema de pesquisa proposto, levantou-se as seguintes hipóteses: 1) O uso de jogos educativos, softwares de simulação e aplicativos móveis no ensino de matemática aumenta a motivação dos alunos; 2) Essas tecnologias melhoram o engajamento dos alunos no aprendizado de conceitos matemáticos; 3) O uso de tecnologia como suporte ao ensino de matemática reforça as habilidades matemáticas dos estudantes. Acredita-se que essas hipóteses servirão como guias para a análise dos estudos selecionados e para a compreensão do impacto do uso de tecnologia no ensino e aprendizado de matemática

O objetivo geral deste trabalho é analisar pesquisas recentes sobre o uso de tecnologia, como jogos educativos, softwares de simulação e aplicativos móveis, no ensino de matemática, buscando compreender seus efeitos no aprendizado e compreensão dos conceitos matemáticos pelos alunos. Os objetivos específicos foram: identificar tendências e temas comuns no uso dessas tecnologias no ensino de matemática, analisar os benefícios e desafios associados a essas abordagens e investigar o impacto do uso de tecnologia na motivação dos alunos, engajamento no aprendizado e desenvolvimento de habilidades matemáticas.

A relevância deste trabalho acadêmico reside na contribuição para a prática educacional e aperfeiçoamento do ensino de matemática. Compreender o impacto do uso de tecnologia, como jogos educativos, softwares de simulação e aplicativos móveis, pode fornecer informações valiosas para educadores, gestores e pesquisadores no

desenvolvimento de abordagens mais efetivas de ensino. Além disso, ao promover o engajamento e a motivação dos alunos, bem como o fortalecimento de suas habilidades matemáticas, esse estudo busca contribuir para a formação de estudantes mais preparados e capacitados para enfrentar os desafios da sociedade atual.

A metodologia utilizada neste trabalho consiste em uma revisão sistemática da literatura (RSL).

A revisão sistema da literatura (RSL) é formar um arcabouço tanto teórico, como prático dos artefatos que foram utilizados para a solução de determinados problemas em estudos primários e, analisar em que condição determinada artefato foi utilizado para solucionar um determinado problema específico com sucesso. (BRIZOLA, 2016, p. 37).

Por meio de bases de dados acadêmicas, como Periódicos Capes e Google Acadêmico, foram selecionados estudos relevantes que investigaram o uso de tecnologia no ensino de matemática, com enfoque em jogos educativos, softwares de simulação e aplicativos móveis. Os critérios de inclusão e exclusão foram aplicados para selecionar os estudos mais pertinentes. Esses estudos foram então analisados criticamente, visando identificar padrões, tendências e evidências relacionadas ao uso dessas tecnologias no aprendizado e compreensão dos conceitos matemáticos pelos alunos.

DESENVOLVIMENTO

O tipo de pesquisa a ser abordado neste estudo é uma revisão sistemática da literatura. Essa abordagem envolve a análise crítica e a síntese de estudos e publicações relevantes sobre o tema em questão. A pesquisa bibliográfica é fundamental para explorar as pesquisas existentes e fornecer uma visão abrangente e

embasada sobre o uso de tecnologia no ensino de matemática.

Os instrumentos e fontes selecionados para a coleta de dados nesta pesquisa são bases de dados acadêmicas, como Periódicos Capes e Google Acadêmico. Essas fontes fornecem acesso a uma ampla gama de estudos científicos e publicações acadêmicas que abordam o uso de tecnologia no ensino de matemática. Além disso, serão utilizadas palavras-chave relevantes para a busca, como "tecnologia educacional", "jogos educativos no ensino de matemática", "simulador no ensino de matemática" e "aplicativos móveis no ensino de matemática", a fim de encontrar estudos específicos relacionados ao tema.

O procedimento para a coleta de dados nesta pesquisa bibliográfica envolverá a seleção criteriosa dos estudos relevantes. Foram aplicados critérios de inclusão e exclusão para determinados estudos analisados. Os critérios incluíram a relevância do estudo para o tema, a qualidade metodológica, o período de publicação e a abordagem do uso de tecnologia no ensino de matemática. A seleção dos estudos foi baseada em uma abordagem seletiva, priorizando aqueles que contribuem de forma significativa para a compreensão do tema em questão.

TECNOLOGIA EDUCACIONAL

A tecnologia educacional é um campo de estudo que investiga o uso de diferentes recursos tecnológicos, como dispositivos eletrônicos, softwares, aplicativos e mídias digitais, para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem. Ela abrange uma ampla gama de ferramentas e estratégias que visam melhorar a eficiência, a acessibilidade e a qualidade da educação.

O livro "Tecnologia Educacional" discute os princípios teóricos, os modelos pedagógicos e as práticas relacionadas ao uso da tecnologia no contexto educacional. Ele abordar tópicos como os benefícios da tecnologia na sala de aula, estratégias de integração de

tecnologia, desenvolvimento de materiais educacionais digitais, avaliação e acompanhamento do uso da tecnologia, além de considerações éticas e desafios associados à implementação eficaz da tecnologia educacional.

A obra destaca as polaridades e dualidades existentes nas discussões sobre as tecnologias na educação, como, por exemplo, o uso de tecnologia versus métodos tradicionais de ensino, aprendizagem online versus aprendizagem presencial, ou ainda as visões otimistas versus as visões pessimistas em relação ao impacto das tecnologias na educação.

Ao apresentar as dicotomias das tecnologias na educação, o livro busca problematizar as narrativas simplistas que podem surgir nesse campo, destacando a importância de uma abordagem crítica e equilibrada para compreender o verdadeiro potencial e os desafios associados ao uso das tecnologias na prática educacional.

Então, temerária é a ausência de estudos sobre a dicotomia inicial: Novas x Velhas Tecnologias, ou por outro lado, Convencionais x Apropriadas. Dado que, a palavra tecnologia aparenta dotada de forte apelo, modismo e um suposto aspecto invariavelmente utilitário, pois, quem está desprovido da tecnologia usada na Aldeia Global não se comunica com ela. (ALVES, 2028, p.16 e 17)

TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA

O artigo "Mapeamento das Tecnologias Educacionais Digitais adotadas para o ensino-aprendizagem de Matemática em instituições de Ensino Médio no Brasil" se concentra em investigar o uso de tecnologias educacionais digitais específicas no ensino de matemática em escolas de Ensino Médio no Brasil.

O objetivo principal do artigo é realizar um levantamento abrangente e detalhado das tecnologias

educacionais digitais adotadas nesse contexto, buscando identificar as ferramentas e recursos mais utilizados pelos professores de matemática.

O trabalho aborda aspectos como os tipos de tecnologias educacionais digitais disponíveis, como aplicativos móveis, plataformas online, software de simulação e jogos educativos, que são utilizados no ensino de matemática.

A inserção das novas ferramentas tecnológicas pode ser grande aliada, mediatizando o ensino-aprendizagem à ludicidade e outras dinâmicas inovadoras, buscando estratégias que ampliem a aprendizagem dos discentes, minimizando assim, dificuldades de aprendizado de matemática (ASCONCELOS, 2020, p. 2)

Além disso, o artigo apresenta análises sobre a eficácia dessas tecnologias na promoção do aprendizado e compreensão dos conceitos matemáticos, bem como os desafios e as limitações encontradas no uso dessas ferramentas digitais em instituições de Ensino Médio no Brasil. Fornece uma visão panorâmica das tecnologias educacionais digitais adotadas nas aulas de matemática, contribuindo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inovadoras e efetivas nesse campo específico.

JOGOS EDUCATIVOS NO ENSINO DE MATEMÁTICA

O uso de jogos educativos em dispositivos móveis como auxílio ao ensino da matemática tem se mostrado uma abordagem promissora. Esses jogos fornecem uma plataforma interativa e engajadora para os alunos praticarem e aprimorarem seus conhecimentos matemáticos de forma lúdica e divertida.

Nesse contexto, o artigo "Jogos Educativos em Dispositivos Móveis como Auxílio ao Ensino da Matemática" explora os benefícios e as estratégias do uso desses jogos como ferramenta educacional. O

objetivo principal do artigo é investigar como os jogos educativos em dispositivos móveis podem ser efetivamente incorporados ao ensino da matemática, promovendo uma aprendizagem mais envolvente e significativa.

Ao longo da obra, encontrar exemplos de jogos educativos disponíveis em dispositivos móveis que são projetados para abordar diferentes conceitos matemáticos, desde operações básicas até tópicos mais avançados. O artigo apresenta estudos de caso, análises de pesquisas e recomendações práticas sobre como selecionar, utilizar e avaliar jogos educativos móveis para o ensino da matemática.

A mobilidade é um fator que pode ser explorado pela educação, pois, dispositivos móveis tornaram-se uma peça fundamental no cotidiano das pessoas nestes últimos anos. Esse tipo de dispositivo permite realizar as atividades no tempo que for mais conveniente ao aluno, sua principal vantagem. O aluno pode, por exemplo, aproveitar ocasiões como deslocamentos e filas de espera para atendimento para realizar atividades educacionais em seus dispositivos móveis. (NETO, 2013, p. 9)

O artigo oferece uma visão abrangente sobre o uso de jogos educativos em dispositivos móveis como uma ferramenta auxiliar no ensino da matemática. Seu objetivo é fornecer aos educadores insights valiosos e estratégias eficazes para aproveitar o potencial dessas tecnologias no desenvolvimento de habilidades matemáticas dos alunos, ao mesmo tempo em que mantém o interesse e o engajamento durante o processo de aprendizagem.

USO DE SIMULADOR NO ENSINO DE MATEMÁTICA

O artigo intitulado "O Uso do Simulador PhET para o Ensino da Matemática" aborda a aplicação do

simulador PhET como recurso educacional no ensino da matemática. O PhET é uma plataforma online que oferece uma variedade de simulações interativas que podem ser utilizadas para auxiliar no ensino e aprendizagem de conceitos matemáticos.

O objetivo do artigo é investigar como o uso do simulador PhET pode contribuir para o ensino da matemática, analisando seus benefícios e possíveis limitações. Os autores descrevem a utilização do PhET em um contexto educacional, destacando exemplos de simulações específicas que podem ser aplicadas no ensino de diferentes tópicos matemáticos.

Os autores fornecem evidências e resultados de pesquisas que demonstram a eficácia do uso do simulador PhET no aumento do engajamento dos alunos, na compreensão dos conceitos matemáticos e no desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas. Eles também abordam estratégias de implementação, desafios encontrados e recomendações práticas para educadores que desejam utilizar o PhET em suas práticas de ensino.

Pode-se observar que o uso do simulador PhET como sugestão para a melhora das aulas, não só de Matemática, mas também para as disciplinas de Ciências como Biologia, Física e Química, se mostrou um recurso importante e viável ao professor. Esse recurso permite o docente inovar suas aulas e fazer com que seus alunos interagem entre si. Servindo também de incentivo para o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TIDC), além de ser uma ótima maneira de chamar a atenção dos alunos, mesmo que eles não entendam o que é uma simulação. (CAMARGOS, 2022, p. 7).

Por fim, o artigo examina o uso do simulador PhET como uma ferramenta educacional para o ensino da matemática. Ele oferece percepções sobre como o uso desse recurso pode melhorar a aprendizagem dos

alunos, proporcionando uma abordagem interativa e prática para explorar conceitos matemáticos complexos.

APLICATIVOS MÓVEIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA

O artigo intitulado "Aplicações móveis para o ensino da Matemática com realidade aumentada" aborda não apenas o uso desses aplicativos no ensino da matemática, mas também discute os métodos de implementação, desafios encontrados e oferece recomendações práticas para educadores interessados em incorporar essa tecnologia em suas práticas de ensino.

Os autores do artigo apresentam diferentes métodos e estratégias para a implementação das aplicações móveis com realidade aumentada no ensino da matemática, levando em consideração aspectos como a seleção adequada dos aplicativos, a integração dessas ferramentas nas aulas de matemática e a adaptação dos conteúdos para melhor aproveitamento da tecnologia.

Além disso, os desafios encontrados na utilização da realidade aumentada no ensino da matemática também são abordados no artigo. Esses desafios podem envolver questões técnicas, acesso a dispositivos móveis, treinamento dos professores e até mesmo a integração efetiva da tecnologia nas práticas pedagógicas.

Este tipo de aplicações tem potencial para proporcionar uma experiência tangível com diversos benefícios e podem ser utilizadas como complementos às abordagens mais comuns, especialmente, para motivar e envolver, uma vez que oferece um ambiente divertido que permite a visualização e exploração das funções básicas da matemática e da exploração de conceitos relacionados com a geometria. (CERQUEIRA, 2020, p. 185)

Oferece recomendações práticas para os educadores que desejam incorporar as aplicações

móveis com realidade aumentada em suas práticas de ensino de matemática. Essas recomendações podem incluir aspectos como a familiarização prévia com os aplicativos selecionados, a integração da tecnologia como uma ferramenta complementar ao ensino tradicional, o estabelecimento de metas de aprendizagem claras e a avaliação do impacto dessa abordagem no processo de ensino e aprendizagem.

Em resumo, o artigo não se limita apenas a discutir o uso das aplicações móveis com realidade aumentada no ensino da matemática, mas também fornece informações sobre métodos de implementação, desafios enfrentados e recomendações práticas para os educadores interessados em utilizar essa tecnologia em suas práticas educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento do trabalho, explorou-se o uso de tecnologia educacional, como jogos educativos, softwares de simulação e aplicativos móveis, para promover o ensino e a compreensão dos conceitos matemáticos.

Pode-se inferir que o uso de jogos educativos, softwares de simulação e aplicativos móveis no ensino de matemática contribui para aumentar a motivação dos alunos, estimulando seu engajamento no aprendizado. Essas tecnologias oferecem uma abordagem interativa e envolvente, proporcionando um ambiente de aprendizagem dinâmico e atrativo. Além disso, o uso de tecnologia como suporte ao ensino de matemática fortalece as habilidades matemáticas dos alunos, permitindo a prática e aplicação dos conceitos em contextos reais e significativos.

Sobre o uso de tecnologia educacional no ensino de matemática. Identificou-se tendências e temas comuns no uso dessas tecnologias, exploramos os benefícios e desafios associados a elas, e investigamos seu impacto na motivação dos alunos,

engajamento no aprendizado e desenvolvimento de habilidades matemáticas.

Ao compreender melhor o potencial das tecnologias educacionais no ensino de matemática, pode-se aprimorar as estratégias de ensino, promover uma aprendizagem mais efetiva e preparar os alunos para enfrentar os desafios da sociedade atual, onde o domínio de habilidades matemáticas é cada vez mais importante.

Os resultados e análises apresentados neste estudo apoiam as hipóteses levantadas e demonstram que o uso de tecnologia educacional, como jogos educativos, softwares de simulação e aplicativos móveis, desempenha um papel significativo no ensino e aprendizado dos conceitos matemáticos. Essas ferramentas promovem a motivação dos alunos, estimulam o engajamento no processo de aprendizagem e fortalecem suas habilidades matemáticas. Portanto, são recursos valiosos que podem ser incorporados de forma eficaz no ensino da matemática, contribuindo para uma educação mais dinâmica e efetiva.

REFERÊNCIAS

ALVES, Sérgio Rodrigues. **Tecnologia Educacional**. Clube de Autores, 2018.

ASCONCELOS, Gibran Medeiros Chaves et al. Mapeamento das Tecnologias Educacionais Digitais adotadas para o ensino-aprendizagem de Matemática em instituições de Ensino Médio no Brasil. **RENOTE**, v. 18, n. 1, 2020.

BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **Revista de Educação do Vale do Arinos-RELVA**, v. 3, n. 2, 2016.

CAMARGOS, Heverton Silva; DE SOUSA IGREJA, Crisllem Lorrany Viturina. O uso do simulador PhET para o ensino da matemática. **DESAFIOS-Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, v. 9, n. Especial, p. 4-11, 2022.

CERQUEIRA, José Manuel et al. Aplicações móveis para o ensino da Matemática com realidade aumentada. **AA Carvalho et al**, p. 177-187, 2020.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 2, n. 5, p. 29-55, 2019.

NETO, José Francisco Barbosa; DA FONSECA, Fernando de Souza. Jogos educativos em dispositivos móveis como auxílio ao ensino da matemática. **RENOTE**, v. 11, n. 1, 2013.

SENA, Denise Maciel; DE OLIVEIRA, Elaine Harada T.; DE CARVALHO, Leandro SG. Aplicativos móveis para o aprendizado de matemática. In: **Brazilian Symposium on Computers in Education (Simpósio Brasileiro de Informática na Educação-SBIE)**. 2014. p. 174.

SOARES, Cibeli Rayanna Pinheiro. O USO DE TECNOLOGIA NO ENSINO DE MATEMÁTICA: ALGUMAS REFLEXÕES. **Contribuições reflexivas (de) e para acadêmicos: em temática multidisciplinar**, p. 10, 2023.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM SEUS PROCESSOS CULTURAIS

THE CHALLENGES OF EDUCATION IN ITS CULTURAL PROCESSES

João Evangelista Neto ¹
Regilane Ribeiro Sansão ²

RESUMO

O presente artigo está relacionado a importância da cultura no processo de ensino-aprendizagem pois, sabemos que a cultura é um componente ativo na vida de qualquer ser humano, e que não existe indivíduo no mundo que não possua uma cultura, pois cada um de nós somos criadores e propagadores de diversas culturas. Ao longo da pesquisa focalizará a importância da cultura na escola, ressaltando as dificuldades enfrentadas pelos profissionais ao lidarem com as manifestações culturais no ato de aprender.

A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica, com abordagem descritiva não experimental, tecendo e fomentando questões inerentes a temática.

PALAVRAS-CHAVE: Escola. Cultura. Ensino. Aprendizagem. Indivíduo.

ABSTRACT

'This article is related to the importance of culture in the teaching-learning process because we know that culture is an active component in the life of any human being, and that there is no individual in the world who does not have a culture, because each one of us we are creators and propagators of different cultures. Throughout the research, it will focus on the importance of culture at school, highlighting the difficulties faced by professionals when dealing with cultural manifestations in the act of learning.

The methodology used was a bibliographical research, with a non-experimental descriptive approach, weaving and promoting questions inherent to the theme.

KEYWORDS: School. Culture. Teaching. Learning. Individual

¹ Graduado em Licenciatura plena em Física (UNIFEG/MG), Especialista em Metodologia do Ensino de Matemática e Física (UNINTER/PR), Mestre em Educação: Formação de professores (UneAtlantico/Santander, Cantabria, Espanha) e Doutorando em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-MAIL:** evangelistanetojoao@gmail.com. **CURRÍCUL LATTES:** lattes.cnpq.br/6554157807671129.

² Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Nacional de La Plata. Mestra em Economia pela Universidade Cândido Mendes. Graduada em Ciências Econômicas pela Faculdade Cinecista de Vila Velha e Licenciada em Matemática pela Unicesumar. **CURRÍCUL LATTES:** lattes.cnpq.br/5387684252971946.

INTRODUÇÃO

Nota-se que, cotidianamente que, uma grande interação entre a educação e as manifestações culturais. Os estabelecimentos de ensino incorporam ou mantem como tradição práticas culturais, e muitas vezes nem sempre com grandes finalidades pedagógicas nítidas.

Percebe-se que são comemoradas nos seus calendários grandes festas como: carnaval, Páscoa, festas juninas, dia das mães, dia dos pais, juntamente com outras comemorações cívicas e até mesmo celebrações religiosas, ainda mais agora depois de um mundo pós pandemia os bens culturais como aparelhos de calculadoras, rede de computadores e celulares são utilizados nos ambientes escolares como material pedagógico. Torna-se evidente a interferência que os conhecimentos adquiridos nos estabelecimentos trazem à cultura. Acabam sendo visíveis encontrarmos crianças e adolescentes condenando o uso do cigarro, o desperdício da água e trazendo para a família hábitos de higiene aprendidos nos educandários.

Segundo Dürkheim (1972), a educação e a cultura são processos complementares, mas apresentam-se como contrários e até mesmo como contraditórios. Nota-se que o uso, por exemplo, de balões, das queimadas, de alimentos gordurosos, das disputas com jogos de azar e que pode até envolver dinheiro são combatidos pela educação que, gradativamente, e com isso modificando os costumes.

Embora inúmeras e muito diversificadas, as concepções sobre educação a consideram como um processo de aperfeiçoamento do ser humano que implicam nas afirmações dessas possibilidades e nas exigências das suas realizações.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem descritiva não experimental, tecendo e fomentando questões inerentes a temática.

DESENVOLVIMENTO

Para Luckesi (1990, p. 30) a educação é um típico “que fazer” humano, ou seja, um tipo de atividade que se caracteriza fundamentalmente por uma preocupação, por uma finalidade a ser atingida. A educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesmo, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social. Assim sendo, ela necessita de pressupostos, de conceitos fundamentais que oriente seus caminhos. A sociedade dentro da qual ela está inserida deve possuir alguns valores norteadores de sua prática.

A educação pode ser entendida como um processo desenvolvido pela sensibilidade que leva ao reconhecimento, a apreensão e a hierarquização dos valores de modo próprio e adequado ao aprimoramento do sujeito enquanto “sujeito humano” com necessidades universais e enquanto personalidade individual com suas características peculiares e específicas.

A cultura pode ser entendida como o produto, o resultado, a modificação que ocorre na pessoa, ou no ambiente graças às ações imaginárias, da sua educação ou da sua instrução, podendo então compreendê-la sob o ponto de vista de cunho relativista que a entende como qualquer produção humana desvinculando-a do valor e aceitando também como suas manifestações. Portanto, a cultura seria então, o resultado da construção do sujeito que se tornará culto quando tiver enriquecido a sua personalidade pela assimilação dos saberes academicamente constituídos e aculturados, quando tiver apreendido, empiricamente.

Pode-se, ainda, considerar como cultura o resultado das modificações feitas pelo ser humano na natureza assim como as suas produções na área da ciência e da tecnologia e a interpretação da vida gerada pela sua reflexão filosófica. Seria considerada como cultura a produção decorrente do imaginário, como o folclore, da sensibilidade, como a arte, os movimentos

afetivos sociais e religiosos e da razão como a ciência e a tecnologia.

Para Laraia (2004, p. 25), cultura seria, num sentido etnográfico, um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.

Reconhecendo-se a educação como uma ação transformadora que visa o aprimoramento do indivíduo como pessoa humana nota-se uma exigência de reflexão por parte dos profissionais de educação para que sejam levados a escolher, a optar entre os hábitos, seus costumes, comportamentos sociais, que possam ajudar em seus objetivos, distinguindo-os dos que se constituem em empecilho para o seu agir educativo.

Nos últimos anos muito se discute a incorporação da cultura no processo de ensino-aprendizagem, alguns educadores e movimentos sociais, lutam para que suas culturas sejam legitimadas como essências e no processo de ensino. A cultura é o conteúdo substancial da educação, sua fonte e sua justificação última e sabemos que uma não pode ser pensada sem a outra, embasados na ideia de que a cultura é um elemento que alimenta todo o processo educacional e que tem assim um papel de suma importância na formação de cidadãos críticos e socializados.

A cultura é um fenômeno plural, multiforme que não é apenas estático, mas que está em constante transformação, envolvendo um processo de criar e recriar, ou seja, a cultura é por sua vez um componente ativo na vida das pessoas e manifesta-se nos atos mais corriqueiros da conduta do indivíduo e, não como sabemos não há indivíduo que não possua cultura.

Segundo Darcy Ribeiro (1972), a cultura é a herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo co-participado de modos padronizados de adaptação à natureza para o provimento da subsistência, de normas e instituições reguladoras das reações sociais e de corpos de saber, de

valores e de crenças com que explicam sua experiência, exprimem sua criatividade artística e se motivam para ação.

Quando se trata de cultura e educação, podemos afirmar que são estes fenômenos intrinsecamente ligados, a cultura e a educação, juntas tornam-se elementos socializadores, capazes de modificar a forma de pensar dos educandos e dos educadores.

Portanto, as relações entre escola e cultura não podem ser concebidas como entre dois polos independentes, mas sim como universos entrelaçados, como uma teia tecida no cotidiano e com fios e nós profundamente articulados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estabelecimentos de ensino deveriam seguir o papel de intermediador entre as diferentes culturas, permitindo o debate entre elas e por certo a valorização delas através dos eventos escolares ou outros meios pedagógicos.

Pretende-se com essa pesquisa contribuir de modo a refletir sobre a interferência da cultura nas práticas pedagógicas das escolas e se estas práticas produzem cultura. Compreendendo assim a educação como o desenvolvimento de potencialidades do indivíduo para aperfeiçoá-lo como pessoa e a cultura como produções humanas comprometidas com valores.

Segundo Hessen (1992), os ambientes escolares acabam sendo defendidos como entidades socializadoras que devem incorporar as diversas culturas, afim de que haja um ambiente sociável onde todos possam manifestar seus ideais sem medo de serem tachados como antiéticos e serem discriminados pela cultura que estes manifestam ou pertencem.

Podendo assim perceber, que os profissionais tenham uma estreita relação entre os dois temas escola e cultura, mas que nem sempre tinham uma clareza no entendimento dos termos. Por fim, foi possível

perceber, que a relação entre educação e cultura é pouco analisada pelos profissionais enquanto educadores.

Portanto, a cultura tem um importante papel no processo de aprendizagem, pois ela permite não só a socialização, mas também a discussão de diferentes saberes no ambiente escolar, pois através do conteúdo cultural podemos exemplificar vários temas, nas diferentes disciplinas do currículo escolar.

REFERÊNCIAS

Dürkheim, E. (1972). *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos.

Harkness, S., & Super, C. M. (1992). Parental Ethnotheories. In I. E. Sigel, A. V. McGillicuddy-De Lisi & J. J. Goodnow. *Parental Belief Systems: The Psychological Consequences for Children* (pp. 373-390). New Jersey: LEA.

Hessen, J. (1980). *Filosofia dos Valores*. Coimbra: Armenio Amado Editor Sucessor.

Laraia, R. de B. (2004). *Cultura um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar.

Luckesi, C. C. (1990). *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez Editorial.

UM NOVO OHAR NO JEITO DE ENSINAR E APRENDER: A INTERDISCIPLINARIDADE NO COMANDO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO POR NOVOS PARADIGMAS CURRICULARES ATENDENDO OS EDUCANDOS DO ENSINO MÉDIO NO MOMENTO DA COVID-19

A NEW OHAR IN THE WAY OF TEACHING AND LEARNING: INTERDISCIPLINARITY IN THE COMMAND OF KNOWLEDGE PRODUCTION BY NEW CURRICULUM PARADIGMS ATTENDING HIGH SCHOOL EDUCATES AT THE TIME OF COVID-19

Rivaldo Arruda da Silva ¹

RESUMO

Este trabalho evidencia as dificuldades do ensino aprendizagem em tempo de COVID-19 em todo mundo e nesse estudo, o Brasil. O presente texto traz em seu bojo o ensino aprendizagem, que nesse momento, diagnostica a presença dos prejuízos educacionais em todas as modalidades de ensino, principalmente no Ensino Médio. Assim o objeto do estudo volta-se para o ensinar e o aprender prejudicado em toda a sua extensão e as razões que dificultam o ensino que vai além das doenças, mas nas dificuldades do uso de tecnologias avançadas quer para famílias e quer para professores. E esse estudo para explicar e sugerir ações para minimizar a situação utilizou uma metodologia centrada na pesquisa bibliográfica e documental onde autores como Saviani (2015), Kruppa (2017) e Brasil (2017) mostraram que diante da necessidade de novas metodologias podem e devem utilizar tecnologias educacionais que buscam no imaginário do texto literário o reconhecimento das palavras como solidariedade e respeito. Assim os objetivos do estudo estão centralizados em identificar a fragilidade do ensino aprendizagem durante o ano de 2020 de modo especial no Ensino Médio, vivenciar a metodologia ativa em suas diferentes modalidades e entre elas a interdisciplinaridade, a formação de professores tendo como princípio básico a motivação para atingir resultados melhores e mais eficientes.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio. Novas tecnologias. Formação de professores.

ABSTRACT

This work highlights the difficulties of teaching learning in time of COVID-19 worldwide and in this study, Brazil. This text brings in its core teaching and learning, which at that moment diagnoses the presence of educational losses in all teaching modalities, especially in high school. Thus, the object of the study focuses on teaching and learning impaired in all its extension and the reasons that hinder teaching that goes beyond diseases, but in the difficulties of using advanced technologies both for families and teachers. And this study to explain and suggest actions to minimize the situation used a methodology centered on bibliographic and documentary research where authors such as Saviani (2015), Kruppa (2017) and Brasil (2017) showed that, given the need for new methodologies, they can and should use educational technologies that seek in the literary text imagery the recognition of words as solidarity and respect. Thus, the objectives of the study are centered on identifying the weakness of teaching learning during the year of 2020, especially in high school, experiencing the active methodology in its different modalities and among them the interdisciplinarity in the training of teachers having as a basic principle the motivation to achieve better and more efficient results.

KEYWORDS: High School. New technologies. Teacher training

¹Mestrando em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. Bacharel em Educação Física pelo Centro Universitário Internacional -UNINTER. **E-MAIL:** riva-surubim@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 chega com a promessa de grandes desafios para a educação brasileira. Seria o ano da implementação da BNCC-Base Nacional Curricular (2017) potencializando políticas educacionais e ações pedagógicas / administrativas nas redes de ensino com vistas a redução das desigualdades educacionais.

Mas, a Covid-19 atingiu o mundo e o ensino aprendizagem foi obrigado e ser revisto e adequado a situação, uma vez que, mesmo com as dificuldades apresentadas a escola continua com a função garantir ao estudante o acesso ao conjunto de conhecimentos produzidos socialmente e acumulados pela sociedade.

Nesse momento que enfrenta a educação é possível diagnosticar a presença dos prejuízos educacionais em todas as modalidades de ensino, principalmente no Ensino Médio.

Não se sabe direito sua extensão nem todas as razões que vai além das doenças, mas é possível que entre elas estejam a dificuldade do uso de tecnologias avançadas quer para famílias e quer para professores. Uma vez que diante da pandemia se fez necessário o uso de diferentes formas de ensinar e aprender. Sendo está a problemática do estudo: O que fazer diante dessa "crise" onde os estudantes não conseguem concluir satisfatoriamente sua jornada escolar garantidos pela Constituição (1988) e Lei de Diretrizes Nacional nº 9394/96?

A hipótese levantada é que se convencionou nomear o ano de 2020 como ano fracassado. E já está provada no simples fato de que um considerável número das crianças e jovens inseridos nesse contexto escolar, parece ter uma história de inadequação ou insucesso para contar. Ano fracassado pela deficiência das metodologias de ensino aplicadas por professores que desconheciam as TICs - Tecnologias da Informação e

Comunicação e grande número desses profissionais e das famílias não terem domínio do novo jeito de ensinar e aprender.

Ainda não é possível colher dados que ilustrem de forma verdadeira os impactos da pandemia na educação, mas pode-se analisar os diversos dados educacionais

Prova Brasil, Censo Escolar, Ideb e Enem reunidos na plataforma OEdu² para visualizar o cenário da educação básica brasileira e seus desafios.

Assim, diante da situação presente o objeto desse estudo volta-se para a juventude estudantil do Ensino Médio que precisam conhecimentos afins para enfrentamento do ENEM e Vestibulares encontrando-se diante da situação, desmotivados e indisciplinados.

É importante e preciso afirmar que a motivação é algo indispensável à aprendizagem "saber ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção" (FREIRE, 2000, p. 52).

É notório que muitas escolas não têm a infraestrutura adequada para o aprendizado, o que é considerado pelos especialistas um dos fatores que contribuem para o desestímulo dos alunos. Assim o presente estudo, para minimizar a situação terá por objetivo assegurar que o ensino aprendizagem seja aliado as linguagens compartilhadas, a pluralidade de saberes e troca de experiências podendo minimizar problema não apenas estrutural das escolas, e indisciplina e aumentar a motivação para novas ações e propostas pedagógicas.

Assim os objetivos do estudo estão centralizados em identificar a fragilidade do ensino aprendizagem durante o ano de 2020 de modo especial no Ensino Médio, vivenciar a metodologia ativa em suas diferentes modalidades e entre elas a interdisciplinaridade e para melhor conhecimento da mesma ter foco na formação de professores continuada

² É um portal aberto e gratuito, com informações sobre a qualidade do aprendizado em cada escola, município e estado do Brasil. É por meio do **QEdu**, que toda sociedade brasileira

tem a oportunidade de conhecer melhor a educação no país (BRASIL, 2019).

e em serviço tendo princípio básico a motivação para atingir resultados melhores e mais eficientes.

A prática educativa e os estudiosos da área mostram que a motivação faz parte do compromisso do professor em colaborar com as possíveis transformações da sociedade. Para isso, precisa-se refletir com que projeto de sociedade a escola está comprometida com aquilo que é para desenvolver os conteúdos da disciplina na sala de aula.

A necessidade da formação continuada tem alicerce nos saberes e atuações pedagógicas dos docentes atualmente. Portanto se faz necessário identificar através do olhar dos teóricos selecionados o discurso que os professores têm sobre os métodos de ensino, aprendizagem de leitura e as suas concepções teóricas e as atividades práticas executadas no ambiente de ensino.

O que o docente faz nesse momento de dificuldades para criar condições pedagógicas suficientes para desenvolver as competências na escalada dos educandos ensino médio para as Universidades?

Assim, objetivos gerais e específicos a serem alcançados estão centralizados no trabalho dos professores de Língua Portuguesa, nas mudanças das estratégias de ensino, na utilização das diferentes linguagens, na interdisciplinaridade, nas Tecnologias da Informação e Comunicação- TIC com a finalidade de motivar o educando a enfrentar o período final da sua formação e ingressar para uma profissão que o leve bem preparado para o mercado de trabalho.

Para o alcance dos objetivos é necessário um caminho metodológico e uma contribuição através de uma proposta de intervenção pedagógica para ser vivenciada nas salas de aula dos educandos do Ensino Médio voltadas para as metodologias ativas, do ensino híbrido e da utilização dos recursos tecnológicos para amenizar os prejuízos, frutos de uma pandemia inesperada.

A metodologia proposta para a realização desse trabalho científico tem suporte na pesquisa bibliográfica com diferentes autores nacionais e internacionais com o intuito de dedicar ao tema um olhar aprofundado e crítico confrontando com aspectos identificados como relevantes para essa discussão (BARDIN, 2016).

Utiliza também a pesquisa qualitativa por se ajustar melhor ao tema proposto permitindo a análise descritiva do real ao traçar o perfil de fatores que influenciam o processo de ensino aprendizagem que tem sucesso ou não (BARDIN, 2016). As pesquisas em educação, assim como as pesquisas nas áreas das ciências humanas e sociais, são essencialmente qualitativas.

No entanto, muito se tem avançado na concepção de que é preciso considerar que os fenômenos humanos e sociais nem sempre podem ser quantificáveis, pois, como afirma Minayo (2002, p.125), trata-se de um “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. A pesquisa qualitativa defende a ideia de que, na produção de conhecimentos sobre os fenômenos humanos e sociais, interessa mais compreender e interpretar seus conteúdos do que descrevê-los.

Isso significa que a pesquisa em educação, de caráter essencialmente qualitativo, sem perda do rigor metodológico, busca compreender e interpretar os diversos e variados elementos dos fenômenos estudados. Pelo exposto, pode-se considerar que, se a educação investiga os fenômenos educativos na educação escolar ou na educação fora da escola, esses fenômenos, na abordagem qualitativa, deverão ser compreendidos em sua complexidade histórica, política, social e cultural.

Considerando que o Ensino Médio durante os três anos de duração tem a colaborar com desenvolvimento pleno do aluno e com a sua realização pessoal, também é motivo, saber na evolução dessa modalidade de ensino, qual é o preparo do profissional da educação tanto inicial como continuada que venha atender a responsabilidade para com a formação cidadã.

O tempo passa e uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN 9394/96 vem com outro perfil e no decorrer de vinte anos apresenta novas leis, emendas constitucionais e mesmo decretos presidenciais moldando o perfil da educação nacional, inclusive com diversas alterações na própria LDBEN como por exemplo A BNCC-Base Nacional Curricular (2017).

No atual momento, mudanças ocorrem como, por exemplo, toda estrutura tanto física quanto pedagógica em virtude da Pandemia motivada pelo COVID-19 que trouxe para a salas de aula mudanças radicais como a sala tradicional volta-se para o ambiente familiar sem nenhuma estrutura, agora as escolas sejam particulares ou públicas tem um desafio: será recuperar aprendizagem que ficou comprometida em 2020. Mais de 1,5 bilhão de alunos e 60,3 milhões de professores de 165 países foram afetados pelo fechamento de escolas devido à pandemia do coronavírus. Nessa crise sem precedentes, de proporção global, educadores e famílias inteiras tiveram que lidar com a imprevisibilidade e, em benefício da vida, se faz necessário (re) aprender a ensinar de novas maneiras e principalmente devido ao fechamento das instituições de ensino que passaram a ter aulas remotas em uma escala jamais vista, da educação básica ao ensino superior.

Esse estudo mostra através de sua contribuição social que a parceria da família e escola é essencial dentro dessa concepção de educação; as competências e habilidades adquiridas ou desenvolvidas propiciam uma evolução notória no amadurecimento profissional do educando. Quando mostra também a real necessidade das autoridades competentes desenvolver novas alternativas de organização curricular, comprometidas,

com o novo significado do trabalho e como a pessoa humana reconhece esses conhecimentos como meios para aprimorar-se profissional e social no mundo atual que se vive (SAVIANI, 2015).

O estudo revela o perfil do professor dessa modalidade de ensino, sua formação inicial e continuada considerando a necessidade de estudos que trarão conhecimentos mais profundos sobre as mudanças ocorridas na educação através da reforma do Ensino Médio e da nova BNCC- Base Nacional Comum Curricular a ser vivenciada em todo território brasileiro.

Vale salientar nessa introdução as palavras de Kruppa (2017, p 13): “O direito à educação básica envolve a formação de professores com qualidade. É preciso professor de Física, de Língua Portuguesa, de Inglês, de Sociologia” ... é preciso abraçar a interdisciplinaridade.

A NOVA REALIDADE E SUGESTÕES PARA ENFRENTAMENTO DA DESMOTIVAÇÃO PARA O ENSINAR E O APRENDER ATRAVÉS DA INTERDISCIPLINARIDADE

Desde que a pandemia do Covid 19 se instalou no mundo alguns países adotaram o fechamento total de escolas, outros apenas em zonas consideradas de risco ou deixaram abertas aquelas com crianças pequenas cujos pais trabalham em setores críticos para a sociedade.

Aqui no Brasil, por enquanto a maior parte dos governos estaduais e municipais tem optado pelo fechamento total para reduzir as chances de que os estudantes se tornem vetores do vírus para suas famílias.

Vários organismos internacionais estão publicando estudos sobre as experiências internacionais de medidas para conter a pandemia e seu efeito na educação. Eles tentam responder a perguntas como: o fechamento das escolas é importante para conter a disseminação do vírus?

Quais os riscos desse fechamento? Como as escolas podem promover o aprendizado para todos, diante da diversidade de contextos socioeconômicos da população e de dificuldade de acesso de alguns para a educação a distância? Quais ações podem ser realizadas no curto prazo?

Em primeiro lugar há de se considerar que a escola e família deve estar sempre aliada para que haja um entendimento nessas novas metodologias ativas com apoio da tecnologia e os professores ter o cuidado com a sua formação continuada uma vez que é dela que sai todas as sugestões para o enfrentamento dessa situação.

Fundação Lemann, que já atua em prol da garantia da educação pública e de qualidade para todos e todas há quase vinte anos, sabe que este é um momento delicado para todos os que se preocupam com o futuro do Brasil e de sua gente. Para garantir esse futuro, a Covid-19 tem exigido a todos ações, ainda mais compromisso e velocidade de resposta.

E como diz Saviani (2015) todas as iniciativas nas quais se tem trabalhado diretamente profissionais da educação, famílias e outros ou com as quais se está envolvido seguem princípios que são muito importantes e que não podem ficar de fora da situação e entre eles conforme a Fundação Lemann pode-se dizer:

- Que Educação remota não é solução, mas é política de redução de danos e deve ser considerada.
- Tecnologia é meio e não fim - nada substitui o professor, a vivência social e o ambiente de desenvolvimento individual e coletivo proporcionado pela escola.
- Tecnologia é uma excelente maneira de viabilizar o acesso, escalar bons recursos e dinamizar as possibilidades de personalização do ensino, seja ele presencial e com o preparo e a orientação do professor, seja em contextos desafiadores e atípicos como o atual.

Nem um aluno para trás principalmente aqueles que estão concluindo a última etapa da educação básica. Cuidar da garantia e acesso a oportunidades de

aprendizagem agora é também seguir trabalhando pela redução das desigualdades entre alunos pobres e ricos, de escolas públicas e privadas.

O principal foco em garantir a saúde e a segurança de alunos, corpo docente e corpo administrativo das escolas é fundamental para garantir também o retorno presencial mais breve possível às escolas.

Uma coisa muito importante é citar que para essa situação de vulnerabilidade se faz necessário o apoio do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Secretários de Educação da União Nacional dos Dirigentes Nacionais para articular as escolas a outras organizações e empresas de telecomunicações para disponibilizar o acesso dos alunos a videoaulas gratuitas (BRASIL, 2019).

Se faz necessário que os conteúdos a serem apresentados com o objetivo de ampliara a carga horária até chegar as 800 horas deve ser organizado por disciplinas e séries letivas, e além das escolas serem transmitidos via canais de televisão educativos.

Além disso, ideia é que as aulas estejam, em breve, também disponíveis para acesso gratuito na internet, via computador de mesa ou smartphone, diversificando as oportunidades de acesso. É necessário ver o óbvio que não apenas os alunos estão sendo afetados neste momento. Toda a comunidade escolar - secretarias de educação, pais e responsáveis pelos alunos, gestores e professores, profissionais da zeladoria e merenda - está sendo severamente impactada e segue ainda buscando compreender como lidar com o momento.

Daí a contribuição desse estudo é conscientizar as pessoas envolvidas na educação que são grandes os desafios que se impõem neste momento e que todos devem assumir o compromisso de cuidar na redução das desigualdades de acesso às oportunidades educacionais entre alunos pobres e ricos, de escolas públicas e privadas. Todos merecem ter seu direito a aprendizagem garantido. Nada substitui uma boa aula presencial e a convivência social proporcionada pela

escola, nada substitui o trabalho do professor. São medidas de redução de danos, ao mesmo tempo em que buscar-se juntos a busca pela proteção às vidas, à saúde e o retorno de todos com segurança às escolas num tempo muito próximo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de covid-19 fez com que professores de todo o país trocassem os quadros e as carteiras escolares pelas telas e pelos aplicativos digitais. A adoção de medidas de distanciamento social e da interrupção das aulas por causa da emergência sanitária, os professores só tinham a opção de reinventar situações de ensino aprendizagem continuam se reinventando.

Nesse período, foram obrigados a refazer as aulas, passar novos exercícios, escrever apostilas, gravar em vídeo os conteúdos das disciplinas, criar canais próprios em redes sociais, mudar avaliações, fazer busca ativa de alunos e se aproximar das famílias dos estudantes.

Professores de todas as partes do país, tanto da rede pública quanto da privada, passaram a conhecer novas situações a adaptar-se as mudanças do período e falaram sobre as novas atribuições e papéis dos docentes, em diferentes modalidades da educação básica, vindas com a pandemia e o ensino remoto.

O suporte da mudança foi a internet, mas o episódio não se restringiu a uma revolução digital. Houve uma transformação comportamental dos professores para não perder a conexão com os alunos e manter a aprendizagem.

E conforme Neto (2020) “A covid-19 antecipou em uns dez ou quinze anos o que iria acontecer em sala de aula”, e muitas ações pedagógicas foram adicionadas e os professor tiveram que aprender algo que até então havia poucos vestígios dessas mudanças e alguns países desenvolvidos do mundo.

Agora os professores tem como aliados o quintal e a cozinha de casa como cenários das aulas, grava vídeos, vai e vem de tarefas de casa e passa a ser coordenador

pedagógico na orientação das famílias por um conhecimento mais adequado aos seus filhos e de muitas outras maneiras passar conteúdos de suas matérias.

O os educandos do Ensino Médio? quem ajuda em casa? Desafio e desafio. Concluindo, pode-se dizer que o estudo a ser realizado oportunizará condições de compreender a necessidade de criarem-se posturas críticas de aprendizado sobre tecnologia e de inventar àquelas que se quer porém atentos de que se vive um tempo em que as ações humanas estão em vias de inviabilizar a vida do planeta.

Diante desse contexto, fica clara a necessidade de a escola entender as novas competências demandadas pelos membros da sociedade em mudança, incorporando-as ao seu currículo escolar, propiciando, assim, que cada aluno tenha a melhor chance de concorrer com os demais nas bases da concepção de sociedade democrática e da participação cidadã.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Aula de Português, encontro & interação**, São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, Edições 2016.

BRASIL, **Documentos Oficiais – BNCC Base Nacional Comum Curricular**, Brasília, MEC, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: 2000.

KRUPPA M.L **Investigando a vida profissional dos professores: diários biográficos**. In: NÓVOA, Antonio. **Vidas de professores**. Porto: Porto, 2017.

NETO, D.R.S; **Os desafios da escola no século XXI, SP Editora Salinas, 2020**.

SAVIANE, D. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

BIBLIOTECA ESCOLAR: BERÇO DO EXERCÍCIO DO TRABALHO COM A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO-TIC EM TODOS OS TEMPOS**SCHOOL LIBRARY: THE CRADLE OF WORK EXERCISE WITH INFORMATION AND ICT COMMUNICATION TECHNOLOGY AT ALL TIMES**Rivaldo Arruda da Silva¹**RESUMO**

Atualmente vive-se a Era do Conhecimento devido o uso e a transferência de informação que oportuniza o homem a administrar, organizar e compartilhar conhecimento. E nessa perspectiva esse estudo teve como objeto o reconhecimento da biblioteca escolar como um meio para integrar o tradicional ao moderno, através da TICs, as informações relevantes e o seu uso eficaz. Para alcance dos objetivos entre eles mostrar que o uso estratégico da informação é a alavanca para estimular e gerar conhecimento necessário para a modernidade foi utilizada uma metodologia voltada para observação e pesquisa bibliográfica. Ficou claro que sem informação não há como gerar conhecimento. E finalmente a metodologia utilizada mostrou também que não se pode ignorar a importância do acesso a livros e à internet para informação e comunicação cabendo às bibliotecas a tarefa de promover o acesso e a inclusão a essas mídias por um trabalho conjunto de professores e bibliotecário que fará com que os serviços prestados sejam relevantes para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura. Biblioteca. Tecnologia da Informação e Comunicação- TIC.

ABSTRACT

Currently, the Age of Knowledge is being lived due to the use and transfer of information that gives man the opportunity to manage, organize and share knowledge. In this perspective, this study aimed at recognizing the school library as a means to integrate the traditional with the modern, through ICTs, the relevant information and its effective use. To achieve the goals among them, to show that the strategic use of information is the lever to stimulate and generate knowledge necessary for modernity, a methodology focused on observation and bibliographic research was used. It was clear that without information there is no way to generate knowledge. Finally, the methodology used also showed that the importance of accessing books and the internet for information and communication cannot be ignored, with libraries being responsible for promoting access and inclusion to these media by a joint work of teachers and librarian who will do services rendered relevant to everyone.

KEYWORDS: Reading. Library. Information and Communication Technology – ICT.

¹Mestrando em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. Bacharel em Educação Física pelo Centro Universitário Internacional -UNINTER. **E-MAIL:** riva-surubim@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A aprendizagem da leitura e escrita constitui-se uma das tarefas básicas propostas à educação. Aparentemente simples essa tarefa constitui, no entanto, um dos problemas educacionais da atualidade que mais chama atenção, por isso tem sido objeto de estudo e questionado por parte de pais, professores e especialistas em educação não só no que diz respeito ao domínio da escrita propriamente dita, mas às repercussões dessa aprendizagem nos vários aspectos da escolaridade.

Várias pesquisas afirmam que o fracasso na leitura constitui uma das principais causas de repetência ou atraso escolar. Em pesquisa realizada por Torres (2009) cerca da metade dos alunos repetem o quinto e o sexto ano onde a repetência é acentuada e está intimamente relacionada com problemas no ensino e na aprendizagem e da leitura e escrita. Quando se trata de alunos provenientes de família de baixa renda, essa porcentagem sobe para 60%. Com essa justificativa, é papel da escola, que tem a função de formar cidadãos conscientes, reverter essa realidade.

Para tanto precisa incentivar o aluno a assumir e valorizar a cultura da sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites. Assim, estará propiciando às crianças dos diferentes grupos sociais o acesso ao saber (leitura / informação / comunicação / conhecimento), historicamente construído pela humanidade.

Nessa direção, são significativas as palavras de Fonseca (2009) quando diz que as bibliotecas escolares são mantidas pela escola e tem por objetivo fornecer livros e materiais didáticos tanto aos estudantes como aos professores, oferecendo, portanto, a infraestrutura bibliográfica e audiovisual da pré-escola ao ensino médio. Será que essa situação realmente acontece?

Observa-se, porém que a escola não pode mais contentar-se em ser apenas transmissora de conhecimentos que provavelmente estarão defasados

antes mesmo que o aluno termine sua educação formal; ela tem de promover oportunidades de aprendizagem que deem ao estudante condições de aprender a aprender, permitindo-lhe educar-se durante a vida inteira.

Portanto, convém dizer que os objetivos desse estudo é mostrar que a biblioteca escolar deve ser usada como um apoio didático pedagógico associado a Tecnologia da Informação e Comunicação -TIC formando parcerias com a equipe docente a fim de acompanhar os conteúdos aplicados em sala de aula, objetivando fornecer um maior suporte informacional.

Na sociedade atual, a importância da biblioteca escolar no processo educacional é inquestionável, uma vez que a educação proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997) exige que ela crie oportunidades para as crianças e jovens também usarem as linguagens em suas diferentes modalidades, como um ambiente de aprendizado contínuo oferecendo oportunidades de aquisição de conhecimentos das formas mais tradicionais ou modernas de hoje através da biblioteca virtual.

Enfatiza-se então que a biblioteca escolar pode, sim, ser o local onde se forma o leitor crítico, aquele que seguirá vida afora, buscando ampliar suas experiências existenciais através do conhecimento.

METODOLOGIA

Diante das atividades e estratégias utilizadas pelos professores em suas disciplinas está de forma indispensável à leitura e muitas vezes os alunos não correspondem às expectativas dos professores mostrando ausência da habilidade e competência para uma a leitura eficaz. Desta forma, evidencia-se a necessidade de um olhar mais cuidadoso para o trabalho docente voltar-se para a biblioteca escolar como uma ferramenta que deve ser utilizada para melhoria da aquisição dos saberes porque estes são básicos em qualquer modalidade de ensino.

Assim a metodologia para realização do estudo centralizou-se na pesquisa bibliográfica, e na técnica da observação a fim de analisar as condições das bibliotecas existentes nas escolas públicas da cidade Surubim – PE. E para isso foram elencados objetivos como: introduzir o diálogo entre alunos e bibliotecários para o desenvolvimento pela leitura em diferentes níveis de escolaridade e inserir nas propostas de incentivo à leitura o uso de diferentes tecnologias e mídias educacionais com vistas a motivação e ao desenvolvimento da mesma no meio estudantil.

Segundo Bogdan, Biklen firma-se no campo de estudo, ressaltando que “a fonte direta dos dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal” (BOGDAN; BIKLEN, 2014, p. 47). O pesquisador que se embasa na abordagem qualitativa aceita a complexidade da realidade do estudo, documentando-a no seu dia-a-dia, não sendo sua intenção manipular o cenário, chegando a resultados pré-determinados, mas entendendo os fenômenos que ocorrem em seu estado natural.

Outra característica elencada por Bogdan, Biklen (2014, p. 48) é que a investigação qualitativa “é descritiva e os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens, não números”. Segundo estes autores, a pesquisa qualitativa é “[...] uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais, [...] “procurando compreender os comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação” (2014 p. 15). E para Flick (2004), as informações coletadas são o olhar dos participantes do estudo e o significado que eles atribuem às experiências e situações.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida conforme Lakatos (2015) com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. [...] para fundamentar a pesquisa que teve sua origem nos diálogos mantidos com os textos de Fonseca (2009), Torres (2009); Mello (2013) entre outros.

Assim as informações e dados necessários para a compreensão do problema levantado neste trabalho científico serão mostradas estratégias para melhoria não apenas na biblioteca bibliográfica, mas também da virtual.

REFERENCIAL TEÓRICO:

A BIBLIOTECA ESCOLAR E A VIRTUAL COMO OBJETO TÉCNICO CIENTÍFICO E INFORMACIONAL A SERVIÇO DAS TICS NO AMBIENTE ESCOLAR

Vive-se um período de mudanças em todas as esferas sociais do mundo. No Brasil é evidente, de modo particular, mudanças no aspecto educacional que muitas vezes tem alterado a sua dinâmica para dar conta de maneira articulada a todas essas transformações.

Na educação para a juventude, nos dias atuais, não é possível deixar de fora a globalização, a sociedade da informação, as exigências de aquisição de habilidades e competências porque são elementos básicos que precisam ser considerados durante as vivências curriculares pelos profissionais da educação. São essas pessoas responsáveis que tem retroalimentado o processo educativo em diferentes épocas e em diferentes culturas (VALENTE, 2009).

Nesse sentido, o uso didático de mídias na escola e de maneira especial nas bibliotecas escolares representa processo de modernização do sistema educacional que busca elevar o mesmo tipo de educação a um maior grau de eficácia e eficiência na formação do cidadão que tenha por finalidade a construção de uma “sociedade solidária que precisa ser permanentemente reconstruída” visando gerações cuja educação esteja voltada para dar valor a solidariedade.

Para que se dar conta de tudo isso acredita-se na aplicação de novas práticas vinculadas a um trabalho mais integrativo entre professor e bibliotecário, no investimento em recursos (acervo, base de dados, Internet, intranet) para a biblioteca, os quais servirão de suporte no desenvolvimento e geração de

informação e conhecimento, repercutindo numa melhoria do desempenho escolar do aluno.

Sabe-se que na escola existe de maneira ainda precária a utilização de recursos nesta linha, como por exemplo, os notebooks/tabletes que os alunos receberam do Governo e o uso dos mesmos pelos educandos está mais relacionado às redes sociais; aí os professores sem uma formação continuada que os orientem na organização de estratégias adequadas para este tipo de ensino, leva-os a situação de inquietação quanto a necessidade desse saber tecnológico para que se atenda com eficiência um ensino aprendizagem para modernidade (VALENTE, 2009).

Pode-se afirmar que diante da excepcional quantidade de informações que chega aos educandos, os professores sentem-se preocupados com os efeitos pedagógicos do excesso e da superficialidade da informação, pois é verdadeiro afirmar que o educando passa de um site para outro e entra nisso e naquilo sem momentos de reflexão e, portanto para construir conhecimento se faz necessário a intervenção do professor, tarefa que não está sendo nada fácil para os educadores porque a Internet, um poderoso banco de dados, virou uma febre que revolucionou a prática da pesquisa em geral; todo mundo quer fazer pesquisa, ninguém quer mais ir a uma biblioteca, aliás, nem sabem o que é uma biblioteca.

A Internet virou fonte de pesquisa para tudo, inclusive aposentou a vontade de ler. E nesse caminhar aumenta a responsabilidade do docente em sala de aula que passa a sentir cada vez mais a vontade de aprimorar os conhecimentos e portanto, sempre abertos a novas informações e novas tecnologias.

A escola prepara o educando para o convívio em sociedade. Para que esta possa relacionar-se satisfatoriamente com as questões do seu cotidiano, Antunes (2010), defende que a escola deve propor atividades que levem o aluno a desenvolver certas habilidades, dentre as quais a de ser capaz de debater, deduzir, analisar, interpretar, provar, concluir,

conceituar, demonstrar, refletir, criticar, sintetizar, reproduzir, solucionar problemas, pesquisar.

Ao serem estimulados a trabalhar tais habilidades, os educandos precisarão tomar distância do aprendizado centrado na oralidade do professor e do uso quase que exclusivo do livro didático adotado para as disciplinas, e aproximarem-se cada vez mais da biblioteca da escola. Isto promoverá uma mudança no ato de ensinar e de aprender, fazendo com que se estabeleça um trabalho mais cooperativo e participativo entre bibliotecário e professor, resultando numa maior aproximação do aluno com a biblioteca escolar e ao acesso às informações ali disponibilizadas.

Para concluir vale a interpretação feita do que diz Moran (2005) em seu texto Desafios da Internet para o Professor: que ensinar na e com a Internet atinge resultados significativos quando está integrada em um contexto estrutural de mudança do ensino-aprendizagem, onde professores e alunos vivenciam processos de comunicação abertos, de participação interpessoal e grupal efetivos. Caso contrário, a Internet será uma tecnologia a mais, que reforçará as formas tradicionais de ensino.

A Internet não modifica, sozinha, o processo de ensinar e aprender, mas depende dessa mudança da atitude básica pessoal diante da vida, do mundo, de si mesmo e do outro e das atitudes fundamentais das instituições escolares. A palavra chave é integrar: Integrar a Internet com as outras tecnologias na educação - vídeo, televisão, jornal, computador, celular. Integrar o mais avançado com as técnicas convencionais, integrar o humano e o tecnológico, dentro de uma visão pedagógica nova, criativa, aberta.

A TIC -TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM TODOS OS TEMPOS

Atualmente o uso e a transferência de informação vem sofrendo uma série de mudanças nas últimas décadas, devido à era do conhecimento. A gestão da informação vem reforçando esse período e dando o devido suporte para administrar, organizar e compartilhar a informação e o conhecimento. Considerando a afirmação de Davenport (2004, p. 14).

O uso estratégico da informação é a alavanca para estimular e gerar conhecimento dentro de uma organização. Sem informação não há possibilidade de se estabelecer alternativas na tomada de decisão, não há como gerar conhecimento. Se a informação é um bem tão precioso para qualquer tomada de decisão e para a sobrevivência de uma empresa, por que se investe tão pouco em educação básica?

Por que se fala tanto em gestão da informação e do conhecimento e pouco se investe em escolas e em bibliotecas? por que não investir mais nas mesmas? Campello (2003,p.11), enfatiza a importância de se estreitar este relacionamento: Trabalhando em conjunto, professores e bibliotecários planejarão situações de aprendizagem que desafiem e motivem os alunos, acompanhando seus progressos, orientando-os e guiando-os no desenvolvimento de competências informacionais cada vez mais sofisticadas.

Percebe-se que, dessa maneira, a biblioteca estará realmente assegurando sua finalidade, mostrando possibilidades valiosas no desenvolvimento de suas atividades, aproximando professor e bibliotecário na execução das mesmas, e estimulando no aluno a busca e leitura da informação.

É verdadeiro afirmar com base em Mello (2013) que se faz necessário reflexões e como consequência novas ações para as pessoas envolvidas com a tarefa educativa, na tentativa de buscar caminhos que ampliem a qualidade do ensino e da aprendizagem cuja finalidade é a formação de sociedades democráticas e participativas. Aqui as TIC abrem muitas possibilidades no âmbito da existência de uma tecno democracia que é definido como “uma nova formação política em que os

meios técnicos viabilizam o desenvolvimento de comunidades inteligentes capazes de se autogerir” (RAMOS, 2012, p. 55).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dias atuais em qualquer parte do mundo são conhecidos como a Era do Conhecimento devido o uso e a transferência de informação que oportuniza o homem a administrar, organizar e compartilhar conhecimento. E nessa perspectiva, a maior vantagem é daquelas pessoas que sabem reconhecer uma informação relevante, e a usem de maneira eficaz.

Esse trabalho mostrou, à luz de autores renomados, que o uso estratégico da informação é a alavanca para estimular e gerar conhecimento necessário para a modernidade que tem se mostrado a algumas décadas atrás. Sem informação não há possibilidade de se estabelecer alternativas na tomada de decisão, não há como gerar conhecimento.

A escola prepara o educando para o convívio em sociedade. Para que esta possa relacionar-se satisfatoriamente com as questões do seu cotidiano é necessário que os educandos e a comunidade escolar sejam estimulados a trabalhar tais habilidades, os educandos precisarão tomar distância do aprendizado centrado na oralidade do professor e do uso quase que exclusivo do livro didático adotado para as disciplinas, e aproximarem-se cada vez mais da biblioteca da escola. Isto promoverá uma mudança no ato de ensinar e de aprender, fazendo com que se estabeleça um trabalho mais cooperativo e participativo entre bibliotecário e professor, resultando numa maior aproximação do aluno com a biblioteca escolar e ao acesso às informações ali disponibilizadas.

Observa-se que a gestão da informação e do conhecimento está liderando a nova economia baseada na inteligência competitiva. Portanto é necessário que cada organização esteja pronta para poder competir e

enfrentar os desafios que estão cada vez mais presentes nos nossos dias. A biblioteca escolar também precisa estar atenta e preparada para tais situações. Para obter bons resultados e satisfação, é inevitável a estratégia da informação que será o alicerce para cada procedimento de suas funções e fins.

O acesso virtual a textos, bem como as novas práticas de leitura, produzem grande impacto na aprendizagem escolar e os livros ainda são os instrumentos mais usados nas escolas para a formação acadêmica, entretanto, o conceito de alfabetização hoje implica não só construir familiaridade com os textos impressos, mas também aprender a interagir com diferentes mídias, acessar informações que podem estar armazenadas em diversos suportes informacionais, discriminar fontes confiáveis.

Umberto Eco, em conferência apresentada na The Italian Academy for Advanced Studies in America, em novembro de 2006, defendeu a existência de dois tipos de livros: aqueles para serem lidos e aqueles para serem consultados por exemplo romances e enciclopédias respectivamente. E é pelas mãos de professores ou bibliotecários que os leitores-iniciantes podem realizar suas primeiras aproximações com os textos para qualquer tipo de leitura.

Como qualquer outro equipamento escolar, a biblioteca precisa estar enraizada no projeto pedagógico da escola, já que é peça relevante para a formação de usuários competentes da linguagem escrita, que se constitui como uma dimensão capacitadora das aprendizagens em todas as áreas. Mas, para que possa atuar como centro de informação, além do diálogo entre os profissionais que atuam na instituição, a biblioteca precisa estar equipada e organizada para funcionar bem. Essa demanda se traduz em um espaço agradável, além de um acervo com títulos impressos e digitais que atenda às demandas da pesquisa escolar e da leitura literária.

Não se pode ignorar que, se o acesso a livros e à internet amplia para uma parcela da população as

oportunidades para que se aproprie de informação, cria também, para outra maior ainda, mais um abismo – o da exclusão do impresso e do digital. Cabe às bibliotecas a tarefa de promover a inclusão a essas mídias, armazenando material relevante para os que as frequentam.

Nessas considerações finais é válido explicitar que o bom funcionamento da biblioteca escolar depende de ações estratégicas. É o trabalho conjunto de professores e bibliotecário que fará com que os serviços prestados por ela sejam relevantes para todos: funcionários, professores, alunos, pais, etc. Um trabalho dessa natureza torna a biblioteca necessária à comunidade escolar, que sente falta do que lá se experimenta, dos materiais disponíveis, das informações desejadas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, E. **Caminhos da escrita: espaço de aprendizagem**. 2a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

BRASIL Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: MEC/SEF**, 1997.

BOGDAN, R; BIKLEN, Si. **Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas**. In: *Investigação qualitativa em educação*. Petrópolis: Vozes. 2014.

CAMPELLO, T. **O Jogo Discursivo na aula de Leitura: língua Materna e Língua Estrangeira**, São Paulo: Pontes, 1995.

DAVEMPORT, C. M. A. **A biblioteca escolar como um apoio didático-pedagógico**. BIBLIOTECA PET, São Luis, 2004.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa científica**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, P. **Leitura e tecnologias-desafios e oportunidades** São Paulo: Abril Educação, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas. 2002.

MELLO, G. N. de **Uma escola para formar corações bem informados e cabeças bem-feitas. As diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio.** Revista Digital Polo (Internet) 2013.

_____. **O uso de vídeos como um recurso de apoio didático: exemplos da biologia, Tecnologia Educacional**, v. 26, n. 140, p. 30-36, Rio de Janeiro, 2014.

MORAN. E. **Perspectivas atuais da Educação.** Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 2005.

RAMOS M.A; **A Leitura em Ambientes Digitais: oportunidades e desafios** São Paulo: Abril Educação, 2012.

TORRES V. **Planejamento de uma aula com uso de computador como recurso multimeio, Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, Abril, 2009

VALENTE, J. **O uso inteligente do computador na educação**, Pátio, Porto Alegre, 2013.

_____. **As TICs na Educação: uma questão técnica ou pedagógica?** Pátio, Porto Alegre, 2014.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA TUBERCULOSE NA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL NO ANO DE 2022**EPIDEMIOLOGICAL PROFILE OF TUBERCULOSIS IN HOMELESS PEOPLE IN BRAZIL IN THE YEAR 2022**Isabel Cristina da Rocha Silva Rodrigues ¹**RESUMO**

A TB, ainda continua sendo um desafio para saúde pública no Brasil, fortemente observada na População em Situação de Rua devido as desigualdades sociais. O presente estudo trata-se de uma breve análise sobre o perfil epidemiológico dos casos de tuberculose no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinam Net correspondente a população em situação de rua no Brasil no ano de 2022. Foram avaliadas informações sobre gênero, infecção por HIV e situações de agravo como tabagismo, alcoolismo e Aids. Foram notificados 3.993 casos de tuberculose na População em Situação de Rua no Brasil em 2022. É preciso priorizar a saúde com investimentos e capacitação de profissionais de saúde capacitados para que os atendimentos e cuidados cheguem de forma igualitária a todos tendo em vista que a população em situação de rua possui necessidades singulares.

PALAVRA-CHAVE: Epidemiologia. Tuberculose. População de rua.

ABSTRACT

TB still remains a challenge to public health in Brazil, strongly observed in the homeless population due to social inequalities. This study is a brief analysis of the epidemiological profile of tuberculosis cases in the Information System of Notifiable Diseases - Sinam Net corresponding to the homeless population in Brazil in the year 2022. We evaluated information on gender, HIV infection and health conditions such as smoking, alcoholism and AIDS. 3,993 cases of tuberculosis were reported in the homeless population in Brazil in 2022. It is necessary to prioritize health with investments and training of trained health professionals so that care and assistance can reach everyone in an equal way, considering that the homeless population has unique needs.

KEYWORDS: Epidemiology. Tuberculosis. Street Population.

¹ Doutoranda em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. **E-MAIL:** irochasilvarodrigues@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI a tuberculose ainda continua sendo considerada um problema de saúde pública mundialmente, mesmo sendo considerada uma patologia tratável e que tem cura. Em 2022 foram registrados no Brasil 75.289 novos casos e 3.321 óbitos em consequência da tuberculose (BRASIL,2022).

Apesar dos esforços e programas governamentais voltados para o combate da tuberculose no Brasil as barreiras sociais existentes dificultam a transmissão de informações e as ações de saúde voltadas para o cuidado eficaz a esse grupo, alguns aspectos como, as desigualdades sociais e econômicas, a pobreza, a falta de políticas voltadas a educação sanitária, a falta de saneamento básico, a falta de alimentação adequada e o crescimento da população em vulnerabilidade elevam os indicadores da TB no Brasil (SANTOS et al, 2020).

As pessoas em situação de rua estão definidas como grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, que possuem os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular utilizando-se de logradouros públicos como espaço de moradia temporária (BRASIL, 2021).

Populações em situação de rua estão expostas ao risco de adoecer de tuberculose, devido a exclusão social, não sendo possível o acesso aos serviços de saúde regularmente, o que retarda o diagnóstico e o início do tratamento, à ampliação dos consultórios de rua com atendimento multiprofissional seria uma alternativa para o controle e acompanhamento dos casos de tuberculose e o rastreamento do HIV/AIDS nesses indivíduos (ORFÃO et al, 2021).

O estudo buscou realizar uma breve análise do perfil das pessoas vivendo em situação de rua sendo casos confirmados e notificados pelo Sinam no ano de 2022 no Brasil.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, quantitativo utilizando dados presentes no DATASUS extraídos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAM). Foram analisados e descritos os casos confirmados de tuberculose na população em situação de rua no Brasil no ano de 2022. Com base nos seguintes **Descritores da Saúde:** Pessoas em situação de rua. Tuberculose. Sistema de Informação – DATASUS. Tabagismo. HIV/Aids. Alcoolismo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2022 o número de pessoas em situação de rua superou 281 mil pessoas, dessas 3.993 pessoas em situação de rua foram diagnosticadas com tuberculose. Em 2022 foram diagnosticados e notificados 75.289 novos casos de tuberculose no Brasil, sendo 12,49 % dos casos positivos para HIV desses 10,07% são pessoas que vivem em situação de rua (BRASIL,2022; BRASIL, 2022.a).

Com relação ao perfil sociodemográfico, os dados mostram que TB acometeu no ano de 2022 mais indivíduos do sexo masculino que vive em situação de rua, foram registrados 3.283 casos (82,21%) comparado a 754 casos em indivíduos do sexo feminino (18,88%).

A população em situação de rua constitui um grupo extremamente vulnerável a infecções virais como o HIV, em 2022 foram notificados 965 casos positivos em indivíduos com TB representado cerca de 24,17% dessa população. Diante disso deve-se agilizar a realização de testes confirmatórios para tuberculose assim como o diagnóstico para HIV como forma de detecção precoce e iniciação imediata da conduta terapêutica.

Quando analisadas as condutas individuais presentes na PSR foi constatado que 51,01 % desses indivíduos possuem relação com tabagismo, sendo relevante destacar que o tabaco pode aumentar até nove

vezes os riscos de óbito por TB nas formas latente ou ativa, além do fumo cerca de 83,34% consomem álcool em excesso, números significativos uma vez que esses fatores dificultam a adesão e a conclusão do tratamento farmacológico. Na análise das doenças de agravo relacionadas a TB destaca-se a Aids, 22,34% da PSR possuem casos confirmados no Brasil no ano de 2022, acredita-se que a coinfeção TB/HIV possui relação com a elevada taxa de incidência comorbidades e mortalidades, portadores de HIV possuem 37 vezes mais chances de contágio pela TB pois são pacientes imunossuprimidos (SILVA et al,2019).

Mesmos com as dificuldades dos profissionais de saúde em atender, acompanhar e monitorar a PSR no ano de 2022 foram registrados 183 TDO realizados em pacientes com casos confirmados de Aids. Em muitos casos o medo da discriminação, a insegurança, a baixa escolaridade e a falta de conhecimento sobre seus direitos como cidadão fazem com que ocorra demora na busca por atendimento sendo tardio o diagnóstico (SILVA et al, 2019).

CONSIDERAÇÃO FINAL

O Estudo constatou que o perfil sociodemográfico da PSR no Brasil no ano de 2022 incluiu principalmente indivíduos do sexo masculino com faixa etária entre 30 e 40 anos, destaca-se que a vulnerabilidade desse grupo possui relação direta com condutas individuais como tabagismo e alcoolismo. A Aids também é considerada um fator preocupante para esse grupo devido à condição vulnerável existe o impacto da disseminação do HIV em indivíduos com TB e que deve ser tratada com seriedade. Segundo SINAM 181 casos de PSR foram encerrados devido ao abandono do tratamento. Mesmo com a estratégias dos consultórios de rua criado pelo governo Federal com atendimento multiprofissional e as ações de Vigilância Sanitária ainda assim existe a dificuldade em acompanhar e monitorar

os casos de tuberculose/HIV até o final do tratamento pois o programa apresenta déficit nas equipes de saúde.

A rua precisa ser vista como uma extensão das unidades de saúde independente das realidades sociais observadas nas regiões do Brasil. É preciso priorizar a saúde com investimentos e capacitação de profissionais de saúde capacitados, para que os atendimentos e cuidados cheguem de forma igualitária a todos tendo em vista que a população em situação de rua possui necessidades singulares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. Síntese da Política para população de rua. Disponível em: . Acesso em: 20 de fev.2023

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS – Tecnologia da Informação a Serviço do SUS. TUBERCULOSE – CASOS CONFIRMADOS NOTIFICADOS NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO – BRASIL, 2022. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinanet/cnv/tubercbr.def>. Acesso em: 22 de fev.2023

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECNÔMICA APLICADA – População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil, 2022a Disponível em: ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil. Acesso em: 18 de fev.2023

ORFÃO, N.H et al. População em Situação de rua: perfil dos casos de coinfeção tuberculose e HIV. **Revista de Enfermagem Contemporânea**, v.1, n.10, p. 94-102, 2021.

SANTOS, A.C.E et al, Análise e comparação dos desfechos do tratamento de tuberculose na população em situação de rua e na população geral do Brasil. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v.2, n.47, 2021.

SILVA, I.V et al. Tuberculose em Áreas de Fronteira: Óbitos e Doenças Associadas. **Revista Pleida América**, v.26, n.12, p.14-22, 2018.

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO ESCOLAR

THE IMPORTANCE OF DEMOCRATIC MANAGEMENT IN THE SCHOOL CONTEXT

José Armando Soares dos Santos ¹

RESUMO

INTRODUÇÃO: O presente trabalho tem como objetivo analisar a importância da gestão democrática no contexto escolar. Para isso, serão realizadas entrevistas com gestores, professores, alunos e outros profissionais da área da educação. O estudo procurará identificar como a gestão democrática contribui para melhorar a qualidade da educação, aumentar a participação dos alunos e facilitar a implementação de políticas educacionais. Além disso, buscará examinar como a gestão democrática pode ser aplicada ao nível de escola de forma eficaz. Os resultados desta pesquisa deverão contribuir para melhorar o desempenho da gestão educacional no contexto escolar. **OBJETIVO:** O objetivo geral dessa pesquisa é avaliar a importância da gestão democrática no contexto escolar, a fim de identificar os possíveis benefícios da adoção deste modelo de gestão no ambiente educacional. **METODOLOGIA:** Com base na revisão de literatura nacional e internacional, utilizando os bancos de dados medline e scielo, abordando os escritores relacionados ao tema sobre A Importância da Gestão Democrática no Contexto Escolar. Do qual através das informações obtidas, foi possível compreender as informações como orientações. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A pesquisa sobre A Importância da Gestão Democrática no Contexto Escolar é de extrema importância, pois pode contribuir para a melhoria das escolas e para a ampliação dos direitos dos alunos, professores e demais funcionários. Além disso, a pesquisa pode contribuir para a formação de gestores escolares mais qualificados e comprometidos com a melhoria da qualidade do ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Democrática; Contexto Escolar; Gestão Escolar.

ABSTRACT

INTRODUCTION: The present work aims to analyze the importance of democratic management in the school context. For this, interviews will be conducted with managers, teachers, students and other education professionals. The study will seek to identify how democratic management contributes to improving the quality of education, increasing student participation and facilitating the implementation of educational policies. In addition, it will seek to examine how democratic management can be applied to the school level effectively. The results of this research should contribute to improving the performance of educational management in the school context. **OBJECTIVE:** The general objective of this research is to evaluate the importance of democratic management in the school context, in order to identify the possible benefits of adopting this management model in the educational environment. **METHODOLOGY:** Based on the review of national and international literature, using Medline and Scielo databases, addressing the descriptors related to the theme on the importance of democratic management in the school context. From which through the information obtained, it was possible to understand the information as guidelines. **FINAL CONSIDERATIONS:** Research on the importance of democratic management in the school context is of utmost importance as it can contribute to the improvement of schools and the expansion of the rights of students, teachers and other employees. In addition, research can contribute to the formation of more qualified school managers and committed to improving the quality of education.

KEYWORDS: Democratic Management; School Context; School Management.

¹ Doutorando em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University; Mestre em Políticas e Administração de Educadores - UAB; Especialização em Gestão Escolar - UFMA; Especialização em História do Brasil - IESF; Graduação: Licenciatura em História – UEMA; Bacharel em Administração - ANHANGUERA e Professor do Ensino Fundamental na Rede de Ensino do Município de Aldeias Altas MA. **E-MAIL:** jarmandosantos@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A Gestão Escolar Democrática é de suma importância para o funcionamento adequado de uma escola. Esta é uma estratégia organizacional que permite aos envolvidos dentro do âmbito educacional, desde os professores, alunos e pais, participarem de forma ativa na tomada de decisões, bem como na definição de diretrizes e metas para a escola. O objetivo principal da gestão democrática é manter a autonomia da escola e assegurar que os interesses de todos os envolvidos sejam levados em consideração no processo de tomada de decisões.

A Gestão Escolar Democrática também permite que professores e alunos sejam responsáveis pelo desenvolvimento de suas próprias tarefas e atividades. Esta abordagem de gestão incentiva o trabalho em equipe, a cooperação e o respeito entre os membros da escola, bem como a tomada de decisões responsáveis. Além disso, a gestão escolar democrática ajuda a promover o diálogo entre os membros da escola, permitindo que eles discutam os problemas e desenvolvam soluções coletivas. Esta abordagem ajuda a incentivar a colaboração, abordando problemas de forma construtiva e tomar decisões que sejam benéficas para todos os envolvidos.

A interação dos pais com os professores, da família com a escola, deve proporcionar benefícios para os envolvidos neste processo. De acordo com Carvalho (2000, p. 145):

[...] o maior envolvimento dos pais está associado às melhores notas em matemática e linguagem, menor probabilidade de suspensão, expulsão ou evasão escolar, e maior participação dos estudantes em atividades extracurriculares.

Além de contribuir para a aprendizagem, percebe-se que o vínculo entre família e escola proporciona maior

conhecimento do mundo infantil. Ao discutir a participação dos pais, procuramos discutir o contexto cultural e social desses alunos. Focar a análise na relação entre família e escola permite abordar as interações, os confrontos e os silenciamentos, como enfatiza Carvalho (2000, p. 146)

A parceria família-escola apresenta-se assim oficialmente como uma solução para várias necessidades aparentemente compatíveis: os pais e o lar, especialmente para crianças socialmente desfavorecidas, peculiares e / ou bilíngues (imigrantes); reforço acadêmico em casa por meio de regras claras de dever de casa; participação dos pais nas decisões educacionais na escola.

Pretende-se indicar soluções e caminhos a seguir para estabelecer uma boa relação entre a família e a escola; bom no sentido de que as duas instituições se complementam, criando uma parceria com resultados muito positivos. Romper a barreira que existe entre a família e a escola também é essencial para o sucesso do processo ensino-aprendizagem e para o desenvolvimento da criança como cidadão.

Em suma, a gestão escolar democrática é essencial para o bom funcionamento de qualquer instituição de ensino. Esta abordagem incentiva à colaboração, o respeito e a responsabilidade entre os membros da escola, além de assegurar que todas as partes envolvidas sejam ouvidas no processo de tomada de decisão. Portanto, a Gestão Escolar Democrática é extremamente importante para o desenvolvimento de uma comunidade escolar saudável e produtiva. Ela proporciona um ambiente harmonioso, onde todos os membros da comunidade são ouvidos e valorizados, ajudando a promover o sucesso acadêmico e o bem-estar dos alunos.

REVISÃO BIBLIOGRAFICA:

A FAMÍLIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM JUNTO COM A GESTÃO ESCOLAR E PROFESSORES

Toda e qualquer instituição de ensino tem por objetivo a aprendizagem do aluno, pois é nele que as práticas escolares se realizam de forma positiva ou negativa. A família desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem de um indivíduo. Os pais são os principais responsáveis pelo desenvolvimento dos filhos, incentivando-os a aprender e a desenvolver habilidades. Os pais também devem fornecer oportunidades educacionais e experiências de aprendizagem para seus filhos. Além disso, eles devem estimular a motivação dos filhos para que eles estejam interessados no processo de aprendizagem. Por fim, os pais também podem fornecer feedback para que os filhos possam melhorar suas habilidades e conhecimentos.

Libâneo define educação como:

Conjunto de ações, processos de adquirir conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que são necessários para a vida. É um processo contínuo que fornece aos indivíduos as ferramentas necessárias para lidar com as mudanças e as exigências do mundo moderno. É um processo que ajuda as pessoas a se desenvolverem e a se tornarem capazes de contribuir para a sociedade, alcançar seus objetivos e ter um bom desempenho profissional. (LIBÂNEO, 2000, p.22)

Nesse sentido, o que muitas vezes acontece é a família atribuir responsabilidades que sobrecarregam a escola e os professores, uma das responsabilidades que as famílias muitas vezes atribuem à escola e aos professores é a de ensinar aos alunos os valores e a moral. É esperado que a escola e os professores transmitam aos alunos valores como honestidade, responsabilidade, respeito e tolerância. No entanto, a família também tem um papel importante a desempenhar nesse sentido, pois é responsável por

ensinar e modelar esses valores para os filhos. Além disso, também é importante que as famílias incentivem o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos, pois é papel da escola e dos professores educar os alunos, mas é papel da família incentivar a aprendizagem.

Para compreender o conceito de família Chinoy define como:

Um grupo de pessoas que compartilham uma herança cultural comum, vínculos de parentesco e responsabilidades uns para com os outros. A família Chinoy é uma família multigeracional que tem como raízes a cultura da China. A família Chinoy se baseia nos valores e crenças da China antiga, muitas vezes definidos pelo Confucionismo. Estes valores incluem a obediência às regras, o respeito aos mais velhos, a devoção aos ancestrais e o respeito às tradições. Os membros da família Chinoy procuram manter os laços familiares fortes e ajudam uns aos outros em tempos de necessidade. Eles também procuram preservar a herança cultural transmitindo aos jovens os valores e crenças do passado. O amor, o respeito e a unidade são os alicerces da família Chinoy. (CHINOY, 2008, p.545).

Para que haja uma articulação entre a família e escola, é preciso que haja uma comunicação entre ambas. A família precisa estar informada sobre as atividades e acompanhar o desenvolvimento escolar do aluno. Por outro lado, a escola deve manter a família atualizada sobre os recursos e atividades disponíveis para apoiar o desenvolvimento do aluno. É importante que a escola e a família estabeleçam um diálogo aberto e construtivo para discutir e compartilhar expectativas e responsabilidades, além de encontrar formas de trabalhar juntas para promover o melhor desempenho do aluno.

É fundamental refletir sobre as diferentes configurações e dinâmicas familiares, para desta forma compreender os discursos de participação dos pais na vida escolar dos filhos. É importante lembrar que a

família é um espaço de socialização, e que por isso seu papel na vida escolar dos filhos é fundamental. Ao compreender que cada família possui sua própria dinâmica, é possível traçar estratégias para que os pais possam se envolver com mais frequência na vida escolar dos filhos, incentivando-os ao crescimento e aprendizado. Além disso, é importante lembrar que a participação dos pais na vida escolar dos filhos não é apenas um direito, mas também uma obrigação. Assim, é necessário que os pais se empenhem no acompanhamento e no estímulo aos filhos para garantir a melhor qualidade de vida para eles.

O modelo de família patriarcal, também conhecido como família tradicional, é um modelo de família em que o pai é o líder e provedor da família. Ele é considerado como a figura de autoridade e tomadas decisões finais. O homem normalmente é responsável pelo trabalho remunerado e a mulher pelos afazeres domésticos e o cuidado dos filhos. Os filhos são criados para obedecer aos pais e a autoridade é um princípio importante. Esse modelo de família foi muito comum durante as eras passadas, quando as mulheres eram consideradas como cidadãs de segunda classe. No entanto, esse modelo vem sendo gradualmente substituído por modelos mais modernos e igualitários, onde homens e mulheres têm igualdade de direitos e responsabilidades na família. (OSÓRIO, 1996).

Por meio desta, a criança aprende a ler, escrever, contar, e expressar suas ideias. Ela também aprende sobre a história, a ciência, a geografia, a música, o desenho, as artes, o esporte e outros assuntos. Como a educação afeta a vida da criança, é importante que toda a educação seja oferecida de forma saudável e positiva.

Segundo Chinoy:

A família tem como função social proporcionar segurança, afeto, estrutura e orientação para seus membros, garantindo um ambiente de desenvolvimento social e emocional saudável. A família é o núcleo primordial e fundamental da sociedade, pois é onde o indivíduo aprende a se

relacionar com o mundo exterior, a desenvolver sua personalidade, a adquirir conhecimento e a desenvolver seu potencial. (CHINYOY, 2008, p.223)

Dessa forma, não se pode atribuir somente para a escola a responsabilidade pela formação da personalidade da criança, pois a família, os amigos, a cultura e até mesmo a mídia influenciam diretamente no desenvolvimento do indivíduo. A escola, por sua vez, deve atuar como um espaço de ensino, aprendizagem e desenvolvimento, fornecendo à criança as ferramentas necessárias para a formação de sua personalidade. É responsabilidade da escola, oferecer um ambiente seguro, acolhedor e estimulante, entre outras atividades, para que a criança possa crescer e desenvolver-se de forma saudável e equilibrada. Além disso, a escola deve contribuir para a construção de valores e princípios positivos para a formação dos alunos, valores como o respeito, a solidariedade, a tolerância, a responsabilidade, entre outros, que são essenciais para a formação de uma boa personalidade.

Osório define os papéis de ambas na educação dos educandos/filhos como:

Os pais devem fornecer um ambiente estruturado para o aprendizado e desenvolvimento dos filhos, fornecendo amor, carinho e suporte. Isso inclui oferecer um ambiente seguro e estimulante, além de ensinar e modelar comportamentos sociais e responsáveis. Os professores, por outro lado, servem como guias e mentores para os alunos, fornecendo-lhes conhecimento e técnicas para avançar em sua aprendizagem. Eles também são responsáveis pela avaliação do progresso dos alunos e ajudam a desenvolver um senso de responsabilidade e ética nos alunos. (OSÓRIO, 1996, p.82)

A família é essencial para a saúde emocional e o desenvolvimento da criança. É responsável por ensinar valores fundamentais, transmitir afeto e segurança,

proporcionar um ambiente de apoio e amor e fornecer orientação para a vida. Quando a família é substituída por outra instituição, como asilos, orfanatos ou creches, a criança pode não receber a mesma quantidade de amor e apoio que receberia de seus pais ou familiares. Isso pode levar à insegurança emocional e à falta de desenvolvimento de habilidades sociais e de relacionamento. Além disso, a criança pode não ter os mesmos recursos que teria se fosse criada na família, como acesso à educação, saúde mental e apoio financeiro.

Nesse sentido Freddo diz que:

A família é um dos principais fatores para o desenvolvimento emocional da criança. O vínculo afetivo que se estabelece entre os membros da família é fundamental para a formação da estrutura emocional da criança. O afeto, a segurança e a estabilidade que ela recebe são essenciais para o seu desenvolvimento emocional. A educação também é um aspecto importante para o desenvolvimento emocional da criança. É preciso que os pais, professores e outros adultos responsáveis forneçam a ela uma educação adequada, que estimule o seu crescimento saudável. A educação deve ser orientada para a construção de relações saudáveis, o desenvolvimento da comunicação, a construção de valores e o respeito aos limites. O apego é o terceiro pilar fundamental para o desenvolvimento emocional da criança. O vínculo afetivo que se estabelece entre ela e o adulto responsável são essenciais para o seu desenvolvimento emocional. Quando essa relação é saudável, a criança se sente segura e desenvolve sentimentos de confiança, amor e valorização. (FREDDO, 2004, p.56)

Toda criança precisa de um suporte de uma base para formar seus conceitos e a família é a principal responsável por proporcionar essa base necessária. Deve fornecer amor, carinho, compreensão e atenção. Além disso, deve proporcionar um ambiente de segurança para que a criança possa desenvolver sua personalidade,

autoestima e conhecimento. É importante que os pais estimulem a comunicação entre a criança e os adultos, que incentivem a curiosidade, a exploração e a descoberta de suas próprias habilidades. É importante também que os pais incentivem o desenvolvimento de relacionamentos saudáveis com outras crianças e adultos para que a criança possa aprender a lidar com outras pessoas e com as situações do seu meio. Por fim, é importante que os pais ensinem limites, regras e princípios éticos para que a criança possa crescer e se tornar uma pessoa madura e responsável. (HUMPHREYS apud FREDDO, 2004, p.57).

A importância agregada pelos pais à educação dos filhos é inestimável. A presença dos pais nos momentos importantes da vida do filho, como a escola, os esportes e as atividades sociais, demonstra o interesse dos pais em seu desenvolvimento. Ajudar os filhos com os estudos, incentivar a leitura, promover a discussão sobre assuntos relevantes, ouvir e orientar os filhos são algumas das formas de contribuir para a formação dos mesmos.

Também é importante que os pais estimulem a participação dos filhos em atividades extracurriculares e culturais, que os ajudem a adquirir habilidades sociais, a desenvolver a autoestima e a aprender a tomar decisões autônomas. Além disso, incentivar a prática de exercícios físicos e o hábito de comer de forma saudável é importante para o desenvolvimento dos filhos. A presença dos pais nos momentos importantes da vida dos filhos é essencial para o seu desenvolvimento emocional, intelectual e social. Os pais são o exemplo e o modelo de comportamento a ser seguido pelos filhos, e sua contribuição é imprescindível para o sucesso acadêmico e pessoal dos filhos.

A escola deve criar iniciativas para envolver as famílias e a comunidade na aprendizagem dos alunos. Estas iniciativas podem consistir em programas de voluntariado, eventos de aprendizagem abertos à família, reuniões de pais e mestres, programas de informação sobre o currículo da escola, oportunidades

para os pais participarem em atividades em sala de aula, entre outras. Outra forma de envolver as famílias é através de parcerias com empresas locais, para oferecer cursos de formação para os pais, como por exemplo, cursos de informática, programação de computadores, línguas estrangeiras, entre outros. Estes cursos permitem que as famílias adquiram mais conhecimentos e competências que possam ser transmitidos aos filhos.

A escola também deve trabalhar de forma a construir uma relação de confiança e cooperação com as famílias, desenvolvendo um diálogo aberto e transparente entre professores, pais e alunos. Desta forma, será possível melhorar a qualidade da educação dos alunos, pois as famílias terão maior envolvimento e responsabilidade na aprendizagem dos filhos.

Segundo Freddo:

A escola precisa tornar-se sensível as histórias familiares de seus alunos. Uma das formas de fazer isso é dando espaço para que os alunos compartilhem suas experiências, oferecendo atividades que explorem a diversidade cultural e dialoguem sobre diferentes realidades. A escola também deve promover eventos culturais, como apresentações de música, arte ou literatura, para que os alunos possam compartilhar suas histórias. Promover o diálogo entre os alunos e a equipe educacional sobre questões culturais e sociais também é importante para que os alunos se sintam incluídos e respeitados. Além disso, a escola deve oferecer recursos para que os alunos possam aprender sobre outras culturas e realidades, estimulando o respeito e a inclusão. (FREDDO, 2004, p.171).

Sem dúvida, as ações educativas sejam na família ou na escola, não acontecem isoladamente. É importante que haja colaboração entre os envolvidos para que os resultados sejam alcançados. Isso inclui professores, pais, diretores de escolas e outras instituições que trabalham em conjunto para o desenvolvimento educacional de um indivíduo. É necessário que estes

envolvidos compreendam que a educação é um processo contínuo e compartilhado, e que todos devem trabalhar juntos para promover o desenvolvimento de crianças e jovens. Algumas formas pelas quais essa colaboração pode ser realizada incluem a troca de informações entre professores e pais, a discussão de metas educacionais e a criação de um plano de estudos conjunto. Estas iniciativas são importantes para que os indivíduos recebam o tipo de educação de que necessitam para alcançar seus objetivos.

Assim, Oliveira nos coloca que:

O professor tem um papel de conhecedor da criança, de consultor, apoiador dos pais, de orientador dos alunos, de mediador entre conhecimento e desenvolvimento, de educador e de responsável pela transmissão de conteúdo. Ele deve ajudar a criança a desenvolver as suas habilidades cognitivas, sociais e emocionais, e a tornar-se um cidadão responsável. Além disso, o professor precisa estimular a criança no processo de aprendizagem, proporcionando-lhe oportunidades de descobrir novos conhecimentos e desenvolver sua curiosidade e autonomia. É importante também que o professor mantenha um relacionamento positivo com os alunos, seja compreensivo e criativo. (OLIVEIRA, 2002, p.181).

No mesmo sentido, muitos pais se sentem impotentes em relação aos problemas dos filhos na escola, por isso é fundamental que haja uma conversa franca dos professores com os mesmos para que ambos se entendam e busquem solucionar os problemas de forma conjunta. É importante que os pais saibam que não estão sozinhos e que precisam ter um diálogo aberto para que possam ajudar os filhos a superar os desafios e alcançar o sucesso escolar.

Conforme Fernández:

A aprendizagem é um processo cuja matriz é vincular lúdica e sua raiz corporal. Esse processo tem como objetivo desenvolver habilidades e competências e promover o

aprimoramento pessoal, bem como o desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Ela acontece através do contato com diferentes experiências, tanto positivas quanto negativas, e é influenciada pelos indivíduos que estão envolvidos no processo. A aprendizagem é o meio pelo qual o indivíduo adquire conhecimento, novas habilidades, desenvolve competências e adquire novos valores. É também uma forma de desenvolver relacionamentos e construir significados. (FERNÁNDEZ, 2004, p.48).

Muitos teóricos consideram que a aprendizagem da criança está inteiramente ligada ao lúdico. Esta abordagem está baseada na ideia de que o jogo é o principal meio pelo qual as crianças adquirem conhecimento, habilidades e competências. Por meio do jogo, as crianças podem explorar, experimentar, descobrir, imaginar e criar. O jogo também ajuda a desenvolver habilidades sociais, emocionais e cognitivas, além de incentivar o desenvolvimento da linguagem.

O jogo também é usado para estimular o desenvolvimento físico, por meio da exploração de novos espaços e de desafios motoristas. É importante que as crianças sejam estimuladas a praticar atividades físicas, pois elas contribuem para o desenvolvimento da saúde, do condicionamento físico e da coordenação motora. Além disso, o jogo é um meio de ensino e aprendizagem que também permite às crianças desenvolverem sua curiosidade, sua criatividade e sua imaginação. Por meio do jogo, as crianças se sentem estimuladas a descobrir e a explorar o mundo a sua volta. Por meio do jogo, as crianças também desenvolvem habilidades de comunicação e de trabalho em equipe. (FERNÁNDEZ, 2004).

Portanto, é seguro dizer que o jogo tem um papel fundamental no desenvolvimento infantil. O jogo ajuda na aquisição de conhecimento, habilidades e competências, além de contribuir para o desenvolvimento físico, social, emocional e cognitivo das crianças.

Na aprendizagem escolar, o lúdico proporciona um meio real de aprendizagem, auxilia também professores e alunos a entenderem melhor os conteúdos. Por meio do lúdico é possível envolver os alunos de forma divertida e criativa, despertando o interesse deles no assunto em questão. O lúdico também incentiva a participação ativa dos alunos, estimula a criatividade e é uma ótima forma de fixar melhor os conteúdos.

Atividades lúdicas são muito importantes para auxiliar na compreensão dos conteúdos, desenvolvendo a capacidade de pensar de forma crítica e criativa. Elas ajudam a assimilar o que foi aprendido, tornam as aulas mais divertidas e estimulam o trabalho em grupo. Atividades lúdicas também podem ajudar a desenvolver habilidades motoras e cognitivas

Considerando como principal instituição social para a criança, a família é necessária que ela seja protetora, presente e responsável. É importante que os pais tenham um relacionamento saudável com o filho, dando-lhe amor, carinho e estabelecendo limites. É essencial que os pais aproveitem o tempo com seu filho, participando de atividades recreativas e ensinando-lhe sobre regras, valores e responsabilidades. A família deve também fornecer a criança com as necessidades básicas, como alimentação, saúde e educação. Estas necessidades devem ser atendidas com a devida prioridade, pois elas são fundamentais para o crescimento e desenvolvimento saudável da criança.

Os pais continuam tendo fundamental importância nessa fase, dialogar com a criança sobre regras que são importantes para a vida em sociedade é fundamental para que ela consiga desenvolver-se adequadamente. Além de conversar sobre regras, os pais devem incentivar a criança a desenvolver suas habilidades, sejam elas intelectuais, motoras ou sociais. É importante que os pais estimulem a curiosidade e as capacidades da criança, estimulando-a a praticar atividades que possam ampliar seus conhecimentos e aperfeiçoar suas habilidades.

Outra forma de ajudar a criança a se desenvolver adequadamente é incentivando e praticando o diálogo entre pais e filhos, estimulando a criança a expressar suas opiniões e dúvidas. Desse modo, ela poderá desenvolver sua autonomia e sua capacidade de se relacionar com outras pessoas.

Como as demais instituições sociais, a família e a escola passam por mudanças que redefinem sua estrutura, seu significado e o seu papel social. No caso da família, as mudanças atuais são resultado de um processo de longo prazo de transformação da família nuclear tradicional baseada no casamento, para um modelo de família mais flexível e diversificado, muitas vezes baseado na convivência entre adultos fora do casamento, que inclui famílias monoparentais, homoparentais, etc. Essas mudanças também têm impacto na forma como a família desempenha o seu papel social, que é o de prover cuidado e suporte para os seus membros.

Já na escola, as mudanças refletem nos contextos sociais e políticos no qual ela está inserida. Nesse sentido, as escolas têm se adaptado para atender às necessidades das crianças e dos jovens com maior diversidade cultural, social, econômica e educacional. Além disso, o papel da escola também tem se ampliado para além da educação formal, abarcando também a promoção de saúde, bem-estar e desenvolvimento social.

METODOLOGIA

Serão realizadas um método, com base na revisão de literatura nacional e internacional, utilizando os bancos de dados MEDLINE e SCIELO, abordando os descritores relacionados ao tema sobre A Importância da Gestão Democrática no Contexto Escolar. Do qual através das informações obtidas, foi possível compreender as informações como orientações.

A pesquisa bibliográfica é o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre um tema específico,

realizado por meio de consulta de livros, artigos científicos, relatórios técnicos, documentos, entre outras fontes de informação. Por meio desta técnica, é possível ter um conhecimento mais profundo sobre a área de estudo e conhecer a opinião de especialistas sobre determinado assunto. Para Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica é importante para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, pois permite que o pesquisador tenha acesso a informações atualizadas e confiáveis sobre o tema em questão. Além disso, a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador identificar lacunas na área de estudo e criar hipóteses ou questionamentos que possam ser abordados em outras pesquisas.

Segundo (KOCHE, 2003, p.121) toda pesquisa de certa magnitude tem que passar por uma fase preparatória de planejamento, que visa definir o contexto da pesquisa, estabelecer as diretrizes, definir as abordagens e os instrumentos a serem utilizados, além de orientar o desenvolvimento dos trabalhos. Esta etapa é extremamente importante para o sucesso da pesquisa e é necessária para garantir a coleta, tratamento e análise de dados confiáveis e relevantes.

Segundo Reis (2010) O método de pesquisa é fundamental para obter informações confiáveis e de qualidade para auxiliar na tomada de decisões. O método de pesquisa geralmente consiste em cinco etapas principais: planejamento, coleta de dados, análise de dados, interpretação de resultados e redação de relatórios.

Segundo Fonseca (2002) a pesquisa é realizada por meio de uma busca de estudos científicos, artigos, pesquisas empíricas, dados, entre outras fontes, para identificar e analisar informações relevantes para o tema em questão. O objetivo é compreender a fundo o assunto e responder às perguntas levantadas a partir da pesquisa.

Para Lakatos e Marconi (2007), um processo psicológico pesquisa sobre a indução psicológica é um campo de estudo que busca compreender como as

pessoas podem ser influenciadas a pensar, sentir ou agir de maneira diferente. Isso pode incluir a influência de outras pessoas, a mídia ou outras fontes de informação. A indução psicológica pode ser usada para ajudar as pessoas a tomar decisões, mudar seus comportamentos ou adotar novos hábitos.

Segundo Gerhardt e Silveira (2009), A pesquisa bibliográfica pode ser usada para criar um conhecimento mais profundo sobre o assunto de estudo e construir uma estrutura de argumentação que pode ser usada para defender ou refutar uma ideia, uma teoria ou um conceito, a pesquisa bibliográfica enfoca aspectos da compreensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a Importância da Gestão Democrática no Contexto Escolar tem como objetivo investigar as práticas de gestão democrática adotadas pelas escolas e os efeitos delas sobre a gestão escolar. Esta pesquisa é importante, pois a gestão democrática tem se mostrado uma importante ferramenta para a melhoria da qualidade do ensino. Com a sua adoção, o papel do gestor escolar passa a ser mais ativo, tendo em vista o diálogo e a participação dos diversos agentes envolvidos na escola.

A partir do levantamento de dados e da análise das práticas de gestão democrática, essa pesquisa pretende contribuir para uma reflexão acerca do papel do gestor escolar na atualidade. Busca-se assim compreender como a gestão democrática pode contribuir para que o gestor escolar possa se tornar um agente ativo na melhoria da qualidade do ensino, atuando em conjunto com os demais agentes da escola.

A pesquisa sobre a Importância da Gestão Democrática no Contexto Escolar é de extrema importância, pois pode contribuir para a melhoria na gestão das escolas e para a ampliação dos direitos dos alunos, professores e demais funcionários. Além disso, a pesquisa pode contribuir para a formação de gestores

escolares mais qualificados e comprometidos com a melhoria da qualidade do ensino.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 110, p. 143-155, jul. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n110/n110a06.pdf>>. Acesso em: 08 janeiro. 2023.

CHINOY, Ely. Sociedade: uma introdução à sociologia. 20. ed São Paulo: Pensamento-cultrix, 2008.

FERNANDÉZ, Alicia. Inteligência aprisionada. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

FREDDO, Tânia Maria. O ingresso do filho na escola: o polimento dos espelhos dos pais. Passo Fundo: UPF, 2004.

FONSECA, J. J. S. da. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, D. G. B. B. OLIVEIRA, M. A importância da creche para a sociedade. Batatais, 2005. 53f. Monografia – Centro Universitário Claretiano, Batatais, 2005.

REIS, F. L. dos. Como elaborar uma dissertação de mestrado. Lisboa: Pactor, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, Para quê?. 3ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KOCHE, José Carlos. Fundamentos de Metodologia Científica. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 121.

KRAMER, S. LEITE, M. I. NUMES, M. F. GUIMARÃES, D. Infância e educação infantil. 6ª ed. Campinas: Papirus, 1999.

KUHLMAN, JR. M. Histórias da educação infantil brasileira: Fundação Carlos Chagas, São Paulo Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14. Acesso em: 08 janeiro. 2023. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02.pdf>>.

AUTISMO E A INCLUSÃO ESCOLAR

AUTISM AND SCHOOL INCLUSION

Maria Ieda Guimarães ¹

RESUMO

Déficits persistentes na comunicação e na interação social em múltiplos contextos, é a definição trazida pelo DSM –V para o transtorno do espectro autista - TEA. A dificuldade de comunicação do autista interfere em sua inclusão numa instituição regular de ensino. Dois seguimentos da sociedade são importantes nesse processo: a família e a escola. Estima-se que existam 70 milhões de pessoas no mundo com autismo, 2 milhões delas encontram-se no Brasil (Revista Científica Multidisciplinar – Núcleo do Conhecimento, 2020). Em todos os ambientes deve-se trabalhar a inclusão e a escola é um desses ambientes. A Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. A criança não nasce preconceituosa, ela aprende a ser. A discriminação não tem seu nascedouro na escola, no entanto, é perpassada por ela. O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a inclusão do ensino das crianças com autismo, apresentando os principais marcos referenciais que possibilitam a inserção na escola. Trata-se de uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, descritiva, de natureza qualitativa e bibliográfica, já que a análise se realizou em diversas fontes de pesquisas como conteúdo de livros, artigos científicos, sites, dissertações, teses e bibliografias virtuais.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Autismo. Dificuldades. Educação. Deficiência.

ABSTRACT

Persistent deficits in communication and social interaction in multiple contexts, is the definition brought by the DSM-V for autism spectrum disorder - ASD. The autistic communication difficulty interferes with their inclusion in a regular educational institution. Two segments of society are important in this process: the family and the school. It is estimated that there are 70 million people in the world with autism, 2 million of them are in Brazil (Revista Scientific Multidisciplinary – Knowledge Center, 2020). In all environments, inclusion must be worked on, and the school is one of these environments. Special Education embodies the well-proven principles of strong pedagogy that all children can benefit from. Children are not born prejudiced; they learn to be. Discrimination does not originate in school, however, it is permeated by it. This work aims to reflect on the inclusion of teaching children with autism, presenting the main benchmarks that enable their insertion in school. This is a traditional, non-systematic, descriptive, qualitative and bibliographical literature review, as the analysis was carried out on several research sources such as book content, scientific articles, websites, dissertations, theses and virtual bibliographies.

KEYWORDS: Inclusion. Autism. Difficulty. Education. Deficiency.

¹ Mestranda em Psicologia pela ACU - Absoulut Christian University. Especialização em Educação Especial E Inclusiva pela Faculdade Serra Geral, FACIMIG. Graduação em Graduação em Psicologia pelo Centro Universitário CESMAC, FEJAL. E-MAIL: mariaiedag847@gmail.com. CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/1522141311944851

INTRODUÇÃO

O Brasil tem um percentual significativo de pessoas com deficiência e ainda se apresenta como um país onde o preconceito é muito forte com as pessoas atípicas, e por extensão aos homossexuais, mulheres, negros dentre outros. Para que se tenha um termômetro do que acima está posto, Soares et.al (2018) menciona que a população brasileira é composta de mais da metade de negros, 54% e apenas 17% detém o poder econômico, ou seja, são ricos. Para garantir direitos e proteção a estas parcelas da população, leis e decretos se fazem necessários. Segundo o Censo do IBGE, 2010, no Brasil há cerca de 46 milhões de pessoas com algum nível de deficiência, perfazendo um total de 24% da população (VENTURA, 2022). O censo não contabilizou os casos de autismo, mas segundo a Revista Científica Multidisciplinar – Núcleo do Conhecimento (2020), estima-se que existam 70 milhões de pessoas no mundo com autismo, 2 milhões delas encontram-se no Brasil. Outro dado importante é quanto a prevalência 1 pessoa a cada 59 é autista (MAIA et. al 2018). Lacerda, 2023, referindo-se dados de pesquisa do CDC (Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos) aponta para aumento de 1 a cada 36 nascimentos. Já dados da PNS - Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, apontam para um número menor de deficientes, cerca de 17,3 milhões de brasileiros com dois anos ou mais tem deficiência, ou seja 8,4%. (GANDRA, 2021). Tais resultados foram a partir das mudanças sofridas na metodologia empregada pelo IBE. O Censo de 2022 terá um número mais preciso dessa população, uma vez que dentro das mudanças realizadas na aplicação do censo, está a inclusão desta população, Lei Nº 13.861/2019. (VENTURA, 2022).

O objetivo deste artigo é refletir sobre a inclusão do aluno autista no seu processo de inserção na rede regular de ensino, a partir da conceitualização do termo autista e dos marcos responsáveis pela inclusão da criança no ambiente escolar.

METODOLOGIA

trata-se de uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, descritiva, de natureza qualitativa e bibliográfica, já que a análise se realizou em diversas fontes de pesquisas como conteúdo de livros, artigos científicos, sites, dissertações, teses e bibliografias virtuais.

REFERENCIAL TEÓRICO:

CONCEITUAÇÃO DO TERMO AUTISTA

Três grandes nomes foram importantes no estudo do autismo Bleuler, Leo Kanner e Hans Asperger. O primeiro utilizou o termo autismo pela primeira vez para designar pessoas que se afastam do mundo externo, voltando-se para o mundo interno, bastante observado em pessoas que sofriam de esquizofrenia. O segundo em 1943 nomeou de autismo um grupo de crianças que apresentavam dificuldades significativas para estabelecer contato afetivo; o último ganhou visibilidade em seus estudos na década de 1980. (PONCE e ABRÃO, 2019).

Várias causas foram atribuídas ao autismo, os organicistas Michel Rutter e Lorna Wing atribuíam a distúrbios genéticos, bioquímicos e neuropsicológicos. (PONCE e ABRÃO, 2019). As “mães-geladeira” de Leo Kanner, propagada pelo psicólogo Bruno Bettelheim (BARBOSA,2014), o termo de Kanner remete ao distanciamento e a frieza na relação mãe-bebê, e, provavelmente seja a mais clássica das teorias psicogênicas que buscou explicar o transtorno. Hanna Seagal no seu livro Introdução à Melanie Klein (1984), descreve sobre a díade mãe-bebê e a dificuldade no estabelecimento do vínculo por reconhecer a mãe ou parte dela como um objeto persecutório, o conflito é travado pela criança a partir desse encontro (mãe-bebê); ainda, a falha na ordem simbólica, como descrevem os autores de orientação lacaniana. (PONCE e ABRÃO, 2019).

O autismo não é uma doença única e sim, um distúrbio de desenvolvimento complexo de causas múltiplas e variados graus de severidade que envolvem déficits qualitativos na interação social, na comunicação, no comportamento e na cognição. Tentando adequar as transformações advindas das novas descobertas, os manuais psiquiátricos (CID – Código Internacional de Doenças e DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) incluíram novas categorias como psicose e esquizofrenia infantis. Devido a variabilidade nas habilidades sociais de comunicação e nos padrões sociais que ocorrem no autismo, o termo Transtorno do Espectro Autista passou a ser o mais adequado, engloba os anteriormente denominados como - autismo infantil precoce, de alto funcionamento, atípico, desintegrativo da infância, desenvolvimento global, autismo de Kanner e transtorno Asperger. (DSM V, 2014 p. 97).

MARCOS DA INCLUSÃO DO AUTISTA

Segundo a Lei, pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015). O decreto 6.949 de 2009, reconhece que todas as crianças com deficiência devem gozar de direitos e igualdades de oportunidades como as crianças ditas “normais” e relembra que as obrigações são assumidas pelos Estados. E explicita um modelo mais social em ver as dificuldades não na pessoa mas nas limitações impostas as mesmas, cujo o objetivo seria eliminá-las, favorecendo a igualdade. Para incluir essas pessoas e minimizar as distâncias que são impostas, marcos legais foram surgindo a partir da luta da sociedade civil.

São três grande marcos de inclusão da pessoa com deficiência: a Constituição Federal de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 – ECA e a

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996 - LDB . O primeiro maior marco regulatório e de inclusão é a Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã por garantir liberdades civis e estabelecer os deveres do Estado. Em seu artigo 3º, inciso IV diz que é prerrogativa do Estado: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Ainda no terceiro capítulo: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 2017).

Outro marco muito importante é o Estatuto da Criança e do Adolescente - O ECA – no artigo 54, inciso III, diz: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (ECA,2023). Materializando e ratificando o texto constitucional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB - Lei nº 9.394/96, configura como mais um marco legal de inclusão. No Capítulo III, art. 4º, inciso III: é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. A partir dos documentos mencionados, pode-se notar que há preocupação e obrigação em incluir as pessoas com deficiência. Outras leis juntam-se as citadas fazendo ressoar a necessidade da inclusão e penalizando quem as descumprem. A Lei 13.146/2015 de Inclusão da Pessoa com Deficiência, no artigo 88 diz que discriminar uma pessoa por sua deficiência é crime com pena de reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. (BRASIL,2015).

É necessário ter legislação que inclua a pessoa com deficiência, sem dúvidas, mas isso não basta, é preciso que seja ofertada uma assistência de qualidade. A Declaração de Salamanca aponta para uma educação inclusiva de qualidade com um currículo escolar preparado para que o educando possa aprender, mesmo diante de suas limitações, inserido na rede regular de

ensino.

Com a Lei Berenice Piana, mais conhecida como Lei 12.764/12 — Institui a Política Nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do Espectro Autista, classifica o autismo como deficiência e garante no Art. 3º - os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista: - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2, terá direito a acompanhante especializado. Provavelmente o maior ganho das lutas travadas por quem defende a inclusão de pessoas com autismo, seja esta lei. Ela efetiva toda luta dessas pessoas e de seus familiares.

A IMPORTANCIA DA FAMILIA E DOS PROFESSORES NA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM AUTISMO

Conviver com o diferente pode trazer muitos benefícios, dentre eles resgate dos valores e o respeito pela diferença. Todos saem ganhando - a pessoa com deficiência, a escola, as crianças ditas “normais”, professores e familiares. A criança não nasce preconceituosa, ela aprende a ser. A discriminação não tem seu nascedouro na escola, no entanto, é perpassada por ela. A escola deve estar preparada para a criança especial e não o contrário (DCN, 2004).

A inclusão possibilita o envolvimento maior das pessoas nos processos de aprendizagem. A luta por inclusão é forte que onde houver exclusão a inclusão se imporá. (MENCIA, 2019)

A família é uma importante instituição, espera-se que seja lugar de acolhimento, aconchego e também de descobertas. Em pesquisa realizada na Espanha constatou-se que a família é quem primeiro consegue suspeitar dos casos de autismo, 79% destes foram os familiares que desconfiaram, possivelmente pelo vínculo e o dia a dia com a criança. Em segundo lugar veio os profissionais de educação, 15% destes suspeitaram do

transtorno. (COUTO et.al 2019). Percebe-se a importância desses dois seguimentos da sociedade na detecção e possivelmente a busca de uma conduta para minimizar os traumas e dificuldades porque passará esta pessoa no decorrer de sua vida.

Uma discussão interessante é trazida pelas autoras Rodrigues e Angelucci (2018), quando refletem sobre a visão biomédica para o tratamento na escola dos alunos que são diagnosticados com TEA, tal paradigma faz com que o professor seja destituído do seu saber e subordinado ao saber do outro, perde a visão integral do aluno e o reduz a um saber médico. Outro ponto trazido pelas autoras é do engessamento que envolve o professor quando este fixa na questão biomédica, preso no processo de desenvolvimento e não da linguagem, que leva a capacidade de pensar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todos os ambientes deve-se trabalhar a inclusão e a escola é um desses ambientes. Portanto, todos os marcos regulatórios citados expõem a necessidade de se incluir a criança com deficiência em um ambiente dito “normal” afim de que ela possa desenvolver suas habilidades respeitando seus limites, sem preconceito e sem exclusão.

Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança.

O preconceito repousa no despreparo da sociedade. Sociedade esta que ainda privilegia o belo e teme o desconhecido, o diferente; Sociedade que não consegue lidar com suas deficiências preferindo escondê-la, no processo de higienização. As leis, fruto de lutas sociais, vieram justamente para mudar esta configuração e dizer que as pessoas com deficiência são capazes.

REFERÊNCIAS

- COSTA, M.C.A.; MODESTO, K.M.; LOPES, F.A.V.; AMARAL, N.D.; COSTA, D.A.; LIMA, L.M.; SANTOS, V. A.; ALEXANDRE, M.E.; OLIVEIRA, L.E. C.; Autismo na Educação Infantil. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 10, Vol. 17, pp. 05-15. outubro de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/autismo-na-educaca>
- COUTO, C.C.; FURTADO, M.C.C.; ZILLY, A.; SILVA, M.A.L. Experiências de professores com o autismo: impacto no diagnóstico precoce e na inclusão escolar. Rev. eletrônica de Enfermagem, 2019. <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/09/1119042/55954-texto-do-artigo-272529-2-10-20200304.pdf> ao_14-55954-en.pdf (bvsalud.org) acesso em 22/02/2023.
- P. A. DSM-V. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento; 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BRASIL. <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988> acesso em 20/02/2022
- BRASIL. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 19/02/2023.
- BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 20 fev. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 6949 (planalto.gov.br)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 19/02/2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** - Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducapespecial.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília – DF, outubro, 2004.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 21 fev. 2023.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em: 19 fev. 2023.
- BRASIL ESCOLA. **Autismo na escola: pontos e contrapontos na escola inclusiva**. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/autismo-na-escola-pontos-contrapontos-na-escola-inclusiva.htm>. Acesso em: 22 out. 2020.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2023.
- GADIA C. A.; TUCHMAN R.; ROTTA, N. T. Doenças Invasivas do Desenvolvimento. **J. Pediatria**. (Rio J.) vol.80, n.2 suppl.0 Porto Alegre, Apr. 2004.
- SEAGAL, H. Introdução à obra de Melanie Klein. 2 edição. Imago, 1984.
- MAIA, F.A.; ALMEIDA, M.T.C.; ALVES, M.R.; BANDEIRA, L.V.S.; SILVA, V.B.; NUNES, N.F.; CARDOSO, L.C.G.; SILVEIRA, M.F. **Transtorno do espectro do autismo e idade dos genitores: estudo de caso-controle no Brasil**. Caderno de Saúde Pública – CSP, 2018. <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2018.v34n8/e00109917/pt>
- MENCIA, G.F.M.; BALACIERI, M.F.; SANTOS, M.P.; CAPELLINI, V.L.M.F. **ESCOLA INCLUSIVA: uma iniciativa compartilhada entre pais, alunos e equipe escolar**. Psicologia escolar e educacional, 2019. <https://www.scielo.br/j/pee/a/skzNLZcGzPCNYFm7hrCqzHh/?format=pdf&lang=pt> acesso em 21/02/2023
- PAIVA JR., Francisco. Quantos Autistas há no Brasil? **Revista Autismo**. Ano V - nº 04 - Março/Abril/Maio 2019. Disponível em: <https://www.revistaautismo.com.br/geral/quantos-autistas-ha-no-brasil/>. Acesso em: 17 fev. 2023.
- PONCE, J. O.; ABRAO, J.L.F. Autismo e inclusão no ensino regular: **o olhar dos professores sobre esse processo**. Estilos da Clínica, 2019, V. 24, nº 2, p. 342-357.
- VENTURA, L.A.S. Pessoas com deficiência no Censo 2022 (terra.com.br) acesso em 19/02/2023.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf>
acesso em 23 de fev.2023.

SILVA, C.S.; SCHNEIDER, D. R.
KASZUBOWSKI, E.; UERNBERG, A. H. Estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior: analisando dados do INEP.

SOARES, T.F.; MOREIRA, G.S.; ARAUJO, E.M.; Raízes do Preconceito Racial diante da Ascensão Social do Negro. 21-23 DE maio, 2018. RAÍZES DO PRECONCEITO RACIAL DIANTE DA ASCENSÃO SOCIAL DO NEGRO | Anais Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar (ISSN-2527-2500) & Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar (unifimes.edu.br).

LACERDA, Lucelmo. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=1VV-9NSMsLk>.
Acesso em 05/05/2023.

A GAMIFICAÇÃO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

GAMIFICATION AND THE TEACHER'S PEDAGOGICAL PRACTICE: A SYSTEMATIC REVIEW

Lana Ingrid Pitanga Tobias¹
Cleidejane Soares de Barros²

RESUMO

INTRODUÇÃO: O presente artigo tem por finalidade fazer uma revisão sistemática sobre a relação entre o professor e a gamificação como prática pedagógica no processo de ensino aprendizagem. E tem como pergunta norteadora: Em uma geração de nativos digitais em que os alunos possuem em suas mãos smartphones e redes sociais, as metodologias tradicionais dificilmente despertaram o interesse dos discentes em sala de aula. Assim, é preciso entender: “Como gamificação tem impactado o desenvolvimento do professor e sua prática pedagógica?”. **OBJETIVO:** Investigar a influência da gamificação na formação e na prática pedagógica do professor nesta geração digital. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão sistemática em que foram utilizados os descritores estruturados no DeCS e MeSH. O período de coleta de dados ocorreu no mês de junho de 2023. Como critério de inclusão foram utilizados artigos científicos relacionados ao tema e com menos de 5 anos de publicação e, como critério de exclusão, artigos científicos que não contemplam a temática gamificação e a prática pedagógica do professor. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Constatou-se que o uso da gamificação como prática pedagógica é bem mais do que uma adequação de metodologia para esse novo perfil do “novo” aluno. Ela tem contribuído para o professor na formação acadêmica, crítica e na vida do estudante, além tornar o professor um profissional da educação mais capacitado a todo momento.

PALAVRAS-CHAVES: Gamificação; Prática Pedagógica; Professor; Desenvolvimento.

ABSTRACT

INTRODUCTION: The purpose of this article is to carry out a systematic review of the relationship between the teacher and gamification as a pedagogical practice in the teaching-learning process. And it has as its guiding question: In a generation of digital natives in which students have smartphones and social networks in their hands, traditional methodologies hardly arouse the interest of students in the classroom. Thus, it is necessary to understand: “How has gamification impacted the development of teachers and their pedagogical practice?”. **OBJECTIVE:** To investigate the influence of gamification on teacher training and pedagogical practice in this digital generation. **METHODOLOGY:** This is a systematic review in which structured descriptors in DeCS and MeSH were used. The data collection period took place in June 2023. As inclusion criteria, scientific articles related to the theme and with less than 5 years of publication were used and, as exclusion criteria, scientific articles that do not address the gamification theme and the teacher's pedagogical practice. **FINAL CONSIDERATIONS:** It was found that the use of gamification as a pedagogical practice is much more than adapting the methodology to this new profile of the “new” student. It has contributed to the teacher's academic and critical formation and in the student's life, in addition to making the teacher a more qualified education professional at all times.

KEYWORDS: Gamification; Pedagogical Practice; Teacher; Development.

¹ Professora de Ciências Biológicas no Colégio Maria de Fátima e Monitora de Biologia pela SEDUC – Secretaria de Educação do Estado de Alagoas. Mestranda em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. Especialista em Análise Ambiental em geografia pela UFAL – Universidade Federal de Alagoas. Especialista em docência do Ensino Superior e EAD. Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Pitágoras – UNOPAR e Bacharel em Turismo pela Faculdade Estácio – FAL. **E-MAIL:** lanaingrid@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/5498710001445316

² Graduada em Direito. Graduada em Letras/Inglês. Especialista em Direito Constitucional e Administrativo; Educação Inclusiva; Orientação Educacional; Tecnologia Aplicação ao Ensino e Pesquisa – TAEP; Tutoria em Educação à Distância. Mestre em Ciências da Educação. Doutora em Ciências da Educação. **E-MAIL:** dr.csbarros@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

No atual momento, em que vivemos, as tecnologias digitais têm um protagonismo que impacta e condiciona e porque não dizer que define o perfil da sociedade. Sendo esta, marcada por padrão em que se é formalmente preparado para realizar atividades cotidianas e profissionais, pela sobreposição/complementariedade do espaço virtual (ciberespaço). Neste novo cenário, temos que reaprender, reavaliar nossas concepções relacionadas à formação e à educação (MODELSKI et al., 2019).

Neste artigo, faz-se uma revisão sistemática sobre como a gamificação tem impactado a prática pedagógica do professor. Trata-se de uma temática bastante atualizada já que este analisa uma prática pedagógica que tem sido objeto de estudo dos últimos temas. Em uma geração de nativos digitais em que os alunos possuem em suas mãos smartphones e redes sociais metodologias tradicionais dificilmente despertaram o interesse dos discentes em sala de aula. E devido a isso o professor destes nativos precisa se adequar aplicando novas práticas pedagógicas em sala de aula.

Ao falar de prática pedagógica é o mesmo que está se referindo ao fazer pedagógico, não somente na prática, que seria a aula, em si, mas referir-se também ao processo de planejamento e avaliação. Podendo assim, relaciona a prática com as atividades didáticas, abrangendo o cotidiano do trabalho docente em seus processos de ensino-aprendizagem. A prática pedagógica é “uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos e inserida no contexto da prática social. A prática pedagógica é uma dimensão da prática social” (VEIGA, 1989, p. 16). Tal processo requer ponderar o trabalho docente em seu

processo diário, o que exige considerá-lo sob duas dimensões: da práxis e da prática (BRISOLLA, 2020).

Como agente norteador do processo de ensino-aprendizagem, quando o professor busca novas metodologias e formas de organizar o conhecimento para construir e colaborar com a edificação de um saber mais aberto e conectado com a realidade social, transcende dinâmicas massificadas. Isso ocorre ao ressaltar que sua prática pedagógica em sala de aula tem papel vital no desenvolvimento intelectual dos seus discentes. O que leva a ter como pergunta norteadora para o desenvolvimento deste trabalho a seguinte: “Como a gamificação tem impactado o desenvolvimento do professor e sua prática pedagógica?”.

O que fez despertar uma inquietação pelo tema, e trazendo como objetivo geral investigar a influência da gamificação na formação e na prática pedagógica do professor da educação básica.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada ao presente artigo é a revisão sistemática, que apresentou as etapas dispostas no Quadro 1 abaixo. Respeitando a identificação dos artigos pré-selecionados e selecionados através da leitura dos agentes indexadores das publicações, como resumos, palavras-chave e títulos; formação de uma biblioteca individual, bem como, a avaliação crítica dos estudos selecionados; análise, interpretação e discussão dos resultados e a exposição da revisão no formato de artigo, que apresenta sugestões para estudos futuros.

QUADRO 1 – ETAPAS DE REVISÃO SISTEMÁTICA

ETAPA	TÓPICOS DE CADA ETAPA	DETALHAMENTO DE CADA TÓPICO		
1ª	Tema	Gamificação e o Professor: Uma Revisão Sistemática		
	Pergunta norteadora	“Como a gamificação tem impactado o desenvolvimento do professor e sua prática pedagógica?”.		
	Objetivo geral	Investigar a influência da gamificação na formação e na prática pedagógica do professor da educação básica.		
	Estratégias de busca	1. Cruzamento de descritores por meio do operador booleano AND; 2. Uso de descritores estruturados (codificação) no DECS ou MESH; 3. Uso de metadados (filtros).		
	Bancos de terminologias	Banco	Link	
		DeSC	http://decs.bvs.br/	
		MeSH	https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh	
	Descritores livres e estruturados	Descritor	DeSC (Registro)	MeSH (Identificador Único)
		Gamificação	59780	D000090208
		Professor	5278	D005178
	String de busca	Gamificação AND Professor AND prática pedagógica		
Bibliotecas Virtuais	Link			
	Scielo	https://www.scielo.br		
	Periódicos Capes	https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/		
2ª	Período de coleta dos dados	Junho de 2023		
	Crerios de inclusão	1. Texto (artigos de espécie científico). 2. Publicação (2018-2022).		
	Crerios de exclusão	1. Artigos que não contemplam a temática “Gamificação AND professor”.		
3ª	Número de trabalhos selecionados para revisão sistemática a partir da leitura dos agentes indexadores das publicações (tema, descrição, ementa).	13		
4ª	Categorias obtidas com a análise dos documentos investigados <i>online</i> gratuitos e de livre acesso.	02		
5ª	Tecnologias digitais utilizadas	Tecnologia (software ou website)	Link	Utilidade
		WordArt: Nuvem de palavras	https://wordart.com/	Construir nuvem de palavras e frequência das palavras-chave para criar as categorias temáticas.

FONTE: Elabora pelo autor.

RESULTADOS

QUADRO 2 – Total de documentos disponíveis nas Plataformas Periódicos Capes e Scielo, obtidos por string de busca.

String de busca	Bases de dados Plataforma	Total de publicações sem o filtro	Publicações disponíveis após aplicar os filtros	Publicações aproveitadas na Revisão Sistemática
Gamificação AND Professores	Periódicos capes	170	15	12
	Scielo	08	08	01
	TOTAL	178	23	13

FONTE: Elaborado pelo autor

De acordo com o quadro 2, as plataformas pesquisadas disponibilizaram 178 artigos científicos relacionados a pesquisa, com a utilização de filtros 23 artigos científicos continuaram atendendo os critérios de inclusão, e destes foram realizados 13 downloads,

por corresponderem a todos os critérios de inclusão, sendo submetidos às etapas da revisão sistemática.

QUADRO 3 – Descrição dos artigos conforme os critérios de inclusão.

ART.	AUTOR(A)	TEMA	ANO	CONCLUSÃO
01	RABELO, J.; SILVA, I. DA; FONTENELE, L.	A educação e a gamificação: Possibilidades nas aulas remotas.	2021	Como resultado, foram utilizados quinze documentos que evidenciam os aspectos positivos da utilização de novas tecnologias em sala e a Gamificação na Educação Física, envolvendo propostas diversas acerca de mudanças metodológicas por meio de atividades gamificadas em sala de aula.
02	GOMES, C.; ROSA, L. R. L. da.	Contribuições da gamificação para a formação continuada de professores o escape book como estratégia metodológica.	2022	Essa metodologia, desenvolvida com o grupo de professores de português da rede municipal de ensino de Esteio, visa trazer subsídios práticos e teóricos que possibilitem integração e engajamento entre os participantes desse processo, para o avanço dos estudos de metodologias que proporcionem aprendizagens cada vez mais significativas aos estudantes, a partir da qualificação de recursos metodológicos de seus professores.
03	VENTURA, L. M.; KIRNEW, L. C. P.; BIANCHINI, L. G. B.; DAHER, I. V	Análise de jogos e recursos gamificados utilizados para mediar o processo de ensino-aprendizagem de docentes em curso de formação	2021	A inclusão dos jogos digitais e dos recursos da gamificação nos cursos de formação pode ser um caminho para a inclusão das tecnologias digitais no ensino.
04	BRANDENBURG, C.; PEREIRA, A. S. M.; FIALHO, L. M. F.	Práticas reflexivas do professor reflexivo: experiências metodológicas entre duas docentes do ensino superior.	2019	Através das práticas pedagógicas das duas docentes há uma reformulação e uma reflexão sobre a própria prática pelo verso das discussões com um leque de metodologias distintas, que passaram inclusive por discussões coletivas.
05	CARRAZZONI DOS SANTOS, G.; CARPES, P. P. G.	Ensino Superior e a disciplina de Bases Matemáticas: possibilidades via o Ensino Híbrido.	2022	Considera-se possível e viável a implementação do Ensino Híbrido no componente, todavia entende-se que a abordagem pedagógica deve ser implementada gradativamente até se alcançar uma maturidade e autonomia por parte dos discentes, bem como o professor deve apresentar a postura de orientador e mediador deste processo, buscando mobilizar competências a partir de um objeto de conhecimento.
06	BERSCH, M. E., & SCHLEMMER, E.	Formação continuada em contexto híbrido e multimodal: ressignificando práticas pedagógicas por meio de projetos	2019	Os resultados evidenciados pelos movimentos que os professores articulam nas escolas, indicam que a proposta tem contribuído significativamente para aproximar professores da educação básica, pesquisadores e professores do ensino superior enquanto co-criadores de saberes

		de aprendizagem gamificados.		acerca da docência, potencializando a construção de práticas pedagógicas agregativas e reticulares e contribuindo para a mudança da cultura escolar!
07	MARTINS, C.	Práticas pedagógicas remixadas: possibilidades de estratégias docentes alinhadas a tendências emergentes da cultura digital.	2020	A diferença e a inovação em situações de ensino e aprendizagem podem ser auxiliadas pelo uso de tecnologias digitais, porém, o elemento decisivo nesse processo é um professor que esteja imbuído de bagagem e formação necessárias para a criação de soluções pedagógicas nos contextos emergentes e desafiadores que o mundo digital estabelece.
08	QUAST, K.	Gamificação, ensino de línguas estrangeiras e formação de professores	2020	A utilização de um modelo raso de gamificação, baseado em uma visão meramente comportamentalista, skinneriana, defendendo que é necessário que os professores tenham um certo grau de letramento em jogos, tanto para trabalhar com jogos como para gamificar.
09	FIELDKIRCHER, F. P.; SOUZA, R. S	Capacitação de professores em Gamificação e em Aprendizagem Baseada em Jogos: Uma revisão integrativa da literatura	2022	Os resultados indicam fragilidades na fundamentação em teorias da aprendizagem, na definição dos objetivos de aprendizagem e nos delineamentos pouco controlados, em detrimento dos experimentais. Há necessidade de que mais pesquisas sejam realizadas sobre o tema com a utilização de fundamentação teórica adequada e delineamentos de pesquisa mais sofisticados.
10	BERSCH, M. E.; SCHLEMMER, E	Formação docente: práticas pedagógicas que mobilizam o pensar sobre o currículo.	2019	Destacamos que os movimentos propostos pelos docentes nas práticas pedagógicas por meio de projetos de aprendizagem gamificados desafiaram a Ampliar a discussão sobre currículo. Além disso, os projetos desenvolvidos nas escolas em decorrência do processo de formação docente favoreceram o engajamento e autonomia dos estudantes em relação a seus percursos de aprendizagem.
11	MEDEIROS, L. R., LIMA, J. V. M. DE, & SILVA, S. F. DA	Gamificação e formação docente: contribuições do jogo de caça ao tesouro virtual para o ensino de citologia de forma remota.	2021	A gamificação nesta pesquisa contribuiu para uma autorreflexão pelos licenciandos sobre o fazer docente, pois demonstraram interesse em incorporar essas possibilidades inovadoras em sua futura atuação como professores.
12	PIMENTEL, F. S. C.; NUNES, A. K. F.; SALES JÚNIOR, V. B. DE.	Formação de professores na cultura digital por meio da gamificação.	2020	Os resultados indicam que a gamificação da disciplina permitiu aos participantes compreender a amplitude da ação docente, não se limitando ao espaço físico da sala de aula, com a apropriação de metodologias diversas.

FONTE: Plataformas: BVS e Periódicos Capes

Através da Plataforma online WordArt o conteúdo textual dos artigos selecionados foi avaliado através da frequência de palavras, que resultou na nuvem de palavras, correspondente a Figura 1. A plataforma WordArt é uma ferramenta que agrupa e organiza graficamente as palavras-chave demonstrando as mais frequentes, contribuindo para definição das categorias que irão compor o presente estudo.

FIGURA 1 – Nuvem de Palavras.



FONTE: Elaborada pelo autor.

Através da Nuvem de Palavras - Figura 1, foi possível desenvolver as categorias a partir das palavras em evidência na nuvem de acordo com a análise de conteúdo de Bardin. Assim, foi elaborado a Tabela 1 com a frequência de palavras e as categorias obtidas. Em conformidade com o objetivo da pesquisa, utilizou-se as palavras que apresentaram maior frequência total e que possuem sentido para pesquisa.

Tabela 1 - Frequência das palavras (Plataforma WorArt).

PALAVRAS	FREQ.	CATEGORIAS
Professores	9	Práticas pedagógicas e o professor
Aprendizagem	8	
Práticas Pedagógicas	6	
Gamificação	5	
Processo	5	
Metodologias	4	
Tecnologia	3	
Educação	2	
Engajamento	2	
Reformulação	2	

Reflexão	2	A gamificação como prática pedagógica.
Atuação	2	
Atividades	1	
Cultura escolar	1	

FONTE: Elaborada pelo autor.

DISCUSSÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E O PROFESSOR

O estudante e o professor estão no centro do processo educativo, mas junto a eles existe todo um ecossistema que exerce influência direta nessa relação e que não pode ser desconsiderado. Sendo assim, entendemos que, para que sejam criadas/desenvolvidas alternativas pedagógicas baseadas em práticas pedagógicas, precisamos de um ecossistema escolar, principalmente um ambiente associado à infraestrutura que favoreça tais práticas, sobretudo que se trate de uma escola engajadora que fomente processos criativos e desperte nos estudantes o interesse de aprender a aprender (MARTINS, 2020).

O sistema educacional precisa refletir sobre as práticas baseadas no século XX e readaptar-se às exigências sociais do século XXI, tal como sugere o autor “A escola do século XXI, felizmente, é a escola da inventividade, da igualdade, da criatividade, da autodeterminação” (BLIKSTEIN, 2016, p.14).

Ao compreendermos que o desenvolvimento de cada estudante é um processo contínuo e não fragmentado, fica claro a necessidade de delinear novos caminhos a garantir que a aprendizagem aconteça, mesmo que em um tempo reduzido.

Uma forma de delinear esses caminhos é o uso das práticas pedagógicas que são o conjunto de ações didáticas organizadas pelos professores para intervir nos processos de ensino e de aprendizagem, junto aos seus estudantes. E essas práticas estão fortemente embasadas e articuladas pelo ecossistema escolar e seus atores, bem como pelas crenças e teorias de aprendizagem que o professor possui (MARTINS, 2020).

A preparação dos professores em relação aos métodos adequados que contribuem para o processo de ensino aprendizagem é uma das etapas de currículos que levem em conta as análises das representações sociais sendo dessa forma um treinamento de professores em métodos de ensino que permitam o uso adequado das representações. (NASCIMENTO et all 2016)

O professor que pretende qualificar-se melhor para lidar com a aprendizagem dos alunos precisa estudar e desenvolver uma postura investigativa (WEISZ, 2002 p. 45). Além disso, “[...] deve formar o cidadão daquele momento histórico, naquele país, naquela circunstância. A sociedade é que decide o que suas crianças e jovens devem aprender.”

Freire (2015, p. 79) concorda que “o professor deve ensinar, mas é preciso saber que ensinar não é transmitir conhecimento.” É preciso que o professor saiba relacionar os conteúdos escolares com o contexto sócio cultural da criança.

De acordo com Gasparin (2007, p.107) “a ação do professor tem como objetivo criar condições para a atividade de análise e das demais operações mentais do aluno, necessárias para a realização do processo de aprendizagem.” E a partir dessa ação interativa, o aluno segue junto ao professor, tendo esse como mediador, que lhe apresenta o conteúdo científico, para que aos poucos, torne seu o novo objeto de conhecimento. O professor assume um papel de mediador entre o conhecimento que o aluno traz do mundo e o conhecimento novo (NASCIMENTO et all 2016).

A prática pedagógica deve contribuir para que os alunos construam o conhecimento teórico que ilumine seu fazer prático cotidiano e lhes possibilite refletir sobre esse fazer (NASCIMENTO, et all 2016).

Segundo Giroux (1997, p. 65 apud NASCIMENTO et all 2016) “trabalhar em sala de aula significa aprender a viver em grupo. Aliado aos valores predominantes do sistema educacional, isso tem implicações profundas para a educação estabelecida nas escolas.” Diante disso, a prática pedagógica do professor

deve possibilitar ao aluno adquirir novas competências, a partir das relações que estabelece uns com os outros e com o meio social e histórico. A prática pedagógica deve ser dinâmica, a fim de preparar os alunos, para ampla realidade social que os cerca.

Um exemplo de prática pedagógica dinâmica e que estimule a aprendizagem significativa é a gamificação, já que esta prática rompe com a monotonia didática, atrai a atenção do estudante e consequentemente gera motivação (COSTA & VERDEAUX, 2016).

GAMIFICAÇÃO COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA

Quando um jogo é formulado, seus criadores consideram, antes de tudo, o aumento gradual na dificuldade das tarefas, de modo que as mesmas se tornem mais difíceis à medida que o jogador adquire habilidades para pensar em táticas mais elaboradas (COSTA & VERDEAUX, 2016). Da mesma forma, uma aprendizagem significativa preconiza a organização sequencial do conteúdo, determinada pelo próprio corpo estruturante de cada área de conhecimento, a fim de utilizar conceitos prévios dos estudantes na assimilação de novos conceitos e transformação do conhecimento já adquirido.

O uso da gamificação como prática pedagógica vai da compreensão de que se constituem por processos que incluem visualização, remodelagem, representação e reformatação imaginativa e criativa das práticas pedagógicas cotidianas já estabelecidas. Por terem caráter experimental estão sujeitas a testes e taxas razoáveis de falhas sendo necessário investiga-las, mas possibilitam, potencialmente, expandir entendimentos e explorações sobre novas práticas pedagógicas de maneira bem-sucedidas (MARTINS & GIRAFFA, 2015).

Ao utilizar a gamificação como prática pedagógica o professor buscar reconhecer possibilidades ofertadas pelo ambiente escolar relacionadas às

estratégias pedagógicas que podem contribuir para melhor prepará-lo para ensinar no cenário desafiador e dinâmico da cultura digital. A ideia é que se estabeleçam práticas pedagógicas oportunas e coerentes com o novo contexto em que estão inseridos os seus estudantes (MARTINS 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se fazer uma análise das diferenças da organização das salas de aula dos dias atuais com as de outras décadas, quase não há nenhuma diferença entre estes períodos. Estruturalmente, quase tudo continua, continua do mesmo jeito, cadeiras enfileiradas e o professor à frente da sala representando a única fonte de conhecimento do ambiente. Essa centralização do saber no professor vem sendo modificada com o passar dos anos, mas ainda em passos lentos.

Ao aplicar novas técnicas/metodologias na atualidade novas práticas pedagógicas vão surgindo.

Esta pesquisa teve o intuito de dar suporte e contribuir para responder à pergunta norteadora e demonstrar se o objetivo desta foi alcançado, que era o de investigar o impacto da gamificação na prática pedagógica do professor.

A gamificação como prática pedagógica provoca o professor, já que este precisa estudar a melhor forma de gamificar uma aula, o que o tira de sua zona de conforto e o obriga a atualizar suas metodologias. Permitindo assim trazer pra sala de aula um professor mais qualificado, motivado e melhorando o seu “fazer docente”.

Porém percebeu-se que este é um tema que ainda deve ser trabalhado com mais vigor, já que poucas pesquisas trabalham este tema tão atual.

REFERÊNCIAS

BERSCH, M. E.; SCHLEMMER, E. (2019). Formação Continuada Em Contexto Híbrido E Multimodal: Resignificando Práticas Pedagógicas Por Meio De Projetos De Aprendizagem Gamificados. **Revista Tempos E Espaços Em Educação**, 11(01), 71-92. <https://doi.org/10.20952/revtee.v11i01.9719>.

Disponível em:

<https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/9719>.

Acesso em: 24 de jun. 2023.

BLIKSTEIN, P. **Viagens em Troia com Freire**: a tecnologia como um agente de emancipação. *Educação e Pesquisa*, v. 42, n. 3, p. 837-856, 2016.

BRISOLLA, L. A Prática Pedagógica No Ensino Superior: Planejamento, Interdisciplinaridade E Metodologias Ativas. **Revista Devir Educação**, Lavras, vol.4, n.1, p.77-92jan./jun., 2020. Disponível em: <<http://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/157/111>>. Acesso em 16 de jul. 2023.

_____. Formação docente: práticas pedagógicas que mobilizam o pensar sobre o currículo. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, 2019, Vol.16 (45). DOI: 10.5935/reeduc.v16i45.3450. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html>. Acesso em: 25 de jun. 2023.

BRANDENBURG, C.; PEREIRA, A. S. M.; FIALHO, L. M. F. **Práticas reflexivas do professor reflexivo**: experiências metodológicas entre duas docentes do ensino superior. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo*, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 1–16, 2019. DOI: 10.47149/pemo.v1i2.3527. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3527>. Acesso em: 24 jun. 2023.

CARRAZZONI DOS SANTOS, G.; CARPES, P. P. G. Ensino Superior e a disciplina de Bases Matemáticas: possibilidades via o Ensino Híbrido. **REMAT: Revista Eletrônica da Matemática**, Bento Gonçalves, RS, v. 8, n. 2, p. e2002, 2022. DOI: 10.35819/remat2022v8i2id5654. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/REMAT/article/view/5654>. Acesso em: 24 jun. 2023.

COSTA, T. M. da; VERDEAUX, M. de F. da S. **Gamificação de materiais didáticos**: uma proposta para a aprendizagem significativa da modelagem de problemas físicos. *Experiências em Ensino de Ciências V.11, No. 22016*. Disponível em: <<https://fisica.ufmt.br/eenciojs/index.php/eenci/article/view/558/529>>. Acesso em 18 jul. 2023.

FAUSTINO, V. L.; SANTOS, G. B.; AGUIAR, P. M. **É brincando que se aprende!** Uso de jogos educativos com estratégias na construção do conhecimento em Assistência Farmacêutica. *Relatos de experiência* •

Interface (Botucatu) 26 • 2022 • DOI: 10.1590/interface.210312. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html> . Acesso em: 24 jun. 2023.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FIELDKIRCHER, F. P.; SOUZA, R. S. (2022). Capacitação de professores em Gamificação e em Aprendizagem Baseada em Jogos: uma revisão integrativa da literatura. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, 24, 1–26. DOI:<https://doi.org/10.31505/rbtcc.v24i1.1724>. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html>. Acesso em: 25 de jun. 2023.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

GOMES, C.; ROSA, L. (2022). **Contribuições da gamificação para a formação continuada de professores: o escape book como estratégia metodológica**. *ETD - Educação Temática Digital*, 24(1), 133–150. <https://doi.org/10.20396/etd.v24i1.8665891>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8665891> . Acesso em: 24 jun. 2023

MARTINS, C. **Práticas pedagógicas remixadas: possibilidades de estratégias Docentes alinhadas a tendências emergentes da cultura digital**. 2020. 228f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

MARTINS, C.; GIRAFFA, L. M. M. **Gamificação nas práticas pedagógicas em tempos de cibercultura: proposta de elementos de jogos digitais em atividades gamificadas**. XI Seminário Jogos Eletrônicos, Educação e Comunicação. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312318098_Gamificacao_nas_praticas_pedagogicas_em_tempos_de_cibercultura_proposta_de_elementos_de_jogos_digitais_em_atividades_gamificadas>. Acesso em 18 jul 2023.

MEDEIROS, L. R., LIMA, J. V. M. de; SILVA, S. F. da. (2021). **Gamificação e formação docente: contribuições do jogo de caça ao tesouro virtual para o ensino de citologia de forma remota**. *HOLOS*, 3, 1–12. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2021.12652>. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/12652>. Acesso em 25 de jun. 2023.

MODELSKI, D.; GIRAFFA, L. M. M.; CASARTELLI, A. de O. **Tecnologias digitais, formação docente e práticas**

pedagógicas. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 45, e180201, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/qGwHqPyjqbw5JxvSChkVrNC/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 16 jul. 2023.

NASCIMENTO, A. P. C. do; SANTOS, A. P. R. dos; NEVES, N. A. de O. **As práticas pedagógicas e suas implicações ao processo de ensino aprendizagem**. Trabalho de conclusão de curso. Faculdade Doctum de Pedagogia da Serra. Serra – ES, 2016.

PIMENTEL, F. S. C.; NUNES, A. K. F.; SALES JUNIOR, V. D. de. **Formação de professores na cultura digital por meio da gamificação**. *DOSSIÊ - Cultura digital e educação • Educ. rev.* 36 • 2020 • DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.76125>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/bg7mqHXSf673hLBB8fVxJq/?lang=pt>. Acesso em: 25 de jun. 2023.

QUAST, K. **Gamificação, ensino de línguas estrangeiras e formação de professores**. *Rev. bras. linguist. apl.* 20 (4) • Sep-Dec 2020 • <https://doi.org/10.1590/1984-6398202016398> . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/DrWQRMFcSp936SzmT4xWZC/?lang=pt>. Acesso em: 25 de jun. 2023.

RABELO, J.; SILVA, I. da; FONTENELE, L. **A educação e a gamificação: Possibilidades nas aulas remotas**. *Ambiente: Gestão e Desenvolvimento*, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 22–28, 2022. DOI: 10.24979/ambiente.v14i3.1055. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/1055>. Acesso em: 24 jun. 2023.

VEIGA, I. P. A. **A Prática Pedagógica do Professor de Didática**. São Paulo: Papyrus, 1989.

VENTURA, L. M.; KIRNEW, L. C. P.; BIANCHINI, L. G. B.; DAHER, I. V. **Análise de jogos e recursos gamificados utilizados para mediar o processo de ensino-aprendizagem de docentes em curso de formação**. *Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico*, Manaus, Brasil, v. 7, p. e131321, 2021. DOI: 10.31417/educitec.v7.1313. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1313>. Acesso em: 24 jun. 2023.

WEISZ, T. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. Ed. Ática, 2ª ed. São Paulo, 2002.

LETRAMENTO DIGITAL: EM CONTEXTO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

DIGITAL LETTERING: IN THE CONTEXT OF TEACHER TRAINING

Tereza Maria de Oliveira Ferreira ¹

RESUMO

Objetivamos com este estudo compreender e refletir uma abordagem sobre o letramento digital em contexto de formação de professores. Tendo como intuito discussões nas práticas pedagógicas virtuais, bem como suas relações com o letramento digital na formação docente. Para a concretude deste trabalho, realizamos uma revisão de literatura. Os resultados apontaram que a formação inicial e continuada de professores no que se refere ao uso das tecnologias digitais de comunicação como tática para reelaboração de suas práticas pedagógicas. Conclui-se, que as pesquisas são ainda embrionárias sobre a temática e até mesmo aparentes pertinentes as tecnologias digitais somente como ferramentas, verificou os anseios de resistência dos professores, embora alguns docentes demonstrem interesses nessas tecnologias.

PALAVRAS-CHAVE: Letramento digital. Formação de professor. Práticas pedagógicas virtuais.

ABSTRACT

With this study we aim to understand and reflect an approach on digital literacy in the context of teacher education. Aimed at discussions on virtual pedagogical practices, as well as their relationship with digital literacy in teacher education. For the concreteness of this work, we carried out a literature review. The results showed that the initial and continuing training of teachers in what concerns the use of digital communication technologies as a tactic for the re-elaboration of their pedagogical practices. In conclusion, the research is still embryonic on the subject and even apparent pertinent to digital technologies only as tools, verified the teachers' longing for resistance, although some teachers show interest in these technologies.

KEYWORDS: Digital literacy. Teacher training. Virtual pedagogical practices.

¹Professora Caucaia/CE. Graduada Licenciatura em Pedagogia - UECE. Pós-graduação Educação Inclusiva - UECE. Doutoranda em Ciências da Educação. Mestra em Ciências da Educação pela ACU - Absoulute Christian University. Graduação: Gestão Escolar (UECE). **E-MAIL:** terezamariaalba@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/5318898647995138

INTRODUÇÃO

A partir das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) surgiram novos indicadores sociais que provocaram outras formas das pessoas avaliarem e agirem no mundo, em tempos e espaços distintos. Reconhecendo a potencialidade do uso das tecnologias em contextos de aprendizagem. Assim, a temática letramento digital abre espaço para discussão sobre a formação de professores.

Nessa perspectiva, partindo da problemática, em que há dificuldades de professores em atuar com o letramento digital. Temos como questionamento: como o professor busca formação nas tecnologias digitais? Visto que, tem sido continuo o uso das redes sociais para conversação entre educandos e professores.

Tendo como objetivo geral investigar o letramento digital na formação docente. Assim, a discussão sobre o assunto avaliado foi realizada com a finalidade de colaborar com o debate pertinente ao letramento digital, apresentando dados para a comunidade acadêmica, assinalando ferramentas que assegure formação dos professores, na construção do conhecimento desses sujeitos inseridos nesse contexto escolar.

A pesquisa é da modalidade Revisão Bibliográfica. A metodologia do estudo abrange elementos da pesquisa qualitativa, buscando evidenciar atuação do professor no âmbito do letramento digital. O estudo foi realizado por meio dos principais artigos científicos publicadas mais recentes, como fontes para a produção dessa pesquisa consultas em livros, teses, dissertações e resumos em congresso, para a estruturação conceitual do referencial teórico do artigo.

LETRAMENTO DIGITAL E SUAS NUANCES

Um grande número de inovações em tecnologia digitais aparece todos os dias. Portanto, o uso generalizado de tecnologia móvel para uso pessoal

modudou todos os setores da sociedade. Hoje, alunos como profissionais do futuro, eles precisam de orientação e educação para usar com sucesso o mundo digital no qual nasceram inseridos (THOMPSON, 2016).

Conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a nomenclatura letramento digital.

[...] compreende um conjunto de habilidades básicas que incluem o uso e a produção de mídia digital, processamento e recuperação de informações, participação em redes sociais para criação e compartilhamento de conhecimento e uma ampla variedade de habilidades profissionais em computação (UNESCO, 2011, p. 1).

A Assembleia Geral das Nações Unidas, na década de 2015, exibiu uma agenda com metas direcionada ao desenvolvimento sustentável a serem exercitadas até 2030, dentre suas propostas, consta a visão de transformar vidas por meio da educação. Uma particularidade importante dessa agenda é preciso desenvolver, de forma global, competências tecnológicas para que os professores possam administrar as redes sociais (UNITED NATIONS, 2016).

Matencio (2014, p. 241) explana que: “as práticas sociais, culturais e discursivas que emergem como resultado da complexidade estrutural das sociedades modernas resultam, por sua vez, em modelos de letramento diferenciados”. Entende-se que são várias as terminologias e classificações de letramento, derivados da diversidade e da variedade dos grupos que têm e que estão sendo inventados. É a partir dessa concepção que se conduz aos multiletramentos na cibercultura escolar.

LETRAMENTO DIGITAL: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Conforme relatos dos entrevistados do estudo de Silva (2017, p. 341): “[...] formação do professor de

português tanto pela concepção de ensino aprendizagem considerado na prática docente, até a qualificação profissional que o docente necessita para se emancipar no trabalho e em toda a relação que a educação abrange”. Além disso, acrescentou o autor que a obtenção do letramento digital pelo sujeito de sua pesquisa: “[...] se emprega em pontos como a formação docente e o investimento governamental em educação e tecnologia” (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 340).

Francisco, Ferreira e Goulart (2019, p. 109) abordam a “[...] formação inicial e continuada de professores de língua portuguesa no que tange ao uso das tecnologias digitais de comunicação como estratégia para reelaboração e reconfiguração de suas práticas pedagógicas”. Os referidos autores comentam que:

[...] transformações tecnológicas e digitais que vêm ocorrendo na sociedade e que, conseqüentemente, atingem o interior das salas de aula têm interferido em nossas práticas pedagógicas e nas relações entre o ensinar e o aprender, exigindo de nós, professores, uma busca constante por formação (FRANCISCO; FERREIRA; GOULART, 2019, p. 109).

Devido ao desconhecimento dos professores de Língua Portuguesa em manusear as novas formas de linguagem nas mídias digitais, torna-se imprescindível a procura pela formação inicial e continuada, visto que é expressiva a quantidade de textos ligados as mídias digitais aplicando atributos que determinam dos leitores o saber unificar a linguagem verbal e a não verbal, além da inclusão do porquê do formato do texto, das nuances usadas, do tipo linguagem utilizada, dentre outras (FRANCISCO; FERREIRA; GOULART, 2019, p. 118).

Enquanto Landgraf-Valerio (2012, p. 1) avaliou um Blog como tática pedagógica no processo de formação de professores de Língua Portuguesa. A autora mencionada explana que:

[...] a crescente inserção da tecnologia de informação e comunicação (TIC) em todas as esferas sociais tem alterado o cotidiano da educação básica no Brasil, uma vez que as necessidades dos alunos, jovens leitores inseridos em práticas digitais, têm exigido essa mudança de postura educacional (LANDGRAF-VALERIO, 2012, p. 1).

Silva e Reis (2017) ilustram numa análise descritiva sobre a formação inicial de professores nas licenciaturas que a “[...] construção de práticas de letramento digital na formação de professores” (SILVA; REIS, 2017, p. 98). Tendo como ponto inicial: “[...] contribuições dos novos estudos do letramento, focalizando principalmente a apropriação do digital em ambientes de ensino” (SILVA; REIS, 2017, p. 97). Os autores demonstraram como resultado que a “[...] demanda por inovação na formação inicial de professores nas licenciaturas, o que é motivado pelo diálogo mais estreito entre a universidade e as escolas de ensino básico, desencadeado nas referidas disciplinas” (SILVA; REIS, 2017, p. 116).

Nery, Costa e Souza (2018) analisaram sobre o desafio do letramento na analogia docente-discente. A pesquisa apontou que há necessidade da formação continuada do professor na área digital para concretizar o processo de aprendizagem, necessitando, portanto, a metodologia abranger recursos tecnológicos.

Marzari e Leffa (2013) comentam que:

[...] a presença da tecnologia nos cursos de formação de professores de Letras restringe-se, na maioria das vezes, a disciplinas eletivas e atividades extracurriculares. Como consequência, esses professores não se sentem efetivamente preparados para atuar no atual contexto sócio-histórico, profundamente marcado pela presença das TIC (MARZARI; LEFFA, 2013, p. 1).

De acordo com Cabral e Mickalski (2018, p. 472). “[...] desconforto e a sensação de não domínio dos

artefatos tecnológicos dos professores, as dúvidas que ainda permanecem em como se utilizar esta tecnologia toda” (CABRAL; MICKALSKI, 2018, p. 477) e que os entrevistados “[...] compreendem o letramento digital como o lúdico no ensino” (CABRAL; MICKALSKI, 2018, p. 475).

Os conhecimentos de letramento digital desse grupo aconteceram via input e output e profundamente colaborativas. Percebeu-se ainda que a qualidade inovadora das aulas praticadas com acesso de ferramentas tecnológicas digitais instigou mudança de tradições nesses professores em níveis tecnológico e organizacional (OLIVEIRA; MELLO-PAIVA, 2019, p. 105).

Santos e Cichelero (2012) apontaram que várias são os anseios dos docentes a respeito de como podem oportunizar um ensino que permita o compartilhamento de conhecimentos expressivos, desperte o interesse pela prática da leitura e escrita, e de assuntos que a escola favorece e da qual, com efeito, os alunos compareçam na metodologia de ensinar e aprender (SANTOS; CICHELERO, 2012, p. 198). Pode-se dizer que o papel dessa ferramenta e a descrevem como uma aliada, condição indispensável para o seu desenvolvimento profissional, e além de outros ambientes virtuais, o ambiente tornou-se familiar.

Nos estudos de Machado; Aragão; Lopes (2019) sobre os letramentos inovadores estabelecidos pela sociedade atual apontaram que: na escola, entendemos está distante de um cenário ideal pertinente ao LD, desde a inexistência dos recursos estruturais aos laboratórios de informática, até mesmo conexão com a internet, ou por não ter professores habilitados para possibilitar e ampliar esses letramentos (MACHADO; ARAGÃO; LOPES, 2019, p. 52). Os frutos evidenciam uma diminuída ou inexistência da abordagem que aprecie uma formação que habilite os professores para o trabalho de estímulo do letramento digital em sua prática docente.

Procurou-se nesse estudo analisar o letramento digital: em contexto de formação de professores, a fim de fomentar a capacitação desses profissionais. Diante das observações feitas, pode-se constatar que no Brasil os estudos pertinentes ao assunto letramento digital e formação de professores ainda são embrionários.

Os resultados da pesquisa apontaram que os educadores buscam conhecimentos de letramento digital que ocorrem com acesso input e output e intensamente colaborativas. Percebeu-se ainda que a qualidade inovadora das aulas praticadas com acesso de ferramentas tecnológicas digitais instigou modificação de tradições nesses professores em níveis tecnológicos. Além disso, o desafio do letramento na relação docente-discente. A pesquisa assinalou que há necessidade da formação continuada do professor na área digital para materializar o processo de aprendizagem, precisando, portanto, a metodologia compreender recursos tecnológicos.

Acreditamos que a reflexão sobre o letramento digital no contexto da formação de professores e a, permitiu o estímulo a capacitação dos referidos profissionais. Dessa forma, é indispensável citar a importância dessa formação em ambientes digitais, principalmente para o incentivo a habilitação adequada.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Z. A.; MICKALSKI, M. A. Olhares acerca do letramento digital: perspectivas da prática. Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, Londrina, v. 19, n. 4, p. 472-477, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.17921/2447-8733.2018v19n4p472-477>.

FRANCISCO, E.; FERREIRA, H. M.; GOULART, I. C. V. Letramento digital: do uso das tecnologias digitais à formação dos professores de língua portuguesa, o que se discute sobre isso? Texto Livre: Linguagem e Tecnologia, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 109-127, 2019. DOI: <https://doi.org/10.17851/1983-3652.12.3.%25p>.

LANDGRAF-VALERIO, C. L. Letramento digital: o blog como estratégia de formação de professores. Revista

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecnologias na Educação [online], v. 4, n. 7, p. 1-11, 2012.

MACHADO, C. M.; ARAGÃO, C. O.; LOPES, P. H. M. O letramento digital na formação de professores a distância. *Caderno Seminal*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 33, p. 49-81, 2019. DOI: <https://doi.org/10.12957/cadsem.2019.40963>.

MARZARI, G. Q.; LEFFA, V. J. O letramento digital no processo de formação de professores de línguas. *Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, Canoas, v. 2, n. 2, p. 1-18, 2013.

MATENCIO, M. DE L. M. Analfabetismo na mídia: conceitos e imagens sobre o letramento. In: *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. primeira r ed. [s.l.] Mercado de Letras, 2014.

NERY, S. C.; COSTA, S. R.; SOUZA, M. S. Letramento digital: os desafios da relação discente-docente. *Reves - Revista Relações Sociais*, Viçosa, v. 1, n. 3, p. 397-406, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18540/revesv1iss3pp0397-0406>.

OLIVEIRA, E. C.; MELLO-PAIVA, K. S. F. Letramento digital em um curso de formação continuada de professores de língua inglesa. *Leitura*, Maceió, v. 1, n. 53, p. 105-128, 2019. DOI: <http://www.dx.doi.org/10.28998/2317-9945.2014v1n53p81-103>.

SANTOS, L. I. S.; CICHELERO, M. Inclusão do letramento digital na formação continuada de docentes de língua inglesa: algumas contribuições. *Polifonia*, Cuiabá, v. 19, n. 25, p. 197- 222, 2012.

SILVA JÚNIOR, S. N. A identidade e a formação do professor de português: questões de linguagem, percepção de ensino e letramento digital. *Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação*, Blumenau, v. 11, n. 1, p. 340-356, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/1981-9943.2017v11n1p340-356>.

SILVA, W. R.; REIS, N. V. Construção de práticas de letramento digital na formação inicial do professor de língua materna. *Interfaces da Educação*, Paranaíba, v. 8, n. 24, p. 97-118, 2017. DOI: <https://doi.org/10.26514/inter.v8i24.1373>.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Digital literacy and basic competences from the teacher's and learner's perspectives*. 2011. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000214485>. Acesso em: 21 abr. 2021.

LEIS DA INCLUSÃO: APLICABILIDADE E EFETIVIDADE NO BRASIL

INCLUSION LAWS: APPLICABILITY AND EFFECTIVENESS IN BRAZIL

Ângela Maria de Lima¹

RESUMO

A presente pesquisa aborda a temática leis da inclusão: aplicabilidade e efetividade no Brasil. A presente pesquisa pretende responder a seguinte pergunta norteadora: a aplicabilidade e efetividade das Leis da Inclusão no Brasil de fato acontece? A pesquisa analisou produções científicas publicadas entre 2018 e 2023, nas plataformas Scielo e Periódicos Capes. A presente pesquisa possui como objetivo geral, demonstrar a aplicabilidade e efetividade das Leis da Inclusão no Brasil. Utilizando os descritores estruturados no DeCS e MeSH. O período de coleta dos dados correu no mês de abril de 2023. Como critério de inclusão foram utilizados artigos científicos relacionados ao tema e com no máximo 5 anos de publicação e, como critérios de exclusão, artigos científicos que não contemplam a temática leis de inclusão. Assim, conclui-se que a leis existentes de inclusão ainda são insuficientes ou falhas, novas leis devem ser criadas respeitando os preceitos constitucionais e ampliando os direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência. Além disso, o Estado deve buscar regulamentar os dispositivos legais que necessitam de efetivação e promover e implementar os direitos das pessoas com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Leis. Inclusão. Pessoas. Deficiência.

ABSTRACT

This research addresses the theme of inclusion laws: applicability and effectiveness in Brazil. This research aims to answer the following guiding question: does the applicability and effectiveness of Inclusion Laws in Brazil actually happen? The research analyzed scientific productions published between 2018 and 2023, on the Scielo and Periódicos Capes platforms. The present research has as general objective, to demonstrate the applicability and effectiveness of the Inclusion Laws in Brazil. Using the descriptors structured in DeCS and MeSH. The data collection period took place in April 2023. As inclusion criteria, scientific articles related to the theme and with a maximum of 5 years of publication were used and, as exclusion criteria, scientific articles that do not contemplate the theme of inclusion laws. Thus, it is concluded that the existing inclusion laws are still insufficient or flawed, new laws must be created respecting the constitutional precepts and expanding the fundamental rights and freedoms of people with disabilities. In addition, the State should seek to regulate the legal provisions that need to be implemented and promote and implement the rights of people with disabilities.

KEYWORD: Laws. Inclusion. Persons. Disability.

¹ Graduada em Gestão de Recursos Humanos e Licenciatura em História; Especialista em Psicopedagogia; Sala Multifuncional para o Atendimento Educacional Especializado e Educação Inclusiva; Mestranda em Ciências da Educação pela ACU - Absoulute Christian University. **E-MAIL:** anginha.liima@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a temática leis da inclusão: aplicabilidade e efetividade no Brasil, pois, trata-se de um tema que gera muita discussão entre os estudiosos e pesquisadores da área.

A legislação brasileira conta diversas normas direcionadas a pessoa com deficiência e sua inclusão, que refletem a evolução ou retrocesso na discussão de inclusão das diversidades e sua integração social, dentre essas destaca-se a Constituição Federal/1988 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência/2015, como conquistas importantes no avanço desses direitos (FICO; NOBREGA, 2022).

Há uma necessidade crescente em busca de normas jurídicas que atendam as necessidades de forma igualitária e digna, das pessoas com deficiência, que compõem uma parcela significativa da população (ROCHA et al., 2022).

Assim, as perspectivas sobre a importância dos direitos da pessoa com deficiência se concentram, especialmente, na efetivação da inclusão social dessas pessoas e na luta contra a discriminação (BARBOSA; PIRES, 2022).

Muitas são as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência, o Estado deve possuir um

aparato de leis e programas de governo capazes de minimizar essas dificuldades e promover a efetivação dos seus direitos (BARBOSA; PIRES, 2022).

A presente pesquisa pretende responder a seguinte pergunta norteadora: a aplicabilidade e efetividade das Leis da Inclusão no Brasil de fato acontece?

E, possui como objetivo geral, demonstrar a aplicabilidade e efetividade das Leis da Inclusão no Brasil.

MÉTODOLOGIA

A metodologia utilizada na presente pesquisa é a revisão sistemática, que possui as seguintes etapas (Quadro 1). Observando a identificação dos artigos pré-selecionados e selecionados através da leitura dos agentes indexadores das publicações, como resumos, palavras-chave e títulos; formação de uma biblioteca individual, bem como, a avaliação crítica dos estudos selecionados; análise, interpretação e discussão dos resultados e a exposição da revisão no formato de artigo, que apresenta sugestões para estudos futuros.

QUADRO 1 – Etapas da Revisão Sistemática.

ETAPA	TÓPICOS DE CADA ETAPA	DETALHAMENTO DE CADA TÓPICO		
1ª	Tema	Leis da Inclusão: aplicabilidade e efetividade no Brasil		
	Pergunta norteadora	A aplicabilidade e efetividade das Leis da Inclusão no Brasil de fato acontece?		
	Objetivo geral	Demonstrar a aplicabilidade e efetividade das Leis da Inclusão no Brasil		
	Estratégias de busca	1. Cruzamento de descritores por meio do operador booleano AND; 2. Uso de descritores estruturados (codificação) no DECS ou MESH; 3. Uso de metadados (filtros).		
	Bancos de terminologias	Banco	Link	
		DeSC	http://decs.bvs.br/	
		MeSH	https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh	
	Descritores livres e estruturados	Descritor	DeSC (Registro)	MeSH (Identificador Único)
		Inclusão	19239	D008282
		Aplicação da Lei	37692	D035846
String de busca	Lei AND Inclusão Lei AND Inclusão AND Brasil Lei AND Inclusão AND Educação			

	Bibliotecas Virtuais	Link		
		Scielo	https://search.scielo.org/	
		Periódicos Capes	https://www.periodicos.capes.gov.br/	
2ª	Período de coleta dos dados	julho de 2023		
	Critérios de inclusão	1. Texto (artigos de espécie científico). 2. Publicação (2019-2023).		
	Critérios de exclusão	1. Artigos que não contemplam a temática “Leis de Inclusão”.		
3ª	Número de trabalhos selecionados para revisão sistemática a partir da leitura dos agentes indexadores das publicações (tema, descrição, ementa).		17	
4ª	Categorias obtidas com a análise dos documentos investigados <i>online</i> gratuitos e de livre acesso.		02	
5ª	Tecnologias digitais utilizadas	Tecnologia (software ou website)	Link	Utilidade
		WordArt: Nuvem de palavras	https://wordart.com/	Construir nuvem de palavras e frequência das palavras-chave para criar as categorias temáticas.

FONTE: Elaborada pela autora.

RESULTADOS

QUADRO 2 – Total de documentos disponíveis nas Plataforma Scielo, obtidos por string de busca.

STRING DE BUSCA	BASES DE DADOS PLATAFORMA	TOTAL DE PUBLICAÇÕES SEM O FILTRO	PUBLICAÇÕES DISPONÍVEIS APÓS APLICAR OS FILTROS	PUBLICAÇÕES APROVEITADAS NA REVISÃO SISTEMÁTICA
Lei AND Inclusão	Scielo	165	70	10
Lei AND Inclusão AND Brasil	Periódicos Capes	2266	1042	7
Lei AND Inclusão AND Educação	TOTAL	2431	1112	17

FONTE: Elaborada pela autora.

Conforme o quadro 2, a biblioteca virtual pesquisada disponibilizou um total de 2.431 artigos científicos relacionados a pesquisa, após a utilização de filtros restaram 1.112 artigos científicos atendendo os critérios de inclusão, e destes foram realizados 17 downloads, por corresponderem a todos os critérios de

inclusão, sendo submetidos às etapas da revisão sistemática.

Quadro 3 - Descrição dos artigos conforme os critérios de inclusão.

ART.	AUTOR(A)	TEMA	ANO DA PUBLICAÇÃO	CONCLUSÃO
1	Camila Dias Andrade Wenzel Jacqueline Wanderley Marques Dantas	Conhecendo os alunos com altas habilidades e superdotação como condição para uma efetiva inclusão escolar	2019	Contudo, percebe-se, na prática, uma escassa informação entre os educadores e a própria escola, no que se refere ao reconhecimento desses educandos e as melhores formas de ensiná-los.
2	Rosylane Nascimento das Mercês Rocha Josierton Cruz Bezerra Francisco Cortes Fernandes Mônica Correia Rui Nunes	Brazilian law of inclusion: an applied analysis of the correlation of bioethical principles	2022	Conclusion: The articles of the Brazilian Law of Inclusion, published on July 6, 2015, under the provisions of the Federal Constitution of 1988 and the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, demonstrate a correlation with the stated bioethical principles.
3	Rosylane Nascimento das Mercês Rocha Josierton Cruz Bezerra Francisco Cortes Fernandes Mônica Correia Rui Nunes	Legislation for disabled people in brazil. From human dignity to social inclusion. advancing capabilities as an ethical imperative	2021	It is necessary to review the existing norms and promote the consolidation of laws, decrees, ordinances and normative instructions regarding the rights of persons with disabilities in a uniform manner, on an adequate technical-scientific basis. This review should be consistent with the provisions of the 1988 Federal Constitution, the International Convention on the Rights of Persons with Disabilities and the Brazilian Inclusion Law.
4	Iara Pereira Ribeiro Pedro do Amaral Fernando Ruiz	A prática da interdição: um desafio para a eficácia da Lei brasileira de inclusão	2019	A análise dos documentos apontou que os mandados de inscrição do registro de interdição não informam corretamente a motivação da sentença, o que impossibilita estabelecer os motivos e os limites da interdição. Tal prática atinge a autonomia da pessoa com deficiência, pois o não conhecimento público da natureza da deficiência cerceia a sua vontade para demais atos em que estaria plenamente apta, violando o direito à inclusão da pessoa com deficiência.
5	David Augusto Fernandes	Direitos fundamentais: a lei de inclusão das pessoas com deficiência e o direito à igualdade	2018	A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho fundamentou-se na abordagem crítica dos ordenamentos jurídicos pátrios e internacionais sobre o tema, bem como na discussão dos posicionamentos doutrinários, no sentido de se chegar a uma visão do posicionamento ideal do Estado na administração de procedimentos traduzidos em ações equilibradas para

				assegurar dignidade na vida dessas pessoas.
6	Guilherme Calmon Nogueira da Gama Karina de Oliveira e Silva	Lei de Inclusão das Pessoas com Deficiência e seus impactos nos contratos	2022	O presente estudo pretende abordar o impacto da Lei de Inclusão das Pessoas com deficiência na seara dos contratos, a partir do estudo das incapacidades, avaliando-se a vontade como pressuposto de validade do negócio jurídico, e culminando com a celebração do negócio jurídico por aqueles submetidos, ou não, ao instituto da curatela.
7	Adriana da Silva Thomaz Betina Hillesheim Carolina de Freitas Corrêa Siqueira	A judicialização da inclusão: o governo pela lei	2021	Argumenta-se que, por meio do Poder Judiciário, o Estado regula os rumos da inclusão a partir de dois vieses que se articulam: o da fiscalização e da intervenção recomendatória e o da orientação, que toma a argumentação e o convencimento como formas de produzir modos de ser inclusivos.
8	Luiz Renato Martins da Rocha Jáima Pinheiro de Oliveira	Análise textual pormenorizada da Lei Brasileira de Inclusão: perspectivas e avanços em relação aos direitos das pessoas com deficiência	2022	Identificou-se que a LBI é de suma importância para a construção de uma vida independente das pessoas com deficiência e foi estruturada de modo a trazer garantias de direitos, que, por anos, foram tidos como “favores” e/ou assistencialismo. Ela traz não só direitos sociais básicos, mas também civis e políticos, estimulando a retirada desses sujeitos da condição de extrema dependência que, em muitos casos, foram tratadas como incapazes.
9	Maria Lígia de Oliveira Barbosa André Pires	Uma análise exploratória sobre seleção e inclusão no Ensino Superior brasileiro: do mérito herdado ao mérito relacional	2022	O Pimesp, ao abolir critérios vinculados ao mérito relacional, acabou sendo objeto de muitas críticas. O artigo destaca a necessidade de que a revisão da referida Lei de Cotas, prevista para 2022, preserve este importante mecanismo de inclusão. A expansão do ingresso no ensino superior traz também desafios em relação às políticas de permanência e de egressos para que estas levem em conta a dimensão relacional do mérito.
10	Bernardo de Souza Dantas Fico Henrique Meng Nobrega	The Brazilian Data Protection Law for LGBTQIA+ People: Gender identity and sexual orientation as sensitive personal data	2022	Uma interpretação de “vida sexual” baseada em direitos humanos requer a inclusão de “orientação sexual” e “identidade de gênero” nesse termo por força, <i>inter alia</i> de imperativos de dignidade da pessoa humana e não discriminação. Por sua vez, o Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento de que discriminação baseada em “orientação sexual” e/ou “identidade de gênero” são formas de racismo social. Portanto, embora não expressamente listados, tanto “orientação sexual” quanto

				“identidade de gênero” compõem a lista de dados sensíveis sob a LGPD.
11	Andreia Nakamura Bondezan Claudia Gallert Jacqueline Maria Duarte Lewandowski Jessica Fernanda Wessler Ferreira	Cotas para pessoas com deficiência nos cursos superiores do Instituto Federal do Paraná (IFPR)	2022	A análise permitiu, ainda, observar informações referentes à expansão da oferta de ensino superior no IFPR e suas implicações para as vagas reservadas às pessoas com deficiência. A pesquisa demonstrou que a reserva de vagas para pessoas com deficiência foi objeto de preocupação do IFPR desde seu primeiro ano de atuação, em 2009, mas que o processo de implantação dessa política foi marcado por avanços e recuos no período examinado.
12	Jose Marcelo Menezes Vigliar Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini	O conceito de barreiras atitudinais previsto na Lei Brasileira de Inclusão e a possibilidade de sua utilização para coibir outras discriminações	2020	Conclui que é possível, utilizando-se dos princípios que regem a interpretação das leis, estender a aplicação da disciplina da remoção das “barreiras atitudinais” para outras formas de discriminação igualmente vetadas pela lei.
13	Éric Plaisance	O Especial na Educação: significados e usos	2019	A lei de 2005 não faz mais referência à Educação Especial, e a lei de 2013 reconhece a inclusão escolar de toda criança. Usos paradoxais do especial ainda permanecem na Itália e no Brasil. Por fim, nós nos interrogamos sobre as relações entre a ética e a democratização.
14	Pollyanna Salles Rodrigues Éverton Luís Pereira	A percepção das pessoas com deficiência sobre o trabalho e a Lei de Cotas: uma revisão da literatura	2021	Ainda há muito a se avançar de modo que a extinção de barreiras não esteja somente pautada na organização, na legislação, na educação, mas essencialmente no campo da ideologia, da política e da sociedade.
15	Janaína Moreira Pacheco De Souza Luiz Antonio Gomes Senna	Um diálogo entre Bilinguismo, Legislação e Educação Inclusiva no Brasil	2021	Como aportes teóricos para discutir essas questões, pautamo-nos em documentos oficiais como: Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei nº 10.436 do ano de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS; Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146); Estatuto do Estrangeiro (Lei n.º 6.815/80); Lei de Migração (Lei nº 13.445/17); na Declaração de Incheon (2015) e em pesquisadores da área da linguística e da educação que reconhecem a necessidade de reflexões pontuais para atender às peculiaridades sociolinguísticas existentes num país de tanta diversidade como o Brasil.
16	Nibaldo Benavides-Moreno	La inclusión escolar en Chile: observada desde la docencia	2021	A análise permite evidenciar o pensamento e as dinâmicas de trabalho desses atores em contextos

	Gril Ortiz-González Daniel Reyes-Araya			educacionais diversos, identificando problemas críticos que, se fossem atendidos, afetariam positivamente seu trabalho, observando-se a necessidade de corrigir dificuldades, estabelecer estratégias pedagógicas e potencializar alguns componentes da lei.
17	2022	A Lei Brasileira de Inclusão e a 'tomada de decisão apoiada': uma possibilidade para a emergência de sujeitos de sexualidade?	2022	Além disso, indago, a partir de duas situações advindas de minhas pesquisas de campo, os limites, as possibilidades e as ambivalências existentes entre a prática jurídica e as experiências cotidianas dos sujeitos de sexualidade.

FONTE: Plataformas Scielo e Periódicos Capes, 2023.

Através do recurso tecnológico online *WordArt*, o conteúdo textual dos artigos utilizados na revisão sistemática foi avaliado por meio da frequência de palavras, que deu origem a nuvem de palavras - Figura 1.

O *WordArt* é uma plataforma utilizada para agrupar e organizar graficamente as palavras-chave destacando as mais frequentes, com isso, contribui para definição das categorias que farão parte dessa pesquisa.

As categorias foram criadas a partir da Nuvem de Palavras acima (Figura 1), com base nas palavras em evidência de acordo com a análise de conteúdo de Bardin. Assim, a Tabela abaixo demonstra a frequência de palavras e as categorias obtidas.

FIGURA 1 - Nuvem de Palavras.



FONTE: Elaborada pelo autor.

TABELA 1 - Frequência das palavras (Plataforma *WordArt*).

PALAVRAS	FREQ.	CATEGORIAS
Leis	18	Legislação Brasileira: inclusão
Inclusão	13	
Direitos	10	
Pessoas	8	
Deficiência	9	Perspectivas em relação aos direitos das pessoas com deficiência
Legislação	5	
Educação	4	

FONTE: Elaborada pela autora.

DISCUSSÕES:

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: INCLUSÃO

A legislação brasileira possui várias normas que tratam da pessoa com deficiência e da sua inclusão, como a Constituição Federal, leis, decretos, portarias, resoluções e notas técnicas que dispõem sobre o assunto, que refletem a evolução ou retrocesso na discussão de inclusão das diversidades e sua integração social (RIBEIRO; RUIZ, 2019).

As normas mais importantes que tratam sobre a inclusão de pessoas com deficiência, serão analisadas de forma breve, sendo possível uma visão panorâmica do cenário em questão (BARBOSA; PIRES, 2022).

A Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência, trata de múltiplos

aspectos pertinentes à inclusão das pessoas com deficiência (FERNANDES, 2018).

A referida lei é um aglomerado de dispositivos que objetivam a promoção dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, e assegurar, de forma igualitária com as demais pessoas, o exercício desses direitos e liberdades fundamentais buscando a sua inclusão social e, conseqüentemente, cidadania (FICO; NOBREGA, 2019).

Os dispositivos da Lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência – em sua maioria são autoaplicáveis, não precisam de regulamentação para ter efetividade e aplicabilidade. No entanto, existem alguns dispositivos que necessitam de regulamentação para complementá-los (ROCHA; OLIVEIRA, 2022).

Cabe destacar o capítulo IV da lei aborda, que traz o direito ao acesso à Educação e alguns avanços relevantes, como por exemplo, a proibição da cobrança pelas escolas de valores adicionais pela implementação de recursos de acessibilidade (VIGLIAR; NASPOLINI, 2020).

A lei observa que o sistema educacional deve ser um sistema inclusivo em todos os níveis, no entanto, não deixa claro que os alunos com deficiência devem ser matriculados na rede regular, causando controvérsias nessa disposição (SOUZA; SENNA, 2021).

Devido as discursões acerca da educação inclusiva e especial, o Ministério da Educação - MEC resolveu revisar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), do ano de 2008, pois, seu texto tem sofrido fortes críticas de educadores que abordam o assunto que sugerem a eliminação de qualquer separação entre alunos sem deficiência ou com deficiência (GAMA; SILVA, 2022).

O Plano Nacional de Educação – PNE / 2014, que traça 20 metas para o País cumprir em dez anos, também, sofre bastantes críticas, devido a previsão de que as crianças e os jovens com deficiência podem ser matriculados em escolas especiais e, não

obrigatoriamente, na rede regular de ensino (GAMA; SILVA, 2022).

Deste modo, cabe destacar que além do Estatuto da Pessoa com Deficiência, do PNEEPEI, do PNE, existem outras normas importantes sobre inclusão (BARBOSA; PIRES, 2022), conforme o quadro abaixo:

QUADRO 4 – Principais normas sobre Inclusão

ANO / NORMA	TEXTO
1988 / Constituição Federal	Art. 205: “A Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. Art. 206: “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. Art. 208: É dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”
1989 / Lei Nº 7.853	Dispõe sobre a integração social das pessoas com deficiência. Exemplo: Educação: incluso no sistema educacional escolas especiais e oferta obrigatória e gratuita de educação especial dentro na rede pública de ensino.
1990 / Lei Nº 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente	<ul style="list-style-type: none"> ● Garantia de atendimento educacional especializado de preferência na rede regular de ensino às crianças com deficiência; ● Proteção ao trabalho do adolescente com deficiência; ● Prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes com deficiência.
1994 / Política Nacional de Educação Especial	Integração instrucional: política que exclui significativa quantidade dos alunos com deficiência do sistema regular de ensino, encaminhando-os para a Educação Especial
1996 / Lei Nº 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação	Possui capítulo específico destinado a Educação Especial <ul style="list-style-type: none"> ● “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”. ● “o atendimento educacional será feito em classes,

	<p>escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular”.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação dos professores. • Formação de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender às necessidades das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
2002 / Lei Nº 10.436	Reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras).
2006 / Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	Documento elaborado por: Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça, Unesco e Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Propõe em suas metas a inclusão de temas concernentes às pessoas com deficiência nos currículos das escolas.
2007 – Decreto Nº 6.094	Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação do MEC. Reforça a inclusão dos alunos com deficiência no sistema público de ensino.
2008 / Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	Norma que delinea o histórico do processo de inclusão escolar no Brasil para fundamentar “políticas públicas promotoras de uma Educação de qualidade para todos os alunos”.
2011 / Decreto Nº 7.611	Estabelece novas diretrizes para direcionar o dever do Estado com a Educação das pessoas com deficiência e estabelece que sistema educacional seja inclusivo em todos os níveis.
2012 / Lei nº 12.764	A norma cria a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
2020 / Decreto Nº 10.502 – Política Nacional de Educação Especial	Cria a Política Nacional de Educação Especial (Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida)

FONTE: Elaborado pela autora.

Ao longo dos anos, é possível observar avanços e retrocessos no que se trata de legislação sobre inclusão. É uma batalha travada constantemente para conquistar novos direitos, manter os já conquistados e efetiva-los dentro da sociedade (BARBOSA; PIRES, 2022).

PERSPECTIVAS EM RELAÇÃO AOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Muitos são os avanços trazidos para as pessoas com deficiência, como os direitos que envolvem os temas educação, transporte, saúde, a cultura e lazer, bem como acesso à informação, comunicação e justiça, que são direitos fundamentais do indivíduo, previstos constitucionalmente (ROCHA et al., 2021).

Não obstante, os avanços trazidos pela Constituição Federal/1988 e com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15), muitos dos direitos conquistados ainda necessitam de efetividade (SIMÕES, 2022).

A importância dos direitos da pessoa com deficiência está concentrada, especialmente, na efetivação da inclusão social dessas pessoas e na luta contra a discriminação (THOMA; HILLESHEIM; SIQUEIRA, 2021).

Pois, as pessoas com deficiência, apesar dos avanços citados, ainda têm encontrado muitos obstáculos que impedem de participarem inteiramente dentro de suas respectivas comunidades (WENZEL; DANTAS, 2019).

Assim, os direitos das pessoas com deficiência buscam a ascensão da melhoria de vida para a pessoa com deficiência, ao mesmo tempo objetiva melhorias na organização social e também no funcionamento de serviços direcionados ao atendimento dessas pessoas (BENAVIDES-MORENO; ORTIZ-GONZÁLEZ; REYES-ARAYA, 2021).

A realidade é que há uma quantidade imensa de pessoas com deficiência e necessitam de atenção especial dos governantes e da família, com isso,

consequentemente, há necessidade de direitos voltados para essa parte da população mundial (RODRIGUES; PEREIRA, 2021).

Historicamente, as pessoas com deficiência acabam enfrentando com mais frequência situações adversas, assim como, menos oportunidades de emprego, mais dificuldade no acesso à educação, condições socioeconômicas desfavoráveis, dentre outras (FICO; NOBREGA, 2022).

Tais situações de desvantagens, de dificuldade, devem ser levadas em consideração pelo Estado na elaboração de suas leis, seus programas e políticas de governo, em busca da inclusão social, para que as pessoas com deficiência, que representam uma grande parcela da população mundial, possam participar ativamente da vida social e em sua comunidade, e a primeira porta que deve se abrir é a da inclusão escolar (FICO; NOBREGA, 2022).

É através da escolarização das pessoas com deficiência, dentro da rede de ensino regular, que a inclusão social começa acontecer (SIMÕES, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração da presente pesquisa, avanços e retrocessos legislativos, no que se refere as pessoas com deficiência e sua inclusão, foram evidenciados.

No entanto, a Constituição Federal de 1988, reza que a educação é um direito de todos, não fazendo nenhuma distinção entre pessoas com deficiência ou não, também, prevê atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, dentro da rede regular de ensino, de forma preferencial, além da previsão de outros direitos. A referida norma é a Carta Magna de todo o ordenamento jurídico, a partir dela muitas leis e outras normas infraconstitucionais foram criadas e deverão ser criadas para efetivar os direitos das pessoas com deficiência.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) é uma conquista muito importante dentro do ordenamento jurídico, apesar de existir dispositivos que carecem de regulamentação para atingir sua efetividade, em sua maioria é uma lei autoaplicável, que busca a igualdade no exercício de direitos e liberdades fundamentais.

As perspectivas sobre os direitos das pessoas com deficiência são muitas, como por exemplo, a inclusão escolar, no ensino regular, de forma completa em todos os níveis, que respeite suas diferenças e valorize suas habilidades, promovendo a igualdade de direitos.

Obviamente, que ainda existe um longo caminho a ser percorrido, a luta por implementação de direitos e políticas governamentais que busquem minimizar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência é uma realidade.

Com isso, conclui-se que a leis existentes de inclusão ainda são insuficientes ou falhas, novas leis devem ser criadas respeitando os preceitos constitucionais e ampliando os direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência. Além disso, o Estado deve buscar regulamentar os dispositivos legais que necessitam de efetivação e promover e implementar os direitos das pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. L. DE O.; PIRES, A. Uma análise exploratória sobre seleção e inclusão no Ensino Superior brasileiro: do mérito herdado ao mérito relacional. **Pro-Posições**, v. 33, n. e20210070, p. 1–30, 2022.

BENAVIDES-MORENO, N.; ORTIZ-GONZÁLEZ, G.; REYES-ARAYA, D. School inclusion in chile: Observed from the teaching. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, 2021.

FERNANDES, D. A. Direitos Fundamentais: a lei de inclusão das pessoas com deficiência e o direito à igualdade. **Revista de Direito**, v. 10, n. 02, p. 159–194, 2018.

FICO, B. DE S. D.; NOBREGA, H. M. A Lei Geral de Proteção de Dados Brasileira para Pessoas LGBTQIA+: Identidade

de gênero e orientação sexual como dados pessoais sensíveis. **Educação & Realidade**, v. 44, n. 1, p. 1–17, 2019.

FICO, B. DE S. D.; NOBREGA, H. M. The Brazilian Data Protection Law for LGBTQIA+ People: Gender identity and sexual orientation as sensitive personal data. **Revista Direito e Práxis**, v. 13, n. 2, p. 1262–1288, 2022.

GAMA, G. C. N. DA; SILVA, K. DE O. E. Lei de Inclusão das Pessoas com Deficiência e seus impactos nos contratos. **Civikista.com**, v. 3, n. 11, p. 1–12, 2022.

RIBEIRO, I. P.; RUIZ, P. DO A. F. A prática da interdição: um desafio para a eficácia da Lei Brasileira de Inclusão. **Revista Jurídica Cesumar - Mestrado**, v. 19, n. 2, p. 459, 2019.

ROCHA, L. R. M. DA; OLIVEIRA, J. P. DE. Análise textual pormenorizada da Lei Brasileira de Inclusão: perspectivas e avanços em relação aos direitos das pessoas com deficiência. **Praxis Educativa**, v. 17, p. 1–16, 2022.

ROCHA, R. N. D. M. et al. Brazilian Law of Inclusion: an Applied Analysis of the Correlation of Bioethical Principles. **Acta Bioethica**, v. 28, n. 1, p. 67–74, 2022.

ROCHA, R. N. D. M. et al. Legislation for disabled people in Brazil. From human dignity to social inclusion. advancing capabilities as an ethical imperative. **Acta Bioethica**, v. 27, n. 2, p. 223–234, 2021.

RODRIGUES, P. S.; PEREIRA, É. L. A percepção das pessoas com deficiência sobre o trabalho e a Lei de Cotas: uma revisão da literatura. **Physis**, v. 31, n. 1, p. 0–2, 2021.

SIMÕES, J. A Lei Brasileira de Inclusão e a ‘tomada de decisão apoiada’: uma possibilidade para a emergência de sujeitos de sexualidade? **Horizontes Antropológicos**, v. 28, n. 64, p. 263–295, 2022.

SOUZA, J. M. P. DE; SENNA, L. A. G. Um diálogo entre Bilinguismo, Legislação e Educação Inclusiva no Brasil. **Educação**, v. 46, n. 2015, 2021.

THOMA, A. DA S.; HILLESHEIM, B.; SIQUEIRA, C. DE F. C. The judicialization of the inclusion process: Governing through law. **Cadernos CEDES**, v. 41, n. 114, p. 87–98, 2021.

VIGLIAR, J. M. M.; NASPOLINI, S. H. D. F. The concept of attitudinal barriers provided by the Brazilian Inclusion Law and the possibility of their use to restrain other discriminations. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermeneutica e Teoria do Direito**, v. 12, n. 3, p. 538–548, 2020.

WENZEL, C. D. A.; DANTAS, J. W. M. Conhecendo Os Alunos Com Altas Habilidades E Superdotação Como

Condição Para Uma Efetiva Inclusão Escolar. **Cadernos Cajuína**, v. 4, n. 1, p. 58, 2019.

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS DIFICULDADES NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL NA ESCOLA****INCLUSIVE EDUCATION AND ITS DIFFICULTIES IN THE CONTEXT OF EARLY CHILDHOOD
EDUCATION AT SCHOOL**Leda Maria Araujo Furtado ¹**RESUMO**

É política do Ministério da Educação manter uma estreita colaboração com as escolas que desenvolvem o seu trabalho com pessoas com deficiência na escola, a fim de proporcionar aos alunos com necessidades especiais um atendimento educacional de qualidade com equidade, e fornecer os recursos materiais e pessoais necessários. Nesta linha de atuação, o nosso trabalho tem o intuito de mostrar a necessidade e esclarecer diante a lei, as carências em nosso país concernentes a Educação Inclusiva nas escolas. Esse trabalho se propôs a colocar em voga a Legislação Brasileira e os fatores que podem comprometer a inclusão das crianças, adolescentes e adultos que carecem de espaços educacionais de qualidade. As escolas possuem um propósito de ser útil para as gestões administrativas estaduais e municipais, bem como para a comunidade educacional. Para tanto, o objetivo de inferir a necessidade de inclusão nas unidades de ensino, torna-se tarefa de especialistas, administradores, educadores e a sociedade como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade. Inclusão. Escolas.

ABSTRACT

It is the policy of the Ministry of Education to maintain a close collaboration with schools that carry out their work with people with disabilities at school, in order to provide students with special needs with quality educational assistance with equity, and to provide the necessary material and personal resources. . In this line of action, our work aims to show the need and clarify before the law, the deficiencies in our country concerning Inclusive Education in schools. This work aimed to bring into vogue the Brazilian legislation and the factors that may compromise the inclusion of children, adolescents and adults who lack quality educational spaces. Schools have a purpose to be useful for state and municipal administrative management, as well as for the educational community. Therefore, the objective of inferring the need for inclusion in teaching units becomes the task of specialists, administrators, educators and society as a whole.

KEYWORDS: Accessibility. Inclusion. Schools.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialização em Educação Física e educação inclusiva escolar pela FAVENI - Faculdade Venda Nova Do Imigrante. Graduação em Pedagogia pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Pará - UVA, IDEPA. **E-MAIL:** ledamaria_filo@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9767483505781314

INTRODUÇÃO

As escolas de educação infantil são responsáveis por atender a primeira fase da educação de uma vida da pessoa. Essa etapa é chamada de Educação Básica. É nesta fase que a criança terá a construção do conhecimento e promoção da socialização.

Essas instituições destinam-se a atender crianças de 3 meses a 5 anos e 11 meses; independentemente de sua condição física, visual ou intelectual. Esta definição é dada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Brasil, garantindo a inclusão de todos os alunos no ensino regular sistema (Brasil, 1996; 2013).

As Pré-escolas devem oferecer condições para que as crianças alcancem seu potencial máximo, respeitando as diferenças de tudo; para que isso ocorra, o ambiente não deve ser um limitador, ou seja, deve permitir acesso para todos independentemente de sua restrição, seja ela física, visual ou intelectual (Elali, 2002; Corrêa, 2010).

Uma Escola de Educação Infantil deve integrar os diferentes espaços. Cada ambiente deve ser dimensionado de acordo com cada atividade proposta. O conforto dos usuários, acessibilidade, fluxos e a ergonomia, entre outras, deve ser levada em consideração (França, 2011). O espaço físico da escola tem impacto direto e simbólico no aluno com deficiência; pode ser um facilitador ou inibidor de seu comportamento (Elali, 2002).

A organização espacial da escola de educação infantil permite identificar como a interação ocorre entre os indivíduos e entre eles e o ambiente; este diagnóstico pode ser feito pela análise de fluxos e formas de circulação, bem como pela proximidade dos espaços de atividade quartos, áreas de lazer, vivências, apoios e serviços, que podem favorecer ou não o intra e relações interpessoais (Brasil, 2006).

A concepção de um espaço funcional e operacional, comprometido com a acessibilidade

contribui para a aprendizagem processo dos alunos. De acordo com Dischinger; Bins Ely e Borges (2009), o espaço na escola ambiente para ser inclusivo, deve permitir não apenas o acesso físico a todas as crianças, mas também a todos as suas participações e em todas as atividades.

Um ambiente escolar inadequado, com barreiras arquitetônicas pode comprometer o funcionamento cognitivo desenvolvimento de crianças com deficiência, prejudicando a educação inclusiva nas escolas regulares (Benvegnù, 2009).

Essas duas leis foram regulamentadas apenas em 2004 com a publicação do Decreto Federal 5.296 / 2004. Esse decreto regulamenta a questão da acessibilidade no país e estabelece prazos para implantação de acessibilidades em edifícios públicos ou de uso público (até junho / 2007) e em edifícios de uso privado (até dezembro / 2008). Regula as penalidades administrativas, civis e criminais que podem ser aplicadas no caso de não utilização dessas normas no prazo previsto na Lei (Brasil, 2004).

Este decreto estabelece os requisitos para a aprovação de projetos arquitetônicos e urbanísticos, comunicação e informação e transportes públicos. A Lei 5.296 / 2004 também apresenta a Política Nacional Programa de Acessibilidade que traz a definição das ações a serem realizadas pelos estados brasileiros e municípios para o desenvolvimento de estudos e diagnósticos sobre acessibilidade no país (Brasil, 2004).

No que se refere à acessibilidade arquitetônica e urbana, objeto deste trabalho, o artigo 10 menciona que estes projetos devem atender às referências presentes na Norma Técnica de Acessibilidade (NBR 9050 - Acessibilidade a edifícios, equipamentos e meio urbano) desenvolvido pela ABNT.

Na esfera estadual, em 2002, o Governo do Estado de São Paulo publicou a Lei 11.263 / 2002 que estabelece regras e critérios detalhados para a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, pela remoção de barreiras e

obstáculos nas vias e espaços públicos, mobiliário urbano, construção e renovação de edifícios e transportes e comunicações. Esta lei faz referência a Lei Federal 10.098 / 2000 (Magagnin; Prado e Vanderlei, 2014).

De acordo com Magagnin; Prado e Vanderlei (2014) por meio dessa Lei, governo do estado fixou prazo de até 4 anos (ou seja, até 2006) para que todos os funcionários sob sua jurisdição estejam de acordo com a lei, ou seja, implementar as mudanças necessárias ou eliminar e suprimir as barreiras arquitetônicas. Esta lei estabelece prazo menor que o Decreto Federal 5.296 / 2004, portanto os municípios devem adaptar seus edifícios até o ano de 2006. Este é um grande avanço para pessoas com necessidades especiais.

De acordo com essa lei, eles devem ter seu direito de livre acesso na cidade não apenas garantido por lei, mas implementado na cidade.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO:

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NA INCLUSÃO ESCOLAR

Inclusão escolar é um processo de adaptação escolar por meio da inserção de "todos os alunos", independente da raça, etnia, gênero, situação econômica, deficiência, reunidos no mesmo ambiente para que possam desenvolver suas habilidades e necessidades. O Brasil adota o conceito de inclusão escolar por meio de uma abordagem inclusiva escolar e educação inclusiva, ou seja, tanto a edificação quanto a proposta pedagógica devem oferecer a inclusão de todos os alunos na escola (Abate, 2011).

As leis brasileiras que apoiam o conceito de inclusão escolar (ou inclusão da escola ambiente) são a Lei de Acessibilidade ao Espaço e a Lei de Diretrizes e Bases do Estado Educação, apresentada brevemente nesta seção.

O tema acessibilidade começou a ser discutido no Brasil apenas em meados da década de 1980, como resultado direto das discussões sobre este assunto na

arena internacional. A primeira Norma Técnica Brasileira de Acessibilidade (elaborado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT) é do período de 1985. Nessa época, haviam informações técnicas sobre a adequação das edificações e mobiliário urbano para portadores de necessidades especiais. Antes desta data, o país não possuía nenhuma legislação que regulamentou e detalhou esse assunto (Magagnin; Prado e Vanderlei, 2014).

Segundo os autores, em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, o Governo Federal instituiu uma lei para regulamentar a construção de espaços públicos e edifícios que permitem a garantia de acesso gratuito de pessoas com deficiência a esses espaços. É por meio dessa lei que o país insere essa questão de forma mais efetiva no cenário nacional (Brasil, 1988; Magagnin, Prado e Vanderlei, 2014).

A regulamentação da acessibilidade na Constituição Federal está definida no artigo 5º, cujo conteúdo garante o direito de ir e vir a todo cidadão brasileiro. Artigo 227, parágrafo 2º, desta lei traz a definição de padrões para a construção de espaços e edifícios de uso público e fabricação de veículos de transporte coletivo, com o objetivo de garantir o acesso adequado aos deficientes (Magagnin; Prado e Vanderlei, 2014; Brasil, 1988).

Em 2000, o Governo Federal publicou duas leis regulamentando a acessibilidade no país: a Lei Federal 10.048 / 2000 e Lei Federal 10.098 / 2000. A primeira lei faz referência a ambos, o atendimento prioritário a pessoas com deficiência e idosos e sua acessibilidade aos veículos de transporte; e a segunda estabelece padrões e critérios gerais para a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em edifícios públicos ou de uso coletivo, em edifícios de uso privado, em sistemas de comunicação e sinalização.

Essas duas leis foram regulamentadas apenas em 2004 com a publicação do Decreto Federal 5.296 / 2004. Esse decreto regulamenta a questão da acessibilidade no país e estabelece prazos para

implantação de acessibilidades em edifícios públicos ou de uso público (até junho / 2007) e em edifícios de uso privado

(até dezembro / 2008). Regula as penalidades administrativas, civis e criminais que podem ser aplicadas no caso de não utilização dessas normas no prazo previsto na Lei (Brasil, 2004).

Este decreto estabelece os requisitos para a aprovação de projetos arquitetônicos e urbanísticos, comunicação e informação e transportes públicos. A Lei 5.296 / 2004 também apresenta o Programa de Política Nacional de Acessibilidade que traz a definição das ações a serem realizadas pelos estados brasileiros e municípios para o desenvolvimento de estudos e diagnósticos sobre acessibilidade no país (Brasil, 2004).

No que se refere à acessibilidade arquitetônica e urbana, objeto deste trabalho, o artigo 10 menciona que estes projetos devem atender às referências presentes na Norma Técnica de Acessibilidade (NBR 9050 - Acessibilidade a escola, equipamentos e meio urbano) desenvolvida pela ABNT.

Na esfera estadual, em 2002, o Governo do Estado de São Paulo publicou a Lei 11.263 / 2002 que estabelecem regras e critérios detalhados para a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, pela remoção de barreiras e obstáculos nas vias e espaços públicos, mobiliário urbano, construção e renovação de edifícios e transportes e comunicações. Esta lei faz referência a a Lei Federal 10.098 / 2000 (Magagnin; Prado e Vanderlei, 2014).

De acordo com Magagnin; Prado e Vanderlei (2014) por meio dessa Lei, governo do estado fixou prazo de até 4 anos (ou seja, até 2006) para que todos os funcionários sob sua jurisdição estejam de acordo com a lei, ou seja, implementar as mudanças necessárias ou eliminar e suprimir as barreiras arquitetônicas. Esta lei estabelece prazo menor que o Decreto Federal 5.296 / 2004, portanto os municípios devem adaptar seus

edifícios até o ano de 2006. Este é um grande avanço para pessoas com necessidades especiais.

De acordo com essa lei, eles devem ter seu direito de livre acesso na cidade não apenas garantido por lei, mas implementado na cidade.

Em resumo, até o ano de 2008, o Estado de São Paulo contava com 46 leis que tratavam de diversos aspectos de portadores de necessidades especiais. Para facilitar a aplicação e consulta a essas leis o Estado promulgou a Lei 12.907 / 2008 que consistia em consolidar toda a legislação relativa às pessoas com deficiência no Estado de São Paulo. Esta legislação incorpora 46 leis aprovadas entre os anos 1981-2007. O tema inclusão escolar foi inserido na legislação brasileira por meio da Lei Federal 9.394 / 1996 que institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esta lei também exige que todos os alunos com deficiência, transtornos invasivos do desenvolvimento e alta capacidade ou superdotação, cruzada em todos os níveis, graus e modalidades, deve, preferencialmente, estar matriculada no regular sistema escolar (Artigo 4, II) (Evangelista, 2007; Brasil, 1996).

No passado recente, no Brasil, as escolas de ensino fundamental ficavam sob a responsabilidade das secretarias de bem-estar social, eles tinham um caráter assistencialista. Atualmente, essas escolas são administradas pelos departamentos da educação, porque têm um caráter pedagógico.

Esta transferência de responsabilidade deveu-se à adoção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996 (Lei Federal 9.394 / 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação). Essa lei traz as definições da política nacional de educação e transferiu para o município a responsabilidade pela educação dos filhos.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) traz a definição da idade a ser atendida na primeira infância Educação. Esta lei estabelece que crianças de até 6 anos de idade devem estar matriculadas em escolas de ensino fundamental para que possam desenvolver, na íntegra,

seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais (Evangelista, 2007; Brasil, 1996).

A definição da faixa etária para cada termo foi regulamentada pela Lei Federal 12.796 / 2006 (que alterou a Lei Federal 9.394 / 1996, que definia que creches deveriam atender crianças de até 3 anos de idade, enquanto as pré-escolas deveriam atender crianças de 4 a 5 anos). A lei atual exigia que matrícula de crianças a partir dos 6 anos de idade no primeiro ano do ensino fundamental e definida como obrigatória, a inscrição de crianças a partir dos 4 anos de idade no Ensino Básico; no entanto, esta exigência entrará em vigor apenas a partir do ano de 2016 (Brasil, 1996).

FATORES QUE PODEM COMPROMETER A ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA SALA DE AULA

As salas de aula, antes do advento da legislação de acessibilidade, não levavam em consideração a questão da acessibilidade, pois não existia a consciência do paradigma da inclusão social nem lei federal de Diretrizes e Bases da Educação. Não considerou este espaço como um lugar comum para todas as pessoas, incluindo os alunos com deficiência, como usuários desses ambientes. Não havia preocupação com os obstáculos causados por pisos irregulares, passagens estreitas, altura dos peitoris das janelas, bebedouros, pias e banheiros acessíveis, entre outros elementos construtivos.

FIGURA 1. Acessibilidade na Escola



FONTE: <https://novaescola.org.br/> (2019)

As barreiras arquitetônicas podem constituir obstáculos para o ensino de alunos com deficiência física, deficiência visual e mobilidade reduzida. Essas barreiras impedem que alunos com deficiência tenham a oportunidade de participar de atividades no espaço físico como os demais colegas. Esses alunos podem ser isolados física e socialmente (Corrêa, 2010; Loch, 2007; Benvegnù, 2009).

Segundo Corrêa (2010)

“a acessibilidade é um dos primeiros requisitos que possibilita a todos os alunos acesso à escola, pois garante que todos circulem pelas suas dependências, utilizem funcionalmente todos os espaços, assistir às aulas e atuar em diversas atividades”.

E segundo Duarte e Cohen (2006), atualmente, grande parte da população não tem acesso à educação, em particular os deficientes. Isso se deve à configuração inadequada dos espaços físicos e a falta de conscientização de profissionais, planejadores e gestores sobre as reais necessidades e peculiaridades das pessoas que apresentam dificuldades físicas, motoras e / ou sensoriais.

A acessibilidade espacial em uma escola está relacionada aos seguintes fatores: deslocamento, uso, comunicação e orientação espacial. Esses quatro fatores estão inter-relacionados e o não cumprimento com um deles leva ao comprometimento dos outros.

Os autores Dischinger et al., (2009) e Benvegnù (2009) definem esses fatores como:

Deslocamento – é o movimento e deslocamento ao longo de caminhos horizontais, verticais (elevador ou plataforma) e planos inclinados (escadas rolantes, rampas ou equipamentos eletromecânicos) de forma segura e confortável. Pode ou não estar associado à ajuda de auxiliares equipamentos como andadores, cadeiras de rodas, bengalas, cão-guia e outros. Equipamento auxiliar – considere a área de manobra do equipamento.

Uso - refere-se à possibilidade de uso do espaço, equipamentos e móveis e a oportunidade de desfrutar dos bens e serviços obtidos realizando, participando e interagindo em atividades relacionadas. O layout do espaço permite a execução de atividades bem como elementos que permitem agarrar, manipular, alcançar, apertar e ativar objetos ou dispositivos em geral, como interruptores, maçanetas ou fechaduras.

Comunicação - possibilidade de troca de informações interpessoal ou por meio do uso de dispositivos de tecnologia assistiva que possibilitam a troca de informações das ações necessárias para o desenvolvimento de uma atividade.

Orientação espacial – é a capacidade da pessoa de identificar e compreender o imediato ambiente em que se encontra, além da possibilidade de definir estratégias de ação. Isto é determinado a partir das informações ambientais associadas ao desempenho funcional da capacidade do indivíduo de identificar o entorno imediato em que se encontra e a capacidade de agir sobre tal em formação.

Compreender as definições acima, é apresentar a proposta para avaliar o grau de inclusão escolar de alunos com deficiência física em edifícios escolares da pré-escola.

ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Os alunos portadores de necessidades especiais sempre estiveram presentes no Brasil e no mundo, mas na antiguidade não havia respeito ou admiração por eles, hoje consideramos que a maioria foi alvo de “bullying” na sociedade e nas instituições que representavam a educação.

Jean Itard foi considerado um marco na educação especial, sem dúvida colaborando para as primeiras visitas de pessoas com deficiência física e mental ou considerada especial. Somente no século 20 começa o atendimento a essas pessoas no Brasil consideradas especiais.

Nas últimas décadas, devido às novas demandas e expectativas sociais, aliadas aos avanços da ciência e da tecnologia, os profissionais da educação especial têm se voltado para a busca de novas formas de educação escolar com alternativas menos segregativas de absorção desses alunos pelos sistemas de ensino. Esse processo vem se acelerando, principalmente a partir da década de 1990, com o reconhecimento da Educação Inclusiva como diretriz educacional prioritária na maioria dos países, inclusive no Brasil. A política de Educação Inclusiva diz respeito à responsabilidade dos governos e das redes de ensino de cada país na qualificação de todas as crianças e jovens quanto aos conteúdos, conceitos, valores e experiências materializados no processo ensino-aprendizagem escolar, a partir do reconhecimento do indivíduo diferenças de qualquer origem. (GLAT, 2007. p. 15)

Observamos no Brasil que houve muitas mudanças desde o século 20, mas percebe-se claramente uma falha do governo em ajudar os portadores de algum tipo de deficiência, seja com material humano ou mesmo estrutural.

A LDBEN (1996) deixa claro que os alunos com necessidades especiais devem se possível frequentar as aulas com os demais alunos da escola, proporcionar inclusão, mas o que vemos é um desrespeito, temos a maioria inserida na sala de aula sem nenhuma estrutura humana. Tomando como exemplo, o caso de alunos surdos, sem a interpretação e muito menos estrutura física, o número de alunos muitas vezes ultrapassa o limite aceitável nas salas de aula, sendo o professor responsável por todos os alunos aprenderem igualmente.

FIGURA 2. Desenvolvimento de alunos



FONTE: <https://novaescola.org.br/> (2019)

Os alunos com necessidades especiais precisam de ajuda para desenvolver suas habilidades e aptidões físicas e mentais mais rapidamente, observando suas especificidades individualmente.

Em 1960 houve grandes avanços na educação inclusiva, mas sem muito sucesso, os alunos em sua maioria não se adaptaram à escola com o ensino regular, mas em 1990 reformulando o sistema educacional até na estrutura física oferecida pela escola.

A escola é uma imagem da sociedade, assim como a sociedade deveria ser uma imagem da escola, mas observamos muitas atribuições impostas à escola principalmente aos professores onde temos um alto grau de problemas médicos que ocorrem com eles, notamos, que os professores são “heróis” muitas vezes têm de serem pais, médicos, psicólogos ou mesmo intérpretes de surdos sem formação para isso, muitas vezes os governos impõem apenas à instituição de ensino responsabilidades que não são de natureza educacional.

Observamos os documentos que norteiam as políticas de educação especial, em comum acordo com a educação inclusiva:

- Política Nacional de Integração das Pessoas com Deficiência. Lei Federal nº 7.853 de 24 de outubro de 1989;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996;
- Estabelece Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência. Lei nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999;
- Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001;
- Constitui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Resolução CNE n.º 02, de 11 de setembro de 2001;
- Resolução CNE / CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Estabelece e orienta a implementação da Base Curricular Comum Nacional, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito do Ensino Básico.

Todas as bases, diretrizes e legislações citadas acima devem garantir uma escola para todos, tanto alunos com necessidades especiais quanto alunos sem necessidades. No Brasil, muitas vezes, os surdos são tratados como deficientes mentais pelos ouvintes, e só apresentam deficiência auditiva parcial ou total que faz com que a parte visual se desenvolva mais, os surdos são capazes de se desenvolver física e intelectualmente como todos os outros alunos da sala.

A inclusão de alunos surdos é recente nas escolas, causando ainda muita dificuldade no ambiente escolar e para o próprio professor que muitas vezes não tem habilidade na linguagem dos signos “Libras” aprendendo dentro da sala de aula com os colegas de alunos surdos que também se comunicar com dificuldade com os surdos no final é um desafio, e todos os desafios exigem quebras de paradigma dentro e fora da escola. Para os surdos “as expressões deficiência auditivas (a) são pejorativas e carregam o estereótipo de doença incurável, déficit, limitação” (Fernandes, 2011, p. 61).

Observamos por meio de estudos que os surdos reivindicam o direito de serem chamados de surdos, em vez de ter deficiência auditiva.

No Brasil, com a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, também foi oficializada a Língua Brasileira de Sinais (Libras), possibilitando, em âmbito nacional, a realização de discussões relacionadas à necessidade de respeitar as particularidades linguísticas da comunidade surda e o uso dessa língua em ambientes escolares. (BNCC, p.29, 22 de dezembro de 2017)

Sabemos que temos inúmeros desafios como professores, mas temos que participar ativamente para que esses alunos sejam tratados com respeito e a inclusão realmente ocorra em sala de aula, para que assim possamos contribuir para uma sociedade mais democrática e humanizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo compreender o nível de inclusão nas salas de aula do Brasil, para alunos com deficiência. Muito embora o ambiente educacional existente e a legislação de acessibilidade no país promovam a inclusão de alunos com necessidades especiais, as crianças, os adolescentes das unidades de ensino ainda carecem de projetos ou reformas para eliminar as barreiras arquitetônicas existentes, e não apenas isso, pois há necessidades de professores melhor capacitados para uma dinâmica que seja capaz de auxiliar este aluno na sala de aula e nas séries posteriores em que ele venha a trilhar.

Os ambientes escolares precisam de atenção frequente, por se tratar de um local de grande circulação e necessidade de adequação, a fim de melhorar a acessibilidade e uso da escola por seus alunos, especialmente para aqueles com deficiência física.

Espera-se que este trabalho possa auxiliar direções de escola e os tomadores de decisão municipais a redefinirem parâmetros e critérios que definem o grau de acessibilidade nas escolas do Brasil.

REFERÊNCIAS

- Ada. **The Americans with disabilities act. Checklist for readily achievable barrier removal.** Lista de verificação para remoção de barreira facilmente alcançável. 1995. Acessado em: outubro, 2021;
- Abate, T. P. **Instrumentos de avaliação Pós-Ocupação (APO) adaptados a pré-escolas com deficiência física, auditiva e visual.** Tese de Doutorado. USP. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011;
- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14350: Segurança de brinquedos de playground. Parte 1: Requisitos e Métodos de Ensaio.** Rio de Janeiro. 1999;
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Norma NBR 9050 - Acessibilidade de pessoas com deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro. 2004;
- PMB. Bauru. **Secretaria Municipal de Educação.** 2014. Acessado em: outubro, 2021;
- PMB. Bauru. **Plano Municipal de Educação. Plano Municipal de Educação.** Secretaria Municipal de Educação. Acessado em: outubro, 2021;
- Benvegnù, E. M. **Acessibilidade espacial requisito para uma escola inclusiva: estudo de caso - escolas municipais de Florianópolis.** Tese de Doutorado. Pos Graduate in Architecture and Urbanism. Federal University of Santa Catarina. Florianópolis. 2009;
- Brasil. **Constituição Federal de 1988. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988.** Brasília: Senado Federal. 1988;
- Brasil. **Decreto Lei 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Brasília: Senado Federal. 2004;
- Brasil. **Lei 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.** Brasília: Senado Federal. 2000a;
- Brasil. **Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Brasília: Senado Federal. 2000b;
- Brasil. **Lei Federal 12.796/2013. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.** Ministério da Educação. 2013;
- Brasil. **Lei Federal 9394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Ministério da Educação. 1996;
- Brasil. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil. Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Básica. Brasília. 2006;
- Brasil. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Versão Final.** Brasília, MEC / CONSED / UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf>. Acessado em: 12 de outubro de 2021;
- Carvalho, T. C. P. de. **Arquitetura escolar inclusiva: construindo espaços para educação infantil.** Tese de Doutorado (PhD). Universidade de São Paulo. EESC/USP. São Carlos. 2008;
- Corrêa, P. M. **Elaboração de um protocolo para avaliação de acessibilidade física em escolas da educação infantil.** (Tese de Mestrado). Universidade Estadual Paulista - UNESP. Marília. 2010;
- Dischinger, M.; Bins Ely, V. H. M.; Borges, M. M. F. da C. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: O**

direito à escola acessível. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. 2009;

Duarte, C. R. de S.; Cohen, R. **Proposta de metodologia de avaliação da acessibilidade aos espaços de ensino fundamental.** In: Anais NUTAU 2006: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade. University of São Paulo. São Paulo. 2006;

Elali, G. A. **Ambientes para educação infantil, um quebra-cabeça? Contribuição metodológica na avaliação pós-ocupação de edificações e na elaboração de diretrizes para projetos arquitetônicos na área.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002;

Evangelista, M. M. T. T. **A Construção do Projeto Político-Pedagógico na Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) “Florípes Silveira de Souza”.** Tese de Doutorado. Univ Estadual Paulista – UNESP. Marília. 2007;

Fernandes, Sueli. **Fundamentos para educação especial.** Curitiba: 2. ed. Ibpx, 2011.

França, A. J. G. L. **Ambientes contemporâneos para o ensino-aprendizagem: Avaliação pósocupação em três edifícios escolares públicos, situados na região metropolitana de São Paulo.** Tese de Doutorado. USP. São Paulo. 2011;

Loch, M. do V. P. **Convergência entre acessibilidade espacial escolar, pedagogia e escola Inclusiva.** Tese de Doutorado. UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2007;

Magagnin, R. C.; Prado, M. D. do; Vanderlei, C. B. **The municipal urban accessibility policy in a medium-sized city: the case of Bauru - Brasil.** In: XVIII Congreso Panamericano de Ingenieria de Transito, Transporte y Logística - PANAM. Santander. Spain. v. 1. p. 01-15. 2014.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: METODOLOGIAS ATIVAS DIGITAIS APLICADA NO ENSINO FUNDAMENTAL

TEACHER TRAINING: DIGITAL ACTIVE METHODOLOGIES APPLIED IN ELEMENTARY EDUCATION

Maria das Graças Tavares da Silva ¹

RESUMO

Objetivamos com o artigo em questão, compreender e discutir uma abordagem sobre a formação de professores com o uso das metodologias ativas digitais no ensino fundamental. Assim, o estudo propõe-se a responder ao seguinte questionamento: Quais as correlações a partir da didática-pedagógica com o uso das metodologias ativas com recursos digitais aplicada nos processos de ensino e aprendizagem? Para a concretude deste estudo, realizamos uma pesquisa baseada na tese de doutorado da autora desse artigo. Examinamos o fundamental I e II, a amostra foi selecionada de professores do 1º Ano ao 9º Ano, por meio de questionário no Google forms. verificou-se que alguns professores compreendem que o acesso a plataforma inteligente de ensino tem boa aceitação. Os resultados alcançados revelaram que os professores buscaram usar a plataforma inteligente com acesso à internet produzir seus planejamentos e aplicar conhecimentos. Concluímos, que os professores estão comprometidos com o cenário educativo inovador das metodologias digitais, promovendo práticas pedagógicas e possibilitando qualidade educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologias Ativas Digitais. Formação de Professores. Aprendizagem e Conhecimento.

ABSTRACT

With the study in question, we aim to understand and discuss an approach from a didactic-pedagogical experience in the remote mode of teaching with the use of active methodologies applied to students and teachers of elementary school I, as well as observing the performance of the teacher in the adoption of that methodology, adopted in the intelligent platform, a tool used by the interviewed professors, in the formation of citizens in search of critical knowledge for daily activities. For the concreteness of this work, we carried out a research of the doctoral research project of the author of this article. We examined the fundamental I, the sample was selected from students from the 1st to the 5th year, through a questionnaire on Google forms. it was found that some students understand that access to an intelligent teaching platform is well accepted. The results achieved revealed that students seek to produce their knowledge on the intelligent platform with internet access. We conclude that virtual students are committed to an innovative educational scenario, promoting educational practices and enabling educational quality, building an independent, critical and reflective professional.

KEYWORDS: Active Methodologies. Didactic-Pedagogical. Learning And Knowledge.

¹ Professora - Rede de ensino Fortaleza/CE, Brasil. Graduada no curso **Comunicação Social** com habilitação em **JORNALISMO** na Faculdade Integrada do Ceará (FIC). **Licenciatura em Pedagogia** - Faculdades Integradas de Ariquemes (FIAR). Pós-graduação Lato Sensu em **Comunicação Corporativa** na Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (FGF). **Doutoranda em Ciências da Educação**, Absoulute Christian University – Florida - USA. **Mestra em Ciências da Educação**, Universidade Aberta do Brasil. Pós Graduação: **Gestão Escolar Integradora** (Supervisão, Orientação, Administração e Inspeção) – Instituto Superior de Educação Ateneu – (ISEAT). Pós Graduação: **Psicopedagogia** Institucional, Clínica e Educação Inclusiva – **FAVENI**. **E-MAIL:** gracatavares.jornalista@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/3786290454092872. **ORCID:** orcid.org/0000-0003-4098-9303.

INTRODUÇÃO

Este trabalho traz como campo de pesquisa as provocações atuais presentes na educação que envolvem todos os seus níveis, suas modalidades e suas circunstâncias, tais desafios, mais significativos em formar professores com os saberes basilares para o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas, diante as mudanças hodiernas, com a inclusão do uso das novas metodologias ativas digitais.

Nesse contexto, no lócus da pesquisa foi criada uma ferramenta intitulada: plataforma INTELIGENTE, implantada pela Rede de ensino em estudo para atender as necessidades dos professores e dos educandos da Rede de Ensino, nomeadamente da escola em estudo, aliada a isso, os educandos foram contemplados com um tablet com acesso à internet, isso no intuito de promover qualidade de ensino, visto que, os avanços tecnológicos surgem como uma nova maneira de refletir e abordar distintas discussões nas práticas pedagógicas, bem como, suas relações com as Tecnologias das Informações e Comunicações (TIC's).

Bacich e Moran (2018) evidenciaram que a conexão das metodologias ativas flexíveis e híbridos causam apoios expressivos para o delineamento de dissoluções hodiernas para os aprendizes contemporâneos.

Diante disso, a pesquisa objetivou-se compreender formação de professores com o uso das metodologias ativas digitais no ensino fundamental.

A fim de melhor entendimento a temática desse estudo, utilizou-se como metodologia um Estudo de Caso de caráter qualitativo, utiliza-se da tese de doutorado autora desse estudo, no qual, foi aplicado um questionário, junto aos professores, foram utilizados livros, dissertações, teses e artigos da internet e a estruturação conceitual, referencial teórico para a concretude desse artigo.

Almeja-se com os resultados da pesquisa investigar estratégias pedagógicas: frutos da formação

de professores fundamentadas em Metodologias Ativas com o uso das ferramentas digitais no ensino fundamental, bem como observar a performance do professor usada na plataforma inteligente, ferramenta usada pelos docentes, na formação de cidadãos com pensamento crítico para as atividades diárias.

METODOLOGIAS ATIVAS COM USO DE RECURSOS DIGITAIS

As metodologias ativas com o uso de ferramentas digitais brotam como alternativas pedagógicas com veemência no método de ensino e de conhecimento com a finalidade de alcançar os professores e educandos, na aquisição de resultados por achados, com a coparticipação: dos docentes, gestores, familiares, comunidade e digital (MORAM, 2018).

Por meio das metodologias ativas o docente é impulsionado a explorar suas experiências para a construção do conhecimento, procurando validação ou novas formas de pensar a ciência. Ao perceber que o processo de formação do professor apronta esse docente, suas competências teóricas e didáticas, com maior performance do educando (OLIVEIRA; NÓBREGA; CAVALCANTE, 2023).

Nesse sentido, os docentes cooperam para o desenvolvimento da autonomia do educando em sala de aula ao sustentar os recursos causadores; acomoda esclarecimentos lógicos para algum estudo conteudista; aplica linguagem coloquial, não influente; é pacífico com a periodicidade de aprendizagem dos alunos; observa e abrange as manifestações e sentimentos dos educandos. O docente deve diferenciar-se as metodologias de ensino para adotar às maneiras de aprendizagem em sala de aula com objetivos na formação dos educandos (CASTAMAN; DE BORTOLI, 2020).

O modelo de investigação utilizado para o desenvolvimento deste trabalho foi do tipo pesquisa descritiva, usando como recurso metodológico a pesquisa de campo viabilizada pela ferramenta Google

forms, com perguntas direcionadas aos docentes, análise da formação de professores para metodologias ativas com o uso das ferramentas digitais e pesquisa bibliográfica.

A princípio foi observada algumas práticas pedagógicas com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC's, numa escola pública municipal, em Cauai/Ce, Brasil. Percebeu-se que os docentes do ensino fundamental, sobretudo, utilizavam de recursos lúdicos em suas práticas. Foi ainda observado o despreparo pedagógico com área tecnológica, de muitos professores que atuam na escola em estudo.

Paralelo a pesquisa de campo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica na internet foram encontrados, analisados e fichados artigos e livros que abordavam sobre o tema. Além disso, foram feitos fichamentos de livros de teóricos como: Bacich e Moran (2018), que deram auxílio teórico a este trabalho.

A partir dessas averiguações o trabalho foi construído, com um embasamento teórico-metodológico.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS:

FRUTOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES COM METODOLOGIAS ATIVAS DIGITAIS

A partir da pesquisa, tanto de campo como bibliográfica, a investigação obteve resultados a serem evidenciados.

O olhar de uma formação organizada com um novo mundo do trabalho provoca uma formação que garanta a flexibilidade indispensável para se concordar a classes em que “as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas” (SAVIANI, 2019, p. 437).

Nesse sentido, os docentes foram indagados quanto as estratégias pedagógicas adotadas frutos da formação de professores, no período remoto.

No início, não tínhamos acesso as ferramentas tecnológicas, trabalhamos com materiais impressos,

depois com os tablet que os alunos receberam do município, fomos nos adaptando à outra metodologia ativa de ensino com a nova ferramenta de estudo, criada em virtude da pandemia em 2019, a Plataforma Inteligente. Enfrentando dificuldades tanto o professor como os alunos com as metodologias digitais (D6, 2023).

Os resultados revelaram de forma acentuada as dificuldades encaradas pelos docentes advindas em virtude de não saberem manusear as ferramentas digitais e terem que ligeiramente desenvolverem as devidas habilidades, sem tempo apto pra isso, visto que, o momento determinava celeridade. Outro agravante, tanto os professores, quanto os alunos não tinham dos equipamentos necessários para acomodar ou receber as aulas.

Diante essa complexidade, ressalta-se que nada foi delineado, mas tudo estava pronto. Assim, há acontecimentos, alguns até importantes, com pouco impacto no futuro. Há outros que, num instante, tudo mudam. São “acontecimentos” que ocorrem em sociedades que já reconhecem a necessidade de transições e dispõem dos “instrumentos” para as concretizar (NÓVOA & ALVIM, 2021).

Uma teoria que colaborou para a apreciação dessa temática foi uma experiência didática-pedagógica, na qual buscou estudar a construção do conhecimento e a contribuição das metodologias ativas com o uso das ferramentas digitais nesse construto intelectual.

Nesse sentido, a aplicação das tecnologias digitais pelos professores tem sido contraditória, pois, por um lado, reconhecem sua importância para promover o aprendizado, promover a interação e incitar os educandos a uma aprendizagem significativa, mas, por outro, encontram enigmas em incorporá-las em sua prática (LEITE, 2018).

Nessa perspectiva, a docente revela que: à formação trabalhava fora da realidade, pois muitos alunos não tinham créditos para acessar a internet, não sabiam como resolver, postar as atividades no grupo de WhatsApp, após, Plataforma Inteligente, implantada por

Caucaia/CE, Brasil, surgiram outras dificuldades como ensinar aos educandos e familiares a manusear as ferramentas, isso levou um tempo, apesar de usar até hoje, ainda sinto que há a necessidade de continuar com a formação com metodologias digitais (D6, 2023).

Verificou-se que os docentes percebem as metodologias ativas com o uso das ferramentas digitais ainda exige formação de professores nesse contexto.

AÇÃO DO EDUCANDO: PLATAFORMA INTELIGENTE

As tecnologias digitais servem como um suporte pedagógico, como ferramentas que auxiliam aos docentes a ministrarem aulas mais dinâmicas e a viabilizarem informações e conteúdo. É conciso que as tecnologias digitais sejam reconhecidas de forma ativa de cooperar ao desenvolvimento educacional dos alunos, o que estabelece uma mudança na visão sobre essas tecnologias, seguindo a inovação educacional de usá-las de modo crítico e consciente.

Os pesquisados foram indagados sobre a ação do educando no desenvolvimento das atividades com o uso das Tecnologia das Informações e Comunicações – TIC’s, com acesso a Plataforma Inteligente?

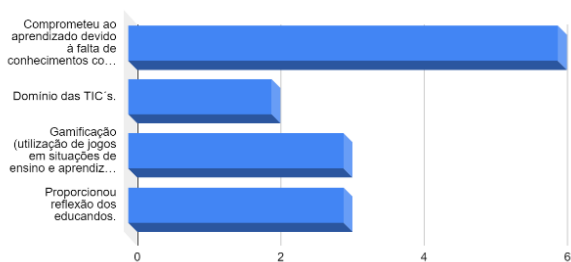


GRÁFICO 1- elaborado pela autora do trabalho (2023).

Ao analisarmos o gráfico 9, acima, os docentes responderam em média 43% que comprometeu a aprendizagem do educando, devido a falta de conhecimento com as TIC’s, 21% a gamificação (uso de jogos em situações de ensino e aprendizagem, 21% proporcionou reflexão. Já 15% entendem que os educandos alcançaram o domínio das TIC’s.

Oliveira et al., (2020), realizou pesquisas com experiências na Sala de Aula Invertida, colabora com Gamificação, com conceitos sobre a Aprendizagem Baseada em Projetos e Gamificação (OLIVEIRA et al., 2020).

Assim, dos docentes, almejamos uma extensão do nosso repertório, através da obtenção de linguagens que nos consintam ler o mundo e interpretar a avalanche cotidiana de informação e desinformação. Se permanecermos pelas imagens rasas do dia-a-dia não sairemos do nosso lugar (NÓVOA, 2022, p. 19).

Concluimos, aqui, a apresentação dos dados e resultados das opiniões dos pesquisados sobre aula as metodologias ativas com uso das ferramentas digitais, na aprendizagem dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto nas seções deste trabalho, evidencia-se a importância da formação de professores com ênfase nas metodologias ativas com uso das ferramentas digitais praticadas pelos educandos e docentes em suas práticas pedagógicas, bem como, sua influência na construção do conhecimento.

Os resultados da pesquisa apontaram que os docentes compreendem que a plataforma inteligente – AVA com o uso do tablet conectado a internet, proporciona curiosidade, criatividade e autonomia, tornando-os, protagonistas de seu aprendizado.

Outro elemento encontrado na pesquisa pontua reflexões dos docentes referentes as aprendizagens dos educandos com o uso das metodologias ativas digitais, pois motiva nesses sujeitos o interesse pelos saberes.

Em suma, sendo a metodologia ativa digital uma ferramenta integrada à internet com o auxílio do tablet que consta a Plataforma Inteligente, mediada pelo professor tornando o conhecimento mais prazeroso, efetivando a aprendizagem, visto que, a educação é um elemento indispensável para o desenvolvimento e absorção do conhecimento do educando.

REFERÊNCIAS

BACICH Lilian, MORAN José. **Metodologias ativas para uma Educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. e-PUB. Porto Alegre: Penso, 2018.

Bazzo, V. & Scheibe, L. **De volta para o futuro... retrocessos na atual política de formação docente**. Revista Retratos da Escola, Brasília. v. 13(27), p. 669-684. (2019). Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1038>>. Acesso em: 26 jul. 2023.

Castaman, A. S.;& Bortoll, L. A. (2020). **Práticas Educativas: relato de experiência na unidade curricular de Engenharia de Software. Informática na Educação: teoria & prática**, Porto Alegre, 23(1), 32-44, jan./abr. 2020.

LEITE, Bruno Silva. **Aprendizagem tecnológica ativa**. Revista Internacional de Educação Superior [RIESup]. Campinas, SP. V.4. n.3, set/dez, 2018.

OLIVEIRA, João Lucas dos Santos, et al. **Sala de Aula 4.0 - Uma Proposta de Ensino Remoto Baseado em Sala de Aula Invertida**, Gamification e PBL. Revista Brasileira de Informática na Educação, v. 28, n. 1, p. 909-933, 2020. Disponível em: <<https://br-ie.org/pub/index.php/rbie/article/view/v28p909>>. Acesso em: 18 jul 2023.

NÓVOA, Antonio. **Escolas e Professores Proteger, Transformar, Valorizar**. Antonio Nóvoa, com a colaboração Yara Alvim. Salvador: SEC/IAT, 2022. 116p.

NÓVOA, A.; ALVIM, Y. **Os professores depois da pandemia**. Educ. Soc., Campinas, v. 42, e249236, 2021. <<https://doi.org/10.1590/ES.249236>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/mvX3xShv5C7dsMtlKTS75PB/?format=pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2023.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.



ABSOLUTE



Absolute Review | Periódico Multidisciplinar
Academic Department ACU - Absolute Christian University

E-mail: revista@acu.education | **Site:** review.acu.education